INQUÉRITO POLICIAL Nº.: 001/2013/3ª DPR

TIPIFICAÇÃO: Artigos 299, 319, 342, Parágrafo Único, e 347 do Código Penal Brasileiro, e Artigos 67 e 69-A, da Lei nº. 9.605/98.

VÍTIMAS: Estado e Coletividade

BENS JURÍDICOS OFENDIDOS: Fé Pública, Administração da Justiça e Administração do Meio Ambiente

INDICIADOS: Tiago Flores Mutti, Santiago Mugica Mutti, Cintia Flores Mutti, Alexandre Silva da Costa, Eliseu Jorge Spohr, Elton Cristiano Uroda, Elissandro Callegaro Spohr, Marlene Terezinha Callegaro, Ângela Aurélia Callegaro, Mauro Londero Hoffman, Cristina Gorski Trevisan, Volmir Astor Panzer, Jackson Heitor Panzer, Luciane Flores Prestes, Elza Maria Prola, Marcos Vinícius Ramos Moraes, Carlos Alberto Souza Buzatti e Luiz Alberto Carvalho Junior.

RELATÓRIO

MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A)
I.P. nº. 001/2013

Versa o presente procedimento policial, instaurado mediante Portaria, com fundamento no que preceitua o art. 5º., inciso I, do Código de Processo Penal, com o objetivo de apurar o cometimento dos crimes de ação penal pública incondicionada, tendo sido realizadas diversas diligências, tomados depoimentos, solicitadas perícias e analisada a legislação pertinente, culminando por verificar a prática dos delitos de Falsidade Ideológica, Falso Testemunho, Fraude Processual, Prevaricação e Crimes Contra a Administração do Meio Ambiente, fatos ocorridos no período compreendido entre 20 de abril de 2009 até 27 de janeiro de 2013, nesta cidade, conforme Boletim de Ocorrência nº. 150509/2013/8, no qual figuram como **indiciados** Tiago Flores Mutti, Santiago Mugica Mutti, Cintia Flores Mutti, Alexandre Silva Da Costa, Eliseu Jorge Spohr, Elton Cristiano Uroda, Elissandro Callegaro Spohr, Marlene Terezinha Callegaro, Angela Aurelia Callegaro, Mauro Londero Hoffman, Cristina Gorski Trevisan, Volmir Astor Panzer, Jackson Heitor Panzer, Luciane Flores Prestes, Elza Maria Prola, Marcos Vinícius Ramos Moraes, Carlos Alberto Souza Buzatti e Luiz Alberto Carvalho Junior e como vítimas o Estado e a coletividade, eis que verificados comportamentos lesivos a Fé Pública, a Administração da Justiça e a Administração do Meio Ambiente.

DA SITUAÇÃO FÁTICA ENSEJADORA DA INVESTIGAÇÃO

Em 03 de abril de 2013, foi recebida denúncia apócrifa de uma pessoa que não quis se identificar por medo de represálias, relatando possíveis irregularidades no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), realizado para o funcionamento da Boate Kiss, pois a Consulta Popular feita para instruir o EIV teria sido realizada com moradores que residiam a mais de 100 metros de distância da Boate (fl. 03).

Tratando-se de denúncia anônima, foram determinadas diligências para apurar a verossimilhança das informações que aportaram neste Órgão Policial.

Como os fatos possuíam estreita vinculação com o Inquérito Policial nº. 94/2013, que apurou as causas do incêndio, bem como as mortes e lesões corporais dele decorrentes, ocorridas no dia 27 de janeiro de 2013 na Boate Kiss, foram extraídos todos os documentos pertinentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança, a saber: consulta popular e todos os demais documentos que integraram o Estudo de Impacto de Vizinhança, que viabilizaram a concessão do Alvará de Localização.

Na mesma esteira, procedeu-se a uma curada investigação sobre toda a questão documental que propiciou o surgimento da Boate Kiss, Santo Entretenimento Ltda., desde seu contrato social passando por todos os documentos que viabilizaram que a Kiss entrasse em funcionamento e acabasse autorizada a funcionar pela Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Visando a cabal elucidação dos fatos, procedeu-se a colheita da prova testemunhal, realização de diligências e requisição de diversos documentos, mormente, a Prefeitura Municipal de Santa Maria (fl. 04-18), os quais foram analisados no curso da presente disquisição, o que vai a seguir esposado.

DA PROVA TESTEMUNHAL CARREADA AOS AUTOS

I) DOS DEPOIMENTOS DOS VIZINHOS DA BOATE QUANTO A CONSULTA POPULAR

ALEXANDRE PIGATTO DORNELLES (testemunha – fl. 19) declarou que era gerente da Cantina Di Torriani, localizada na Rua Venâncio Aires, e que conhecia os pais de Tiago Mutti, pois era cliente do restaurante. Referiu que em data que não recorda, mas, no início de uma tarde, o pai de

Tiago Mutti esteve em seu apartamento, na Rua dos Andradas, nº 1945, e pediu que assinasse um documento para que a Boate do seu filho não tivesse restrições quanto à questão sonora. Como conhecia o senhor Mutti, ficou constrangido e assinou favoravelmente o documento. Mas logo se arrependeu, pois o barulho sempre existiu, seja pelo som advindo do local, seja pela algazarra e brigas dos frequentadores na frente da Kiss. Apresentada a assinatura da fl. 395, reconheceu como sendo sua. Apresentada a fotografia de Santiago Muggica Mutti, reconheceu como sendo a pessoa de nome Mutti referida acima. Dos moradores do prédio de numero 1945 foi o único que assinou favoravelmente. Ao ser perguntado, respondeu que não conhece a pessoa que assinou como moradora do apartamento 201, pois não há apartamento com esta numeração no prédio.

JOÃO PAULO CARPES TRINDADE (testemunha – fl. 21) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº. 1945, em apartamento que era vizinho de parede da Boate Kiss. Disse que desde que a Boate começou a funcionar, o barulho era muito intenso, fazendo com que a janela de seu quarto vibrasse; inclusive, colocou cobertores na janela para diminuir a vibração, mas não funcionou, por tal razão foi na Boate conversar com o proprietário, ocasião em que conheceu Kiko, e, a partir de então, passou a tratar com o mesmo quanto ao ruído da Boate. Lembrou que após seis meses de funcionamento da Kiss, houve medições sonoras feitas pela Brigada Militar, em decorrência de um abaixo-assinado feito pelos moradores do entorno da Boate. Cerca de seis meses antes do incêndio, foi feita por Kiko uma terceira medição sonora. Kiko ligava para o operador de som da Boate pedindo para que baixasse e elevasse o volume para efetuar as medições. Contudo, passadas umas duas semanas, o barulho retornava, pois acredita que mudavam os operadores de som. Em junho ou julho de 2012, em razão de reformas realizadas por Kiko na parede da Boate, passaram a dormir mais facilmente. Acrescentou que além do ruído produzido pelo do som da Kiss, a algazarra nas redondezas também era intensa. Recordou que cerca de um mês após o início do funcionamento da Boate, foi até a Prefeitura Municipal, não lembrando em qual setor, e reclamou do barulho da Kiss, ocasião em que os funcionários daquele local lhe informaram que a Boate não iria entrar em atividade, pois não havia ingressado com a documentação pertinente, entretanto a Kiss já estava em funcionamento. Diante de tal circunstância, os funcionários referiram que averiguariam a situação. Não foi procurado para assinar o Estudo de Impacto de Vizinhança e, se fosse, iria se manifestar desfavoravelmente ao funcionamento da Boate. Sua esposa, Carmem Lucia, sofreu muito com o funcionamento da Kiss, pois passava as noites sem dormir. Informou que no seu prédio não existe apartamento de número 201.

CARMEM LUCIA DOS SANTA TRINDADE (testemunha – fl. 23) afirmou que residiu na Rua dos Andradas, nº. 1945, e que era vizinha de parede da Boate Kiss. Aduziu que o barulho produzido pela Boate era muito alto, “terrível”, fazendo com que as janelas vibrassem, mas afirmou que não podiam se mudar de apartamento, pois não possuíam condições financeiras.

Quando passaram a reclamar do ruído da Boate, tratavam com a pessoa de "Kiko". Informou que em duas ou três ocasiões a Brigada Militar esteve na sua residência medindo o som proveniente da Kiss, mas acredita que avisavam a Boate, pois quando isso ocorria baixavam o volume do som e assim que a Brigada Militar saía do local, o volume era elevado. Passado muito tempo, Kiko foi até seu apartamento, acompanhado de um senhor, a fim de realizar as medições sonoras. Kiko contatava via celular o pessoal da Boate e perguntava como estava o barulho no seu apartamento. Referiu que não foi procurada para assinar o Estudo de Impacto de Vizinhança, mas, se fosse, seria totalmente desfavorável ao funcionamento da Kiss, pois "passava às noites em claro", já que não conseguia dormir devido ao som originado da Boate. Salientou que isto durou até, aproximadamente, 10 meses antes do incêndio, quando ocorreu uma reforma no seu quarto paga por Kiko, o qual trocou as janelas e construiu uma parede de gesso. Contudo, mesmo após as reformas, dependendo da banda, o som ainda era alto, necessitando dormir com "abafador". Acrescentou que nos finais de semana não conseguiam ver televisão na sala devido à algazarra, pois a frente de seu apartamento era "tomada" de pessoas que ficavam nas filas para entrar na Boate. Esteve duas vezes na Prefeitura reclamando do barulho da Boate Kiss, mas percebia que os servidores não estavam lhe dando atenção e que não fariam nada a respeito.

Foram realizadas diligências no intuito de identificar, pelo número do CPF, o primeiro assinante do abaixo-assinado da Consulta Popular (fl. 388 do IP n.º 94/2013), pois o nome e a assinatura são ilegíveis. Todavia, não se obteve êxito, conforme certidão exarada à fl. 25.

Foram juntados aos presentes autos os Ofícios n.º 242/2013 e 297/2013, ambos da Procuradoria Geral do Município, bem como os documentos a eles anexados, ambos extraídos do IP n.º 94/2013 (fls. 34-76). Tais documentos foram analisados, gerando um Relatório de Cruzamento de Informações (fls. 77-80), que originou a requisição de documentos constante no Ofício n.º 467/2013 (fl. 81), recebido pela Prefeitura Municipal em 13 de maio de 2013.

No dia 14 de maio de 2013, foi encaminhado o Ofício n.º 481/2013, requisitando documentos a Prefeitura Municipal, recebido dia 14 de maio de 2013 (fl. 84).

ADÃO JOSÉ FIGUEIRA (testemunha – fl. 85) declarou que, em 2009, era Presidente da Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil, tendo em vista que é aposentado da instituição. Naquele ano, foi procurado por "Mutti", filho de um bancário aposentado do Banco do Brasil, o qual informou que estaria abrindo uma boate próxima à Cooperativa e questionou se teriam alguma objeção quanto ao funcionamento da mesma. Como a Cooperativa somente funcionava em horário comercial, assinou de forma espontânea o documento, e também levou em consideração o fato de Mutti ser frequentador da AABB e ser filho de um colega bancário. Na ocasião, Mutti falou que o

documento era necessário para que a Prefeitura concedesse a documentação que possibilitaria a Boate funcionar. O declarante reconheceu sua assinatura na fl. 393 e afirmou que a Cooperativa dista cerca de 50 metros da Boate Kiss.

Conforme certidão datada de 14/05/2013, o Comissário de Polícia Severiano Casanova informou que, em diligência para localizar Ricardo Pirotti Walter, entrou em contato com Vera Beatriz Pirotti, a qual informou que seu filho nunca teria residido na Rua dos Andradas (fl. 86).

RICARDO PIROTTI WALTER (testemunha – fl. 87) destacou que, em 2009, residiu na Rua dos Andradas, nº. 1909. Recordou que em determinada data, uma pessoa tocou a companhia se dizendo dono da Boate Kiss e que precisaria de sua assinatura, no sentido de confirmar que o som da Boate não lhe incomodava. Como efetivamente não tinha problemas com o som, assinou o documento. Mostradas as fotografias dos proprietários da Boate, Ricardo apontou Elissandro Callegaro Spohr como o provável indivíduo que colheu sua assinatura. Declarou que Juarez, companheiro de apartamento, desceu em sua companhia e também assinou o documento. Informou que não tinha conhecimento de que o documento era referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança, pois não o leu na íntegra.

Em contato com NELSON DIA DOS SANTOS (testemunha) para agendar depoimento dele e do seu filho, FLAVIO CORREA DOS SANTOS, solicitou que o depoimento fosse colhido na sua residência, posto que seu filho é cadeirante (fl. 89).

DIRCE TEREZINHA BELTRAME (testemunha – fl. 90) declarou que reside na Rua dos Andradas, nº. 2047, e que é amiga de Tiago Mutti e de seu pai, Santiago Mutti, pois este último foi colega de seu ex-marido Walmor Baldissera. Informou que em data que não recorda, mas que a Boate Kiss já estava funcionando, Santiago Mutti foi até seu apartamento e perguntou se o barulho e o movimento da Boate Kiss estavam lhe incomodando. Respondeu que não, pois seu prédio é na esquina com a Rua André Marques. Então, Santiago pediu que assinasse um abaixo-assinado, pois vizinhos estariam reclamando do barulho da Boate e ainda esclareceu que o estabelecimento era de propriedade de seu filho Tiago e de outros indivíduos. Assim, assinou de forma espontânea o documento. Posteriormente, Santiago retornou ao seu apartamento e falou que “as coisas não estavam dando certo” e perguntou se a assinaria outro abaixo-assinado. Como a Boate não lhe perturbava, assinou novamente o outro abaixo-assinado. Mostradas as assinaturas das fls. 388 e 392, reconheceu como suas.

FLÁVIO CORREA DOS SANTOS (testemunha – fl. 92) declarou que conheceu Santiago Mutti em razão da Boate Kiss, mas que não conhece o filho desse, Tiago Mutti. Em data que não recorda, informou que Santiago foi até seu apartamento e questionou-lhe se o som da Boate lhe incomodava e se assinaria um abaixo-assinado. Como não tinham problemas

com o som, assinou o documento, bem como seu pai, Nelson. Questionado por que teria assinado duas vezes o abaixo-assinado, informou que Santiago esteve novamente na sua residência informando que seriam necessárias duas vias. Mostradas as assinaturas (fls. 388 e 393), reconheceu como sendo de sua autoria. Recordou que Santiago comentou que estaria "dando uma mão" para seu filho, que era um dos sócios da Boate.

NELSON DIAS DOS SANTOS (testemunha – fl. 93) afirmou que, em data que não recorda, seu amigo Santiago esteve no seu apartamento lhe perguntando se o som da Boate Kiss lhe incomodava. Respondeu que não; então Santiago lhe perguntou se assinaria um abaixo-assinado neste sentido, pois os vizinhos da Kiss estariam reclamando do barulho. Assim, assinou espontaneamente o documento. Apresentadas as assinaturas das fls. 388 e 393, as reconheceu como suas e afirmou que assinou duas vezes por achar que se tratava de primeira e segunda via. Na ocasião, Santiago comentou que seu filho era um dos sócios da Boate e que estaria ajudando no funcionamento da mesma.

GLADIS DAS CHAGAS GUIMARÃES (testemunha – fl. 94) declarou que possuía uma loja na Rua dos Andradas, nº. 1838, mas que nunca residiu no local. Referiu que morava neste endereço sua avó (Senhorinha Fagundes Rodrigues, falecida em 2011). Assinou o documento favorável à Boate Kiss, mas não lembra quem foi colher sua assinatura. Apresentado o documento da Consulta Popular de Impacto de Vizinhança, reconheceu sua assinatura, bem como as de Marco Aurélio Ribas Guimarães e de Christian Rafael dos Chagas Guimarães (seu filho). Recordou que algumas vezes dormiu no local para cuidar de sua mãe, mas não escutava barulhos oriundos da Boate. Afirmou que leu o cabeçalho do documento e, mesmo assim, assinou-o, pois achou que seria válido.

VALMIR RODRIGUES CEZAR (testemunha – fl. 95) informou que há doze anos possui uma lavagem de veículos na Rua Andradas, nº. 1960, mas que nunca residiu no local. Na frente da lavagem, existe um estacionamento de propriedade de "Xavier". Salientou que tanto na lavagem como no estacionamento não há ninguém residindo, pois funcionam apenas estabelecimentos comerciais. Informou que quem lhe procurou para assinar o documento foi "Mutti", pai de um dos primeiros donos da Boate, de nome Tiago Mutti. Sustentou que já o conhecia há nove anos e que devido à amizade ficou constrangido em não assinar o documento. Salientou que Mutti sabia que residia no Bairro Medianeira, e não na Rua dos Andradas.

ANA LUIZA TRINDADE (testemunha – fl. 97) declarou que reside na Rua Rio Branco, nº. 842, e que no ano de 2009 assinou um documento referente ao barulho da Boate Kiss, tendo em vista que em seu apartamento não havia problema algum. Não recordou quem pediu para que assinasse o documento. Informou que suas companheiras de apartamento (de nomes Michelly Cristina Franci e Célia Geller) também assinaram o documento

na ocasião. Apresentadas as assinaturas constantes da fl. 389, reconheceu a sua, bem como as de suas amigas Michelly e Célia. Informou que não se lembra de ter lido o cabeçalho do documento.

MICHELLY CRISTINA FRANCO (testemunha – fl. 98) declarou que reside, desde 2009, na Rua Rio Branco, nº. 842. Referiu que anteriormente, residiam em sua companhia Amélia Silveira, Ana Luiza Trindade e Célia Geller. Em data que não recorda, lembra que alguém foi até seu apartamento e questionou se eram a favor da instalação da Boate Kiss na Rua dos Andradas. Como não escutavam ruídos oriundos da Boate, juntamente com suas colegas citadas, assinou o abaixo-assinado a favor. Reconhece como sua a assinatura constante na fl. 389. Não recordou das características da pessoa que esteve em seu apartamento colhendo as assinaturas.

MARIA REBECA BRITES ACOSTA (testemunha – fl. 99) declinou que é sua a assinatura constante no documento da fl. 392. Recordou que quem colheu sua assinatura foi um senhor que era pai de um dos sócios da boate, o qual, na ocasião, esclareceu que vizinhos estariam reclamando do barulho da Boate e das filas que se formavam do lado de fora do estabelecimento. Tal senhor **não esclareceu que se tratava de Estudo de Impacto de Vizinhança** e não recorda de ter lido o cabeçalho do documento. Informou que, na época, Felipe da Luz Ferreira morava na pensão de seus pais, no mesmo endereço seu. Quanto ao barulho da Boate, disse que nunca lhe incomodou. Não tinha conhecimento de que havia um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate.

SAMIR ALMEIDA HAJAR (testemunha – fl. 101) declarou que reside, desde 2001 ou 2002, na Rua André Marques, esquina com a Rua dos Andradas. Apresentada a assinatura constante na fl. 396, reconhece como sua. Recordou que um dos pais do dono da Boate lhe procurou explicando que seria necessário assinar um abaixo-assinado para abertura da Boate Kiss. Afirmou que nunca escutou o som proveniente da Boate Kiss, devido à distância entre sua casa e o referido estabelecimento. Não lembra ter lido o cabeçalho do documento e não sabia que era referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança, pois o homem que colheu sua assinatura não lhe falou.

CRISTIAN WEBER (testemunha – fls. 103-104) afirmou que, no ano de 2009, **trabalhou no Mercado Carrefour**, situado na Av. Rio Branco, nº. 732, como gerente de estacionamento. Quando a Boate Kiss abriu, conheceu seus proprietários: Elissandro Spohr, Tiago Mutti e Alexandre. Apresentados os dados e a assinatura da fl. 393, reconhece como de sua autoria. Não lembra ter lido o cabeçalho, mas interpretou como se fosse vizinho comercial e que o som da Boate Kiss não lhe incomodava. Não lembra quem levou a Consulta Popular de Estudo de Impacto de Vizinhança para que assinasse. Informa que conhece Luis Felipe Ribas Niederauer, pois possuía uma loja comercial dentro do estacionamento do Carrefour, mas não residia no local.

MARCO AURELIO RIBAS GUIMARÃES (testemunha – fls. 105-106) declarou que, em 2009, assinou o documento favorável ao funcionamento da Boate Kiss, **mas não residia na Rua Andradas**, nº. 1838, mas sim possuía um ponto comercial (Tele Chaves). Apresentadas as assinaturas constantes no documento da fl. 392, reconhece como sendo sua, de sua esposa (Gladis das Chagas Guimarães) e de seu filho (Christian Rafael das Chagas Guimarães), todos residentes na Rua Otávio Rocha, nº 102, Bairro Itararé. Em 2011, passou a residir na Rua dos Andradas, porém, nesta época, nunca escutou barulhos oriundos da Boate Kiss; apenas algazarras na rua após o término das festas. Não lembra quem levou a Consulta Popular de Estudo de Impacto de Vizinhança para que assinasse, bem como não recorda ter lido o cabeçalho do documento.

TIAGO BOTTAN (testemunha – fl. 107), residente na Av. Rio Branco, nº. 842, apto. 05, esclareceu que conhecia Elissandro Spohr desde 2009, pois possui uma banda musical e em algumas ocasiões se apresentou na Boate Kiss. Apresentada a assinatura do documento da fl. 389, reconhece como sua e acrescenta que o barulho da Boate Kiss não chegava ao seu apartamento. Na ocasião em que assinou, também assinaram a Consulta Popular seus companheiros de apartamento: Gustavo Badalotti e Sérgio Luiz Souza.

AMELIA MEDIANEIRA SILVEIRA RODRIGUES (testemunha – fl. 108) declarou que residiu na Av. Rio Branco, nº. 842, por seis anos, juntamente com suas colegas Ana Luiza Trindade, Michelly Cristina Franco e Célia Gueller. Informou que em data que não recorda, uma pessoa foi até seu prédio para colher assinaturas em favor do funcionamento da Boate Kiss. Assinou o documento, pois o barulho da Boate não lhe atrapalhava. Não lembra quem era a pessoa que lhe procurou e também não recorda os argumentos utilizados pela pessoa que lhe interpelou. Ana Luiza, Michelly e Célia também assinaram o abaixo-assinado na ocasião. Mostrada a assinatura constante na fl. 389, reconheceu como sua a referida assinatura.

JOSE GILMAR CHAGAS (testemunha – fl. 109) afirmou que **trabalha em uma loja na Rua dos Andradas**, nº. 1860, entre a Av. Rio Branco e a Rua Floriano Peixoto, mas que **nunca residiu no local**. Em data que não recorda, assinou um documento a favor da instalação da Boate Kiss, tendo em vista que sua loja somente funciona durante o dia; portanto, a Boate não lhe atrapalharia. Também não lembra quem estava colhendo as assinaturas. Apresentado o documento da fl. 394 da Consulta Popular de Impacto de Vizinhança, reconhece como sendo sua.

REALINO ANTONIO SPANEVELLO (testemunha – fls. 110-111), ecônomo da AABB, declarou que o Sr. Mutti, pai de Tiago Mutti, seu conhecido, lhe procurou para que assinasse um documento favorável ao funcionamento da Boate Kiss. Como o barulho não lhe incomodava, assinou

favoravelmente o abaixo-assinado. Mostrada a assinatura da fl. 396, reconhece como sendo sua. Lembra ter lido o cabeçalho, mas não que se tratava de Estudo de Impacto de Vizinhança, e que alertava sobre o crime de falsidade ideológica.

CHRISTIAN RAFAEL DAS CHAGAS GUIMARAES (testemunha – fl. 112) **declinou que trabalha na loja de seus pais**, chamada Andradas Chaveiro, **situada na Rua dos Andradas**. Atualmente reside na Rua dos Andradas, mas quando assinou o abaixo-assinado relacionado à Boate Kiss, não residia no local e, portanto, nenhum barulho lhe perturbava. Não recorda de quem lhe pediu para que assinasse o documento. Acredita que, na ocasião, tenha lido o cabeçalho do documento.

JOSE CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA (testemunha – fl. 113) declarou que é ex-funcionário do Banco do Brasil e era **Procurador Jurídico da AABB**. Em data que não recorda seu ex-colega, Santiago Mugica Mutti, lhe procurou e pediu sua assinatura, pois precisava de um manifesto a favor do funcionamento da Boate Kiss, de propriedade de seu filho. Como **trabalhava somente durante o dia naquele local**, assinou o manifesto, pois o barulho da Boate não lhe atrapalharia, além de fazer um favor para um ex-colega. Reconhece como sua a assinatura constante no documento da fl. 392. Informa que outros associados da Cooperativa assinaram a Consulta Popular, mas ninguém reside no endereço da Cooperativa.

SÉRGIO DE SOUZA (testemunha – fl. 114) afirmou que reside na Av. Rio Branco, nº. 842. Apresentada a assinatura do documento referente à consulta popular (fl. 389), reconheceu como sua e que não recorda ao certo se o assinou na Boate, visto que era frequentador assíduo, ou se Tiago Bottan, o qual era músico que frequentemente tocava na Kiss, levou o documento para casa para que assinasse. Assinou, pois realmente o som emitido pela Boate Kiss não lhe perturbava. Trabalhou como barman na Boate em 2011 e 2012, sendo que nesta época o dono era Kiko.

LENIR MACIEL FLORES MOSSATE (testemunha – fl. 115) declarou que reside no Bairro Chácara das Flores. Porém, **possui endereço comercial na Rua dos Andradas**, nº 1815, local em que ninguém reside. Apresentada a assinatura constante na Consulta Popular de Estudo de Impacto de Vizinhança (fl. 394), reconheceu como sua.

Foi juntada cópia da Consulta Popular para o Estudo de Impacto de vizinhança da Boate Kiss, tendo como responsável técnico a arquiteta Cristina Gorski Trevisan, documento extraído do IP N.º 94/2013 (fls. 116-126).

JOSE ELISEU CAMPOS (testemunha – fl. 127) esclareceu que no ano de 2009 **foi proprietário**, por um período, **do Bar Ladeira, localizado na Rua dos Andradas**, nº. 1843. Apresentada a assinatura de fl.

583, reconhece como sua, porém não recorda quem pediu que assinasse tal documento. Afirmou que como à noite não permanecia no estabelecimento, o ruído produzido pela Boate Kiss não lhe incomodava.

ITAMARAJU SOARES XAVIER (testemunha – fl. 128) declarou que arrenda o estacionamento da Cooperativa do Banco do Brasil, na Rua dos Andradas, **mas nunca residiu no local**. Com relação à assinatura constante há fl. 584, reconhece como sua. Em data que não recorda, seu colega do Banco do Brasil de nome Santiago Mutti lhe procurou pedindo que assinasse um documento para que seu filho, Tiago Mutti, cumprisse as exigências da Prefeitura Municipal. Não recorda se leu o documento, pois possuía boas relações com Santiago.

THYRSO ANDRADE MACHADO (testemunha – fl. 129) afirmou que reside na Rua dos Andradas, nº. 1955. Quanto à assinatura constante do documento da fl. 589, reconhece como sua, recordando que um conhecido seu, que era funcionário do Banco do Brasil, esteve em seu apartamento lhe indagando se o barulho da Boate Kiss lhe incomodava. Como a Boate não perturbava seu sossego, assinou o documento.

ERNESTO WILIBANDI SKREBSKY (testemunha – fls. 130-131) declarou que reside na Av. Rio Branco, nº. 820, Edifício Central. Referiu que quando a Boate Kiss começou a funcionar em 2009, iniciaram-se os problemas referentes ao barulho da Boate, principalmente música alta, pois os blocos “C e D” faziam fundos com a Kiss. Ademais, havia dois exaustores que também faziam muito barulho, “parecendo motores de avião quando em funcionamento”. Destacou que o som era tão alto que faziam vibrar os lustres de seu apartamento. Por ser Síndico do prédio, os moradores do local se reportavam a sua pessoa para que tomasse alguma providência. Por isso, colheu assinaturas de um abaixo-assinado feito no seu prédio e no prédio lindeiro à Boate, o qual foi encaminhado ao Ministério Público. Por cerca de um ano após a realização do abaixo-assinado, não houve mudanças. Posteriormente, o ruído baixou um pouco, mas nunca cessou. Sua esposa, Maria de Lourdes Flores Skrebsky, foi várias vezes na Prefeitura reclamar do barulho.

MARIA DE LURDES FLORES SKREBSKY (testemunha – fls. 132-133) declarou que reside no Edifício Central, situado na Avenida Rio Branco, nº. 820. Em 2009, quando a Boate Kiss inaugurou, começaram os problemas de poluição sonora devido à alta música tocada no interior da Boate, que fazia com que as janelas e lustres tremessem, não possibilitando que dormisse de quinta-feira a sábado, dias de funcionamento da Kiss. Em 2012, foram colocados dois exaustores de grande porte, que faziam barulho semelhante a turbinas de avião. Foi várias vezes até a Boate falar com “Kiko”; inclusive, em uma das vezes entregou o abaixo-assinado a ele. Kiko lhe pediu alguns dias, mas não resolveu nada. Entre 2009 e 2010, foi praticamente uma vez por semana na Prefeitura reclamar do barulho da Boate e pedir que os

fiscais vistoriassem o local, devido ao barulho e à falta de documentação, pois um fiscal lhe comentou que a Kiss estava funcionando sem os documentos necessários referentes a alvarás, mas estaria pagando as multas. Disse que várias vezes foi até a Secretaria de Mobilidade Urbana e falou com Sérgio Medeiros e outro funcionário que conhecia como Vargas. Certa feita, foi até a Prefeitura e encontrou Kiko conversando com o Secretário "Mânica" como se fossem conhecidos. Seu marido, Ernesto, era síndico. Destacou que foi feito um abaixo-assinado no seu prédio e no prédio ao lado, situado na Rua dos Andradas, nº. 1945, elaborado por Reginaldo Silva. O pedido de instauração de Ação Civil Pública foi efetivado por Ramon Lisboa, cuja esposa residia na Rua Andradas, nº. 1945. Os documentos foram encaminhados para o Ministério Público. Durante um ano não houve mudanças; após, diminuiu um pouco, mas não houve solução até o dia do incêndio.

MARCO ANTONIO PEREIRA DUARTE (testemunha – fl. 134) declarou que reside na Rua Andradas, nº. 1770. Referiu que não recorda a data em que assinou um documento favoravelmente ao funcionamento da Kiss, pois **o barulho da Boate não lhe perturbava, em razão da distância de sua casa da boate e do relevo**. Não lembra quem levou o documento para assinar. Apresentado o documento da fl. 585, reconhece somo sendo sua a assinatura.

JESSICA TORRES GRASEL (testemunha – fl. 135) declarou que **entre 2007 e 2012, residia em Camobi**. Contudo, frequentava seguidamente a casa de sua avó, que residia na Rua dos Andradas, nº. 2046. Apresentado o documento da fl. 592, reconheceu como sua a assinatura. Relatou que tinha uma amiga que trabalhava de recepcionista na Boate Kiss e seguidamente parava no local para conversar com ela. Acredita que em uma destas ocasiões, deva ter assinado a Consulta Popular de Impacto de Vizinhança, mas não sabe quem lhe pediu que assinasse. Das vezes que dormiu na casa de sua avó, nunca ouviu o som da Boate Kiss, posto que a casa ficava localizada abaixo da AABB.

VOLNEI TREVISAN (testemunha – fl.136) afirmou que reside na Rua dos Andradas, nº. 2037. Apresentada a assinatura constante no documento da fl. 589, reconheceu como sua a assinatura e recordou que três jovens estiveram em sua casa e perguntaram se o som da Boate Kiss lhe perturbava. Como **seu prédio é distante da Boate**, localizado em frente ao ginásio da AABB, não escutava barulhos advindos da Boate. Não lembra ter lido o cabeçalho do abaixo-assinado. Apresentada a assinatura constante na fl. 589, reconhece como sua.

Conforme certidão acostada aos autos, foi realizado contato com Lucas Escher Sperotto, que residia na Av. Rio Branco, nº. 820, o qual declarou que era conhecido de Kiko e que assinou o abaixo-assinado, pois era frequentador da Boate (fl. 137).

TANIA ELIZABETE BASSO DOS SANTOS (testemunha – fl. 138) declarou que reside na Rua dos Andradas, nº. 2041. Em data que não recorda, sua vizinha Dirce Beltrame esteve em seu apartamento e lhe apresentou uma pessoa dizendo que era seu conhecido, pai de um dos donos da Boate Kiss e que precisava de uma assinatura para um abaixo-assinado em favor do funcionamento da Boate Kiss. Como o barulho não lhe perturbava, assinou o documento, mas não se lembra de ter lido o conteúdo do mesmo. Questionado por que assinou duas vezes a Consulta Popular de Impacto de Vizinhança, falou que não recorda da segunda assinatura. Apresentadas as fls. 583 e 588 reconhece ambas as assinaturas como sendo suas.

THEREZINHA MARIA BOLLI MOTA (testemunha – fl. 139) declinou que reside na Rua dos Andradas, nº 2021. Quanto à assinatura constante na fl. 588, reconhece como sua, embora não recorde do documento apresentado. Sustentou que o barulho oriundo da Boate Kiss não lhe perturbava e que não conhecia nenhum dos proprietários do estabelecimento.

Conforme certidão datada de 21 de maio de 2013, foi realizado contato telefônico com Leonardo Zung Zborowski, que atualmente reside na cidade de Santa Rosa, mas em 2009 residia na Rua André Marques, esquina com a Rua dos Andradas, em uma pensão. Lembra que a dona da pensão lhe apresentou um abaixo-assinado para assinar, referente à Boate Kiss. Como o som advindo da Boate não lhe incomodava, assinou favoravelmente o documento (fl. 140).

Ainda, com o intuito de localizar Ana Carla Soares Bueno, foi mantido contato com a mãe da mesma, Sra. Carla, a qual relatou que sua filha está residindo em Chapecó/SC, destacando que nunca residiu na Rua dos Andradas, nº. 1838, mas, sim, trabalhava em um escritório que se localizava no citado endereço (certidão fl. 141).

Em contato telefônico com Laura Escher Sperotto, confirmou que assinou o abaixo-assinado favorável à Boate Kiss, pois foi indicada por duas vizinhas que conheciam Kiko (fl. 143).

MARIO CESAR DA SILVA DUTRA (testemunha – fls. 143-144) declarou **que era proprietário da Academia Pique, localizada na Rua dos Andradas**, nº. 1901, sala 01. Apresentada a assinatura no documento constante na fl. 588, reconhece como sua e recorda que um Senhor que disse ser pai de um dos proprietários da Boate Kiss, pediu que assinasse caso o barulho da Boate Kiss não lhe incomodasse. **Referiu que estava no seu local de trabalho das 8h às 11h30min e das 15h às 22 horas ou no máximo 22h30min.**

RODRIGO DE MORAES CAPA (testemunha – fl. 145) declarou que **trabalhava em um estacionamento na Rua dos Andradas**, nº. 1782, mas nunca residiu no local. Apresentada a assinatura constante no

documento da fl. 585, reconheceu como sua e lembrou que dois indivíduos fizeram uma entrevista, questionando se o barulho da Boate Kiss lhe perturbava. Como não havia problemas quanto ao funcionamento da Boate, assinou o documento.

KATIA DANIANE MARTINS CABREIRA (testemunha – fl. 146) afirmou que **trabalhava na Casa dos Aventais, situada na Rua dos Andradas**, nº 1805, porém nunca residiu no local. Mostrada a assinatura da fl. 585, reconheceu como sua e recordou que uma pessoa esteve na loja colhendo assinaturas para um abaixo-assinado favorável ao funcionamento da Boate Kiss. Falou para esta pessoa que o local era um endereço comercial, mas não tinha óbice algum ao funcionamento da Boate Kiss, pois o som não lhe incomodava, e por isso concordou em assinar o documento.

Com o objetivo de localizar JUAREZ GULART DE VARGAS (testemunha), entrou-se em contato com sua mãe, Loiva, a qual informou que o filho atualmente reside em São Sepé, mas que efetivamente residiu na Rua dos Andradas, ao lado da Boate Kiss, com sua irmã Bruma, mas que **se mudaram do local devido ao barulho da Boate** (certidão de fl. 147).

SILVIO CRISTIANO DOS SANTOS (testemunha – fl. 148) esclareceu que residia na Rua dos Andradas, nº. 1945, com seus amigos Reginaldo da Silva e Tiago Ineu Jardin, sendo **vizinhos de parede da Boate Kiss**. Informou que **o som da Boate lhes perturbava muito, pois era tão intenso que fazia vibrar os vidros do apartamento**, sendo que em 2009 assinou um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate, devido ao barulho. Em 2011, “Kiko” lhe abordou na rua e perguntou se o barulho estava lhe incomodando, sendo que respondeu que sim; então, ele falou que iria mandar alguém no seu apartamento para medir o som, o que efetivamente ocorreu. Ainda em 2011, houve a diminuição do barulho produzido pela boate, mas na rua as algazarras e o ruído dos carros permaneciam intensos. Não tem conhecimento se foi realizado um Estudo de Impacto de Vizinhança para a abertura da Boate.

Foi expedido o Ofício n.º 507/2013 ao Comandante da 3ª Divisão do Exército Brasileiro, solicitando a apresentação de militar (fl. 150).

ERICK ALBERTANI PAMPUCH (testemunha – fl. 151) declarou que **trabalhava na Academia Pique**, na Rua dos Andradas, **ao lado da Boate Kiss**. Apresentada a assinatura do documento da fl. 587, reconhece como sua, mas não recordava de ter assinado o documento e não sabe se alguém mais na academia assinou. Declarou que **nunca residiu na Rua dos Andradas**.

MANOEL JARY COSTA FERREIRA (testemunha – fls. 152-153) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1901, até 2013. **Referiu que a parede de seu apartamento fazia divisa com a Boate Kiss. O barulho**

da Boate era intenso e perturbava toda sua família. Em outubro de 2011, foi chamado, juntamente com sua esposa, Sibele, para uma audiência no Ministério Público, ocasião em que o Promotor de Justiça Ricardo Lozza comentou que a Boate estava funcionamento com o alvará vencido desde março e que estaria tomando as providências para o fechamento do estabelecimento. Questionou o Promotor do por que estava sendo chamado somente em 2011 se o abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss havia sido realizado em 2009. O Promotor respondeu que estava ouvindo as pessoas envolvidas. Após, em outubro de 2011, o som oriundo do interior da Boate Kiss não era mais ouvido. Todavia, o som dos veículos que estacionavam na frente da boate, algazarras e brigas continuaram; inclusive, relatou este problema ao Promotor. Quem o procurou para que assinasse o documento foi uma pessoa que não recorda o nome, mas disse que era procurador de Bagé. Apresentou cópia do depoimento de sua esposa no inquérito civil que investigou a existência de crime ambiental praticado pela Boate Kiss.

ENOILSO COCCO (testemunha – fl. 156) afirmou que até 2012, residiu na Rua dos Andradas, nº 2067 (esquina com a Rua André Marques). Em 2009, um senhor esteve no seu apartamento se identificando como pai de um dos sócios da Boate Kiss, e lhe pediu para que assinasse um documento referente ao funcionamento da Boate Kiss, exigido pela Prefeitura. Como o barulho da Boate não lhe perturbava, devido a distancia existente, assinou o documento e reconheceu a assinatura da fl. 589 como sua.

RENISE HAESBAERT FERNANDES (testemunha – fl. 157) declarou que, **entre 2009 e 2010, residia em Porto Alegre**. Estava visitando suas amigas Macarena e Dianele quando uma vizinha de nome Laura Scherer, que era frequentadora da Boate, pediu que assinassem um abaixo-assinado, o que fez sem ler o conteúdo do documento. Referiu que suas amigas Macarena e Dianele também assinaram. Em 2010, retornou a residir em Santa Maria, na Av. Rio Branco, nº 820, sendo que **o barulho da Boate Kiss era insuportável, tanto à noite quanto à tarde**, ocasiões em que as bandas ensaiavam. Nesta época, fizeram um abaixo-assinado reclamando do barulho da Boate Kiss, o qual assinou. Em 2011, o barulho da Boate diminuiu, mas o ruído dos carros e frequentadores da Boate continuou a incomodar.

Conforme certidão da fl. 158, entrou-se em contato via telefone com Rafael Batista Frescura, pai de Antonio Fernandes Frescura, o qual informou que aquele é muito idoso e não teria condições de depor. Contudo **relatou que seu pai efetivamente assinou um abaixo-assinado em 2009, a favor da Boate Kiss, a pedido de um senhor que se disse pai de um dos sócios da Boate**, pois o barulho não lhes importunava, visto que **residem na Rua dos Andradas, entre a Avenida Rio Branco e a Rua Floriano Peixoto**.

FELIPE DA LUZ FERREIRA (testemunha – fl. 159) declarou que, em 2009, residia na Rua André Marques, nº 617, onde havia uma pensão para estudantes. Apresentada a assinatura da fl. 586, reconhece como sua, mas não recorda de ter assinado o documento, pois o barulho dos veículos com som alto lhe importunava, não conseguia dormir direito. **Acredita que tenha assinado sem ler o cabeçalho do documento, pois achava que era um abaixo-assinado contra o funcionamento da boate.**

JUAREZ GULART DE VARGAS FILHO (testemunha – fls. 160-161) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1909, até 2010, ao lado da Boate Kiss, juntamente com Guilherme Brum Tatsch e Wilian da Silva Potter. Sua irmã, Bruna, residiu no local por alguns meses. **No início do funcionamento da Boate, o barulho da Kiss e dos veículos era intenso**, motivo pelo qual assinou um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate. Posteriormente, o barulho da Kiss diminuiu. Nesta época passou a frequentar o estabelecimento e lembra que **assinou um abaixo-assinado a favor do funcionamento da Boate, embora ainda houvesse barulho, porém não recorda quem pediu para que assinasse**. Mencionou que Ricardo Pirotti Walter era seu amigo, mas que não residia no seu apartamento em 2009. Apresentada a assinatura da fl. 588, reconhece como sua.

GIORDANO RAFAEL TRONCO ALVES (testemunha – fls. 162-163) esclareceu que reside na Rua dos Andradas, nº 1985, sendo que no ano em que a Boate abriu, “Kiko” foi até seu apartamento e perguntou se o barulho oriundo da Kiss lhe incomodava. Não tinha problemas com o barulho interno da Boate, mas somente com o ruído externo, porém entendia que não era culpa dos proprietários da Boate, razão pela qual assinou o documento favorável ao funcionamento da Kiss. Seus pais não concordaram em assinar, pois se sentiam incomodados com o barulho da Boate e eram contrários à intenção de ela funcionar naquele local. Quanto à segunda assinatura, não se recorda, mas acredita que tenha sido após alguma reforma que ocorreu na Kiss, para ratificar que o barulho seguia sem lhe incomodar. Em nenhuma das ocasiões leu o cabeçalho dos documentos.

SIBELE FRESINGHELLI FERREIRA (testemunha – fls. 164-166) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1901, até 2013. **Disse que seu apartamento era vizinho de parede com a Boate Kiss, sendo que o barulho originado era muito alto e a incomodava, impedindo que sua família dormisse**. Salientou que era necessário colocar os colchões na sala para que o ruído ficasse um pouco menor. Em data que não recorda, lembra que um senhor, que se identificou como Promotor ou Procurador de Bagé, pediu que assinasse uma manifesto contra o barulho advindo da Boate Kiss. Na semana posterior, ela e seu marido, Manoel Jary Costa Ferreira, assinaram o documento. Após o abaixo-assinado, o barulho do interior da Boate diminuiu, mas a perturbação nas imediações, devido às algazarras e brigas dos frequentadores, bem como barulho dos veículos com som alto, persistiram. Destacou que na frente da Boate era proibido estacionar, mas veículos dos

frequentadores e dos proprietários seguidamente estacionavam no local e a Brigada Militar, mesmo presenciando o fato, nada fazia. Em outubro de 2011, juntamente com seu marido, foi chamada no Ministério Público, ocasião em que tiveram uma audiência com o Promotor de Justiça Ricardo Lozza, o qual lhe falou que, como a Boate estava funcionando com documentos vencidos, diante dos depoimentos colhidos, teria condições de mandar fechar a Kiss. Ficaram muito felizes achando que a Boate seria fechada, mas isso nunca ocorreu. Em setembro de 2012, "Kiko" lhe procurou e lhe deu um telefone para que pudesse contatá-lo em caso de barulho, a fim de que tomasse providências, chamando a Brigada Militar, se necessário, controlando o som alto dos veículos que passavam pela frente da boate. Não tem conhecimento se o abaixo-assinado feito contra a boate foi encaminhado à Prefeitura. No andar térreo do seu prédio, funcionava uma academia de ginástica, a qual, para poder funcionar, necessitou consultar todos os moradores do prédio, o que não ocorreu com a abertura da Boate Kiss.

LOTHAR HEINZ STOEVER JUNIOR (testemunha – fl. 167) afirmou que foi diretor geral do Carrefour, situado na Av. Rio Branco, nº 732, até o mês de janeiro de 2011, mas **nunca residiu no local**. Apresentada a assinatura da fl. 592 (Consulta Popular), reconhece como sua, porém não recorda quem lhe pediu para que assinasse. Não conhecia nenhum dos proprietários da Boate Kiss.

DANNY GREGORY FONSECA BENITES (testemunha – fl. 168) declarou que residiu em uma pensão na Rua André Marques esquina com a Rua dos Andradas até 2010. Apresentada a assinatura constante na fl. 583, reconhece como sua e Afirmou que uma pessoa que se dizia funcionário da Boate Kiss (após, identificado como Diego Guerreiro Fontella) esteve na pensão pedindo para que assinassem o abaixo-assinado, caso o barulho da Boate Kiss não lhes perturbasse. Como o barulho não chegava até a pensão, assinou o documento.

JOÃO PAULO CARPES DA TRINDADE (testemunha – fls. 169-170), reinquirido, declarou que as duas primeiras medições sonoras do barulho produzido pela Boate Kiss foram feitas pela Brigada Militar, mas não recorda a época. Questionado se não lembrava de civis fazendo as medições sonoras antes da Brigada Militar, respondeu que não. Mostradas as fotografias de Tiago Flores Mutti e de Alexandre Silva da Costa, Afirmou que nunca estiveram na sua casa fazendo as medições sonoras. Após a Brigada Militar fazer a medição sonora, Kiko e mais dois indivíduos estiveram na sua residência para realizar a medição sonora. Apresentado o Laudo Técnico de Medição de Níveis de Pressão Sonora e Análise de Campo de Som (fls.173-175), **afirmou com total convicção que esta medição não ocorreu**; inclusive, o horário constante no documento sequer era horário de funcionamento da Boate.

JOSE GABRIEL BENITZ SALIM (testemunha – fl. 176) esclareceu que residia na Rua dos Andradas, n º 1909, ao **lado da Boate Kiss**. Desde a abertura da Boate, **o barulho era insuportável**. Inclusive, assinou um abaixo-assinado contra o funcionamento da Kiss. Também enfrentavam problemas com o barulho exterior à Boate, ruídos de seus frequentadores e dos veículos. Não tem conhecimento se os proprietários da Kiss fizeram um abaixo-assinado consultando os moradores de seu prédio ou de outros vizinhos do entorno.

SUZAN ELLEM RIBEIRO DA SILVA MARQUES (testemunha – fl. 177) declinou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1909. **Desde a abertura da Boate, o barulho era insuportável**. Após a assinatura do abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss o barulho do interior diminuiu, mas o som do exterior (algazarras, gritos e brigas dos frequentadores, além do barulho dos veículos) persistia. Os clientes urinavam e vomitavam na porta de seu prédio.

Conforme certidão de fl. 179, não foi localizada Macarena da Silva Trindade.

De acordo com a certidão de fl. 180, DIEGO GUERREIRO FONTELLA (testemunha), informou que atualmente reside em Canoas, mas que no ano de 2009 residia em uma pensão na Rua André Marques, nº 617, e trabalhava no Estacionamento “Xavier e Xavier” conveniado com a AABB. Confirmou que assinou o abaixo-assinado favoravelmente, pois o Sr. Mutti – que conhecia do estacionamento, já que era aposentado do Banco do Brasil – levou o documento até a pensão que residia.

CELIA GELLER (testemunha) informou que está residindo em Curitiba, mas que morou na Avenida Rio Branco, nº 42, e que recorda que alguém levou no seu apartamento um abaixo-assinado referente à Consulta Popular de Impacto de Vizinhança (certidão de fl. 181).

LUIZA PASSOELLO (testemunha) referiu que atualmente está residindo em Porto Alegre. Declarou que era proprietária de um curso preparatório para concursos de nome Letra da Lei, situado na Rua dos Andradas, nº 1816. Como o barulho da Boate Kiss não lhe atrapalhava, tendo em vista que o curso funcionava somente até as 22h, assinou o abaixo-assinado (certidão de fl. 182).

GUSTAVO BADALOTI (testemunha) disse que reside atualmente em Santo Ângelo, mas que em 2009 residiu na Av. Rio Branco, nº 242, e que recorda que seu colega de apartamento de nome Tiago Bottan levou um abaixo-assinado referente à Boate Kiss para que assinasse. Como o barulho da Boate não lhe incomodava, assinou o documento. Revelou que Tiago era integrante de uma banda que eventualmente tocava na Boate Kiss (certidão da fl.183).

LUIS FELIPE RIBAS NIEDERAUER (testemunha – fl. 184) declarou que trabalhava em uma empresa que funcionava dentro do estacionamento do Carrefour, chamada “Box Três”, situado na Av. Rio Branco, nº 732, **mas nunca residiu no local**. Apresentada a assinatura da fl. 586, reconheceu como sua e Afirmou que não recorda quem levou o documento, mas assinou porque o barulho da Boate não lhe incomodava.

NELSI HELENA BOESIO PIGATO, síndica do prédio situado na Rua dos Andradas, nº 1945, informou que desde 2009 o prédio é exclusivamente residencial (certidão de fl. 185).

CARMEM LUCIA DOS SANTOS TRINDADE (testemunha – fl. 186), reinquirida, ratificou que a Brigada Militar realizou medições sonoras no apartamento em que residia na Rua dos Andradas, nº 1945. “Kiko” também realizou, em uma ocasião, medição sonora no seu apartamento, mas não sabe se antes ou depois da Brigada Militar. Em um primeiro momento, a Boate funcionava sextas-feiras e sábados, posteriormente passou a funcionar também nas quintas-feiras (“quintaneja”).

Em contato via telefone com o Síndico do Edifício Central, situado na Av. Rio Branco, nº 820, Sr. Ernesto Wilibald Skrebsky informou que é sindico do prédio referido desde 2002 e que só há uma sala comercial no condomínio; o resto são apartamentos residenciais (certidão de fl. 187).

Conforme Relatório de Investigação juntado às folhas 188-190, datado de 28 de maio de 2013, foi comprovado haver indícios de fraude na confecção da Consulta Popular, documento integrante do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado pelos proprietários da Boate Kiss à Prefeitura Municipal de Santa Maria para a obtenção de alvarás: **das 61 pessoas que assinaram** o abaixo-assinado favorável ao funcionamento da Boate Kiss, **apenas 21 pessoas residiam em um raio de 100 (cem) metros**, conforme determina a legislação. Na mesma época, foi encaminhado pelos moradores residentes nos prédios lindeiros à Boate Kiss um abaixo-assinado ao Ministério Público e à Prefeitura Municipal de Santa Maria, documento no qual reclamavam da perturbação e/ou poluição sonora provocada pela Boate Kiss. Posteriormente, houve medição dos ruídos da Boate pela Patrulha Ambiental, a qual constatou crime de poluição sonora. Porém, **mesmo o município ciente do problema de poluição, expediu o Alvará de Localização**. Esta Consulta Popular – com sérios **indícios de fraude** – serviu, também, de base para a liberação do Alvará Ambiental, juntamente com o Laudo Técnico de Medição Sonora, o qual foi confeccionado por um dos proprietários da Boate, e também possui **indícios de fraude**.

Diante dos indícios apurados, no dia 28 de maio de 2013, foi determinado pelo Delegado Regional Marcelo Mendes Arigony a instauração de inquérito policial para apuração dos crimes de falsidade e crime ambiental,

designando os Delegados de Polícia Sandro Meinerz, Gabriel Zanella e Luiza Sousa para presidirem os procedimentos investigatórios.

Foi registrada a ocorrência policial nº. 08/150509/2013 (fl. 191), com o fito de inclusão no sistema.

Encaminhou-se ao Prefeito Municipal o Ofício nº. 519/2013, requisitando documentos relativos aos Alvarás Sanitários da boate, o qual foi recebido em 31 de maio de 2013 (fl. 192).

TIAGO NEU JARDIM (testemunha – fl. 194-196) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº. 1945, apartamento 06, **vizinho de parede da Boate Kiss** até dezembro de 2009. Quando a Kiss começou a funcionar, em julho de 2009, **o som emitido por ela era tão intenso que os vidros das janelas, o piso e as paredes do apartamento em que residia vibravam**, sendo que para poderem conversar dentro do imóvel havia a necessidade de elevar o tom de voz, chegando à beira de gritos. Diante do volume do som, **era impossível dormir e conseguir estudar**, precisando colocar abafadores de ouvidos para realizar tais atividades. Informou que em setembro de 2009, juntamente de RAMOM LISBOA (Procurador Federal) e NELSI PIGATO, foram até o Ministério Público, onde foram atendidos pelo Promotor de Justiça JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO, ocasião em que entregaram o abaixo-assinado solicitando que o representante o Ministério Público adotasse as medidas pertinentes. Posteriormente, em outubro ou novembro de 2009, teve a impressão de que a intensidade do som que era emitido pela Boate diminuiu, mas continuava a importunar. Como o apartamento em que morava na Rua dos Andradas ficava de frente para a rua, o barulho dos clientes da Kiss que formavam filas para entrar, as algazarras, o barulho do som automotivo dos carros que estacionavam nas imediações da Kiss e as brigas perturbavam os moradores. Nas quintas-feiras, sextas-feiras e nos sábados para domingo **era praticamente impossível permanecer dentro do apartamento devido à poluição sonora** da boate. Destacou que não saía de casa porque muitas vezes não tinha para onde ir, mas às vezes, nos finais de semana, ia para casa da namorada para descansar, fugindo do barulho da Boate, mas os colegas de apartamento não tinham a mesma sorte. Disse ter uma vaga lembrança que a Brigada Militar esteve no seu apartamento para verificar a intensidade do som.

WILLIAN DA SILVA POTTER (testemunha – fls. 197-198) afirmou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1909, **ao lado da Boate Kiss**. Quanto ao barulho oriundo do interior da Boate Kiss, afirmou que do seu quarto não escutava. Todavia, o barulho das imediações (badernas dos frequentadores, das filas, dos veículos com som alto, estouros de garrafas, brigas, etc.), perturbavam bastante até por volta das 08 horas. Também, seguidamente os clientes da Boate urinavam na porta de seu prédio. Referiu que residia juntamente com Juarez Goulart de Vargas Filho, Bruna de Vargas e Ricardo Pirotti Vargas. Apresentada a assinatura do abaixo-assinado contra o

funcionamento da Boate Kiss, reconhece como sendo sua e afirmou que assinou devido à poluição sonora. Como trabalhava durante o dia, não deveria estar em casa quando o Estudo de Impacto de Vizinhança passou pelo seu prédio para que assinasse.

Foram adjungidos ao presente Inquérito cópias de documentos do inquérito civil (dois relatórios de medição sonora feitos pela Brigada Militar, abaixo-assinado realizado pelos moradores que residiam próximo à Boate Kiss, documento no qual reclamavam do barulho oriundo da Kiss, dentre outros documentos) – fls. 203-236.

CLAUDIO ALVES DOS SANTOS (testemunha, Policial Militar – fls. 238-239) declarou que trabalha na Patrulha Ambiental da Brigada Militar e que desde 2009 passou a fazer medições sonoras, após realizar curso para utilizar o aparelho decibelímetro. Recordou que aproximadamente em outubro de 2009, em virtude de requisição do Ministério Público, fizeram contatos com os moradores que residiam próximos à Boate Kiss e que haviam reclamado do barulho, a fim marcar horário mais pertinente, ou seja, dias com maior incidência de barulho para realizar a medição sonora. Também contatou com um dos proprietários da Kiss, cujo nome não recordou, para que lhe apresentasse os Alvarás de Localização, dos Bombeiros e o Estudo de Impacto de Vizinhança, contudo não lhe foram entregues. No dia 24 de janeiro de 2010, após a 1 hora da madrugada, foi até o apartamento de um casal de idosos na Rua dos Andradas, nº 1945, fundos da Boate. Destacou que o barulho da Kiss era tão intenso que provocava a trepidação das janelas do apartamento. A medição alcançou 55.07dB(A), considerada prejudicial à saúde e ao sossego. No dia 29 de janeiro de 2010 retornou em data que a Boate não funcionava e realizou a medição, a qual alcançou 42.51dB. Comparando as duas medições, concluiu que o ruído gerado pela Boate Kiss ultrapassava 12.57dB(A) dos níveis toleráveis. O resultado foi encaminhado ao MP para instrução de um Inquérito Civil, por meio do Ofício nº. 030/1ªCIA/2010, referindo à existência do crime de poluição ambiental. Neste caso, o Batalhão Ambiental não registra ocorrência. Devido a dificuldades de agendamento da medição sonora que deveria ser feita de madrugada, somente fizeram a medição no apartamento referido, que era o mais próximo da Kiss. Afirmou que o decibelímetro é calibrado a cada dois anos em um laboratório da PUC. Apontou irregularidades no Laudo Técnico da Boate Kiss feito por Tiago Mutti, pois foi efetuado em causa própria, não foi elaborado relatório das medições (apenas medição final), e o ruído foi medido com o som produzido por um CD, cuja intensidade é diferente de uma banda.

CARLOS ALBERTO MOLINA DE CAMPOS (testemunha – Policial Militar, fls. 240-241) esclareceu que no ano de 2011, entre junho a agosto, juntamente com o Sargento Emerson Cristiano Rodrigues Santos, foram requisitados para fazer uma medição sonora na Boate Kiss por ordem do Ministério Público. Na madrugada, tocaram no interfone de um prédio ao lado da Boate, se identificaram e pediram para fazer a medição sonora. Realizaram

a medição na sala do apartamento, que fazia divisa com a parede da Boate. No imóvel residia um casal de idosos. Lembra que no quarto do casal **a medição resultou elevada**. Inclusive, a janela vibrava com o som que era emitido pela Boate. Aduziu que Emerson possui curso para usar o decibelímetro e emitir o laudo.

EMERSON CRISTIANO RODRIGUES SANTOS (testemunha Policial Militar, fls. 242-243) declarou que em 2001 fez um curso para ser apto a utilizar o decibelímetro e desde 2002 trabalha com medição sonora. Em 2011, juntamente com o Sargento Campos, foram designados para realizar a medição sonora da Boate Kiss, por solicitação do Ministério Público. Executaram a medição em um prédio lindeiro, não recorda exatamente as condições, mas ao ver o documento que confeccionou, referente à Medição Sonora, afirmou que os níveis obtidos no apartamento lindeiro excediam em 15,91 dB os limites tolerados pela NBR 10151/2000 (40 dB). Informou que tem conhecimento de que a pessoa que fica exposta à poluição sonora desenvolve sérios problemas de saúde. Fizeram a medição somente uma vez, pois era difícil obter a permissão dos moradores para entrarem nos seus apartamentos de madrugada. O aparelho que utilizam para realizar a medição sonora possui validade quanto à sua calibração por dois anos, emitida pela PUC de Porto Alegre. Entende que a medição realizada pelo engenheiro e então proprietário da Boate Kiss, Tiago Mutti, é no mínimo duvidosa, pois efetivada em causa própria. Inclusive, ambos realizaram medições no mesmo local, porém a medição que fez resultou em 55,91 dB e a do engenheiro Tiago em 40dB. Acredita que essa diferença possa ter ocorrido devido a quatro hipóteses: o aparelho não estaria aferido e calibrado; os níveis de ruídos da Boate estivam abaixo do constante no laudo; os dados foram lançados no laudo equivocadamente ou erroneamente; o horário em que foi realizado (às 22h30min. e 23h30min. a Boate não estaria funcionando, pois no laudo consta que foi usado um CD que gera ruído diverso de um local com uma banda tocando e centenas de pessoas dentro do estabelecimento).

Foi encaminhado o Ofício nº. 0553/2013 ao Prefeito Municipal requisitando todos os documentos referentes aos Alvarás de Licença Ambiental da Boate Kiss, recebido no dia 07 de junho de 2013 (fls. 244-246).

Foi remetido o Ofício nº. 554/2013 ao Conselho Regional de Engenharia, documento que foi recebido em 07 de junho de 2013 (fl. 247).

DIANELE VIDAL DOS SANTOS (testemunha – fls. 248-249) declarou que residiu na Av. Rio Branco, nº. 820, juntamente com Renise Fernandes e Macarena Trindade. Conhecia Kiko devido à existência de amigos em comum e ao fato de Renise “ficar” com ele em 2008. O som da Boate Kiss não era o principal incômodo, mas sim as janelas de alumínio que vibravam e emitiam um barulho muito chato. Lembra que **em uma tarde Kiko foi ao seu apartamento com outro rapaz, cujas características não recordava, mas com a mesma idade. Kiko falou que os vizinhos estariam reclamando do**

barulho da Boate. Nesta ocasião, **Kiko fez um teste para verificar a intensidade do som emitido** pela Boate. **Ele ligava para o "pessoal" que estava dentro da Kiss e pedia para aumentar e baixar o som, mas não percebeu se Kiko estava utilizando algum aparelho para medir o som**; **acha que era "de ouvido"**. Em um determinado momento, **Kiko falou que os vizinhos estavam fazendo um abaixo-assinado contra a Boate e pediu que não assinassem, mas que assinassem um documento que ele possuía a favor do funcionamento da Boate**. **Kiko deixou um número de celular que era para ligarem caso o som da Boate estivesse lhes perturbando e as convidou para conhecer a Boate: era só falar com ele para que "liberasse a portaria". A partir deste dia, foram três vezes na Kiss sem precisar pagar o valor da entrada**. Kiko perguntou se conheciam mais algum vizinho, tendo indicado Laura e Lucas, que moravam na frente do seu apartamento, mas não sabe se assinaram o documento. No dia em que Kiko esteve em seu apartamento, não recorda se portava algum documento. Acredita que tenha passado na Boate e assinado o documento. Lembra que chegou a ligar algumas vezes para Kiko para informar que o volume do som da Boate estava perturbando. Após se mudarem de endereço, perderam contato com Kiko, inclusive **nas outras vezes que foram na Boate precisaram pagar os ingressos**. Apresentado o documento da fl. 591, referente ao abaixo-assinado favorável ao funcionamento da Boate Kiss, reconhece como sua a assinatura ali constante e quanto ao abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss só ouviu falar que estavam colhendo assinaturas.

MACARENA DA SILVA TRINDADE (testemunha – fls. 250-251) declarou que residiu na Avenida Rio Branco, nº 820, até novembro ou dezembro de 2010, juntamente com suas amigas Renise Fernandes e Dianelle Vidal dos Santos. Conheceu "Kiko" nesta época, por intermédio de Renise e por outros amigos em comum. Recorda que em uma tarde Kiko e Alexandre, sócio da Boate, bateram na porta de seu apartamento e perguntaram por Renise, a qual não estava. Kiko perguntou-lhe, assim como a Dianelle se sentiam muito incomodadas com o som da Boate. Respondeu que o que mais incomodava era a vibração do som em sua janela, a qual ficava bem na frente do teto da Boate, **impedindo que dormisse toda à noite**. Kiko questionou se conheciam o síndico do prédio que estava fazendo um abaixo-assinado. Respondeu que sim, mas não tinha conhecimento quanto ao abaixo-assinado; Kiko disse que seria melhor para eles se não assinassem. Kiko ligou para alguém que estava dentro da Boate e pediu que fossem aumentando o som e ia perguntando se o volume estava bom ou se estava muito alto. Após esse dia, sua janela parou de vibrar, mas passou a escutar claramente as músicas do som mecânico e das bandas. Quando o som da Boate estava muito alto, Dianelle mandava mensagem para Kiko pedindo que baixasse o volume. Kiko ofereceu-lhe cortesias e também para suas amigas, que passaram a frequentar a Boate. Apresentada a assinatura constante no documento da fl. 591, reconhece como sua e relata que na época em que assinou o documento namorava e por isso não ficava muito em casa. Após o término do namoro, em março de 2010, passou a ficar mais tempo em casa e **sentia-se irritada por**

não conseguir dormir e seguidamente pedia para Dianele mandar mensagem para que Kiko baixasse o som da Boate. Isso ocorria principalmente nos finais de semana. Aconteciam também muitas brigas na rua que a impediam de dormir. Informou que precisava dormir durante o dia para recuperar as noites nas quais não conseguia dormir devido ao barulho.

Foi encaminhado o Ofício nº. 568/2013 ao Prefeito Municipal, recebido no dia 11 de junho de 2013 (fl. 252), o qual reiterava diversos Ofícios encaminhados e não respondidos pelo poder executivo do município.

Em 11 de maio de 2013, foi recebido o Ofício nº. 808/2013 da Prefeitura Municipal de Santa Maria com diversos documentos anexados, em resposta do Ofício nº. 519/2013 (fls. 253 - 282).

Foi recebido o Ofício nº. 814/2013 com diversos documentos anexados, em resposta ao Ofício nº. 467/2013, acostados nos autos (fls. 283 - 313), o Ofício nº. 819/2013, referente ao Ofício nº. 568/2013, documentos adjungidos aos autos de fls. 314 a 317 e o Ofício nº. 736/2013, relacionado ao Ofício nº. 481/2013, que gerou a juntada dos documentos de fls. 318 a 324.

NELSI HELENA BOESSIO PIGATTO (testemunha – fls. 325-327) declarou que reside e é síndica do Edifício Esmeralda, localizado na Rua dos Andradas, nº. 1945, há cerca de 15 anos. O edifício é vizinho de parede da Kiss. **Quando a Boate começou a funcionar em julho de 2009, o barulho era intenso, as janelas trepidavam, parecia que estava dentro da Boate**. Em 2011, com algumas reformas, o barulho diminuiu. Salientou que seu apartamento é no terceiro andar e do lado oposto dos apartamentos que faziam divisa com a Boate, mas para dormir ligava o som em um volume elevado, pois ouvia o som da Boate, o qual não era música, era um “bate-bate”. Além do barulho do som, havia o ruído dos frequentadores da Boate na rua. Nos degraus na frente do prédio, havia ainda cheiro de urina e vômito. Uma das entradas do prédio era feita de depósito de lixo. Nas manhãs, após o funcionamento da Boate, um rapaz limpava a calçada da Boate e umas bombonas de lixo. **A água suja escorria pela calçada e pela sarjeta. O lixo da boate era colocado nos contêineres. Nos dias de festas, eram colocados ferros na calçada para organizar as filas, fazendo com que as pessoas que precisassem passar pela frente necessitassem caminhar pela rua**. Os vizinhos fizeram um abaixo-assinado e levaram no Foro ou no Ministério Público, sendo que foi junto, mas não sabe se este documento foi entregue na Prefeitura. Foram feitas várias reformas na Kiss, pois os materiais de construção eram colocados na frente da Boate. Não existe apartamento de numeração 201 no prédio.

Foi encaminhado o Ofício nº. 571/2013 (fl. 328) ao Prefeito Municipal de Santa Maria, que foi recebido no dia 13 de junho de 2013, relativamente a questões de acessibilidade.

RENISE HAESBARTH FERNANDES (testemunha – fls. 329-330), reinquirida, ratificou seu depoimento e acrescentou que ficou uma vez com Kiko no Bar do Pingo. De junho de 2009 a fevereiro de 2010, trabalhou em Porto Alegre, mas vinha algumas vezes para Santa Maria e acredita que em uma delas foi que assinou o Estudo de Impacto de Vizinhança a favor do funcionamento da Boate Kiss. Quando retornou para Santa Maria, voltou a morar juntamente com Macarena e Dianele, mas em novembro de 2010 pediu para que desocupassem o apartamento e acabou perdendo o contato com elas. **Em 2010 e 2011, o barulho da Boate era muito intenso**. Nos finais de semana, sempre ia para a casa do seu namorado em São Vicente do Sul. Lembra que houve uma reforma, que acredita que tenha ocorrido em dezembro de 2011, a qual fez com que diminuísse o barulho, mas não cessou. Também havia o ruído das pessoas na rua, barulho de veículos e de buzinas impedindo que dormisse. Várias vezes chamou a Brigada Militar, que a orientou a procurar o Setor de Posturas da Prefeitura Municipal. Ligou para Prefeitura e foi instruída a ir pessoalmente fazer uma denúncia, mas como lhe relataram inúmeras burocracias, acabou desistindo. Relatou que **possui insônia e toma medicamentos para controlá-la e a Boate Kiss acabou agravando a situação** e a obrigou ir para casa do namorado nos finais de semana para descansar melhor.

SYDNEI HARTZ ALVES (testemunha – fls. 331-332) declarou que reside na Rua dos Andradas, nº 1985, na mesma calçada da Boate Kiss. Desde o primeiro momento em que **a Boate passou a funcionar, começaram a ter problemas com o lixo produzido pela Boate**: enchiam os contêineres com garrafas, jogavam lixo no meio-fio e “tocavam água”, que escorria até a esquina da Rua André Marques, bem como lavavam tonéis que continham restos de bebidas na rua. Estes procedimentos eram realizados na manhã seguinte ao funcionamento da Boate, acarretando interrupção do fluxo na calçada e acúmulo de insetos. Sua esposa contatou a Prefeitura para reclamar do lixo e, inclusive, levava fotos para comprovar. Outro problema, é que os frequentadores da Boate usavam o jardim e escadaria do seu prédio para depositar lixos, sapatos e urinar, além do barulho de gritarias e do som alto. Todas estas perturbações levaram a testemunha e sua esposa a recorrer a casas de lazer para passarem os finais de semana e poderem dormir. Quanto ao barulho interno da Boate, não escutava, pois entre seu prédio e a Kiss havia cerca de quatro prédios. Diversas vezes reclamou para um dos proprietários da Boate, cujo nome não sabe, do lixo. Os problemas com o lixo e com o barulho dos clientes duraram todo o período de funcionamento da Kiss. Em decorrência disso, foi obrigado a adquirir outro apartamento. Seu filho, Giordano, assinou o abaixo-assinado a favor do funcionamento da Kiss, pois realmente o barulho do interior da Boate não era ouvido do seu prédio. Se tivessem lhe pedido para assinar o documento, não teria assinado.

VANIA MARIA TRONCO (testemunha – fls. 333-335) afirmou que reside na Rua dos Andradas, nº 1985. Um dia, quando estava

chegando em casa, havia um senhor de 55 a 60 anos de idade conversando com seu filho. Após, perguntou para seu filho do que se tratava, sendo que ele falou que era uma pesquisa para saber se o barulho da Boate Kiss estava perturbando. Perguntou por que não fizeram com os pais, visto que com jovens a pesquisa fica direcionada, pois eles podem frequentar a Kiss. Se tivessem lhe consultado, não assinaria favoravelmente, posto que se sentia profundamente incomodada com o barulho que os frequentadores faziam. Seu marido, Sydnei, ficava muito incomodado: em um primeiro momento trocou de quarto, após comprou outro apartamento. Em muitos finais de semana, Sydnei ia para Vale Vêneto para poder descansar. Quanto ao lixo, havia os resíduos líquidos provenientes da lavagem de tonéis na calçada. Os sólidos enchiam os tonéis da quadra a ponto de não comportar mais o armazenamento do lixo dos moradores, que ficavam depositados ao lado de fora do contêiner, expostos ao sol, exalando mau cheiro e proliferando insetos e roedores. Como cidadã contribuinte se sentia muito incomodada, agredida. Em dezembro de 2010, foi até a **Prefeitura para reclamar**, ocasião em que lhe encaminharam para a **Secretaria de Mobilidade Urbana**. Entretanto, a pessoa responsável não estava no momento, mas passou a situação para o atendente da Secretaria, mas sua **denúncia não teve resultado**. Durante o primeiro semestre de 2011, fez mais três denúncias via telefone. No meio do ano de 2011, foi colocada uma segunda lixeira (contêiner) e percebeu que o funcionário da Boate responsável pelo lixo passou a distribuir o lixo da Kiss entre as duas lixeiras e começou a levar parte do lixo para uma lixeira na Av. Rio Branco. Toda a rua ficava suja com o lixo gerado pelos frequentadores da Boate. Os resíduos não eram recolhidos por ninguém, salvo por moradores incomodados. No seu prédio, o cheiro de urina era forte e algumas vezes havia vômito nas escadas. O barulho dos clientes na rua era intenso, devido a brigas, ruído de veículos, som alto.

ROGER SHOLOSSMACKER FUMAGALI (testemunha – fls. 336-338) esclareceu que reside na Rua dos Andradas, nº. 1949. A Boate Kiss inaugurou em julho ou agosto de2009 e recorda que seus sócios eram Tiago Mutti e Alexandre Costa (gerente). Desde que **a Boate começou a funcionar, teve problemas com o som, que era tão intenso que fazia os vidros da sacada e de seu quarto vibrarem, impedindo-o de dormir**. Tal situação o incomodava muito, inclusive algumas noites ia dormir na casa da ex-namorada. Lembra que foi procurado por Nelson Holsbach, na época sindico do Edifício Luppe, mas não tem conhecimento se este abaixo-assinado foi entregue no Ministério Público ou na Prefeitura Municipal. Em 30 de setembro de 2009, protocolou na Prefeitura Municipal um pedido de vistoria na Boate Kiss em razão da perturbação do sossego, o qual gerou o protocolo nº 027511/2009. Os frequentadores da Boate Kiss usavam o corredor do Prédio Luppe como banheiro e depósito de lixo. Em 2010, quando “Kiko” passou a ser sócio da Boate, a entrada do prédio passou a ser limpa, pois uma pessoa recolhia o lixo do local e colocava nos contêineres, sendo que muitas vezes os lixos dos vizinhos ficavam do lado de fora por falta de espaço. Após, lavavam umas bombonas azuis na frente da Boate e a água suja e escura descia pela sarjeta

até uma “boca de lobo”. Em 2011, percebeu que estavam fazendo uma reforma devido à descarga de pedras no local e imagina que tenha sido para fins de isolamento acústico, visto que o som diminuiu, a vibração acabou, mas ainda escutava as músicas. Também lhe perturbavam o barulho de veículos, o som alto de automóveis, além das algazarras, gritarias e brigas na frente da Boate. Muitos veículos estacionavam na frente da Kiss, que é local proibido e não sabe de qualquer fiscalização feita pela Brigada Militar no local. Apresentada a assinatura da fl. 532, reconhece como sua. Conhece Alexandre Costa e Tiago Mutti e sabe que são amigos de Giovane Mânica desde o tempo de jovens. No dia em que protocolou a denúncia na Prefeitura, o fiscal de nome Alexandre Pinzon Vargas, que é seu conhecido há cerca de 15 anos, lhe falou que a Boate não poderia estar funcionando por falta de alvará. Solicitou a juntada de cópias do procedimento que protocolou na Prefeitura, bem como do Ofício que recebeu do Ministério Público informando sobre o arquivamento do Inquérito Civil que tratava de poluição sonora da Boate Kiss.

No dia 18 de junho de 2013, foi recebido o Ofício nº. 854/2013 da Prefeitura Municipal de Santa Maria, em resposta ao Ofício nº. 553/2013, que gerou a juntada de diversos documentos (fls. 354 – 470).

Foi expedido e encaminhado o Ofício nº. 584/2013 ao Prefeito Municipal, documento recebido no dia 18 de junho de 2013 (fls. 471-476), em virtude da inconsistência das respostas que a Prefeitura estava apresentando até aquele momento.

Em 20 de junho de 2013, foi recebido o Ofício nº. 884/2013 da Prefeitura Municipal, afeto ao Ofício nº. 571/2013, acompanhado dos documentos adjungidos aos autos (fls. 477-482).

Procedeu-se a juntada de diversos documentos extraídos do IP N.º 94/2013/150501, referentes a fiscalizações feitas em estabelecimentos comerciais pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, após o incêndio na Boate Kiss. Dos trinta e quatro estabelecimentos fiscalizados, quinze tiveram suas atividades imediatamente cessadas e três receberam recomendações da Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana para que cessassem suas atividades (fl. 483 - 537).

Através do Ofício nº. 603/2013 foi solicitado ao Comandante da 1ª CIA Ambiental no dia 25 de junho de 2013 (fl. 538), cópia de medição sonora feita na Boate Kiss.

ALAN DA ROSA FERREIRA (testemunha – fls. 539-541) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº. 1945, de 2009 a outubro de 2010. No inverno de 2009, a Boate Kiss inaugurou. A fila de clientes passava em frente e em baixo da janela do seu apartamento. O prédio em que residia era vizinho de parede da Boate; seu apartamento não, pois ficava no lado oposto. **O som da Boate era alto**, sendo possível ouvir do seu apartamento;

além das **janelas, louças e portas vibrarem com o volume do som** provindo da Kiss. O barulho durava das 0h30min. até as 6h. Em 2009, em uma ocasião, foi até a portaria da Boate e pediu para baixarem o som, contudo não foi atendido. Então, ligou para a Brigada Militar, que o instruiu a ligar para a patrulha ambiental, a qual, por sua vez, indicou que deveria reclamar na Prefeitura, local onde falou com um funcionário que indicou que fosse até o Ministério Público ou que fizesse um abaixo-assinado. Percebeu a má vontade deste funcionário da Prefeitura. Assim, resolveram fazer um abaixo-assinado. Apresentada a fl. 531 do IP nº. 094/2013, reconheceu como sua a assinatura contra o funcionamento da Boate Kiss. Antes da inauguração da Boate, encontrou Kiko na frente do local e se identificou como vizinho. Kiko falou que a Kiss era uma Boate diferenciada e que não havia nada igual em Sana Maria, parecia muito empolgado, inclusive ofereceu cortesias para a inauguração, mas não aceitou. **O som era tão insuportável a ponto de a família ser compelida a passar os finais de semana na chácara** para conseguirem descansar. Lembra ter visto os funcionários da limpeza da Kiss arrastando uns tonéis azuis de lixo até os contêineres de coleta de lixo doméstico e de ouvir barulho de garrafas de vidro. Os tonéis ficavam na frente da Boate de um dia para o outro. Ouvia barulhos de escovação da Boate e a água suja escorria pela rua e calçada. Em algumas ocasiões, percebeu materiais de insumos para reformas na frente da Kiss, mas não sabe precisar se ainda morava no local. Em duas oportunidades foi na Kiss, sendo que em uma delas **fotografou um decibelímetro na mesa do DJ, que marcava 115 a 120 decibéis, pois tinha conhecimento que o máximo permitido seria 110 db**. Na calçada da frente da Kiss, após a data em que se mudou, percebeu que utilizavam grades para organizar filas e para delimitar a área de fumantes. Outro fator de perturbação eram algazarras na frente da Boate, bem como ruídos dos veículos que passavam e estacionavam na frente da Kiss, que é local proibido. Por umas duas ocasiões, viu fiscalização de trânsito feita pela Brigada Militar, mas nunca viu a da Guarda Municipal. A entrada do Edifício Loppe era utilizada como banheiro, pois exalava cheiro de urina. Na frente do edifício onde morava, sempre havia lixo (latas e garrafas de cerveja, papéis utilizados para lanche e, às vezes, até vômitos). Nunca viu a Boate ou a Prefeitura fazendo a limpeza na frente de seu prédio. Não viu pessoas fazendo medições de som, mas uma vez a síndica do seu prédio comentou que homens haviam ido fazer a medição de som da Boate; contudo nada mudou.

THIAGO RIBAS FENNER (testemunha, fl. 542-543) esclareceu que residiu na Rua dos Andradas, nº 1945, de fevereiro de 2009 a novembro de 2009, juntamente com sua namorada Cristina Oliveira. Nos finais de semana, precisavam ficar no apartamento de Cristina, pois **o barulho da Boate Kiss era tão alto que fazia a janela e as louças do armário vibrarem, além de ouvirem um som grave dentro do apartamento**. Destacou que em novembro **se mudou de apartamento, justamente pela perturbação** da Boate Kiss. As algazarras dos frequentadores da Boate e o som dos veículos eram intensos. Nos dias seguintes ao funcionamento da Kiss, ficava uma sujeira de garrafas e copos na frente de seu prédio e nas imediações. Uma das

entradas do prédio ao lado era utilizada como banheiro. Lembra a existência de bombonas azuis que eram colocadas na frente da Boate Kiss, as quais eram usadas para coleta de lixo. Enquanto morou na Rua dos Andradas, não recorda de grades nas calçadas, mas quando foi como frequentador da Boate, lembra de grades, cuja finalidade era organizar a fila na calçada. Na frente da Kiss, era proibido estacionar, contudo frequentemente veículos estacionavam no local e ainda colocavam som em elevado volume. Nunca percebeu se houve fiscalização de trânsito. Apresentado o abaixo-assinado feito contra o funcionamento da Boate Kiss, confirma serem sua e de Cristina as assinaturas constantes na fl. 532. Nunca foi interpelado pelos proprietários da Boate para saber se o som da Kiss o perturbava. Nunca ligou para a Brigada Militar ou para a Prefeitura para reclamar do barulho. Percebeu que ocorriam reformas na Boate, pois eram depositados na calçada insumos de construção.

No dia 28 de junho de 2013, aportou o Ofício nº. 074/2013 do Comandante do 2º BABRIGADA MILITAR, em resposta ao Ofício nº. 0603/2013, encaminhando os relatórios de medição sonora da Boate Kiss e esclarecendo que a última medição requisitada pelo Ministério Público não foi concluída (fls. 544 – 562).

Com o escopo de dirimir as incontáveis dúvidas sobre as Licenças Ambientais da boate, foi encaminhado o Ofício nº. 642/2013 ao Prefeito Municipal (fls. 566-574).

Procedeu-se a juntada de fotografias fornecidas por Vânia Maria Tronco, referente ao descarte dos resíduos sólidos da Boate Kiss (fls. 576 – 581) e de fotografias entregues por Alan da Rosa Ferreira, que retratam o decibelímetro existente na mesa do DJ da Boate Kiss, que comprovam a produção excessiva de ruído, o qual é prejudicial à saúde humana.

Conforme certidão da fl. 589 foi feito contato com Maria de Lourdes Flores Sckrebsky a qual relatou que na época do abaixo-assinado morava com suas filhas Alessandra e Nicole na Avenida Rio Branco, nº 820, contudo atualmente estão residindo em Balneário Camburiú.

MAIGISER TAISMARA GONCALVES (testemunha – fls. 597-598) afirmou que desde 2008 residiu na Avenida Rio Branco, nº. 820. Quando **a Boate começou a funcionar, o som era muito alto**, sendo que escutavam as músicas, as quais **provocavam vibração no seu apartamento**. Acredita que as reformas nunca foram de isolamento acústico, pois **o barulho sempre existiu desde a inauguração até a data do sinistro**. Apresentado o documento da fl. 531, reconhece como sendo sua a assinatura para o funcionamento da Boate Kiss. Apresentado também o documento que inicia na p. 583 do IP nº. 94/2013/150501, lembrou-se do cabeçalho e que os moradores assinaram contra o funcionamento da Boate Kiss e achou estranha a ausência da assinatura do Sr. Ernesto, Sr. Antonio Ferreira, Sra. Natalícia e Dona Lourdes. Lembra de ter visto a assinatura do Sr. Ernesto no documento, pois

eles moravam nos apartamentos que ficavam atrás da Boate. Salientou que havia grades para organizar filas na calçada; a entrada do seu prédio era usada como banheiro, pois urinavam e vomitavam no local. Os contêineres de lixo não eram suficientes para o lixo doméstico e o lixo da Kiss, necessitando o lixo ser colocado no lado de fora. Via um rapaz lavando tonéis de lixo na frente da Boate, sendo que a água suja escorria pela rua.

Expediu-se o Ofício nº. 682/2013 encaminhado à 1ª Delegacia de Polícia (fl. 613).

Foi anexado **relatório de investigação** (fls. 614-617) com imagens da localização das pessoas que assinaram os abaixo-assinados a favor e contra o funcionamento da Boate Kiss. Ratificou-se que **das 60 assinaturas favoráveis ao funcionamento** da Boate no local, **apenas 21 pessoas residiam em um raio de 100 (cem) metros da Boate Kiss**. Das **21 assinaturas**, **muitas foram em razão de amizade com os proprietários da Kiss e outras tantas foram obtidas em estabelecimentos comerciais** que não eram afetados pelo empreendimento, pois as pessoas não residiam no local. Já quanto às **83 assinaturas constantes no abaixo-assinado contra o funcionamento da Kiss, foram colhidas dos prédios mais próximos à Boate Kiss**. Os documentos e imagens de fls. 618 a 723 demonstram os endereços das pessoas que assinaram os abaixo-assinados contra e a favor da Boate Kiss, além de outras pesquisas que demonstram o endereço da residência das pessoas que assinaram os documentos

Conforme certidão da fl. 700, não foi obtido êxito no contato com Luis Otávio Lucas.

Foi juntado levantamento fotográfico dos endereços das pessoas que assinaram de forma favorável ao funcionamento da Boate Kiss (fls. 724-804).

No dia 10 de julho de 2013, foi encaminhado o Ofício nº. 698/2013 ao Presidente do TCE-RS (fl. 824).

No dia 12 de julho de 2012, foram encaminhados os Ofícios nº. 702/2013 e 706/2013 ao Prefeito Municipal (fl. 825-830).

Conforme certidão de fl. 831, não foram localizadas Edina Zaparoli e Elisa Leichtkes (fl. 831).

Novamente foram anexados diversos documentos extraídos no IP nº. 94/2013/150501, sendo sua maioria referentes a obras e reformas na Boate Kiss (fls. 832 – 923), visando cotejamento com os documentos existentes nos autos.

Foi remetido o Ofício nº. 708/2013 ao Ministério Público (fl. 924), solicitando informações, e no dia 12 de julho de 2013, foi expedido o Ofício nº. 713/2013, encaminhado cópias do presente Inquérito Policial ao Ministério Público (fl. 930) para subsidiar Inquérito Civil em curso.

MARI RUBIA STRIB DA SILVA (testemunha – fl. 931) declarou que reside na Avenida Rio Branco, nº. 820 (Edifício Central), sendo que seu apartamento ficava ao lado dos fundos da Boate Kiss. **Sempre que a Boate funcionou teve problemas com o barulho intenso**. Por cerca de quatro vezes, chegou a reclamar do barulho, pois não conseguia dormir. Em determinado período o barulho diminuiu, mas não acabou, impedindo, assim, que descansasse. Assinou um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss. Devido ao volume das músicas, as janelas de seu apartamento vibravam.

Foi feito contato com Caroline Corazza, a qual informou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1949, nos anos de 2009 a 2010, ocasião em que assinou um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss, pois quando ela funcionava fazia muito barulho (Certidão de fl. 934).

Foi encaminhado o Ofício nº. 716/2013 ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado (fl. 935).

JOZIELY BRANDOLT CHARÃO (testemunha – fl. 936) declarou que residiu na Rua dos Andradas, nº 1949, de 2006 até maio de 2012, sendo vizinha da Boate Kiss. Recorda que, no início, **o som da Boate lhe perturbava muito**, assim como seu marido e os estudantes que alugavam quartos no seu apartamento, sendo que todos assinaram o documento contra o funcionamento da Kiss. Exibido o documento da fl. 532 do IP nº. 94/2013, reconhece como sua a assinatura contra o funcionamento da Boate. O barulho dos frequentadores da Kiss, algazarras, som alto dos veículos que estacionavam nas imediações da Kiss, brigas, gritos, choros perturbavam muito. Os clientes da Kiss utilizavam o corredor do seu prédio como banheiro, urinando, vomitando e colocando lixo no local. O lixo da Kiss (garrafas de vidros, papéis, etc.) era depositado em um contêiner na frente de seu prédio, o qual, por vezes, ficava tão cheio que não restava alternativa senão colocar o lixo no chão. Havia um rapaz que lavava os tonéis de lixo na frente da Kiss, procedimento que fazia escorrer água com sujeira pela calçada e pela sarjeta. Após a lavagem, estes tonéis ficavam sobre a calçada secando. Houve várias reformas na Kiss, pois os insumos de construção eram depositados sobre a calçada da frente. Em junho ou julho de 2011, seu curso em técnico de radiologia resolveu fazer uma festa na Boate Kiss; Kiko entregou três mil ingressos para que vendessem; contudo conseguiram vender 650 ingressos. A Boate achou que a festa foi um fracasso, porém acredita que estava bem agradável com o número de pessoas que estavam no local.

II) DEPOIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DA BOATE KISS

ANDRE DE LIMA (testemunha – fls. 563-565) declarou que trabalhou, desde março de 2010, como segurança na Boate Kiss, salvo do período de março a agosto de 2011, quando laborou na cozinha da Boate. O óleo de fritura usado pela Boate Kiss era trocado aproximadamente de cinco em cinco dias e colocado em vidros de pepinos e levado para casa pelo gerente Ricardo, o qual afirmava que utilizava para acender fogo de churrasco. Cada vez colocava cerca de cinco a seis garrafas de óleo de 900 ml no fritador. A limpeza era feita por um rapaz que acondicionava os resíduos dentro de tambores, os quais, durante o funcionamento da Boate, ficavam dentro do estabelecimento. Após, eram depositados na calçada na frente da Boate e separados. As garrafas de vidro eram colocadas em sacos de lixos e, depois, nos contêineres. Na época do vestibular de 2012, a Boate Kiss e a Boate Ballare faziam competição de quem fazia a maior lotação. Os tonéis plásticos eram lavados por um indivíduo chamado “Xampu”, na frente da porta da Kiss. A água utilizada escorria pela calçada e pela sarjeta até a Rua dos Andradas. Os tonéis ficavam no passeio público até secarem e, depois, eram recolhidos para o interior da Boate. “Xampu” levava embora latas de alumínio, garrafas pets e garrafas de destilados. Não lembra se a Brigada Militar fez medições com decibelímetro na frente ou nas imediações da Kiss. Quando chegavam policiais na Kiss e se identificavam, Ricardo dava o valor do ingresso em consumação para eles. Em frente à Boate, era proibido estacionar veículos nos dois lados da via, contudo sempre havia veículos estacionados no local e somente uma vez percebeu a Brigada Militar fiscalizando. Nunca presenciou a fiscalização de trânsito municipal no local. Tem conhecimento que os vizinhos da Boate reclamavam da poluição sonora, seja pelo barulho dos veículos que estacionavam do lado de fora com som alto, seja pelos ruídos do interior da Boate. Não tinha conhecimento de abaixo-assinado contra ou a favor da Kiss. Recorda que a Prefeitura exigiu a instalação de barras de ferro nos banheiros para deficientes, onde não havia álcool gel ou sabonete líquido para lavar as mãos, nem papel toalha. Na cozinha, havia propagação de insetos e lembra que somente uma vez foi fiscalizada pela Prefeitura.

VANESSA GISELE VASCONCELOS (testemunha – fls. 585-588) esclareceu que trabalhou na Boate Kiss como Relações Públicas desde 05 de dezembro de 2010 a 10 de dezembro de 2012, das 15h às 20h, de segunda a sábado. Enquanto laborou na Kiss, houve diversas reformas, sendo que o material de construção ficava de 2 a 4 dias na frente da Boate. **Sabia que a Kiss possuía problemas com poluição sonora, pois os vizinhos lhe faziam reclamações**, quando fornecia para eles o telefone do Kiko, ou marcava um horário para conversarem. Em decorrência das reclamações do barulho, Kiko colheu assinaturas para um abaixo-assinado: recorda que havia uma metragem para recolhimento das assinaturas, sendo que este fato se deu em 2012. Lembra que Erico Garcia ajudou a colher assinaturas. Kiko deu um cartão Vip para Silvio Cristiano, que morava ao lado da Boate, documento que

fornecia privilégios, como isenção de ingresso, local privilegiado, isenção de fila, etc. Quando foi cobrar Cristiano, Kiko não permitiu, pois alegou que Cristiano iria coletar algumas assinaturas para ele. Recorda que em julho de 2012, o Engenheiro Pedroso e Ricardo teriam saído para fazer as medições sonoras nos vizinhos e retornaram dizendo que tudo estaria de acordo. No período em que trabalhou no local, nunca houve fiscalização por parte da Prefeitura. Lembra que Ricardo estacionou seu carro na frente da Boate e a fiscalização municipal estava passando e falou com ele, mas ele tirou o veículo e não foi multado. Também sabia que táxis ficavam parados na frente da Boate em local não permitido. Na Kiss serviam petiscos feitos por Erico com ajuda de André Lima, sendo utilizado para a fritura óleo de soja, mas não tem conhecimento do destino que era dado para este óleo. A limpeza da Boate era feita por "Xampu", que colocava o lixo em bombonas e depois nos contêineres de lixo doméstico. Contudo, a partir de outubro de 2012, a pedido de recicladores, o lixo passou a ser separado e colhido pelos mesmos, mas o restante seguiu sendo depositado no contêiner doméstico. As bombonas eram lavadas na calçada da frente, sendo que uma moradora do prédio vizinho reclamava que a água com cheiro de cerveja escorria para seu prédio, e também ficava no local até secarem. Em 2011, não recorda a data, mas estava na Boate com Igor, quando chegou um caminhão da Prefeitura e lhe apresentaram um papel e pediram para levar 20 cadeiras altas de ferro. Ligou para Kiko, que disse que era para permitir que levassem as cadeiras, pois Alexandre Costa tinha uma dívida com a Prefeitura em nome da Kiss e que já estava tudo acertado. Em 2012, Kiko estava brabo em razão de multas que tinha levado (em torno de "mil e pouco reais" devido ao lixo que era colocado em local indevido) e quando o fiscal da Prefeitura foi falar com "Xampu", este tratou mal o fiscal. Nesta ocasião, Kiko estava acompanhado de três funcionários da Prefeitura, sendo que a um deles Kiko se referia como "faixa dele", como "amigão". Disse que digitou um documento em que a Kiss se comprometia a imprimir na impressora da Boate cartazes para a Prefeitura em folha A4, no valor de R$ 5,00 (cinco reais) cada, até ser sanado o valor da multa, inclusive assinou como testemunha. O acordo foi digitado em um notebook de marca Acer, cor azul, apreendido pela 1ª Delegacia de Polícia, mas afirmou ter deletado tal documento. Não lembra os termos exatos do acordo. As impressões seriam para a Secretaria de Saúde, para campanhas contra o crack e vacinação. O homem com quem falou e que Kiko se referia como "amigão" era branco, cerca de 1,85m, magro, de cabelos e olhos castanhos. Não tem condições de descrever os outros homens. Possivelmente, Marcelo Carvalho estivesse por perto nesta ocasião. Não sabe se os cartazes foram impressos, pois foi demitida por Kiko. Apresentado o documento da fl. 468, reconhece como sendo sua a assinatura referente à multa que referiu acima. Em 2012, Kiko lhe perguntou se possuía candidato e lhe deu um "santinho" de Marcelo Bisogno.

ERICO PAULOS GARCIA (testemunha – fls. 590-591) afirmou que trabalhou na Kiss desde fevereiro de 2010 até a data do sinistro. Das 17h às 18h trabalhava como serviços gerais, na manutenção de

ventiladores, repondo as bebidas na geladeira e de noite trabalhava como bar man. A Kiss possuía cardápio de petiscos como batata fritas, entre outros. O óleo ficava na fritadeira por cerca de duas semanas ou menos, e depois era colocado em vidros de conservas, os quais eram levados para casa por Ricardo e por outra funcionária que lavava copos. Foi suscitado contatar a Empresa Recooleo, mas não chegava sobrar óleo para eles. Não tem conhecimento do destino dos resíduos sólidos produzidos pela Boate Kiss. Havia um indivíduo, de apelido Xampu, que fazia a limpeza da Boate. Os tonéis utilizados para coletar lixo no interior da Boate eram lavados na calçada da frente, escorrendo a água pela rua. **Sabia que a Kiss tinha problemas quanto ao isolamento acústico, pois os vizinhos reclamavam** e, também, devido às reformas que Kiko fazia em relação a este isolamento. No começo de 2012, Kiko pediu que colhesse assinaturas de vizinhos para saber se tinha melhorado o barulho, porém somente colheu uma assinatura. Não tinha conhecimento de um abaixo-assinado contra o funcionamento da boate. Tinha ciência de que os carros estacionavam na frente da Boate, e recorda de uma fiscalização, mas não lembra se foi da Brigada Militar ou da Fiscalização Municipal. Recorda de uma vez a Vigilância sanitária ter feito vistoria no local.

MARCELO PEREIRA CARVALHO (testemunha – fls. 592-594) destacou que trabalhou na Kiss de dezembro de 2011 como promoter e a partir de agosto de 2012, além de promoter, era também fotógrafo. Em dezembro de 2012, quando Vanessa Vasconcelos foi demitida, foi contratado para assumir a sua função que incluía abrir a Boate pela tarde, receber fornecedores e pessoas que pediam informações. Cuidava, também, das redes sociais e do site. A Boate servia petiscos, porém não tem conhecimento da destinação do óleo de fritura. Não sabe o destino do lixo produzido pela Kiss, mas tem conhecimento que um indivíduo de apelido Xampu e a funcionária Márcia faziam a limpeza do local. Sabia do problema de acústica da Boate, porque Vanessa lhe contava e pelas reclamações de vizinhos. Não tem conhecimento da existência de abaixo-assinado feito pelos proprietários ou administradores da Kiss em favor do seu funcionamento. No período em que trabalhou na Kiss, lembra que a Boate foi autuada uma vez devido a problemas com lixo. Em agosto ou setembro de 2012, chegou a Boate e viu Kiko conversando ao redor de uma mesa com três ou quatro “caras” e, então, perguntou para Vanessa quem eram. Vanessa respondeu que “pegaram” Xampu colocando o lixo em local indevido e pediram que não colocasse no referido local, mas Xampu mandou que “tomassem no cu”. Após, estes homens apareceram para aplicar a multa. Quando eles saíram do local, percebeu que um deles era Marcelo Bisogno, que conhece de vista há muito tempo. Vanessa informou que o valor da multa seria em torno de R$ 1.000,00 (mil reais). Não tem conhecimento da existência de algum acordo que Kiko tenha feito com servidores da Prefeitura para imprimir cartazes publicitários para o Município. Não imprimiu e não sabe se alguém imprimiu cartazes para a Prefeitura. Afirmou que Vanessa era o braço direito de Kiko e tinha muito conhecimento do que ocorria na Kiss. Conhece Silvio Cristiano dos Santos, que faz Faculdade de Odontologia e era cliente VIP da Boate. Em março ou abril de 2012, lembra

de ter visto Ricardo Pasche com um decibelímetro na mão. No dia seguinte, perguntou para Vanessa o que Ricardo estava fazendo e ela falou que estava medindo o som, em razão das reclamações de vizinhos. Não tem conhecimento se algum engenheiro ou a Brigada Militar tenham medido o som da Kiss. Os táxis costumavam estacionar na frente da porta da Kiss e não tem ciência se ocorreu fiscalização da Prefeitura ou da Brigada Militar.

IGOR HARDOK FUCHS (testemunha – fls. 595-596) declarou que trabalhou na Boate Kiss de junho de 2011 até agosto de 2012, sem vínculo empregatício. Suas principais funções eram controlar estoques e lançar a comanda no sistema. Frequentava bastante a Kiss, inclusive pela tarde, pois era namorado de Vanessa Vasconcellos. A Boate servia petiscos, mas não sabe qual era o destino do óleo de fritura utilizado. Disse que o lixo da Kiss era armazenado em tonéis azuis e retirado por um indivíduo chamado de Xampu, que despejava os resíduos nos contêineres. Apresentado o documento da fl. 305, reconhece como sendo o documento que Kiko pedia para os funcionários, para Ângela e para Ricardo colherem assinaturas dos vizinhos a favor do funcionamento da Kiss. Não se lembra de ter presenciado alguma fiscalização da Prefeitura Municipal, mas recorda de uma dos Bombeiros. Não sabe informar alguma relação dos proprietários da Kiss com funcionários da Prefeitura. Lembra que **Kiko lhe comentou que teria feito um acordo com a Prefeitura referente a uma multa, sendo que em troca entregariam umas cadeiras**. Não estava presente quando estas cadeiras foram levadas, não sabendo quantas eram, quem transportou e para qual setor da Prefeitura. Após o sinistro da Boate, encontrou com sua ex-namorada Vanessa e ela comentou que Kiko havia feito um acordo com a Prefeitura para a impressão de cartazes. Acredita que a razão destas impressões seria o pagamento de multas.

VANESSA GISELE VASCONCELOS (testemunha – reinquirição, fls. 808-809) ratificou o depoimento anterior, mas retificou a alegação de que o notebook azul, de marca Acer, tenha sido apreendido pela Polícia Civil. Também retifica quanto à impressão de cartazes, esclarecendo que houve um acordo entre os funcionários da Prefeitura e o Kiko para que fosse cancelada uma multa por causa da destinação do lixo, mas que as impressões eram para a Secretaria de Mobilidade Urbana. Um dos funcionários da Prefeitura que Kiko se referia como “amigão” tinha compleição física magra, 1,85m de altura, com cerca de 40 anos de idade. Achou-o muito prepotente naquela ocasião, pois foi a pessoa que ditou os termos do acordo para que digitasse; pediu que ditasse mais lentamente, mas o indivíduo lhe ignorou e continuou digitando rápido. Na ocasião, não conhecia o termo “mobilidade urbana” o que lhe chamou a atenção. Foi montado um mosaico de fotos contendo 10 fotografias numeradas de 1 a 10 sem identificação. A declarante apontou a foto de numero 10 como sendo a pessoa a quem Kiko se referia como “amigona” e que ditou o acordo para que digitasse. Achou a fotografia de número “1” muito parecida com um dos indivíduos que estavam com o homem de número “10”, mas essa pessoa ficou mais afastada. Quanto ao terceiro

individuo, não recorda sua fisionomia, pois ficou distante, como se não quisesse aparecer.

Foi realizado Auto de Reconhecimento de Pessoa por Fotografia, cuja reconhecedora Vanessa Gisele Vasconcellos apontou Giovani Carter Mânica como sendo o indivíduo que Kiko se referia como “amigão” e que ditou o acordo para que digitasse e Miguel Caetano Passine como a pessoa que estava com Giovani (fl. 810-821).

MARCELO PEREIRA CARVALHO (testemunha – reinquirição, fls. 822-823) ratificou seu depoimento anterior e acrescentou que quando começou a trabalhar na Kiss, Vanessa Vasconcellos já trabalhava no local. Para seu trabalho, Vanessa se utilizava um notebook de cor preta e um azul marinho, da marca Acer. Após Vanessa ser demitida, os dois notebooks ficaram com Ângela Callegaro, sendo que um deles ficou por um tempo em um armário da chapelaria, após não o viu mais. Lembra ter ouvido Ângela falar que iria deixar um dos computadores com João (gerente de copa), mas não sabe se o fez. No seu depoimento anterior, afirmou que Marcelo Bisogno esteve na Boate Kiss junto com dois ou três indivíduos, e que Vanessa lhe falou que era em razão de uma multa. Foram apresentadas 10 fotografias numeradas, sem identificação, quando apontou, com convicção, a fotografia de número dois, Marcelo Bisogno, o qual conhece de vista há cerca de 13 anos.

PATRICIA MEDIANEIRA CARVALHO (testemunha – fl. 928) declarou que seu falecido esposo, João Aluisio Treulieb, era gerente de bar da Boate Kiss e que utilizava um computador pessoal para trabalhar. Recorda que poucos meses antes do incêndio, João comentou que não precisaria mais levar o computador, pois Ângela disponibilizaria outro para que trabalhasse. Todavia, João continuou levando seu computador, exceto no dia do sinistro, pois o deixou em casa. João tinha como auxiliar Luismar Model. Nada sabe sobre um notebook de cor azul, de marca Acer. Disse que Não frequentava a Boate Kiss.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA (testemunha – alcunha Xampu, fl. 929) declarou que durante um ano trabalhou na Boate Kiss, fazendo a reciclagem de garrafas de vidro. Às vezes, limpava o chão e tirava o lixo depositando nos contêineres. Os tonéis de lixo eram lavados na frente da Boate, na calçada. A água escorria pela calçada, da sarjeta até a Rua Andradas. Afirmou que nunca colocou azeite nos contêineres e nunca trabalhou com a máquina de fritura. Foi contratado por Elissando Spohr. Também varria toda a frente da Boate e colocava o lixo nos contêineres. Havia uma empresa que recolhia o lixo, mas não sabe declinar o horário. Nos contêineres, somente colocava o lixo de papel. Recorda que um indivíduo disse que era da Prefeitura e lhe chamou a atenção quanto ao lixo, mas mandou o mesmo “pastar”.

MARCIA HELENA COSTA DA SILVA (testemunha – fls. 938-940) afirmou que passou a trabalhar na Kiss no final de 2011, sendo

contratada por Ângela Callegaro. Num primeiro momento, trabalhou sem carteira assinada, mas posteriormente Ângela assinou sua CTPS como auxiliar de limpeza, tendo trabalhado no local até um dia antes do incêndio. No dia do incêndio, não estava trabalhando. Também trabalhava na limpeza Paulo Sérgio, que conhecia como Xampu. Referiu que limpava e recolhia todo o lixo da boate e colocava em sacos plásticos de 50 litros e, após, **depositava em um contêiner** que ficava bem em frente à Kiss, mas do outro lado da rua. As latas de alumínio eram levadas por Xampu, que dizia que o destino seria a reciclagem. Havia umas bombonas que eram utilizadas para coletar os resíduos do consumo de bebidas da boate, as quais eram lavadas na calçada da frente da Boate e a água suja, bem como a água da lavagem da Boate, escorria pela calçada e pela rua. O óleo utilizado para fritura era colocado em vidros de 3 litros, que levava para dar para uma pessoa que utilizava o azeite para fazer sabão. Entre julho ou agosto de 2012, a Boate Kiss foi multada pela Prefeitura no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), pois um fiscal flagrou Xampu colocando garrafas de vidro no container de lixo doméstico. Após este fato, as garrafas de vidro passaram a ser depositadas em umas bombonas, as quais, nas quartas-feiras, eram levadas por terceiros para reciclagem. O restante do lixo continuou sendo depositado nos contêineres de lixo doméstico na frente da Kiss, sendo que quando lotavam, eram utilizados os contêineres dos arredores. Recordou que **uma vizinha sempre reclamava do barulho** da Boate Kiss, que não a deixava dormir, **bem como da sujeira que ficava na frente do seu prédio**. Lembra que a Boate sofreu duas grandes reformas.

III) DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS MILITARES DO BATALHÃO AMBIENTAL DE SANTA MARIA QUE PARTICIPARAM DE FISCALIZAÇÃO NA BOATE KISS QUANTO A POLUIÇÃO SONORA

TIAGO MACIEL FELISBERTO (testemunha – fls. 599-600) declarou que é policial militar e que está no Batalhão Ambiental há 10 anos. Participa das medições sonoras, mas não as realiza, pois não tem curso específico. Pelo que recorda, participou de uma diligência na Boate Kiss juntamente com Sargento Emerson e Soldado Lia, mas a Boate estava fechada. Não lembra a data exata, mas recorda que foi no ano passado (2012) e que utilizaram uma viatura discreta. **Destacou que não houve medição**, apenas um boletim de atendimento. Não tem conhecimento de quantos relatórios não foram concluídos e que estariam na pendência de serem encaminhados ao Ministério Público.

LIA REGINA LOPEZ MACHADO (testemunha – fls. 604-605) declinou que é soldado da polícia militar. Quanto à medição da pressão sonora da Boate Kiss realizada dia 31 de agosto de 2012, informou que estava na companhia do Sargento Emerson Cristiano Rodrigues Santos e do Soldado Tiago Maciel Felisberto, todavia a Boate estava fechada, por isso não foi

realizada. Lembra que fez um Boletim de Ocorrência, que ficou arquivado no Batalhão.

EMERSON CRISTIANO RODRIGUES SANTOS (testemunha – fls. 606-607) informa que é policial militar sendo que há três anos trabalha no Batalhão Ambiental. Em 2001 fez o curso de capacitação em medição sonora na UFRGS. Em 21 de agosto de 2011, realizou uma medição sonora na Boate Kiss, conforme descrito no relatório de medição de pressão sonora, datado de 06 de setembro de 2011, **no qual constatou que havia poluição sonora**. Foi a única vez que fez a medição sonora na Boate Kiss. Não tem conhecimento que em 2012 tenha ocorrido alguma vistoria.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA (testemunha – fls. 608-609) declarou que é 1º Sgto. da Polícia Militar, mas que não tem curso para realizar medições sonoras. Quando recebem denúncia de poluição sonora, orientam as pessoas a procurarem o Ministério Público para formalização. Após a constatação do barulho, é solicitado o Alvará de Localização, alvará dos bombeiros e Alvará Sanitário, sendo verificadas suas validades. Se não possuir algum dos documentos ou estiverem fora dos padrões das NBRs, emite-se uma notificação ambiental, com prazo de cinco dias para apresentação de cópia do Projeto Acústico e Anotações de Responsabilidade Técnica. Geralmente, o estabelecimento não possui tais documentos: neste caso, o Batalhão emite um Termo de Suspensão de Atividade, podendo ser parcial ou total. Em 2010, a Boate Kiss funcionava sem nenhum documento. O Soldado Santos fez um relatório de medição de pressão sonora, no qual atestou a poluição sonora e encaminhou ao Ministério Público. No ano de 2011, receberam novo pedido da Promotoria de Justiça para realizar medição sonora, o que foi feito pelo Sargento Emerson, o qual atestou que não tinha acústica no local. Em 2012, houve um novo pedido do Ministério Público para realizarem a medição sonora. Em 31 de agosto de 2012, foi expedida uma ordem de serviço para realizarem medições sonoras em vários estabelecimentos, sendo um deles a Boate Kiss. O Soldado Guimarães e o Sargento Campos fizeram medições e não constataram ruídos. Não foi elaborado relatório de medição e pressão sonora, pois a Boate não estava funcionando. O relatório de vistoria ambiental do dia 04 de março de 2013 que elaborou, com base no atendimento confeccionado por policiais militares, não apresenta valores, pois não procederam a medições na ocasião.

CARLOS ALBERTO MOLINA DE CAMPOS (testemunha – fl. 610) declarou que trabalha na Patrulha Ambiental há cinco anos, mas não realiza Medição Sonora, pois não possui curso. Em 2011, participou de uma diligência na Boate Kiss, na qual o Sgto. Emerson realizou a medição da pressão sonora, durante a madrugada, em um apartamento situado ao lado da Boate Kiss. Não tem conhecimento se foi feita alguma medição em 2012.

LUIS GARCIA GUIMARAES (testemunha – fls. 611-612) afirmou que há quatorze anos trabalha no Batalhão Ambiental e possui curso

para medição da pressão sonora, realizado em 2001. Nunca participou de nenhuma medição na Boate Kiss, apenas diligenciou no mês de dezembro juntamente com o Sgto Campos, devido a uma requisição do Ministério Público. Contudo, não foi possível fazer a medição, pois a Boate estava fechada. Disse que há demora no atendimento das requisições do MP, devido à grande demanda de serviço.

III. OUTROS DEPOIMENTOS RELEVANTES

ADAUTO LUIS FIRPO MELLO (testemunha – fls. 925-926) declarou que possuía uma procuração da Econ Empreendimentos de Turismo e Hotelaria Ltda, quanto ao imóvel que era um antigo depósito de bebidas de Ives Roth – Bhrama, localizado na Rua dos Andradas, número 1925. Acredita que o número fosse este, pois era o que constava na fachada do imóvel. O primeiro contrato de Locação feito para a Boate Kiss foi em 09 de abril de 2009, nos nomes de Tiago Flores Mutti e Alexandre Silva da Costa. Eliseo Jorge Sphor era um dos fiadores. Quando foi locado, o local era um salão com banheiro, com telha de alumínio zincado, sendo uma parte do prédio com forro e outra sem. Soube que todo o prédio foi forrado com gesso acartonado. Afirmou que deveria assinar e juntar procuração em todos os requerimentos da Econ junto à Prefeitura, porém não tem conhecimento da legislação que determina esta exigência, entretanto salientou que é assim que funciona em relação aos demais imóveis que administra. Apresentado o requerimento, expediente nº 18978/09, 19479/09 e 27562/09, reconhece como sua a assinatura do campo “proprietário” e neste momento toma conhecimento que o imóvel possuía o número 1935. Apresentado o expediente nº. 21399/09, Afirmou que desconhece tal documento. Quanto ao expediente nº. 32184/09, Afirmou que este documento não necessita de sua assinatura. Exibido o expediente número 4025/10, datado de 10/02/2010, no qual a Ecom Empreendimentos solicita uma conclusão de reforma, Afirmou com convicção que não foi o declarante que assinou o referido documento. Exibido o expediente 4756/10, datado de 22/02/2010, no qual a empresa Santo Entretenimento solicita o uso do número 1925, entende que somente o proprietário do imóvel poderia solicitar. Recorda que a Prefeitura de Santa Maria autuou a Kiss em nome da Econ Empreendimentos em torno de R$ 9.000,00 (nove mil reais) a R$ 12.000,00 (doze mil reais) devido a um problema com a calçada. A Kiss reconheceu a dívida e reembolsava mensalmente a Econ, mas houve um atraso no adimplemento, sendo que, por esta razão, o município ajuizou o processo número 027/110.000.5945-6. Tem cópia da rescisão que fez com Tiago e Alexandre para depois assinar com a Santo Entretenimento.

A testemunha SIRLEI TEREZINHA BEVILAQUA (fls. 941-942) engenheira civil, disse, ao lhe ser exibido o expediente nº.º 4025/2010, encaminhado para o Secretário Municipal de Mobilidade Urbana em 10/02/2010, em nome da Econ Empreendimentos de Turismo de Hotelaria, que

nele constam a sua assinatura, bem como os dados constantes no campo de Responsável Técnico (nome endereço, CREA, endereço para correspondência, telefone e CPF). No entanto, alegou que não preencheu os dados no documento (nome do requerente, endereço-número, bairro, endereço para correspondência, telefone e CPF e nem o pedido de Certidão de Conclusão de Reforma – alvará 1497/03), bem como não deu entrada na Secretaria de Mobilidade Urbana. Não reconheceu a letra manuscrita. Afirmou que, no ano de 2003, entrou na Prefeitura Municipal com um projeto de reforma sem aumento de área para o Cursinho Pré-Vestibular G-10, momento em que lhe foi apresentado o expediente nº. 9922, datado do dia 15 de abril de 2003, endereçado ao Secretário Municipal de Obras e de Serviços Urbanos de Santa Maria. Após observar o documento, afirmou que o preencheu integralmente de próprio punho. Disse que faz projetos e entrega para as pessoas que irão executar (proprietário do imóvel ou locador) e, após a conclusão da obra, as pessoas que solicitaram o projeto deverem lhe procurar para que possa encaminhar na Prefeitura Municipal de Santa Maria o pedido de Conclusão de Reforma do Imóvel, que é uma Certidão emitida pela Prefeitura. Todavia, no caso do G10 isso não ocorreu. **Destacou que sem a Certidão de Conclusão da Reforma, a Prefeitura Municipal de Santa Maria não poderia ter fornecido o Alvará de Localização para o Cursinho Pré-Vestibular G-10 e nem para a Boate Kiss**, **porque a "Certidão de Conclusão da Obra" equivale ao "Habite-se"**, mas esse é emitido só uma vez, logo após a conclusão da obra do imóvel, que, no caso, foi em 1963. Esclareceu que **quando ocorrem obras ou reformas nos imóveis é emitida a Certidão de Conclusão de Reforma, que é uma vistoria que os agentes Públicos da Prefeitura Municipal fazem ao verificarem se a reforma está dentro das normas técnicas de engenharia e conforme o projeto aprovado e licenciado na Prefeitura, e só depois que é emitida a certidão de conclusão de reforma**. Antes do incêndio na Boate Kiss, os estabelecimentos que estavam irregulares, sem certidões de conclusão de obras, ficavam cadastrados como área irregular no Cadastro do IPTU e continuavam suas atividades, mas pagando um IPTU mais caro, sendo os demais alvarás e licenças emitidas. Acredita que isto tenha ocorrido com a Boate Kiss. Depois do incêndio, isso foi proibido. Salientou que trabalha na área de engenharia civil nesta cidade desde 12/10/1984, tendo conhecimento que esta prática da Prefeitura Municipal de Santa Maria ocorreu até o dia do incêndio na Kiss.

Reinquirida, SIRLEI TEREZINHA BEVILAQUA (fls. 1171-1172) confirmou o teor do depoimento prestado no dia 29/07/2013. Referente ao expediente nº.º 4025/2010, encaminhado para o Secretário Municipal de Mobilidade Urbana em 10/02/2010, em nome da Econ Empreendimentos de Turismo de Hotelaria (com a assinatura e seus dados), esclareceu que – a fim de agilizar o andamento de documentos junto à Prefeitura Municipal – **tinha por hábito deixar estes documentos assinados em branco no seu escritório para a secretária e na Secretaria de Mobilidade Urbana na Prefeitura**, para entregar a algum cliente. Esclareceu que isso não foi pedido por funcionários da Prefeitura. **Não tem ideia de quem possa ter feito o mau**

uso de um documento contendo seus dados e sua assinado. Declinou que em relação a sua residência houve equívocos por parte da Prefeitura quanto ao IPTU e por isso apresenta do pagamento de IPTU anos 2011 e 2012.

RENATO BERLEZE STEFANO (testemunha – fls. 1177-1178) reiterou – quanto às declarações prestadas em 13/02/2013, nos autos do Inquérito Policial nº.º 094/2013/150501) – que havia problemas com os táxis clandestinos que ficavam estacionados em frente à porta da Boate Kiss, nas noites que havia festa, como se fosse um ponto de táxi. Os taxistas legalizados, percebendo esta ação, em data que não recordou, trouxeram ao seu conhecimento tal fato, pois na época era presidente do SINDITAXI (de março de 2011 a março de 2013). Em razão disso, formalizou um Ofício requerendo a troca de local de sub-ponto de táxi, que era no interior do estacionamento do Carrefour, para a frente da Boate Kiss, solicitação que foi protocolada na Secretaria de Mobilidade Urbana. No período em que foi presidente do SINDITAXI, não teve conhecimento de que tenha ocorrido fiscalização de táxis clandestinos em frente à Boate Kiss.

Foram acostados aos autos documentos encaminhados pelo Ministério Público, através da Cientificação DI 00864.02754/2013. (fls. 1185-1191).

MAURICIO DA ROCHA SAURIM (testemunha – fls. 2900-2901) disse trabalha como engenheiro desde o ano de 2006, sendo que um dos ramos da área em que trabalha é na emissão de laudo técnicos, no caso o Estudo de Impacto de Vizinhança. Fez o laudo para a empresa MUZEO BAR e RESTAURANTE LTDA., **sendo um dos requisitos para a aprovação do laudo EIV na Prefeitura, anexar junto ao mesmo uma Consulta Popular que era proposta pela própria PMSM, sendo que, inclusive fornecia um modelo padrão para esta consulta que era obtida no setor de cópias da PMSM**. Foi até a Prefeitura para verificar o que precisava ser apresentado junto ao EIV. O funcionário do setor dos guichês de atendimento ao público, que ficava no andar térreo, ao lado do setor de IPTU, explicou-lhe quanto à necessidade da Consulta Popular e como deveria ser feita a coleta de assinaturas. O referido funcionário explicava que deveria ser coletado em torno de 40 assinaturas, apenas dos moradores que eram favoráveis a instalação do empreendimento no referido endereço. Os vizinhos consultados deveriam residir próximos ao estabelecimento. Referiu que tem uma vaga lembrança que o proprietário do MUZEO, MARCELO CLARO BALDICERA teve a mesma orientação da PMSM para Consulta Popular, pois ambos receberam o mesmo documento no setor de cópias da PMSM. Também tem conhecimento que os demais estabelecimentos comerciais – casas noturnas – eram cobradas na PMSM para que também apresentassem a consulta popular junto com o laudo do EIV. Conversou com os proprietários do MUZEO dando uma orientação de como que deveriam ser feitas a coleta de assinaturas e assim preenchendo a consulta popular solicitada pela PMSM. Os proprietários do estabelecimento conversavam como os moradores próximos com a finalidade de explicar sobre

o funcionamento do empreendimento, para depois coletar as assinaturas das pessoas que eram favoráveis. Neste ato lhe foi apresentada a Consulta Popular do MUZEO BAR E RESTAURANTE, com a primeira assinatura da pessoa de MÁRCIO EGUILLOR RABELO, residente na rua Dr. Bozano 574, e a ultima assinatura de TIAGO FONTOURA ROHERS, residente na rua Dr. Bozano, residente na rua Dr. Bozano n.º 549, Edifício Euclides, momento em que reconheceu como sendo o documento que referiu acima e que recebeu em um dos guichês de atendimento ao público, no andar térreo da PMSM, para anexá-lo ao laudo do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Foi procedida a juntada do EIV com Consulta Popular do Muzeo, Bar e Restaurante, elaborado por Mauricio da Rocha Saurim (fls. 2902 – 2917).

ADAUTO LUIS FIRPO MELLO (fls. 2976-2977) reconheceu sua assinatura no documento de fl 1378 e 1405, contudo não preencheu de próprio punho os dados no requerimento e não sabe quem o fez. Quanto ao documento de fl. 846 acredita que seja sua assinatura, mas não tem certeza, porém não preencheu o documento e não sabe declinar quem foi a pessoa que o preencheu. Quanto ao documento de fl. 1463reafirmouque não assinou o referido documento. Não tem conhecimento a quem pertence a letra que consta no requerimento. Não tem conhecimento de quem foi a pessoa que preencheu. Disse não lembrar se conheceu a Engenheira Civil, Sirlei Terezinha Bevilaqua. Não sabe a quem pertence o telefone celular com o número linha 55 9981 8118. Do conhecimento que possui do trâmite de documentos na PMSM, a mesma não aceita a entrada de documentos no protocolo em branco, circunstância em que é feita devolução para que o requerente preencha os dados. Tem procuração para a Locação do Imóvel da Econ localizada na Rua dos Andradas onde funcionou a boate Kiss desde a data da compra do prédio pela Eccon Empreendimentos. Nao tinha conhecimento que o G-10 não havia regularizado a situação do imóvel e que não tinha certidão de conclusão de reforma.

Auto de Exibição e Arrecadação de material fornecido por Cristina G. Trevisan (fl. 2975).

Auto de Coleta de Material Gráfico AutÊntico de Adauto Luis Firpo de Mello (fl. 2978).

SIRLEI TEREZINHA BEVILAQUA (fl. 3048) foi apresentado a via original do Expediente 4025/2010 destinado ao Secretário de Mobilidade Urbana, reafirmou que é sua assinatura, bem como é sua caligrafia os dados constantes no campo Responsável Técnico, contudo não preencheu os demais dados do documento e não sabe quem fez. Forneceu material grafotécnico para fins de perícia.

IV. DEPOIMENTOS DAS PESSOAS SUSPEITAS E DE OUTRAS RELACIONADAS À BOATE KISS

TIAGO FLORES MUTTI (fls. 1192-1198) declarou que foi sócio proprietário da Boate Kiss de sua abertura, em abril de 2009, até o final daquele ano, mas no contrato social constou seu nome até maio de 2010, quando vendeu suas cotas para Elissandro Spohr. Formalmente, suas cotas foram vendidas para a irmã de Elissandro, Ângela Callegaro. **Na constituição da empresa, constava em seu lugar, no contrato social, sua irmã, Cíntia Flores Mutti**, tendo em vista que possuía outra empresa de engenharia, fator que dificultava ter outra empresa em seu nome. Os **outros sócios eram Alexandre da Silva Costa, que era administrador principal, e Cristiano Uroda, mas na verdade o sócio investidor era Eliseo Jorge Spohr**. Já conhecia Eliseo e Cristiano, pois fez um serviço de engenharia para a empresa GP Pneus, ocasião em que Eliseo apresentou Cristiano Uroda como investidor, o qual era funcionário da GP Pneus. A ideia de abrir uma Boate surgiu em um verão de 2008/2009, quando encontrou Alexandre em uma praia de Santa Catarina e começaram a combinar. Alexandre encontrou o pavilhão onde foi aberta a Boate Kiss. Pelo que sabe, quando saiu da sociedade, Elissandro teria adquirido as cotas de Eliseo e de Cristiano Uroda. Em novembro de 2009, seu pai disse que não poderia mais ajudar na Boate e a partir de dezembro do mesmo ano, também parou de administrar a Boate, ficando somente Alexandre Costa na administração. Em dezembro de 2009, ofereceu suas cotas para Alexandre, Cristiano e Eliseo, mas nenhum demonstrou interesse, devido ao baixo faturamento da Boate, nem mesmo chegando a ser questionado quanto a valores. Em janeiro de 2010, ofereceu sua parte na Boate Kiss para Mauro Hoffman, mas o mesmo não teve interesse. Em março de 2010, ofereceu sua parte para Kiko pelo valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Kiko demonstrou interesse, mas afirmou que não possuía o dinheiro, porém passados alguns dias Kiko lhe procurou e lhe ofereceu um veículo pelo valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), mais R$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que fecharam o negócio na mesma ocasião. Foi realizado um novo contrato social, e encaminhado para Cíntia Mutti assinar. Nunca chegou a ter remuneração, pois abriu a Boate com muitas dívidas, já que investiram cerca de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Nunca teve pró labore, pois não obteve lucro com a Kiss; somente prejuízo. **A Boate foi inaugurada em 31 de julho de 2009. Na época, possuíam alvarás dos bombeiros e os demais documentos estavam em andamento**, **sendo que Alexandre e a arquiteta Cristina Trevisan estavam cuidando desta parte**. O maior administrador da Kiss no período em que foi sócio era Alexandre Costa. Administrar significava, administrar funcionários, programação das atividades, dos eventos, compras de bebidas e demais gêneros, pagamento de fornecedores, marketing, manutenção, reformas, consertos, gerenciar as festas e cuidar do financeiro. Durante o dia, seu pai lhe representava pagando fornecedores, realizando a manutenção da estrutura física, algumas compras, mas tudo de pequeno volume e valor, pois as maiores ficavam a cargo de Alexandre. Sua irmã, Cíntia

Mutti, não desempenhava nenhuma função, pois era enfermeira e os horários eram incompatíveis. Não possuía procuração de Cíntia para administrar a Boate, mas seu pai, Santiago Mutti, sim, o qual ficava durante o dia recebendo fornecedores e efetuando pagamento de despesas. Cristiano Uroda e Eliseo Spohr, às vezes, apareciam nas festas para se divertir. Em dezembro de 2009, para não ter custos, já que a Kiss estava trabalhando no vermelho, fez o laudo de medição sonora, pois é Engenheiro e habilitado, sendo que o que diz a legislação é que o volume permitido é de 90 dc. **Alegou que não tinha conhecimento das reclamações dos vizinhos da Boate acerca da poluição sonora**, sendo que nenhum vizinho lhe fez reclamações. D**isse que não tinha conhecimento de um abaixo-assinado feito pelos vizinhos contra o funcionamento da Boate Kiss devido à poluição sonora**, **nem mesmo sabia que Alexandre Costa havia sido chamado no Ministério Público sobre esta questão**. Não tem ciência sobre ajustes realizados para melhorar a acústica do prédio da boate. O primeiro serviço referente ao isolamento acústico da Boate foi feito por Samir Sâmara e consistia em forro e paredes de gesso acartonado, conforme projeto da Arquiteta Cristina Trevisan. O laudo acústico foi realizado através de medições no interior da Boate, no passeio e no interior do apartamento de um vizinho. Pegou emprestado um decibelímetro e um CD; o modelo utilizou um do tempo do curso de engenharia. Alegou não lembrar de quem pegou o aparelho emprestado. Não possui nenhum curso específico, mas o curso de engenharia habilita para este tipo de procedimento. Não sabe informar onde e quando foi feita a última aferição do aparelho, bem como se ele tinha certidão de aferição. Afirmou que constaram no seu laudo o endereço e o nome das pessoas onde fez a medição, mas não recorda a data, nem o horário em que fez. Apresentado o laudo que emitiu, afirmou não recordar, pois já faz mais de três anos, mas acredita que o CD utilizado, chamado “Ruído Rosa”, serve para um laudo técnico. Aduziu que há problemas com DJs e bandas que não respeitam o limite de som permitido pela Boate. Acredita não ser falta de ética ter feito o laudo sonoro. Admitiu que não tem conhecimento profundo na área referente à medição sonora, pois não é a área em que atua, por isso não tinha ciência de que no laudo era necessário relatório de medição e não só a medição final. Não conhece o Decreto Municipal nº 32 de 2006. Não trabalhou com o Engenheiro Samir Frazon Samara. **Referiu que quem cuidava das obras da Boate Kiss era Cristina Trevisan**, pois a maioria delas eram reformas de interiores. Não tinha conhecimento de que o Batalhão da Brigada Militar havia feito medição da pressão sonora da Kiss e constatado a ocorrência de crime. Acredita que seu laudo foi diferente da Brigada Militar, pois na data em que eles mediram poderia estar acima dos limites legais, devido a algum operador de som ou DJ não ter atendido a orientação da Boate, mas não sabe declinar maiores detalhes, já que não estava presente. Alegou não ter conhecimento se foram multados em razão da poluição sonora. Disse acredita que as semelhanças do laudo que fez com o do Engenheiro Samir (mesma fonte, formatação, padrão idêntico, mesmo CD, mesmo dia da semana e quase mesmo horário) ocorreram devido ao fato de ambos terem utilizado o modelo da faculdade, dado pelo mesmo professor. Alegou não saber quais eram os documentos

necessários para o funcionamento de uma Boate, o que ficava ao encargo de Alexandre Costa e Cristina Trevisan. **Disse que não sabe o que é um Estudo de Impacto de Vizinhança**, bem como não sabe se foi feito um para Kiss. **As assinaturas da Consulta Popular foram colhidas pelos funcionários da Kiss e por seu pai**. Não tem conhecimento do motivo pelo qual foram colhidas assinaturas de pessoas que não se enquadravam nos requisitos legais. Não tem conhecimento por que os vizinhos da Boate Kiss diretamente interessados não foram contatados para a Consulta Popular. Não sabe qual engenheiro realizou o EIV e o EIA, bem como quem os encaminhou para a Prefeitura. Até a data em que saiu da Kiss, não possuíam contador. Não sabe quem fez as alterações no contrato social. Conhece Volmir, contador da GP Pneus, mas não sabe se ele encaminhou algum documento para a Prefeitura. Não lembra quais documentos assinou para dar entrada nos papéis na Prefeitura, bem como quem os levou para a Prefeitura. **Sabe que a Kiss foi notificada em 2009** devido à falta de alvará, mas não estava presente e não recorda qual era o alvará faltante. Acha que a Boate, ao abrir, não estava com toda a documentação necessária, mas não fecharam, pois os documentos já haviam sido encaminhados à Prefeitura e possuíam muitas dívidas a pagar. Não tem conhecimento onde foi dada entrada do alvará ambiental. Não sabe se quando abriram a Boate estavam inscritos no cadastro de contribuintes do município. Não sabe quais são os impostos municipais de um empreendimento, bem como quais impostos, taxas que pagou enquanto sócio. Não sabe quem era responsável pelo pagamento dos impostos, nem recorda se foram pagos. Serviam picadinhos, mas não frituras. Havia um freteiro e um autônomo que recolhiam os resíduos da Boate, mas não sabe quem são. Não recorda se foi contratada alguma empresa particular para a coleta de lixo. Não tem conhecimento de que a Boate Kiss tenha sido autuada pela dispensa irregular do lixo. Não tem ciência se a Boate Kiss foi embargada. Conhecia Giovane Mânica desde a década de 90, conhecido da juventude, das baladas, das casas noturnas. Alexandre Costa e Giovane Mânica eram amigos de maior convivência até alguns anos atrás.

Efetivou-se a juntada de documentos da Associação dos Sobreviventes da Boate Kiss (fls. 1202- 1219).

Foi anexado relatório de investigação, que apontou as principais diligências realizadas até aquele momento (fls. 1220 – 1224).

Foram juntados Relatórios de Investigação, que versam sobre Alvará Sanitário, Licença Ambiental e Alvarás dos Bombeiros (fls. 1225 – 1324).

Termo de carga do presente inquérito ao procurador da Associação de Familiares da Boate Kiss (fl. 1325).

Termo de juntada de 45 documentos, referentes às gravações ambientais realizadas por familiares da Associação de Familiares da Boate Kiss (fls. 1326 -1371).

Foi recebido o Ofício nº. 1251/2013 (com diversos documentos) da Prefeitura Municipal de Santa Maria, em resposta ao Ofício nº. 702/2013, (fls. 1373-1514).

Foi juntado o depoimento de Santiago Mugicca Mutti extraído do IP nº. 02/2013 (fl. 1515).

SANTIAGO MUGICA MUTTI (fls. 1516–1519) declarou que, pelo que lembra, a constituição e o registro na junta comercial da Boate Kiss se deu em abril ou maio de 2009 e sua inauguração em 27 de julho de 2009. Disse que **ajudou na administração da boate de julho de 2009 a outubro do mesmo ano**. Os **sócios da Boate Kiss**, pelo que sabia, eram **Alexandre da Silva Costa, Elton Uroda e Tiago**. Contudo, **pelo fato de Tiago já ter uma empresa em seu nome, constou o nome de Cíntia, mas essa nunca se envolveu na administração da Kiss, apenas uma vez foi na Boate, no dia da inauguração**. Não tem conhecimento se Eliseo Jorge Spohr era sócio da Kiss, mas sim o funcionário dele, de nome Elton. **Quando a Kiss inaugurou, apenas existia o Alvará dos Bombeiros, os demais estavam sendo providenciados por Alexandre Costa e por Cristina Trevisan**. Nunca viu Elton ou Eliseo na Boate. **Tiago trabalhou na Kiss até dezembro de 2009, quando vendeu suas cotas para Elissandro Spohr, mas a venda foi formalizada na junta comercial em maio ou junho de 2010**. Não sabe se quando a Boate começou a funcionar possuía laudo acústico; recorda que em dezembro Tiago fez um, mas não sabe declinar se já havia isolamento acústico no local. O Engenheiro Samir executou obras colocando forro de gesso no salão de entrada. Não tinha conhecimento da existência de reclamações de vizinhos quanto ao barulho oriundo da Kiss, bem como não sabia da existência de um abaixo-assinado reclamando do ruído, nem mesmo que Alexandre Costa havia comparecido ao MP em razão disto e que haveria um inquérito civil sobre poluição sonora. Não tinha conhecimento do procedimento protocolado na Prefeitura a respeito de poluição sonora. Não sabe quem fez o primeiro laudo acústico da Boate Kiss. Não tem ciência sobre o aparelho (decibelímetro) utilizado por Tiago para fazer o laudo acústico, acreditando que o lado acústico deveria ter sido feito por outro engenheiro, pois não seria ético o próprio Tiago o fazê-lo. Referiu que a arquiteta Cristina Trevisan era responsável pelas obras da Kiss. Disse que não tinha ciência de que a Brigada Militar realizou medições sonoras em apartamentos lindeiros à Kiss, tampouco se a Kiss foi multada ou notificada devido à poluição sonora.

SANTIAGO prosseguir referindo (fls. 1520-1524) que juntamente com Alexandre Costa e a pedido desse, colheu as assinaturas da Consulta Popular e depois arrecadou novamente assinaturas, pois, segundo Alexandre, a Prefeitura não havia aceitado a primeira, uma vez que havia

endereços comerciais. Deveriam ser apanhados endereços de moradores que residiam em um raio de 100 (cem) metros do local. Acredita que houve um erro da Prefeitura, que anulou a primeira colheita de assinaturas, mas destacou que juntou um segundo abaixo-assinado. Disse que não houve má-fé na captação da segunda leva de assinaturas em duplicidade, pois acreditou que as primeiras seriam desconsideradas. Alexandre lhe orientou a recolher as assinaturas em um raio de 100 (cem) metros da Kiss, mas calculou "de olho", alegando que não agiu com dolo ao ultrapassar os cem metros. Coletou assinaturas de conhecidos "do tempo por causa do Banco" (se refere ao Banco do Brasil onde trabalhou) e aleatoriamente. Não sabe quem autenticou em cartório o abaixo-assinado. Questionado acerca do motivo pelo qual não coletou assinaturas dos vizinhos diretamente afetados, respondeu que no Edifício Central o Síndico não permitiu. No prédio "ao lado de cima" da Boate, onde havia uma Academia de Musculação, houve alguns estudantes que assinaram a favor. Colheu assinaturas de pessoas que trabalhavam no Estacionamento Xavier e na Lavagem Papagaio, porque a Boate tinha um convênio de estacionamento com os mesmos. Pegou assinaturas de pessoas que trabalhavam no Supermercado Carrefour, pois este era vizinho da Boate. Na COOABB colheu as assinaturas, porque são seus conhecidos. Não tinha conhecimento de que poderia estar cometendo uma fraude. Apresentado uma assinatura constante na fl. 06 do Volume I, afirmou que não lembra de ter coletado a referida assinatura. Não tem conhecimento da realização, nem mesmo de quem elaborou o Estudo de Impacto de Vizinhança e Estudo de Impacto Ambiental da Kiss. Também não sabe quem os encaminhou para a Prefeitura. Até a data em que deixou de trabalhar na Kiss, a empresa não tinha contador. Conheceu Volmir, que trabalha na GP Pneus, porque comprava pneu naquela loja. Referiu não lembrar se possuía procuração para representar Cíntia, tampouco quem redigiu o contrato social e suas alterações. Nunca assinou documentos da Boate para dar entrada em papéis na Prefeitura. Teve conhecimento que, em 2009, Alexandre recebeu uma multa da Prefeitura, mas não sabe o motivo, não recordando se foi feito recurso ou se foi paga. Não esperaram todos os documentos para abrir a Boate, pois foram feitos muitos investimentos financeiros e os documentos estavam tramitando na Prefeitura. Não sabe onde foi dada entrada do protocolo referente ao Alvará Ambiental, bem como não sabe se quando abriram a Kiss, o estabelecimento já estava inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município. Não sabe quais os tributos municipais que devem ser pagos por um empreendimento. Não serviam alimentos na Boate. Quanto aos resíduos, havia um freteiro que buscava para vender para reciclagem. Nunca foi pago à outra pessoa jurídica para fazer a coleta do lixo, pois eram depositados nos contêineres de lixo doméstico. Não tem conhecimento se a Kiss foi multada por dispensa irregular de lixo. Não tem ciência sobre embargos que a Boate tenha sofrido. Não sabe se houve algum acordo entre a Boate e a Prefeitura referente à impressão de cartazes. Acha que Tiago e Alexandre Costa são conhecidos de Giovani Carter Mânica do tempo que eram "solteiros da noite". Não sabe qual a relação de Eliseo e Kiko com Giovane Mânica. Não tem conhecimento quanto à doação de cadeiras para a Prefeitura Municipal. Não conhece Secretários ou funcionários da

Prefeitura e não sabe se estas pessoas frequentavam a Boate. Enquanto trabalhou no local, não foi feita campanha política para ninguém, mas depois não sabe. Não tem conhecimento da relação de Kiko, Tiago e Alexandre Costa com Marcelo Bisogno, bem como se Mauro Hoffmann e Giovani Mânica foram sócios em alguma boate. Não sabe se algum dos sócios da Boate tinham algum contato com funcionários da Prefeitura para agilizar o trâmite de documentos da Boate Kiss.

CRISTINA GORSKI TREVISAN (fls. 1527-1534) declarou que foi contratada por Tiago Mutti e Alexandre Costa em 2009 para realizar o projeto de arquitetura de interiores, sendo que os dois tinham os mesmos poderes de decisão. Não conheceu Cristiano Uroda e nunca tratou com ele sobre as obras. Conhecia Cíntia Mutti, mas não da Boate, e não tem conhecimento se ela trabalhava na Kiss, pois nunca tratou com ela. Não sabe a função de Santiago Mutti na Kiss. Não tem conhecimento de qual era a função de Alexandre Costa na Kiss, mas juntamente com ele encaminhava os documentos para a Prefeitura. No Município, tratava com o Arquiteto Rafael Escobar. Não tem conhecimento se Alexandre possuía algum contato na Prefeitura para agilizar os documentos, Afirmoundo que não possuía contatos. Elaborou o Estudo de Impacto de Vizinhança que se trata de um documento que a Prefeitura pede ao empreendedor referente à infra-estrutura da região, o qual entregou ao proprietário. Não sabe o que é Consulta Popular e se tem relação com o Estudo de Impacto de Vizinhança, pois não o encaminhou para a Prefeitura. Não colheu assinaturas da Consulta Popular e nem orientou os proprietários sobre a coleta, bem como não sabe quem arrecadou as assinaturas. Desde 2005 trabalha em Santa Maria como arquitetura de interiores e EIV, mas não sabe que alvarás dependem destes documentos. Não tem conhecimento de quem autenticou parte dos documentos da Consulta Popular, nem porque parte dos documentos entregues na Prefeitura foram autenticados e outros não. Não sabe se a Consulta Popular foi devolvida por alguma Secretaria e se a mesma foi fraudada. Quando foi contratada pelos proprietários, a Boate não possuía todos os alvarás e ainda não estava aberta. Não tinha conhecimento se a Kiss foi notificada pela ausência de alvarás. Apresentados os documentos das fls. 846, 854, 867 e 910, acha que é sua letra. Referiu que retirava os projetos na Prefeitura, assim como Alexandre Costa. Apresentada a fl. 834, Volume V, referente ao Requerimento ao Escritório da Cidade em nome da Econ Empreendimentos, em 24 de junho de 2009, pedindo a abertura de vala para água e certidão da numeração oficial, afirmou que não o preencheu e acredita que essa certidão seja para o ocupante do imóvel saber qual é o número do imóvel. Exibidos os requerimentos de fls. 846, 854 e 867, do Volume V, reconheceu como sendo sua letra, já quanto ao da fl. 910, não tem certeza se é sua letra e os dados da responsável técnica não são seus. Lembrou que uma das exigências que havia constado nos seus projetos era a Certidão de Conclusão de Obra. O documento que solicitava a Aprovação de Projeto de Edificação e/ou Reforma sem Ampliação de Área (fl. 84, volume V), após analisado, veio com restrições, sendo que uma delas era para que o projeto tramitasse com o nome do

proprietário do imóvel. Não verificou nenhuma questão referente a IPTU. Não lembra quem entregou na Prefeitura o pedido para Autorização e Alinhamento na Prefeitura (fl. 846, Volume V), que serve para o Município fornecer os dados urbanísticos do local e quem encaminhou o requerimento solicitando Autorização para Aprovação de Projeto de Reforma sem Ampliação de área (fl. 854 e seguintes). Aduziu que assinou o Memorial Descritivo (fl. 861 e seguintes), porém não autenticou os documentos, não sabe quem o fez e quem os protocolou na Prefeitura. Alegou que não lembrava que, em 30/09/2009, encaminhou novo Requerimento solicitando o Projeto de Edificação, Reforma, sem ampliação de área (fl. 867, Volume V). Apresentado o documento, Afirmou que não recorda as restrições que foram impostas. Afirmou não saber quem encaminhou requerimento solicitando Certidão de Conclusão e Reforma em 10 de fevereiro de 2010 (fl. 910). Não tem ciência se o imóvel precisa estar com o IPTU quitado para requerer autorização para reforma. Não tem conhecimento porque foi solicitado o uso do numeral 1925 para a Boate Kiss. Não tem ciência se o pedido de troca de numeral foi uma simulação, devido à ausência de certidão de conclusão de obra do número 1935. Acha que não é possível executar uma obra de reforma de imóvel que não possua certidão de conclusão de reforma, mas não tem conhecimento, pois não executa obra, apenas faz o projeto. Não tinha conhecimento de que, com a troca de numeral, foi criado um novo arquivo separado do anterior para a Kiss. Não sabia que a certidão de conclusão de obra era requisito para a autorização de novas reformas. Não conhece Jackson Heitor Panzer. Alexandre Costa lhe informou que em 2010 os projetos haviam sido aprovados e que, inclusive, havia sido liberado o Alvará de Localização. Não tem conhecimento se as reformas da Kiss foram feitas sem autorização, bem como não sabe se os tributos municipais foram recolhidos. Não tem conhecimento da relação de Alexandre Costa e Tiago com Giovani Manica. Não tem conhecimento da relação de Eliseo Spohr e do Kiko com Giovani Manica. Conhece Marcelo Bisogno e Giovani Manica socialmente, mas não sabe se eles frequentavam a Boate Kiss; não sabe se foi realizada alguma campanha política na Boate Kiss ou se foi feita alguma doação política pela Boate Kiss. Não tem conhecimento da relação de Kiko, Alexandre Costa e Tiago com Marcelo Bisogno. Não sabe se Mauro Hoffman foi sócio de Giovani Manica em alguma casa noturna. Não tem conhecimento se algum dos sócios da Boate Kiss possuíam alguma facilidade no trâmite dos documentos referentes à Boate Kiss na Prefeitura. Não fez doações para campanhas políticas. Não sabe se a Boate Kiss foi autuada por causa de obras irregulares.

ELTON CRISTIANO URODA (fls. 1543-1546) **mesmo compromissado como testemunha, se negou a responder perguntas que esclareceriam sua situação e sua atividade de sócio da Boate Kiss, bem como aos questionamentos atinentes a Santiago Mutti, Cíntia Mutti, Tiago Mutti, Alexandre Silva da Costa, Eliseo Spohr e Elissandro Callegaro Spohr e não respondeu às indagações referentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança, poluição sonora e ao abaixo-assinado contra o funcionamento da Kiss**. Não sabe se foi Cristina Trevisan ou Alexandre Costa quem encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Impacto

Ambiental, mas acredita que tenha sido um dos dois, porque eram eles que estavam acompanhado o andamento dos processos dos documentos para regularização junto a Prefeitura. Conheceu de vista Volmir, que trabalha na GP Pneus, mas não sabe se ele deu encaminhamento a algum documento da Kiss na Prefeitura de Santa Maria. Não lembra quais os documentos que assinou na Prefeitura para dar entrada ao início do funcionamento da Boate e nem sabe quem levou os documentos. Informou que ficou sabendo que a Kiss foi notificada em 2009 pela Prefeitura por falta de um alvará, mas não recorda qual, pois não estava presente no momento. **Quando inauguraram a Boate, em 31 de julho de 2009, acredita que não estavam com toda a documentação necessária**, porque não tratava desta área, o que era feito por Alexandre e Cristina Trevisan. Não fecharam a Kiss porque os documentos já estavam tramitando na Prefeitura, porém havia um processo burocrático muito lento e complexo. Além disso, já havia sido investido um montante relativamente alto, havia funcionários contratados e dívidas a pagar. Declarou que possuíam o Alvará dos Bombeiros. **Não respondeu às questões afetas ao Alvará de Localização, Sanitário e Ambiental**. Não sabe quais são os Impostos Municipais pagos por um empreendimento, nem quais foram pagos no decorrer da sua sociedade na Kiss e quem os pagou. A Boate tentou servir picadinhos, mas não teve aceitação pelo público. Não serviam frituras. Disse que enquanto era sócio, até dezembro de 2009, havia um freteiro e um autônomo que recolhiam e vendiam para a reciclagem os resíduos sólidos, mas não sabe quem eram estas pessoas. Não tem conhecimento se a Boate Kiss foi autuada pela dispensa irregular de lixo. Não tem ciência de qual o valor total das multas pelas quais a Boate Kiss foi autuada por funcionar em desacordo com a legislação em vigor, nem se foram pagas. Quando questionado sobre o fato de que os recursos administrativos de fls. 68 e 73 continham sua assinatura, manteve-se silente. Disse não ter conhecimento sobre embargo relativo a Kiss e quando apresentado Embargo nº. 003/2009 (fls. 38-40) assinado por Alexandre Costa, manteve-se em silêncio. e se a Consulta Popular do Estudo de Impacto de Vizinhança foi devolvida para os representantes da boate. Rferiu que Tiago Mutti e Alexandre Costa eram conhecidos da juventude de baladas noturnas dos anos 90 de Giovani Carter Mânica. Alexandre da Silva Costa era amigo de maior convivência até alguns anos atrás de Giovane Mânica. Não respondeu os questionamentos sobre campanhas políticas dentro da boate e sobre possíveis contatos com servidores da Prefeitura para a facilitação de liberação de licenças.

ALEXANDRE SILVA DA COSTA (fl. 1547-1555) aduziu que Tiago deixou de administrar a Boate em dezembro de 2009. Santiago Mutti substituía Tiago na administração da Kiss, quando esse não conseguia atender, mas não sabe se possuía procuração da Cíntia Mutti. O Estudo de Impacto de Vizinhança e a Consulta Popular são requisitos para expedição de alvará, porém não colheu nenhuma assinatura, as quais eram responsabilidade de Tiago. Não sabe se foi o Tiago ou Santiago que as coletaram, embora saiba que Santiago colheu algumas assinaturas. Não tem conhecimento por que parte do documento da Consulta Popular está autenticada em cartório e outra

parte não e quem autenticou e protocolou na Prefeitura. Apresentado o Estudo de Impacto de Vizinhança, reconhece como sendo sua a assinatura e da responsável técnica Cristina Trevisan. Não sabe se a Consulta Popular foi devolvida pela Prefeitura para ser refeita e se as assinaturas da Consulta Popular foram colhidas em desacordo com a legislação. Alegou que nunca recebeu reclamações de vizinhos da Boate e não tem conhecimento que seus sócios tenham recebido. Disse que não tem ciência que quatro assinaturas foram colhidas em duplicidade e não conhece as pessoas que assinaram, pois não colheu as assinaturas. Quanto às duas multas recebidas da Prefeitura pela ausência dos alvarás, não recorreu das mesmas. Apresentados os documentos de folhas 285 a 289, do Volume II, disse não ter lembranças dos recursos. As multas foram em torno de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e na sua administração não foram pagas. Não havia ninguém específico para recorrer das multas, mas acredita que pode ter avisado o contador Volmir. **Alegou que não tinha conhecimento de que a Boate Kiss fora embargada.** Exibidos os documentos das fls. 39 a 40 do Volume I, no qual está inserido o embargo datado de 15 de novembro de 2009, relatou que o embargo não foi cumprido, pois somente dependiam da Prefeitura para a liberação dos alvarás, uma vez estavam esperando a liberação do projeto. **Reconheceu como sendo sua a assinatura da notificação dos embargos**. Acha que a boate interpôs recurso verbal. Lembra que Santiago e Tiago foram até a Prefeitura pedir agilidade no trâmite do projeto, mas não sabe com quem falaram. A Kiss continuou a funcionar após o embargo, pois houve um acordo verbal com funcionários da Prefeitura, feito por Tiago ou por Volmir. Após o embargo, foi até a Prefeitura falar com o arquiteto Rafael para reclamar na demora na aprovação do projeto, sendo que o ele referiu que a Boate não deveria ter começado a funcionar sem o projeto aprovado, mas iniciaram devido ao grande investimento realizado. Apresentadas as notificações das fls. 43 a 46 não recorda que tenha havido recurso. Não tem conhecimento por que os recursos das multas saíram em nome de Cristiano Uroda. Em 26 de dezembro de 2009, Elissando Spohr ainda não era sócio da Boate Kiss. Apresentado o documento de fl. 45, acredita que a rubrica existente ao lado de uma notificação de um fiscal da Prefeitura, identificando-se como “sócio Proprietário”, seja de Elissandro. Na época, Elissandro auxiliava em algumas questões da Boate, contratando Bandas e ganhando um percentual por isso, mas das próprias bandas. Disse que o Alvará Sanitário foi encaminhado por Volmir, porém não sabe em qual setor da Prefeitura foi protocolado. Acredita que o Alvará Sanitário foi expedido no ano de 2010, mas não sabe se a taxa foi paga. Em 2010, a Boate Kiss funcionou sem Alvará Sanitário, e não foi pedida sua renovação, mas não tinha conhecimento. No final de 2009, a Boate Kiss não possuía nenhum alvará e Licença de Operação. Não tem conhecimento se a Kiss estava escrita no cadastro de contribuintes do município. **A responsabilidade sobre a questão documental da Boate era de Tiago**. O pedido de Alvará de Localização foi realizado em 2010 e demorou cerca de 8 meses para ser expedido. Devido à demora da aprovação do projeto, neste período a Boate funcionou normalmente, sendo que os fiscais da Prefeitura tinham conhecimento, lembra do nome de um deles: **Denílson**. Não tem conhecimento de quem encaminhou

o requerimento em nome da Econ Empreendimentos ao Escritório da Cidade solicitando licenciamento para abertura de vala para água e certidão para numeração oficial, acreditando que tenha sido Tiago. Desconhece qual foi o resultado do requerimento datado de 27 de junho de 2009 que estava em seu nome, que solicitava a aprovação de projeto de edificação e/ou reforma sem ampliação de área. Não verificou antes de iniciar a locação do imóvel se o mesmo estava em dia com o IPTU, mas acha que Tiago verificou. Não sabe quem entregou na Prefeitura o requerimento de pedido de Alinhamento e Reforma. Acredita que tenha assinado com as responsáveis técnicas o Memorial Descritivo (fls. 861 a 866), mas foi Cristina Trevisan quem encaminhou à Prefeitura e não sabe do resultado deste requerimento. Não tem conhecimento se em 30 de setembro de 2009 foi encaminhado novo requerimento ao Escritório da Cidade solicitando aprovação de projeto (fl. 867). Acredita que Cristina Trevisan tenha encaminhado, mas não sabe qual foi o resultado nem se pediram certidão de conclusão de obra. Em novembro de 2009, assinou requerimento para fins de certidão de zoneamento com a finalidade de liberação do alvará de funcionamento, e acredita que quem preencheu o documento foi Cristina Trevisan. Não sabe quem encaminhou, em fevereiro de 2010, o requerimento solicitando Certidão de Conclusão de Reforma. Não sabe sobre resultado, pois o interesse era do Escritório da Cristina Trevisan. Apresentado o verso da fl. 910, volume V, o qual refere a inexistência de certidão de conclusão de obra desde 2003, afirmou que não tinha conhecimento da situação do imóvel perante o Escritório da Cidade e não foi informado por Cristina Trevisan. Exibidas as fls. 913 e 914, onde se pode verificar que o prédio da Kiss estava inscrito em dívida ativa nos anos de 2009 e 2010 devido à inadimplência de IPTU, informou não ter conhecimento. Acredita que tenha pedido a alteração do número da Boate, pois havia divergência entre o número que constava na fachada e o que constava na Prefeitura. Questionado se a troca de numeral se deu devido ao fato de que o numeral 1935 não possuía certidão de conclusão de obra (o que impediria as reformas da Boate), disse que não tinha conhecimento se era exigida esta certidão para reforma. Referiu não saber que uma das 29 restrições feitas pelo Escritório da Cidade era a ausência da Certidão de Conclusão de reforma (fls. 854 e 855). Nunca leu o documento que apresentava restrições nas obras do imóvel, e apenas foi informado por Cristina que havia problemas. Não tem conhecimento de que a troca de numeral gerou outra pasta do imóvel na Prefeitura. Jackson Heitor Panzer era funcionário da GP Pneus e auxiliava o contador Volmir, mas não tem conhecimento se ele possuía alguma procuração para representar a boate. O projeto arquitetônico foi aprovado na Prefeitura e, após, foi expedido o Alvará de Localização, sendo os responsáveis técnicos Cristina Trevisan e Tiago Mutti. Lembra apenas de ter pagado as taxas de alvarás na sua época de administração. **Apresentado um requerimento de fevereiro de 2012 (fl. 910), solicitando Certidão de Conclusão de Obra em nome da Engenheira Sirlei Bevilaqua, informou que não tem conhecimento e não conhece esta engenheira**. **Não tem ciência de que a Kiss tenha sido multada por obras irregulares ou que estas obras tenham sido embargadas pela Prefeitura**. Disse que **foi amigo de Giovani Mânica**

há anos. Não há relação entre Eliseo Spohr e Kiko com Giovani Mânica. Quando vendeu suas cotas, não apresentou Certidão Negativa de Tributos Municipais. Não tem relação de amizade com Marcelo Bisogno e não sabe se ele frequentava a Boate. Não sabe se foi realizada campanha política dentro da Kiss ou se houve alguma doação para a campanha de algum político. Durante o período em que foi administrador da Boate, não havia relação de Kiko e Tiago com Marcelo Bisogno, após, não tem conhecimento. Não sabe se Mauro Hoffman e Giovani Mânica foram sócios em alguma boate. **Disse que cerca de 20 ano atrás, organizava festas com Giovani Mânica**, mas há muitos anos não possui relação com ele. Referiu que ninguém possuía relação com funcionários da Prefeitura com o fim de agilizar os documentos da Boate no Município. Alegou que nunca fez doações a campanhas políticas.

Efetivou-se a juntada do Contrato de Locação do imóvel onde se situava a Boate Kiss, firmado entre Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria LTDA e Santo Entretenimento Ltda. (fls. 1556-1559).

Anexou-se o Inquérito Civil nº 00864.00145/2009, relativo à ocorrência de poluição sonora na Boate Kiss (fls. 1560-1783).

Termo de juntada do DI 00864.00309/2013, pertinente às recomendações do Prefeito Municipal para a fiscalização de Boates e congêneres (fls. 1783-1786).

Em 06 de outubro de 2013 foi recebido o Ofício nº. 1543/2013 do Município de Santa Maria em resposta ao Ofício nº. 1137/2013, cujos documentos foram acostados de fls. 1801 a 1962.

VOLMIR ASTOR PANZER (fls. 1963-1974) quando ouvido sobre a Kiss, **embora compromissado como testemunha**, permaneceu em silêncio.

JACKSON HEITOR PANZER (fls. 1975-1989) declarou que trabalhou como contador na GP Pneus de 2001 a 2011 e seu irmão, Volmir Panzer, trabalha como contador da GP Pneus há cerca de 20 anos. Informou que a pedido de Tiago Mutti, protocolou alguns documentos na Prefeitura Municipal nos anos de 2009 e 2010, não explicando as razões que o motivaram, a fazer isso. No que tange ao restante, disse nada saber.

PATRICIA DIAS LENZ (fl. 1990) informou que trabalhou como secretária no Bar e Boate Absinto de outubro de 2009 até fevereiro de 2013, quando o estabelecimento foi fechado por MAURO HOFFMANN, proprietário. Foram exibidas a ela as fls. 429 e 430 do Volume III, onde está inserida a Licença de Operação nº. 113/2012, da empresa Santo Entretenimento Ltda., **sendo que após observar o final da fl. 430, onde consta a assinatura de recebimento do documento** em 28/04/2012, **afirmou achar parecida com sua assinatura**, mas a letra P está diferente, assim como

a letra A, a letra R e o Z, por isso, não reconheceu como sua a referida assinatura. Afirmou que nunca recebeu qualquer documento referente a Boate Kiss e em nenhuma oportunidade foi até a Prefeitura Municipal de Santa Maria retirar algum documento relativo a Kiss.

Procedeu-se a juntada de algumas legislações municipais, do documento intitulado “Orientação aos Contribuintes” e de um procedimento de interdição do DCE (fls. 2002-2061).

Foi feita a juntada de documentos referentes a vistorias para fins de concessão de Alvará de Localização e da Instrução Normativa nº. 01/EC/2013 (fls. 2062-2069).

Em 21 de outubro de 2013, foi recebido o Ofício nº. 1583/2013 da Prefeitura Municipal, em resposta ao Ofício nº. 1204/2013, instruído com documentos e o Ofício nº. 1590/2013 (fl. 2071 – 2122).

ÂNGELA AURELEA CALLEGARO (fl. 2173), ao ser ouvida, preferiu permanecer em silêncio.

Da mesma forma ELISSANDRO CALLEGARO SPOHR (fl. 2180), optou por se abster em responder aos questionamentos.

Foram adjungidos documentos oriundos do IP n.º 94/2013, dentre eles multas aplicadas à Boate Kiss, de fls. 2184 à 2194.

Foi juntada a notificação feita para a Boate Kiss (nº 13040 de 2013, entregue por Marlice Druck - fl. 2148).

Ofício 658/2013 do CREA (fl. 2274).

ELISEU JORGE SPHOR (fl. 2378) foram feitas 108 perguntas a ele, que optou por permanecer silente.

MAURO LONDERO HOFFMANN (fls. 2740-2743) reiterou o teor de suas declarações prestadas no IP nº. 094/2013/150501, especialmente no que se refere a quando e como ingressou na sociedade Santo Entretenimento. Ratificou que era apenas sócio investidor, sem poder de gestão, mando ou veto na Boate Kiss. Disse que ingressou na sociedade no dia 01/09/2011, ocasião em que já havia espuma em toda a sua lateral esquerda, bem como os guarda-corpos internos e externos, os mesmos existentes na boate quando do incêndio, salientando que seu ingresso na sociedade se deu após a vistoria dos Bombeiros (11/08/2011) e a emissão do Alvará dos Bombeiros (18/08/2011). As quotas foram adquiridas de Elissandro Spohr (Kiko). Salientou que a Kiss era administrada por Elissandro, o qual era auxiliado por Ângela e Ricardo. Ângela cuidava das questões financeiras do estabelecimento, e Ricardo era uma espécie de gerente noturno da Kiss. Ao

que tem conhecimento, ELTON CRISTIANO URODA, ELISEU SPHOR e MARLENE CALEGARO não apresentavam qualquer espécie de poder de decisão na boate Kiss. Não tem conhecimento se Eliseu e Elton eram investidores, acreditando que não. Referiu não recordar de ter assinado o documento de fl. 369, onde está inserida a capa do processo de nº. 027965/2011, datado dia 09 de novembro de 2011, no qual solicita a emissão Licença Operacional para o funcionamento da boate. Disse que após tomar conhecimento da existência de um Inquérito Civil que apurava possíveis problemas ambientais, suspendeu a continuidade do contrato de sociedade até que todos os pedidos do Ministério Público fossem devidamente cumpridos, cuja obrigação era dos sócios anteriores. Toda a documentação exigida pelo MP por ocasião do Inquérito Civil foi entregue por Elissandro. Somente retornou à sociedade após a conclusão do TAC. Ao que recorda, foi a empresa do Engenheiro SAMIR FRAZZON SAMARA que, com o aval do Ministério Público, executou obras de isolamento acústico. Declarou que nunca participou de qualquer ato pertinente ao Inquérito Civil ou ao TAC a ele relacionado. Esclareceu que o contrato social foi firmado em setembro de 2011, o qual fora suspenso em razão de ter tomado ciência do Inquérito Civil. Com isso, suspendeu a continuidade do contrato até que fossem resolvidas pelos proprietários anteriores todas as questões pertinentes a esse Inquérito Civil, sem tomar parte nesse particular, o que se deu dezembro de 2011. Com o firmamento do TAC, resolvidas as pendências, retornou à sociedade. Disse que recebia cinqüenta por cento dos lucros, enquanto Elissandro percebia, além do restante dos lucros, R$ 1.000,00 (mil reais) semanais por administrar a Boate Kiss. Quando entrou na sociedade da Kiss ela estava com toda a documentação necessária ao funcionamento. **KIKO e Ângela montavam os documentos para formar o processo para dar entrada na PMSM para solicitar a expedição e ou renovação dos documentos** tais como Alvará Sanitário e Licenças Operacionais. Não tem conhecimento se após ter ingressado na sociedade da Kiss, a boate foi notificada e/ou multada. Quando entrou na sociedade a única obra que foi realizada foi do TAC, a qual foi executada por engenheiros, mas não recorda quem. A obra referente ao TAC foi a única de vulto, uma vez que as demais eram para reparos inerentes ao estabelecimento. Não sabe se as obras de reparos exigiam autorização prévia da Prefeitura Municipal. Nunca presenciou nenhuma fiscalização da PMSM, mas tomou conhecimento por terceiros que houve fiscalizações, não sabendo o resultado das mesmas. Também não estava presente quando o Ministério Público fiscalizou a boate por ocasião do Inquérito Civil que resultou no TAC, apenas tomou conhecimento posteriormente. Não recorda a numeração oficial do prédio da boate Kiss, não sabendo se houve algum requerimento de troca de número oficial. Apenas tomou conhecimento de reclamações de vizinhos quanto à poluição sonora em razão do TAC, pois diretamente nunca recebeu reclamações. Não tinha conhecimento sobre a existência de um abaixo-assinado contra o funcionamento da boate Kiss. Não colheu assinaturas e nem tem conhecimento da existência de Consulta Popular. Acredita que a Boate tenha recebido alguma intimação do Ministério Público a respeito da Instauração de Inquérito Civil por causa da poluição sonora gerada pela Kiss

sim, mas não a recebeu. Por ocasião do TAC, o projeto apresentado pela Santo Entretenimento foi devidamente aprovado pelo Ministério Público e posteriormente executado. Após, foi vistoriado e aprovado pelo órgão ministerial, o qual liberou o funcionamento da boate. Disse que não sabe se o referido projeto foi analisado pela PMSM. Não teve conhecimento se alguma vez foram notificados e/ou multados pela PMSM. Nunca presenciou nenhuma medição de pressão sonora, pela Brigada Militar, enquanto foi sócio da boate Kiss. Não tinha conhecimento de medição de pressão sonora realizada por profissional contratado pela boate Kiss; posteriormente tomou ciência que o SAMIR realizou uma medição em data que não recorda. Recorda que quando ingressou na sociedade o Alvará Sanitário estava em dia, não sabendo especificar se em determinado período permaneceu com validade vencida. Disse que tal questão incumbia a Elissandro, não sabendo se este delegava atribuições. Referiu que não era responsável pelas licenças e as questões anteriores eram de responsabilidade dos proprietários anteriores, o que inclusive consta no contrato social. Disse não ter conhecimento do destino dos resíduos (lixo) produzidos pela Boate Kiss, em razão de não participar do funcionamento diário da boate, porque administrava a Boate Absinto. Que posteriormente ao sinistro tomou conhecimento de que a única boate em Santa Maria que possuía todos os documentos em dia era o Absinto. Consigna que sequer tinha as chaves da Kiss. Afirmou não ter ciência de qualquer espécie de acordo de natureza ambiental firmado com a PMSM, inclusive a suposta impressão de cartazes em favor da PMSM. Também não tem conhecimento de eventual cedência de cadeiras para a PMSM ou servidores públicos municipais de Santa Maria. Não tem ciência de que servidores municipais da PMSM recebessem qualquer espécie de vantagem na boate Kiss. Quanto a GIOVANE MÂNICA esclarece que não se trata de um amigo, mas de uma pessoa que frequentava de forma assídua a Boate Absinto. Giovane frequentou, como cliente, o Absinto por cerca de quinze anos. Nunca foi sócio de fato ou de direito de Giovane Mânica. Esclareceu que nunca foi a PMSM conversar com Giovane Mânica. Quanto a MARCELO BISOGNO, também não se tratava de um amigo, mas de um conhecido, em razão de ele frequentar o Absinto. Nunca realizou doações, tampouco a Boate Absinto o fez, em favor da campanha política de Marcelo Bisogno, ou qualquer outro candidato, e disse acreditar que o mesmo tenha ocorrido em relação à Kiss. Aduziu que conhece Miguel Passini apenas por empresário. Não tem conhecimento da relação de Giovane Mânica com Tiago Mutti e Alexandre Silva da Costa. Não sabe se em alguma ocasião Marcelo Bisogno foi apresentado como candidato a vereador na Kiss. Não tem conhecimento se algum dos sócios da Kiss ou pessoas que trabalhavam na boate tinham contato na Prefeitura de Santa Maria para agilizar e ou facilitar o trâmite de documentos, esclarecendo que não encaminhava documentos da Kiss. Quando ingressou na sociedade da Kiss não lhe foi apresentado, nem solicitou, certidão negativa de tributos municipais. Perguntado como conseguiram as licenças e alvarás municipais se havia um embargo de obra, fl. 1489, um embargo em razão do sossego público, não havia habite-se (fls. 2073), e não havia certidão de conclusão de obra realizada pelo G10, conforme

fl. 1465, quando respondeu que quando ingressou como sócio da Kiss, ela funcionava há cerca de três anos, o que era de conhecimento público e notório.

SAMIR FRAZZON SAMARA (testemunha - fl. 2945-2947) disse, ao lhe ser apresentada a fl. 437 do III Volume, onde está inserido o seu laudo acústico emitido para a boate Kiss em 03 de setembro de 2011, que, primeiramente foi medido o ruído de fundo, ou seja, foi realizada a medição dos ruídos do ambiente antes da colocação do CD de "ruído rosa". Depois desta medição foi colocado um CD para produzir os níveis de pressão sonora a serem medidos. Com o CD de "Ruído Rosa" é gerado uma pressão sonora de em média 90 db (decibéis), constante para que não ocorra variações nas curvas de freqüência sonora. Disse que o ruído emitido pelo CD "ruído rosa" equivale ao gerado pela turbina de um avião 767. Depois de instalado o CD, gerada a pressão sonora e medida dentro da boate, é escolhido geralmente cinco pontos estratégicos. Feitas estas medições é escolhido o vizinho mais próximo do estabelecimento para serem realizadas duas medições, de preferência nos dormitórios. Referente à mediação para a boate Kiss (para o laudo) lembrou que realizou a medição em um prédio lindeiro, lado esquerdo, no interior de dois apartamentos, sendo que um deles morava um casal já de idade avançada, com de 60 a 70 anos idade. Verificando o Laudo que expediu (fl. 437 do III Volume) os apartamentos que foram realizadas as mediações foram nos apartamento 05 e 06, do prédio 1945. Disse que não consignou os nomes dos moradores, porque eles não queriam se expor. Era de sua propriedade o decibelímetro da marca Minipa, sendo que possui curso para utilização do mesmo, feito quando comprou o aparelho, mas também possui Curso de Pós–Graduação em Segurança do Trabalho, com ênfase em "Ruído Intermitente Entre Lages". Esclareceu que o curso de engenheira civil que possui o habilita para fazer este tipo de medição de pressão sonora e emissão do laudo técnico. A última aferição que havia feito no seu decibelímetro ocorreu cerca de seis meses antes de emitir o laudo acústico para a Kiss em 2011, na UFSM, Labotório de Acústica (LATA –laboratório de termo acústico), não sabendo se era credenciado ao INMETRO. **Esclarece que não possui certidão de calibração do aparelho. Acredita que a utilização de um Cd gerando um Ruído Rosa (Pink Noise) de pressão sonora de 90 decibeis como fonte geradora, para fazer o laudo acústico, representaria o som emitido pela Kiss em dia de funcionamento com som mecânico ou banda**, pois o CD emite uma constância de pressão, sendo que uma banda ou som mecânico possui intervalo de picos de pressão sonora com picos maiores ou menores que os gerados pelo CD. O CREA, que é o órgão fiscalizador na área de engenharia, não impossibilita e nem invalida que o Laudo seja emitido por uma pessoa física desde que com capacitação técnica. No Laudo Técnico que emitiu (fls. 437 a 439 do III Volume) não há relatório de medição como preceitua a legislação (NBR 10.150/2000 e NBR 10.152/2000, especificamente o item 7 da NBR 10.150/2000), apenas a mediação final, pois o decibelímetro que utilizou calcula automaticamente o nível de pressão equivalente (Leq) e esse nível de medição da pressão sonora dura cinco minutos e permite fazer a média da escala logarítmica sempre ponderados pela "curva A (A – frequência

que o ouvido humano consegue captar e ter a inteligibilidade do som)". Questionado quanto a semelhança no laudo que realizou (fl. 437) com o laudo elaborado por Tiago Flores Mutti (fl. 417), mesma fonte, mesma formatação, com padrão idêntico, mesmo dia da semana, praticamente mesmo horário, mesmo CD, esclareceu que em 1992 havia uma cadeira no curso de engenharia optativa que era Construção Civil III, a qual possuía alguns polígrafos xerografados com modelos de laudos acústicos, e possivelmente Tiago tenha utilizado o mesmo polígrafo.

CRISTINA GORSKI TREVISAN (reinquirição – fls. 2950-2951) declarou que no requerimento inserido na fl. 1386 os dados constantes no campo de Responsável Técnico, Nome do Requerente, endereço, e assinatura de responsável técnica é de sua caligrafia, mas não rasurou o numeral. Não reconheceu como sua a caligrafia as demais anotações. No requerimento de fl. 1405 afirmou que preencheu de punho próprio as anotações do campo do Responsável Técnico, Informações de Respeito ao Imóvel, mas não tem certeza como sendo sua caligrafia o número 1935, da caligrafia da palavra "Centro", da caligrafia do telefone para contato 3222- 53-33. Quanto ao Requerimento de fls. n.º1463 e nº 905, declinou que não preencheu os dados manuscritos no campo do Responsável Técnico. Quanto ao Campo da Informação do Imóvel, a palavra Eccon, e os demais, sustentou que não parecem ser sua caligrafia, contudo é seu número de telefone que consta neste ponto, mas não soube explicar o motivo. Apresentado a via original do Requerimento referido na (fl. 1463 do VIII Volume e fl. 910 do V Volume), achou parecida com sua caligrafia, mas não tem certeza se preencheu os dados "Informações sobre o Imóvel, nome do requerente e proprietário; endereço-rua-número; bairro-quadra-lote; endereço para correspondência; fone e CPF". Afirmou que não conhece, mas já teve contato telefônico com a Engenheira Civil Sirlei Terezinha Bevilaqua. Não soube esclarecer quanto a anotação a caneta na parte de cima do requerimento com o seguinte dizer, "Arq. Cristina".

Auto de Coleta de Material Gráfico Autêntico de Cristina Gorski Trevisan (fl. 2952).

V - OUTROS DEPOIMENTOS EXTRAÍDOS DO IP N.º 94/2013 QUE APUROU AS CAUSAS DAS MORTES NO INCÊNDIO DA BOATE KISS

Foi feita a juntada do termo de declaração Maria de Lourdes Flores Skrebsky extraído do IP Nº. 94/2013/150501-A (fl. 1183).

> *Maria de Lourdes Flores declarou que possui 80 anos e é esposa do Síndico do prédio situado na Av. Rio Branco nº 820 (vizinho da Boate Kiss). Em 2009 foi feito um abaixo-assinado pelos vizinhos da Boate e entregue ao Ministério Público, devido ao barulho insuportável do local. Chegou a falar cerca de 3 vezes com Kiko, mas o problema*

nunca foi solucionado. Em 2009 ficou sabendo que a Boate funcionava sem Alvará de Localização, então fez uma peregrinação pela Secretaria de Mobilidade Urbana, sendo atendida por "Medeiros" e "Vargas" os quais falaram que já sabiam do problema e já havia notificado a Boate e que esta estava sendo multada. Ficou surpresa quando ficou sabendo que a Boate obteve o Alvará de Localização, pois sabia das notificações e multas.

Foi procedida a juntada do depoimento de Miguel Angelo Teixeira Pedroso no IP N.º 94/2013, no qual afirmou que em maio de 2012 fez medição da pressão sonora em lindeiros a Boate Kiss constatando que havia poluição sonora (fl. 2578):

(Ver se é esse) MIGUEL ÂNGELO TEIXEIRA PEDROSO (04/02): p. 1243-1245. Engenheiro que fez o Projeto Acústico da Boate KISS no final de 2011. Afirmou que foi contratado pela DB Graus, do Engenheiro Samir, para elaborar projeto de isolamento acústico na Kiss. Ao chegar ao local, constatou que na parede da esquerda de quem entra na boate havia espuma semelhante a que teria queimado no dia do incêndio, sendo que orientou que ela fosse retirada. Teria alertado KIKO de que aquela espuma não faz isolamento acústico, o que teria sido presenciado por Samir. Acertaram a construção de paredes de alvenaria no leste e norte da boate e colocação de gesso e lã de vidro no forro, bem como lã de vidro e madeira no sul. A obra resultou de exigência em um TAC do MP. Disse que foi retirada a espuma que havia na parede leste. O projeto foi concluído entre o fim de 2011 e o começo de 2012. Compareceu na boate no dia da fiscalização do MP. Em maio de 2012, KIKO avisou que ainda havia reclamação de barulho, tendo efetuado medição no prédio contíguo, constatando a irregularidade. No dia seguinte à medição, KIKO disse que colocaria espuma de borracha, tendo advertido que esse material era totalmente inadequado para ser utilizado como isolante acústico e sugeriu que fosse construída uma parede de alvenaria atrás do palco. Caso indicasse a colocação de espuma, seria uma própria para essa função. KIKO solicitou que fizesse um laudo, tendo solicitado a ele que combinasse previamente com os vizinhos, para medir antes e durante a emissão de ruídos. Não foi possível fazer tal aferição, porque KIKO nunca providenciou em combinar com os vizinhos. Salientou que projetou uma reforma no prédio do Curso de Música da UFSM, ocasião usou espuma de borracha não inflamável para o acondicionamento acústico.

Termo de juntada dos depoimentos de Angela Aurelea Callegaro, Alexandre Silva da Costa, Marlene Terezinha Callegaro e Tiago Flores Mutti do IP 094/2013; e do depoimento de Marlene Terezinha Callegaro do IP 002/2013.

ÂNGELA AURELIA CALLEGARO (30/01): p. 908-910. Referiu que era sócia da boate, sendo que, inicialmente, limitava-se a ajudar ELISSANDRO no pagamento de contas, mas, posteriormente, começou a gerenciar os funcionários e em setembro de 2011 passou a dedicar-se integralmente à KISS, envolvendo-se mais com os funcionários, entrevistas, escalas de trabalho, pagamentos, pedidos de documentação, asseverando que era responsável pela parte

burocrática afeta à admissão de funcionários da boate. Destacou que todas as decisões em relação à administração e gerenciamento da boate eram tomadas conjuntamente por ELISSANDRO e MAURO, pois este último não se limitava apenas a receber parte dos lucros da KISS, ou seja, tinha sim poder de decisão na sociedade. Aliás, MAURO e ELISSANDRO se reuniam quase que diariamente a fim de tomar decisões acerca da KISS.

ALEXANDRE SILVA DA COSTA (07/02): p. 2787. Em depoimento, disse que foi um dos primeiros sócios da Boate Kiss juntamente com TIAGO MUTTI e ELISEU SPOHR, embora formalmente constassem no contrato social CINTIA MUTTI, no lugar do TIAGO, e ELTON CRISTIANO no lugar de ELISEU, pai de ELISSANDRO. Acredita que essa diferença entre sócios de fato e de direito fosse por motivos tributários. No início de 2011, vendeu sua parte para ELISSANDRO por R$ 70.000,00 (setenta mil reais). Para a liberação dos alvarás de Prevenção de Incêndio e de Funcionamento, seu sócio TIAGO MUTTI contratou a empresa Marca Engenharia por R$ 6.000,00 (seis mil reais). Na época, a contabilidade era feita junto com a da empresa GP Pneus, sendo o responsável VOLNEI. Tais documentos estão em poder do advogado de ELISSANDRO.

TIAGO MUTTI (p. 2991 e 2992) disse que quando a sociedade foi formada, ELISEU SPOHR entrou como investidor. **Confessou** agora **que era sócio da boate e que CINTIA, sua irmã, constava como sócia perante a junta comercial**. Alegou que tentou vender sua parte a ELISEU e ALEXANDRE, que não quiseram. Depois, ofereceu para MAURO, que também não quis. Por fim, vendeu sua parte a KIKO. Disse, ainda, que a madeira na fachada foi colocada na mesma ocasião em que uma das pistas de dança foi transformada em PUB.

MARLENE TERESINHA CALLEGARO fez uso de seu direito constitucional ao silêncio.

Foi feito a juntada do depoimento de Mauro Londero Hoffmann oriundo do IP N.º 94/2013 (fl. 2744):

"Mauro Londero Hoffmann (28/01): p. 159-162. Ao ser interrogado, alegou ser um sócio investidor da KISS. Sustentou que a administração da boate cabia a ELISSANDRO, pessoa na qual muito confiava. Declinou que não solicitava documentos, relatórios e nada vistoriava, pois alegou que se limitava a confiar em ELISSANDRO. Afirmou que a lotação da KISS era de 900 pessoas, sendo que, em determinadas ocasiões, já ingressaram cerca de 1000. Disse que na noite do incêndio, havia de 700 a 800 clientes na KISS, conforme lhe informaram ÂNGELA e ELISSANDRO. Teceu considerações acerca das grades interna e externa, porém preferiu não responder "o que contribuiu para que houvesse elevado número de óbitos em razão do incêndio"

VI – DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

a) DEPOIMENTOS EXTRAÍDOS DO IP N.º 94/2013 QUE APUROU AS CAUSAS DAS MORTES OCORRIDAS NA TRAGÉDIA DA BOATE KISS

Foi feita a juntada dos termos de declarações de Sérgio Renato Medeiros e Alexandre Pinzon Vargas extraído do IP 0094/2013/150501- A (fl. 1179 – 1182 – 6º volume).

SÉRGIO RENATO MEDEIROS (depoimento extraído do IP N.º 94/2013-fl. 1180) em 08 de fevereiro de 2013, declarou que foi Secretário Municipal de Mobilidade Urbana nos anos de 2009 e 2010. No tocante às novas obras, haviam três etapas realizadas por Arquitetos e Engenheiros, aprovação de projeto, licenciamento e habite-se. Acredita, que a sua Secretaria recebia os demais alvarás (prevenção a incêndio, ambiental e sanitário), estando tudo correto era emitido o licenciamento para construir. Após a obra pronta o proprietário solicitava o habite-se, oportunidade em que o Engenheiro da Prefeitura comparecia na obra e verificava se a construção encontrava-se de acordo com o projeto, estando, era liberado o habite-se. Destacou ainda, que havia algumas obras que para serem aprovadas necessitavam do parecer do Escritório da Cidade, isso ocorria em obras que fugiam dos padrões normais. Declarou que competia à Secretaria de Finanças a emissão de alvará de funcionamento, ou seja, alvará final, sendo para este imprescindível o habite-se. Não possui conhecimento quanto ao procedimento utilizado pela Secretaria de Finanças para a emissão de alvarás. Afirmou que na época em que trabalhou na Administração Municipal foi Secretário de Finanças ANTÔNIO CARLOS LEMOS e posteriormente, Beatriz. Sustenta que o alvará de funcionamento possui validade de um ano, mas sua renovação dependia de fiscalização, a qual era apenas documental, ou seja, analisavam apenas os alvarás específicos (prevenção a incêndio, ambiental e sanitário). No que concerne à fiscalização nos próprios locais, ocorria somente quanto aos ruídos e comércio nas vias públicas. No tocante à Boate KISS não possui nenhuma recordação quanto ao trâmite documental, tendo em vista a quantidade de projetos que aportavam naquela Secretaria. Arguiu, que competia a sua Secretaria a fiscalização dos locais que estavam funcionando sem os alvarás específicos. Diante da irregularidade, esses locais eram notificados e concedidos um prazo para a regularização. Quanto a fiscalização, era realizada pelos fiscais da Prefeitura que escolhiam os locais a fiscalizar. Afirmou não possuir conhecimento se havia algum sistema de informação quanto ao vencimento dos alvarás específicos para fins de notificação de regularização."

"ALEXANDRE PINZON VARGAS (depoimento extraído do IP N.º 94/2013-fl. 1181) em 22 de fevereiro de 2013, declarou que era Fiscal da PREFEITURA MUNICIPAL. Alegou que no final de 2009 receberam uma denúncia de que o som da boate KISS estava alto demais. Fiscais do Setor de Posturas compareceram ao local, ocasião em que foi constatada a ausência do Alvará de Localização.

Em razão disso, foi emitida uma notificação para que a atividade fosse cessada imediatamente até a apresentação do citado alvará. Como o alvará não foi apresentado, foram expedidas, ao todo, seis multas, e, além disso, foi emitido um Embargo para o estabelecimento pelo Secretário SÉRGIO DE MEDEIROS. O Embargo foi recebido por ALEXANDRE COSTA. Após isso, a boate KISS foi multada novamente por ter descumprido o Embargo."

MARIA DE LOURDES FLORES SKREBSKY (depoimento extraído do IP N.º 94/2013-fl. 1183) em 08 de fevereiro de 2013, declarou que...

Foi juntada cópia do depoimento de Fabiana Comasseto Copete extraída do IP 094/2013/150501 (fl. 1535).

FABIANA COMESSETO COPETTE (08/03), p. 4000-4002: declarou que e agente Administrativa da Prefeitura Municipal. Referiu que a Boate Kiss possui dois arquivos no setor em que trabalha, isso porque no início o prédio e o pavilhão possuíam um único número oficial, ou seja, nº.º 1935. Posteriormente houve um pedido de numeração oficial apenas para o pavilhão (onde a Kiss se instalou), que recebeu o número 1925, fato esse ocorrido no mês de fevereiro de 2010. Disse que essa é a explicação para a existência de dois arquivos distintos na Prefeitura. Referiu que apesar dessa separação, todos os documentos anteriores ao ano de 2010 permaneceram no arquivo inicial (Rua dos Andradas, 1935). Em data que não recorda, mas que foi na semana da tragédia, o Superintendente do seu setor, Sr. MARCOS VINÍCIOS MORAES, pediu que tirasse cópia dos documentos do arquivo da boate Kiss, pois a Procuradoria do Município estava solicitando. Disse que o próprio Superintendente lhe entregou o envelope contendo os documentos para extração de cópias, acreditando que ele tenha pedido esse envelope, que na verdade é o chamado de arquivo, a algum funcionário do setor de arquivo, não sabendo a quem. Referiu que o responsável pelo arquivo é o ORVALINO FRANCISCO NASCIMENTO, que estava em férias no mês de janeiro do corrente ano e por ser a encarregada do setor, solicitou que sua colega ANDREIA ROSA FARIAS CESAR tirasse as cópias, pedindo a ela que fizesse com calma e deixasse os documentos organizados na pasta arquivo. No mesmo dia recebeu as cópias de Andréia, as colocou em um envelope, não lacrado, e o levou até a Procuradoria, onde estavam a Drª. Anny, Procuradora, o Secretário PASSINI e o Superintendente Marcos Vinicius Moraes, entregando a eles os documentos, acrescentando que colocou o envelope sobre a mesa onde eles estavam. Acredita que todos os documentos que estavam na pasta tenham sido fotocopiados por Andréia e entregues dentro do envelope. Não sabe a quem se destinavam essas cópias. Ao ser perguntada por qual motivo não foram tiradas cópias do segundo arquivo, ou seja, da Rua Andradas 1925, número da boate Kiss, respondeu que esse arquivo não lhe foi passado para tirar cópia, reiterando que o único arquivo que o superintendente lhe entregou foi o da Rua dos Andradas 1935. Questionada sobre onde estavam os documentos que, em 14/02/2013, a Policia Civil, acompanhada de um Promotor de Justiça localizou no interior da PREFEITURA MUNICIPAL, respondeu que o arquivo-geral de seu Setor é em um corredor de grande fluxo de pessoas e nem sempre está chaveado. Por esse motivo, e devido à repercussão da tragédia, que despertou interesse inclusive de

jornalistas, o Superintendente determinou que o arquivo da Andradas 1935 fosse levado para uma sala mais reservada, onde apenas servidores do setor tinham acesso. Não sabe por que motivo o arquivo da Andradas 1925 (Kiss) também não foi levado para esse local mais seguro, acreditando que tenha sido porque continha poucos documentos e de menor importância. Disse que a mudança de local dos arquivos ocorreu poucos dias após tragédia. Perguntada por que justamente o documento contendo as quase trinta restrições à aprovação do projeto arquitetônico de reforma da Boate Kiss não estava entre os que foram enviados à Polícia Civil, respondeu que não tem conhecimento e que as cópias solicitadas pela Procuradoria foram feitas na sua totalidade, inclusive o documento em que constam as restrições ao projeto da Kiss. Afirmou que ninguém lhe solicitou para não tirar cópia de algum documento que estivesse na pasta arquivo da boate Kiss. Consignou que "alguns dias após a tragédia foi constatado, dentro da pasta arquivo da boate Kiss, um pedido de licença para reforma, protocolado em julho de 2009, e que esse pedido foi analisado e exigidas 29 adequações para a liberação dessa licença. Posteriormente o Escritório da Cidade acrescentou mais exigências. Os responsáveis pela Kiss tomaram ciência das exigências em 17/09/2009 e não consta que tenham retornado e atendido as exigências. Por isso diz que o Setor de Análise de Projetos não liberou a licença para reforma". Disse que os arquivos são organizados obedecendo a uma sequência de numeração de protocolo e não de endereços, motivo pelo qual os dois envelopes da Kiss (1935 e 1925) não estavam na mesma caixa, pois uma era protocolo antigo e o outra mais recente. Disse que após o envelope da Kiss ter sido retirado do arquivo-geral, ele ficou na sala do Superintendente, onde trabalham dois engenheiros, sendo que todos os servidores do setor tem acesso." (sic)

Termo de juntada do depoimento de Marcus Vinicios Bittencourt Biermann do IP N.º 94/2013 (fl. 2583):

MARCUS VINICIUS BITTENCOURT (15/02): p. 2124. Do final de 2008 até março de 2012, trabalhou no setor de fiscalização mobiliária. Explicou que o pedido de cadastramento de Alvará de Localização deveria ser instruído pelo Alvará Sanitário, Alvará dos Bombeiros, Laudo Técnico de Isolamento Acústico acompanhado de ART, Estudo de Impacto de Vizinhança com respectiva ART, Certidão de Zoneamento e Uso do Solo e da Consulta Popular realizada junto à vizinhança. A partir da emissão do Alvará de Localização, encerra-se a atividade do Cadastro Imobiliário, ficando a cargo de outras equipes de fiscalização (tais como de Vigilância Sanitária e Fiscalização de Posturas) procederem futuras verificações. Afirmou que não sabe se, após a emissão do Alvará de Localização da Boate KISS, foi apurado, pelos fiscais da PREFEITURA MUNICIPAL, algum problema relativo à documentação do estabelecimento. Quando trabalhava no Setor Mobiliário, era responsável pela verificação dos documentos que eram protocolados para a obtenção do Alvará de Localização. Sem o Alvará dos Bombeiros, não é realizado o cadastramento e, por conseguinte, não é emitido o Alvará de Localização. A partir de 2009, teve como superiores MARILENE PEREIRA DA CRUZ (Superintendente de Receita), MÔNICA ROBERTS (gerente) e ANTÔNIO CARLOS LEMOS (Secretário de Finanças), o qual foi sucedido por ANA BEATRIZ MAIA DE BARROS. Sua atuação

atinente à Boate KISS, resumiu-se à verificação dos documentos. Quanto a Consulta Popular, percebeu que o número de consultados era insuficiente, devolveu o documento para o proprietário para que fosse completado. Após sanado o problema, foi feito uma nova conferencia de documentos. Após é determinado aos fiscais vistoriar o local.

Foi feita a juntada dos depoimentos de Alexandre Silva da Costa e Samir Frazon Samara extraído do IP 02/2013 (fl. 2887 e seguintes).

ALEXANDRE SILVA DA COSTA declarou que foi sócio da Boate Kiss do primeiro semestre de 2009 até o final do ano de 2010. No contrato social, constavam também como sócios Cíntia Flores Mutti e Cristiano Uroda. Todavia, os sócios reais eram Tiago Flores Mutti e Eliseo Jorge Spohr. Não sabe o porquê Tiago usou sua irmã Cíntia como "laranja" e Eliseo usou Elton como "laranja", mas para o depoente não fazia nenhuma diferença, visto que confiava em todos. Em 2009, foi para praia juntamente com Tiago e conversaram sobre abrir uma boate. Na volta da praia, conversaram com Eliseo, amigo de Tiago, o qual também tinha intenção de abrir uma boate. Assim, passaram a procurar um local para alugar, tendo encontrado o pavilhão no qual antes funcionava o Colégio G10. Recebia um pró labore de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e no final do ano o lucro da Boate era dividido em três partes iguais. No início do empreendimento, Tiago tinha os mesmos poderes de administração que o depoente (administrar os funcionários, programação das atividades, dos eventos, compras de bebidas e demais gêneros, pagamento de fornecedores, marketing, manutenção, reformas, consertos e ficar na gerência nas noites em que a Boate funcionava). Com o passar do tempo Tiago, não conseguiu mais conciliar a atividade de engenheiro com a administração da Boate. Cíntia Mutti e Cristiano Uroda não frequentavam a empresa; apenas constavam no contrato social. Eliseo Jorge Spohr aparecia regularmente na Boate nas noites de festa. Quando saiu da Boate, vendeu suas cotas para Elissandro Spohr, mas no contrato social constou o nome de Ângela Callegaro. Acredita que a venda se deu por R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mas não tem certeza e supõe que deve ter sido declarado no Imposto de Renda. Não tinha conhecimento da poluição sonora da Boate Kiss, pois nunca nenhum vizinho reclamou do barulho para o depoente. Também não tinha ciência de um abaixo-assinado contra o funcionamento da Boate Kiss, bem como que tal documento havia sido encaminhado ao Ministério Público e à Prefeitura Municipal. Foi chamado no Ministério Público devido ao trânsito de veículos na frente da Boate, bem como à aglomeração de pessoas na entrada e saída da Boate, sendo que ficou combinado de que faria alguns ajustes quanto à acústica do prédio, que ficaram sob responsabilidade do Engenheiro Samir Samara. Após estes ajustes, não fora mais chamado no Ministério Público e não recebeu mais reclamações. Sabe que Tiago Mutti e Samir Samara fizeram os laudos acústicos, mas não tem conhecimento como foram realizados. Acredita que o Laudo Acústico de Tiago Mutti tenha sido imparcial, mas não sabe explicar as diferenças das medições constantes nos laudos de Tiago Mutti e do Batalhão Ambiental da Brigada Militar. Não tinha conhecimento das medições sonoras realizadas pela Brigada Militar constatando crime de poluição ambiental. Nunca foram multados devido à poluição sonora. Quanto aos resíduos da Boate

(lixo), contrataram uma empresa particular para recolher, mas não sabe nome nem endereço. Enquanto foi sócio administrador da Boate Kiss, não foram multados pela dispensa irregular do lixo. A Boate servia picadinhos e sanduíches, que eram comprados de terceiros; não eram produzidos na Boate. Não faziam frituras. A Boate Kiss foi autuada duas vezes pela Prefeitura, mas não a fecharam para reabri-la com os papéis corretos devido ao fator financeiro.

SAMIR FRAZZON SAMARA declarou que já realizou projetos de engenharia na Boate Kiss. Em 2009, foi contratado por Tiago Mutti para fazer uma reforma antes da abertura da Boate: colocou forro e parede de gesso acartonado, mas não recorda quanto recebeu pelo serviço. Quem lhe pagou foi Tiago, e sempre seu contato foi realizado com o mesmo, pois foi seu colega de faculdade. O projeto foi elaborado pela arquiteta Cristina Trevisan. Em setembro de 2011, foi contratado por Elissandro Spohr, conhecido como Kiko, para realizar um Laudo Acústico, pois Kiko precisa encaminhar ou renovar (não recorda) algum alvará. No final de 2011, foi com Kiko ao Ministério Público devido a um procedimento instaurado por ruído sonoro, ocasião em que ficou acertado que deveria ser realizado um projeto. Não elaborou, mas executou parte do projeto que consistia na colocação de forro de gesso. Fez a medição sonora nos apartamento 05 e 06 do prédio de número 1945. Possui decibelímetro, de marca MINIPA, e possui Curso de Pós-Graduação em Segurança do trabalho com ênfase em ruído de impacto. A aferição do aparelho foi feita 06 meses antes de emitir o laudo acústico para a Boate Kiss. Contudo, não possui a certidão. Constou no Laudo o endereço das pessoas, mas não os nomes dos moradores, pois estes não quiseram se identificar. Acredita que a utilização de um CD gerando um "Ruído Rosa" representa o som emitido pela Boate Kiss, pois é o indicado pelas normas. Afirmou que a NBR 10.150/2000 e a NBR 10.152/2000 não determinam que conste relatório de medição, mas os locais em que foram realizadas as medições. Porém, no seu laudo falta a planta. Nunca trabalhou junto com Tiago Mutti. Não tinha conhecimento de que o Batalhão Ambiental da Brigada Militar efetuou medições sonoras em lindeiros da Boate Kiss constatando a existência de crime ambiental. Acredita que a diferença entre seu laudo e o da BM seja o fato de que a fonte sonora geradora do laudo da BM seja superior a 90 dB. Não sabe explicar a semelhança entre o seu laudo e o laudo feito por Tiago Mutti. Não tem conhecimento quanto ao Estudo de Impacto Ambiental que deve ser feito por um engenheiro ambiental. A responsabilidade pelo Estudo de Impacto de Vizinhança é do Arquiteto. Esclareceu que fez o laudo dentro de um padrão de medição de pressão sonora, mas não pode garantir se o proprietário do estabelecimento manteve o padrão.

Responsável pela interdição da Boate DCE

JEFERSON EDUARDO MULLER (testemunha – fl. 2125) afirmou que é funcionário municipal há 15 anos, sendo que está lotado na Secretaria de Saúde há 13 anos. Vigilância Sanitária é o setor que trata da fiscalização e licenciamentos de estabelecimentos de toda a ordem (licencia e autoriza a emissão de alvarás sanitários dentro de seu campo de ação e/ou

competência legal), com previsão legal na Lei nº. 4040/1996. Desde 2008 é Coordenador da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Trabalhou na Interdição da Boate do DCE, **diligência que foi solicitada pelo Ministério Público Federal**. Possui a atribuição de fiscal sanitário e, por isso, foi determinado que efetuasse a vistoria. **A interdição da Boate do DCE deveu-se à reclamação dos vizinhos em relação à perturbação do sossego (algazarras na rua) e do descarte de resíduos no entorno da boate do DCE**. Ao verificar a pasta dos documentos da boate do DCE que estava arquivada na Vigilância Sanitária, constatou que havia uma solicitação de Alvará Sanitário de 2002, uma FID (Ficha de Inscrição Declarada), e não existia nenhuma autorização ou concessão da UFSM para que fosse utilizado o espaço para boate e comércio de bebidas, bem como inexistia legalidade e legitimidade para o presidente do DCE requerer alvará para atividades estranhas à Casa do Estudante. Devido à situação constatada se dirigiu até o local para fazer uma vistoria, mas foi impedido de entrar na Boate, e, por este motivo, procedeu a interdição do local. Posteriormente, foi realizada uma segunda vistoria, na qual, conforme relatório de fls. 2022-2024, consta que não havia Alvará Sanitário e de localização, que havia inobservância a normas sanitárias e legais, descumprimento de atos, contudo explicou que estas não foram as causas de fechamento do DCE, pois caberia recursos em 1º e 2º instância para somente depois ser fechado. Não havendo risco epidemiológico (possibilidade de adquirir doença ou agravo a saúde em um curto espaço de tempo) uma Boate pode funcionar sem Alvará Sanitário. Afirmou que o Decreto nº. 32/2006 está vigente, e para solicitação de expedição de Alvará Sanitário para boate, a pessoa entra com a FID1, acompanhada do Alvará do Corpo de Bombeiros, certificado de limpeza da caixa de água, cópia do Alvará de Localização (que é necessário para a constatação do cadastro mobiliário), certidão de zoneamento, o Estudo de Impacto de Vizinhança emitido por um engenheiro ou arquiteto com o comprovante de pagamento da ART, contrato social com cópias do RG e CPF para confrontar com o contrato social e pode ter que apresentar ainda a planta baixa do estabelecimento. Quanto ao ruído emitido pela boate, isso é questão ambiental, não é da saúde. O procedimento para a obtenção do Licenciamento Sanitário é o seguinte: entrada com a documentação e o pagamento da taxa pelos atos de vigilância sanitária, realiza-se a vistoria no local e não sendo constatada nenhuma irregularidade perante a legislação sanitária, o Alvará é liberado. A autorização para a emissão do Alvará Sanitário de bar e boate com cozinha compete a COFAPA (Coordenadoria de Fiscalização de Alimentos e Produtos Agropecuários). Existe um roteiro de vistoria para ser realizado, bem como uma pasta com o processo onde os documentos são juntados. Se durante a vistoria forem constadas inconformidades diante da legislação sanitária, o estabelecimento e/ou empreendedor são notificados para realizarem as melhorias. Após, haverá nova vistoria para verificar se foi atendido o solicitado, para posteriormente ser emitido o Alvará Sanitário pela COFAPA. Para a renovação do Alvará Sanitário, o procedimento é o mesmo do pedido de inclusão de Alvará Sanitário e a documentação é igual a da inclusão, sendo que a diferença é que os dados da empresa já existem no arquivo. O estabelecimento é fiscalizado na saúde independentemente de sua localização,

não existindo fiscais para determinadas áreas da cidade, ao contrário de outras Secretarias do município. A lei diz que um estabelecimento não pode funcionar sem Licença Sanitária, mas na realidade **hoje o empreendedor começa as atividades antes mesmo de ter as devidas licenças**. A partir do momento em que o setor de fiscalização tomar conhecimento da irregularidade, a fiscalização vai até o local e notifica para que o ele se regularize perante os órgãos públicos. Não ocorrendo a regularização, será lavrado um Auto de Infração Sanitária (AIS), previsto na Lei nº. 6437/77 (Lei Federal) e na Lei nº. 4040/1996 (Municipal). O empreendedor possui 15 dias para entrar com a defesa para o processo. Entrando ou não com o recurso, terá o fiscal que proceder a autuação outros 10 dias para fazer o relatório, no qual deve constar a descrição dos fatos, o atendimento ou não do que foi solicitado na autuação e uma sugestão da penalidade a ser aplicada. Cumprida a determinação da autuação, será finalizado o processo, a pena é a advertência e não há pena pecuniária com publicidade no mural da PMSM. Sendo o empreendedor reincidente em um outro processo semelhante ou não atendendo a determinação da notificação, poderá ser aplicada uma pena pecuniária. A fiscalização se dá por ordem de protocolo dos requerimentos na Secretaria. Existem 3 datas para validade dos Alvarás Sanitários: 31 de janeiro, 31 de março e 31 de outubro para facilitar a fiscalização, contudo não sabe qual o fundamento legal para as mesmas.

b) DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SELENA DUTRA MICHEL (testemunha – fl. 2129) afirmou que desde março de 2011 trabalha na Secretaria de Saúde, no cargo de Superintendente da Vigilância em Saúde, cujas atribuições são coordenar as ações da vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária. A vigilância sanitária está dividida em setores: Coordenadoria de Produtos e Alimentos, Coordenadoria de Serviço em Saúde, Coordenadoria de Produtos de Interesse à Saúde e a Coordenadoria de Prestadores de Serviços. É concursada como odontóloga e, no período de março 2009 até janeiro de 2011, esteve ocupando o cargo de Diretora de Atenção Básica, cujas atribuições são voltadas às políticas básicas de saúde. Salientou que cada setor de vigilância possui um supervisor, um funcionário responsável pelo setor. Não recorda quem ocupou o cargo de Superintendente nos anos anteriores, bem como quem eram os funcionários responsáveis pelos setores de vigilâncias. Sobre licenciamento sanitário para liberação de um alvará para boate, informou que o empreendedor deve apresentar a documentação prevista na Lei nº. 4040/96 junto ao Protocolo da Vigilância em Saúde. São pré-requisitos: contrato social, certificado de limpeza da caixa de água, Alvará dos Bombeiros, Estudo de Impacto de Vizinhança, FID, identidade, CPF, CNPJ, pelo que recorda. Citou que **caso falte algum destes documentos o Alvará Sanitário não é liberado**. Sobre o protocolo do pedido de licenciamento sanitário, afirmou que tanto para inclusão ou renovação o

procedimento adotado é o mesmo, o empreendedor protocola os documentos diretamente na Vigilância Sanitária, procedimento este previsto na Lei Municipal nº. 4040/96. O setor de Alimentos atualmente é composto pelos servidores Rafael Potter, Eloisa Esmaniotto, Edgar, Eloir e Elisiane. Esta equipe vai até o local, faz a vistoria e elabora um relatório ou uma notificação. Estando tudo dentro da legislação (Dec 32/2006, LF 6437/91, LM 4040/96), o alvará é liberado pela própria equipe de alimentos, que é responsável pela fiscalização e autorização do alvará, mas a emissão é feita pelo setor administrativo. Referente ao alvará do ano 2009 da Boate Kiss, informou que as servidoras Eloisa e Marilice, que são técnicas da vigilância, foram as responsáveis pela fiscalização e pela emissão deste alvará. Esta equipe realizou a primeira vistoria na Boate, ocasião em que procederam a emissão de um roteiro de vistoria do setor de alimentos e uma notificação para regularização de pendências. Caso estivesse tudo em conformidade, seria apenas elaborado um relatório de vistoria. Referente ao Alvará Sanitário expedido para a Boate Kiss no ano de 2011, pelo que recorda, foi a fiscal municipal Eloir. A liberação dos alvarás relativos aos anos de 2009 e 2011 para a Boate Kiss atendeu a todos os requisitos legais. No que tange à expressão "Nº.A." constante nos roteiros de vistoria (fls. 967, 968, 263), acredita que o significado seja "não se aplica". Afirmou ter conhecimento dos dados constantes no Alvará Sanitário, bem como da expressão nele constante: "Em caso de infração a legislação vigente, este alvará poderá ser recolhido pela autoridade sanitária". Salientou que **não foi feita vistoria na Boate Kiss no ano de 2012, porque faltava o certificado de boas práticas**, o qual é pré-requisito para expedição ou renovação do Alvará Sanitário, bem como os outros pré-requisitos citados. **Aduziu que uma boate não pode funcionar sem o Alvará Sanitário**. **Perguntada se uma boate pode funcionar estando com a licença sanitária vencida, informou não lembrar**. Disse que a Boate Kiss funcionou sem licença sanitária nos anos de 2012 e 2013, pois já possuía as adequações sanitárias necessárias; entraram com protocolo de renovação do Alvará Sanitário, no qual faltava documento. Porém, como não apresentavam risco epidemiológico, não havia motivo para fechar o estabelecimento, mesmo que o documento faltante, certificado de boas práticas, seja um pré-requisito para a liberação do Alvará Sanitário. **Nos anos de 2012 e 2013, não foram feitas vistorias, pois faltavam documentos no pedido de renovação da licença**. Informou que desde que assumiu a função, a data de vencimento dos alvarás sanitários é dia trinta e um de março do ano vigente, porém não sabe qual o embasamento legal para esta data, pois sempre foi assim. Perguntada se pelo fato de a Boate funcionar em 2012 sem licença sanitária vigendo, fato ocorrido também em 2010, deveria ter sido aplicada a penalidade de multa, não soube responder, porém quanto à interdição afirmou que não deveria interditar porque não apresentava risco sanitário e atendia às normas sanitárias, mesmo respondendo que o Alvará Sanitário é uma norma sanitária. Ainda, sustentou não lembrar se expediu, assinou ou autorizou algum documento relativo a licenciamento da Boate Kiss no período de 2009 a 2013. Não teve conhecimento de reclamações relativas à Boate Kiss no período de 2009 a 2013. Afirmou que uma Boate deve contribuir

com a taxa de atos sanitários. Declarou ter conhecimento da Lei Municipal nº. 4040/96, Lei Municipal nº. 4041/96, do Código de Posturas, da Lei Complementar nº. 03/02, do Decreto Municipal nº. 32/06, da Lei Orgânica do Município de Santa Maria e da Lei Federal nº. 6.437/77. Não soube responder se é emitido Alvará Sanitário para a realização de obras, porém tem conhecimento de que na vigilância sanitária existe também o Setor de Coordenação de Engenharia Sanitária, o qual avalia projetos e obras, para o que é cobrada uma taxa de análise de projetos e após emitido um relatório de análise. Não tem conhecimento se foi emitido algum relatório de análise para as obras na Boate Kiss. Respondeu que todos os estabelecimentos com licença sanitária vencida ou a vencer são fiscalizados. **No caso em que o proprietário do estabelecimento não solicitar renovação da licença e o valor da taxa não for recolhido, a equipe de fiscalização do setor respectivo vai até o local e promove a devida notificação**. Caso existam pendências de taxas de licenciamentos relativas a anos anteriores não pagos, o empreendedor também é notificado a recolher estes valores. Salientou que só teve conhecimento da investigação do Ministério Público sobre Poluição Sonora promovida pela Kiss no ano de 2013, bem como à Secretaria de Saúde não foram requisitados procedimentos relativos à Kiss. Acredita que as autoridades sanitárias do Município sejam o Secretário de Saúde e a Superintendente da Vigilância Sanitária em Saúde. Informa que não foi orientada por ninguém em seu depoimento e que a representante da procuradoria que se fez presente assim agiu a seu pedido. Não soube responder se o empreendedor que possuir pendências tributárias pode ter o Alvará Sanitário emitido. Não soube informar se existe algum documento elaborado pela equipe responsável por emitir o alvará dizendo que está autorizada a liberação do Alvará Sanitário. Afirmou ter se equivocado ao citar que havendo pendências tributárias o empreendedor é notificado. Se o empreendedor pagar a taxa de licenciamento relativa ao ano vigente e não quitar as taxas dos anos anteriores, haverá expedição do alvará, visto que é apenas orientado sobre a quitação das pendências, mas não sabe qual o embasamento legal para isso.

HELOISA LORENTZ SMANIOTTO (testemunha – fl. 2134) informou que trabalhava no Setor Superintendência de Vigilância e Saúde, Vigilância Sanitária, Setor de Alimentos e Produtos Agropecuários desde o ano de 2000. Sua atribuição era fiscalizar os estabelecimentos que comercializam alimentos, com ou sem manipulação, o transporte de alimentos e produtos agropecuários, verificando a situação higiênico-sanitária do estabelecimento de acordo com a legislação. O procedimento para a inclusão ou renovação de um Alvará Sanitário consiste em encaminhar uma documentação no protocolo da Superintendência de Vigilância em Saúde, a qual é encaminhada para a seção administrativa do setor da Vigilância Sanitária. Em segundo lugar, é procedida uma vistoria de campo. Nunca trabalhou no setor administrativo da COFAPA. Disse que fez a vistoria na Boate Kiss em 29/12/2009, cujo trâmite consiste em receber o Roteiro de Vistoria já preenchido com os dados do estabelecimento e endereço para ser fiscalizado, podendo conter outras anotações quanto a

documentos que estejam faltando para o processo de liberação do Alvará Sanitário. Isto ocorreu quando fiscalizou a Kiss, visto que Rozelaine Barcelos anotou sobre o cabeçalho do Roteiro de Vistoria que era para notificar o proprietário que estavam faltando o Estudo de Impacto de Vizinhança, com a ART do responsável Técnico, comprovante de pagamento da anuidade no Conselho e cópia da carteira de documentos necessários para a liberação do Alvará Sanitário, os quais deveriam ser apresentados no Administrativo (COFAPA). Quando efetuou a vistoria na Kiss, lembra que no camarim havia bolor nas paredes, pequenos buracos na pista de dança, algumas paredes que apresentavam mofo. Contudo, não manipulavam alimentos no local. Foi apresentada a Notificação 13040, realizada em 29/12/2009, inserida na fl. 272, do II Volume, em relação declarou que apontou a organização e limpeza no vestiário dos funcionários da Boate, colocação de álcool gel no bar, não servir bebida em copo de vidro, limpeza geral do bar, colocar junto a pia papel toalha e pintura das paredes onde não estava impermeabilizada. As anotações que constam na fl. 263 do II Volume ("NA"), têm o significado de "não se aplica". Esclareceu que também consignou na notificação os documentos que o proprietário da Kiss deveria apresentar no Administrativo da COFAPA, conforme solicitação de Rozelaine Barcelos para instruir a liberação do Alvará Sanitário. A assinatura que consta na cópia do Alvará Sanitário expedido em 19/01/2010, com validade até 31/01/2010, é de Marlice Ceolin Drucke. Informou que a assinatura constante no Alvará Sanitário expedido em 30 de agosto de 2011, com validade até 31/03/2012 (fl. 992 do V volume), é de Rafael Potter, porém quem fazia a análise dos documentos para serem juntados ao processo de emissão de alvarás da COFAPA era a Rozelaine Barcelos. A FID fica armazenada no administrativo junto com todos os documentos do processo para expedição do Alvará Sanitário ou para sua renovação, sendo analisados pelo setor administrativo da COFAPA, que na época era atribuição de Rozelaine Barcelos. Não tem conhecimento por que os Alvarás Sanitários mudaram de data de vencimento (de 31 de janeiro para 31 de março). Não sabe se a Boate Kiss deixou de recolher algum tributo sanitário no período de 2009 a 2013. Sustentou que **já participou da interdição de estabelecimentos comerciais ou de autuação a estabelecimentos comerciais por falta de higiene; inclusive, interditando sem a expedição de notificação**. Não lembrou se já interditou ou notificou por ausência de Alvará Sanitário. A norma, diante da ausência do Alvará Sanitário, é notificar para que o empreendedor regularize a situação; enquanto não regularizar, não é expedido o Alvará Sanitário. Após a regularização, é feita uma nova vistoria para verificar se o estabelecimento está em condição de ter concedido o alvará ou, não estando em condições em casos em que não é atendida a notificação, o empreendimento recebe um auto de infração. Na vistoria realizada na boate Kiss em 29/12/2009, não lembra se havia caixa de água, embora conste no roteiro de fiscalização; quem o preencheu foi Marlice Druke. **Disse que estabelecimentos comerciais sem Alvará Sanitário não podem funcionar**. Não tem conhecimento de quem possui o dever legal de analisar os documentos que embasam a expedição do Alvará Sanitário, nem de quem tem o dever legal de assinar o Alvará Sanitário. Foi nomeada, juntamente com

outros colegas nos anos de 2009 a 2012 (conforme fl.s 275 a 279 do II volume), para atuar como Autoridade Sanitária Municipal no Exercício dos Atos de Vigilância Sanitária, mas não tem conhecimento de portaria específica para assinar Alvará Sanitário. **Disse que pelo seu entendimento a pessoa que tem o dever legal de aplicar a penalidade por infração de ato sanitário é o Superintende da Vigilância em Saúde; em caso de recursos, é o Secretário da Saúde e em última instância, o Prefeito. O dever legal de interditar um estabelecimento que não atende às normas de saúde é do fiscal, no momento da vistoria.**

TEONAS OLIVEIRA DA ROSA (testemunha – fl. 2137) informou que é funcionário público municipal desde o mês de março de 2004. Desde o seu ingresso até o ano de 2011, trabalhou na Secretaria de Mobilidade Urbana, na gerência de trânsito, e partir do dia 23/08/2011 passou a laborar na Vigilância Sanitária. Permaneceu por seis meses nesta Secretaria e, em fevereiro de 2012, retornou para a Mobilidade Urbana, Gerência de Trânsito, onde atualmente trabalha. Quando de sua chegada na Secretaria de Vigilância Sanitária, setor de alimentos, somente trabalhava no local a fiscal Eloir Gomes, a qual passou a lhe ensinar o serviço que fariam. Com relação à Boate Kiss, disse que acompanhou a fiscal Eloir em uma vistoria realizada no dia 26/08/2011, a qual ocorreu para verificar se a boate havia se adequado à Notificação nº. 27406, de 21/07/2011 (fl. 273). Esclareceu que na vistoria realizada por Eloir, em 21/07/2011, ela preencheu o documento denominado ROTEIRO DE VISTORIA, e ao final fez constar que não foi liberado o alvará "devido a notificação número tal". Não sabe se no momento da vistoria em que acompanhou Eloir em 26/08/2011, estavam ou não de posse do roteiro de vistoria, mas com certeza estavam de posse da Notificação 27406. Não lembra quais eram os apontamentos de adequação feitos por Eloir, mas afirmou que todos haviam sido cumpridos, e em razão disso Eloir colou na extremidade superior direita da notificação 27406 "OK, LIBERAR", além de ter também escrito o horário, data e seus nomes. Disse que após esse procedimento, toda a documentação é repassada para o Administrativo do Setor de Alimentos, cessando a participação dos fiscais, o qual faz a conferência dos demais documentos necessários para a liberação do Alvará Sanitário e o emite. No caso específico, a única funcionária que trabalhava neste setor era a ROSE, não sabendo o nome completo. Não soube informar com precisão qual é o trâmite entre a emissão do alvará e a assinatura do mesmo. Afirmou não saber quais são os documentos exigidos para que um Alvará Sanitário seja liberado, reiterando que o papel do fiscal é unicamente a fiscalização no estabelecimento requerente. Com relação aos "NA" que constam nos roteiros de vistorias das fls. 263 a 265 (o primeiro datado de 29/12/2009 e o segundo de 21/07/2011), não soube informar o que significam, pois não participou das vistorias realizadas nessas datas, reiterando que trabalhou por somente seis meses na Secretaria de Saúde. Aduziu que a Autoridade Sanitária do Município é o Secretário de Saúde, não recordando quem era na época. Disse que é servidor concursado e tem uma noção geral das seguintes leis: Leis Municipais nº. 4040/96 e 4041/96, Código de Posturas, Lei Complementar nº. 03/2002

(Cód. Tributário), Decreto nº. 32/2006, Lei Orgânica Municipal e Lei Federal nº. 6.437/77. Informou que participou da interdição do açougue do Mercado Rizzo, localizado na Rua Sete de Setembro, e a de uma padaria localizada na Vale Machado, próximo à Rua André Marques, em razão de problemas de higiene detectados (limpeza e acondicionamentos de alimentos). Sustentou que, se durante a primeira vistoria, for detectada alguma irregularidade sanitária, é lavrada uma notificação e estipulado prazo para adequação. Após ultimar o prazo, o fiscal sanitário retorna ao estabelecimento para examinar se houve adequação, e caso não tenha ocorrido a devida regularização, é lavrado um auto de infração, que origina um processo, o qual é encaminhado para a Superintendente, a quem compete emitir a multa. Não tem conhecimento se foi aplicada multa para a Kiss. Reiterou que não conhece as pessoas que foram proprietárias da Kiss e não tem conhecimento sobre eventuais relações deles com funcionários municipais. **Afirmou que no seu entender e de acordo com a legislação, a Kiss não poderia ter funcionado sem Alvará Sanitário ou com este alvará vencido**. Não tinha conhecimento de que a Boate Kiss tenha funcionado sem Alvará Sanitário durante os anos de 2010, parte de 2011, 2012 e 2013. Não sabe qual o embasamento legal e qual o critério usado para que os vencimentos de alvarás sanitários ocorram em 31/01 e 31/03 de cada ano. Não tem conhecimento sobre a necessidade da apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para a liberação de Alvará Sanitário, acreditando que, se for exigido, é na parte administrativa, durante a conferência dos documentos que precedem a expedição do alvará.

ELOIR ALVES GOMES (testemunha – fl. 2141) afirmou que é Fiscal Municipal II, servidora do município há 15 anos e meio, atualmente lotada na Secretaria da Saúde e no Setor de Vigilância Sanitária há 13 anos (COFAPA), que é o que fiscaliza estabelecimentos comerciais que produzem e manipulem alimentos. Referiu que fiscaliza se os estabelecimentos estão trabalhando dentro das normas de higiene e se armazenam os alimentos de acordo com as normas Sanitárias. Em 27 de julho de 2011, realizou uma vistoria na Boate Kiss, ocasião que constatou que o estabelecimento apresentava uma bacia com carne descongelando em temperatura ambiente, faltava na cozinha lixeira com tampa e pedal, os vasos sanitários não tinham acentos e nem tampas. Não lembrou se havia banheiro para portadores de necessidades especiais. Diante destas irregularidades, emitiu uma notificação dando prazo de 30 dias para que se adequassem à notificação. Em 26 de agosto de 2011, retornou à Boate Kiss, oportunidade em que realizou nova vistoria, tendo constatado a adequação aos itens que havia marcado na vistoria anterior. A documentação necessária para a concessão do Alvará Sanitário deve ser encaminhada ao Protocolo Geral da Vigilância Sanitária, com FID em duas vias, com dados pessoais da pessoa (se física, CPF e RG, ou se jurídica, contrato social, CNPJ, inscrição estadual pagamento da taxa de vigilância sanitária) e pedido de vistoria no local do estabelecimento. Se estiver tudo regular, o fiscal consigna no roteiro de vistoria que o estabelecimento está em condições para receber o alvará. Este relatório é entregue no Setor Administrativo da COFAPA, onde os documentos que instruíram a FID de

inclusão ou renovação são conferidos, juntamente com o relatório de vistoria. Após, na própria COFAPA, é digitado o Alvará. Além do processo com os documentos físicos, existe ainda o controle informatizado, o qual é realizado pelo funcionário que está desempenhando a atividade administrativa, mas não tem conhecimento se estes dados do sistema informatizado podem ser verificados por outra Secretaria. **Quando constatava que o estabelecimento não possuía o Alvará de Localização, notificava o empreendedor para que regularizasse, mas não comunicava a Secretaria da Fazenda**. Quando verificava a inexistência do Alvará dos Bombeiros, ou quando este estava vencido, consignava por escrito no bloco de notificação da Vigilância Sanitária, para que os proprietários do estabelecimento regularizassem e apresentem os documentos na própria Vigilância Sanitária. Se o empreendedor não apresentasse o documento dentro do prazo concedido, o Alvará Sanitário não era expedido. Não sabe quem foi a pessoa que emitiu o Alvará Sanitário da Kiss, expedido em 19/01/2010. Porém, no Alvará Sanitário expedido em 30/08/2011, disse que a assinatura é de Rafael Potter. Eloisa Smaniotto ou o Rafael Potter eram do setor administrativo na COFAPA, sendo eles que verificavam os documentos, digitavam e assinavam os Alvarás Sanitários. Não lembra quais foram os outros funcionários que trabalharam no setor administrativo da COFAPA. Até o ano 2012, na falta ou impedimento de Heloisa e Rafael, quem assinava a emissão dos alvarás sanitários era a Superintendente; no caso a Celena Michel. Depois do sinistro na Boate Kiss, foi elaborada uma portaria, a qual determina que o fiscal que fizer a vistoria é o mesmo fiscal que deverá assinar o alvará. Declarou que fez a vistoria na Boate Kiss, conforme p. 264 do II Volume. Também redigiu a anotação que há na parte de cima do relatório de vistoria e anotou que “fechando o registro não saía água das torneiras”, o que comprova que a boate não possuía caixas de água. Informou que foi Rozelaine Barcelos quem preencheu o cabeçalho do roteiro da vistoria constante na fl. 263 do II Volume, datado de 29/12/2009, e da vistoria da p. 264, em 21/07/2011. Pelo conhecimento que possui, para expedição do Alvará Sanitário, é necessário que as FIDs passem pela Secretaria de Finanças para atestar se o estabelecimento está adimplente perante o Município; inclusive, percebeu que algumas FIDs que avistou no seu setor, estão sempre carimbadas na Secretaria de Finanças com um “nada devem naquele setor”. **Se o empreendedor não der entrada na Vigilância Sanitária com a solicitação de inclusão ou de renovação de alvará e se o fiscal não for verificar o estabelecimento por iniciativa própria, ficará sem a vistoria e o município deixará de arrecadar as taxas**. Tem conhecimento, mas não profundo, da Lei Municipal nº. 4040/96, Lei Municipal nº. 4041/96, Lei Orgânica, do Código de Posturas, Código Tributário, Decreto Municipal nº. 32/2006 e da Lei Federal nº. 6437/77. No entendimento da declarante, de acordo com a legislação sanitária, a Boate Kiss não poderia ter funcionado sem o Alvará Sanitário e nem com o mesmo vencido. Alegou que não tinha conhecimento de que a Kiss tinha funcionado sem alvará no período 2009 a 2013. Seria o Setor Administrativo da COFAPA quem deveria fiscalizar ou cobrar do empreendedor que mantivesse o Alvará Sanitário válido. Não tem conhecimento se a Kiss deixou de recolher algum tributo no período de 2009 a

2013. Informou que a Autoridade Sanitária do Município é o Secretário da Saúde. Sustentou que não tinha conhecimento de reclamações afetas à Boate Kiss no período de 2009 a 2013. Não sabe o embasamento legal, e nem se existe, quanto à existência de duas datas de vencimento dos alvarás sanitários: 31 de janeiro ou 31 de março de cada ano. Declarou que nunca participou de interdições de estabelecimento pelo motivo de não possuírem Alvará Sanitário, mas já interditou por não atenderem às exigências das vistorias. A legislação determina que os alvarás fiquem expostos na parede: assim, no ato de vistoria, verifica-se os demais alvarás estão em vigência. Quando há alguma irregularidade, notifica-se o estabelecimento para que regularize no prazo de 30 (trinta) dias. São verificadas a existência e vigência do Alvará de Localização, dos Bombeiros e Ambiental. Questionado o motivo pelo qual na vistoria em que realizou no dia 27 de julho de 2011, não fez qualquer anotação referente à licença de operação ambiental estar vencida, informou que não recorda de ter fiscalizado a LO, pois é praxe cuidar apenas do alvará dos bombeiros e do Alvará de Localização. Ademais, se tivesse visto que a LO estava vencida, teria notificado a Boate para renová-la, e, uma vez não renovada, não teria sido expedido o Alvará Sanitário. Questionado se, diante da licença de operação vencida em 2011, o Alvará Sanitário deste período foi liberado de forma incorreta, respondeu que sim, pois não poderia ter sido liberado com esta restrição. Porém, Afirmou que não foi a depoente quem liberou o Alvará Sanitário, porque somente fez a vistoria; quem o liberou de forma errada foi Rafael Potter. Não havendo Alvará Sanitário, a Boate não deveria estar funcionando.

MARLICE CEOLIN DRUCK (testemunha - fl. 2145) informou que é funcionária pública municipal desde o mês de maio de 2000, sempre atuando na Secretaria de Saúde do Município. Desde o seu ingresso até maio de 2008, trabalhou no setor de vigilância epidemiológica. Após, trabalhou por um ano na Unidade de Saúde de Tancredo Neves. Entre maio de 2009 até outubro de 2010, laborou na Vigilância Sanitária. A partir de 2010, passou a atuar na parte de saúde mental do CAPS Prado Veppo. Enquanto trabalhou na Vigilância Sanitária, de maio de 2009 até outubro de 2010, atuou no setor de alimentos, vistoriando bares, restaurantes e outros empreendimentos que estivessem relacionados com vendas de alimentos e bebidas. Na época em que lá trabalhou, eram quatro fiscais, mas não havia um roteiro de estabelecimentos pré-determinado para cada fiscal, isto é, as fiscalizações ocorriam conforme iam sendo repassadas as solicitações pelo Setor Administrativo, juntamente com o roteiro de vistoria. De posse do roteiro de vistoria, os fiscais se deslocam até o estabelecimento e examinavam todos os itens que constam no roteiro. Estando tudo de acordo, era aposto pelo fiscal “ok, liberar”, esclarecendo que esse “OK” é somente em relação à parte sanitária, não se referindo aos demais documentos exigidos para a emissão do Alvará Sanitário. Em caso de constatar-se, por ocasião da vistoria, que o estabelecimento não estava adequado à legislação, era notificado para a regularização, dando-se um prazo. Afirmou que não lembra quais os documentos exigidos para a liberação do Alvará Sanitário, pois sua única

atribuição era realizar a vistoria no local. Participou da primeira vistoria na Boate Kiss, realizada em 29/12/2009, juntamente com sua colega Heloisa Smaniotto. Não era exigido pelos fiscais, na ocasião da vistoria, que o responsável pelo estabelecimento apresentasse algum tipo de alvará ou licença do estabelecimento. Respondeu que a anotação "NA" que constou no roteiro da Boate Kiss (fl. 263) significa "Não se Aplica", isto é, aqueles itens não se referem ao estabelecimento. Nesta vistoria, foi lavrou juntamente com Heloisa a Notificação nº. 13040, fl. 272, para que o estabelecimento, em 20 dias, se adequasse às normas e apresentasse Estudo de Impacto de Vizinhança. Porém, este documento foi mencionado na Notificação em razão de que Rozelaine, do Setor Administrativo, havia colocado na parte superior do roteiro que a Kiss deveria ser notificada para apresentá-lo. Afirmou que, decorrido o prazo concedido, foi com outra fiscal do setor, não recordando se foi Eloir ou Cleonice, realizar a Revistoria, no dia 14/01/2010, oportunidade em que constataram que a Kiss havia feito as adequações exigidas. Então, colocou de próprio punho, na parte superior da Notificação 13040, "Revistoria em 14/01/2010, OK liberar". Encaminhou a documentação para ROZELAINE, responsável pelo setor administrativo da Coordenadoria de Alimentos, a qual também fazia a conferência dos demais documentos necessários para a liberação do Alvará Sanitário e realizava a impressão deste documento. Após ter sido impresso o Alvará Sanitário, emitido em 19/01/2010 e com vigência até 31/01/2010, Rozelaine entregou para que o assinasse (fl. 261). Perguntada, não lembrou quais eram os documentos exigidos para a liberação de Alvará Sanitário. Afirmou que somente lhe foi entregue o alvará para assinar, juntamente com vários outros alvarás, e não toda a documentação que lhe embasou, pois essa era a praxe adotada naquela época. Sustentou que não pode afirmar se a expedição do alvará ocorreu com toda a documentação exigida presente. Acrescentou que as pessoas que estavam autorizadas a assinar alvarás sanitários eram os técnicos de nível superior do setor, o quelhe incluía, assim como Heloisa Smanioto, que estava em férias, e o veterinário Rafael Potter, que estava respondendo pela Superintendência. Com relação às taxas de vistorias e revistorias sanitárias, não sabe informar, mas acredita que esteja incluída na taxa do alvará, dizendo que também não sabe desde que momento passa a ser devido o ISSQN. Também nada sabe acerca da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes. Indagada, afirmou que não houve ingerência de qualquer pessoa para a liberação do Alvará Sanitário. Alegou desconhecer relação entre proprietários da Boate Kiss e servidores da prefeitura. Asseverou que qualquer irregularidade quanto à documentação necessária para a liberação de alvarás sanitários, no ano de 2009, deve ser atribuída a Rozelaine, pois era ela a única responsável pela análise dos documentos e a confecção do próprio alvará. **Perguntada sobre quem tem o dever legal de analisar os documentos componentes do licenciamento sanitário, responde que não sabe. Questionada sobre quem tem o dever legal de aplicar multas sanitárias, diz que não tem conhecimento.** Cabe aos fiscais sanitários interditar estabelecimentos que não atendam às normas de saúde, não sabendo o grau de responsabilidade do Secretário e Superintendente de Vigilância Sanitária. Afirmou que a autoridade sanitária do

Município é o Secretário de Saúde, que não participou de interdições a estabelecimentos comerciais por motivos relacionados a infrações sanitárias. **Acredita que, pelo que diz a legislação, um estabelecimento não pode funcionar sem possuir Alvará Sanitário, ou com este vencido**. Não sabe esclarecer por que algumas licenças possuem data de vencimento trinta de janeiro ou trinta e um de março. **Não sabe se possuía a atribuição de assinar alvará.**

ROZELAINE DE OLIVEIRA BARCELLOS (testemunha – fl. 2163) declarou que é funcionária municipal há dezesseis anos, sendo que nos primeiros cinco anos trabalhou na Secretaria de Educação, e após foi trabalhar na Secretaria de Saúde: primeiro na Unidade de Saúde Rubem Noal (Tancredo Neves) e, depois foi para a Vigilância Sanitária. Atualmente, labora na Unidade de Saúde Rubem Noal. Seu cargo é agente administrativo auxiliar, nível médio. Enquanto esteve na Vigilância Sanitária, sua função foi a de verificar a documentação necessária para a emissão de alvarás sanitários para constatar se faltava algo, esclarecendo que além da documentação que o interessado encaminhava, via protocolo, também eram feitas vistorias pelos fiscais, os quais preenchiam um documento chamado Roteiro de Vistoria, que também lhe era entregue para juntar ao processo. Disse que o setor onde trabalhava se chamava COOFAZOPA (Coordenadoria de Fiscalização de Alimentos Zoonoses e Produtos Alimentícios). Disse que preenchia o cabeçalho do Roteiro de Vistoria e entregava para o Fiscal ir até o local vistoriar. Se constatasse a falta de algum documento, escrevia na parte superior do Roteiro para o fiscal notificar o proprietário para providenciar o que estava faltando. Para a emissão de Alvará Sanitário de uma boate eram necessários a FID, Contrato Social, fotocópias dos documentos pessoais dos proprietários, Certificado de Limpeza de caixa de água, croqui da área, alvará dos Bombeiros, comprovante de pagamento da taxa de licenciamento (cada atividade tem um valor diferente), Laudo Acústico e Impacto de Vizinhança. **O Impacto de Vizinhança é um documento elaborado por engenheiro, acompanhado por um documento contendo uma relação de assinaturas de moradores próximos ao estabelecimento**. O Laudo Acústico também é feito por engenheiro, porém não sabe o que é analisado no Laudo Acústico e no Impacto de Vizinhança, pois estes documentos não são verificados na Vigilância Sanitária por nenhum técnico. Declarou que após o fiscal fazer a vistoria e colocar no Roteiro “OK, liberar”, lhe procurava e indagava se a documentação estava correta. Estando correta, os fiscais mandavam que fizesse o alvará. A responsabilidade por assinar os alvarás era dos técnicos que possuíam portaria com esta atribuição. Informou que sabe da existência da Lei Municipal nº. 4040 e que ela regula a emissão de alvarás sanitários, mas não tem conhecimento aprofundado sobre a referida lei. Não tem conhecimento de quem seja o responsável legal que deve analisar documentos, autorizar a emissão do alvará e assiná-lo. Disse que fez a análise dos documentos de inclusão do Alvará Sanitário da Boate Kiss, conforme FID da fl. 257, não lembrando se chegou a emitir este documento em 19/01/2009 com validade até 31/01/2010, ou se nessa época estava em férias. Também analisou os

documentos da renovação do Alvará Sanitário, conforme FID da fl. 259. No seu entender, não existe diferença entre roteiro de vistoria e vistoria. No processo de licenciamento sanitário, o requerente paga a taxa somente quando dá entrada com os documentos, não pagando novamente em caso da necessidade de uma nova vistoria (revistoria). Disse que conforme a Lei nº. 4041, a vigência do Alvará Sanitário é até 31/03 do ano seguinte e cabe aos fiscais sanitários fazerem diligências para verificar se o estabelecimento tem alvará e se ele está em vigência. Declarou que em nível administrativo, fazia o manuseio dos processos para alvarás e para a autorização e emissão de Alvará Sanitário, gestionava a documentação necessária para o processo de licenciamento, mas não vistoriava o local. Ninguém da Secretaria lhe mandava assinar os alvarás. Quando estava em férias, era substituída geralmente por Rafael Potter ou Heloisa. **Não sabe por que a Boate Kiss não foi multada nos períodos em que não possuía alvará, acrescentando que seria atribuição dos fiscais**. Quando lhe foi apresentada a FID da fl. 259, com protocolo datado de 31/03/2011 e emissão do alvará em 30/08/2011, não soube explicar o porquê desse lapso temporal. Disse que o certificado de boas práticas é um curso que devem ter os funcionários de estabelecimentos que manipulam alimentos. Não sabe se é necessário Alvará Sanitário para reforma em boates, acrescentando que nunca viu nada nesse sentido. Declarou que desde que começou a trabalhar, a validade dos alvarás sanitários era 31/03, não sabendo explicar como o alvará da fl. 261 tem validade até 31/01/2010. Disse que as únicas leis que sabe da existência são a 4040 e a 4041. Não tem conhecimento sobre reclamações quanto à segurança, higiene, perturbação do sossego ou outra qualquer relacionada à Kiss. Na época em que trabalhou na Secretaria ambiental, havia quatro fiscais, e as fiscalizações ocorriam por requerimento do interessado, por denúncia e espontâneas. Em razão da grande quantidade de estabelecimentos, não tem como a Secretaria controlar os vencimentos dos alvarás. Se o estabelecimento não solicitar renovação do Alvará Sanitário, o valor da taxa não é recolhido durante o período em que não teve o alvará. Ao analisar os roteiros de vistorias da boate Kiss apresentados (fls. 263 a 265), pelo conhecimento que tem, acredita que não ocorreram as mesmas pendências nos anos de 2009 e 2011. Tem ciência de que enquanto trabalhou na Vigilância Sanitária ocorreram várias interdições de estabelecimentos, mas desconhece o procedimento adotado, dizendo que nada passava pelo seu setor. Na época em que trabalhou na Secretaria de Vigilância não havia nenhum sistema de controle de vencimentos de alvarás, existindo apenas pastas físicas. Disse não ter conhecimento de nenhuma ingerência para a liberação de alvarás. **Referiu que uma boate não pode funcionar sem Alvará Sanitário ou com ele vencido, mas caso funcionar deve sofrer notificação. Disse ter certeza de que os documentos que analisava para fins de emissão de Alvará Sanitário não eram verificados pelo Superintendente de Vigilância Sanitária.**

RAFAEL PÖTTER (testemunha – fl. 2167) informou que é funcionário público municipal desde 08 de fevereiro de 2000, sempre na Vigilância Sanitária e que possui as atribuições de fiscalização e controle de

estabelecimentos comerciais do ramo de alimentos, comércio em geral, medicamentos, clínicas odontológicas, médicas, consultórios médicos, odontológicos e laboratórios. Especificou que a área em que atua é o setor que fiscaliza estabelecimentos comerciais no ramo de alimentos, tanto indústria como comércio. Esclareceu que existem duas situações: a inclusão de Alvará Sanitário e a renovação. Disse que em sua área de atuação, para a Inclusão de Alvará Sanitário, que é a expedição do primeiro alvará, são necessários a FID (Ficha Declarada Inscrição) preenchida, cópia do CNPJ, cópia da inscrição estadual, certificado de limpeza de caixa d'água (se houver), certificado do curso de boas práticas, cópia do contrato social da empresa, cópias do RG e CPF dos sócios do estabelecimento, taxa dos atos de vigilância sanitária, projeto arquitetônico aprovado (conforme o caso; não nas boates), croqui da área (**boate deve apresentar o croqui**), sendo necessário para ter uma noção do local, da metragem, da existência de sanitários, cozinha com o local de manipulação dos alimentos. No caso do empreendedor não apresentar o croqui, quando é realizada a vistoria, é solicitado verbalmente que o apresente junto com os demais documentos que fazem parte do processo. O empreendedor entra com toda a documentação no protocolo geral da Vigilância Sanitária, conforme a atividade, o setor administrativo apanha a documentação no protocolo e passa a examiná-lo. Cada Coordenadoria da Vigilância Sanitária possui um funcionário (a) administrativo que analisa os documentos, preenche o roteiro de vistoria, com o nome ou razão social e o endereço, e a atividade do estabelecimento para ser fiscalizado. Declarou que cada fiscal pega um número "X" de roteiros de vistorias para realizar a inspeção no estabelecimento. Se o estabelecimento atende o que está solicitado pelas normas de Vigilância Sanitária, esta comprovação no local do estabelecimento é consignada por escrito no roteiro de vistoria. Retornando à Vigilância Sanitária, entrega o roteiro para o funcionário que trabalha no administrativo, a fim que ele junte o roteiro no processo de inclusão do alvará. Estando todos os demais documentos acima referidos verificados, o processo para ser expedido o alvará (de inclusão) sanitário está pronto. Disse que além do funcionário do setor administrativo, também examina a documentação do processo referente à inclusão do Alvará Sanitário. Geralmente, quem digita o alvará é a pessoa que está no administrativo, e quem o assina são os técnicos do setor, o declarante, Heloísa Smanitto e Marlice Druck. Na falta do técnico, quem assina é o Coordenador da Vigilância Sanitária ou o Superintendente em Vigilância Sanitária. Disse que se for realizada a vistoria e constato que o estabelecimento deve realizar adequações, o mesmo é notificado, sendo concedido um prazo, que geralmente é de 30 dias. Quando são vários os itens que o empreendedor deve se adequar, em geral quanto à estrutura, é notificado para que compareça na Vigilância em Saúde para assinar um termo de Compromisso para Adequação, sendo anexado neste termo o relatório de vistoria, no qual consta o que não atendia e o que deveria ser executado para atender às normas sanitárias, sendo concedido um prazo de adequação de 60 a 90 dias. Expirado o prazo, retorna-se para fazer a vistoria e estando adequado é realizada a anotação no relatório para ser expedido o alvará. Contudo, para a renovação do Alvará Sanitário é solicitada a FID, cópia do

alvará anterior, taxa de atos sanitários, certificado de limpeza de caixa d'água (se houver no local e a vistoria). **Pela legislação, quem deve emitir alvarás sanitários** (Decreto Estadual nº. 23430/1974 e Lei Municipal nº. 4040/1996) **é a Autoridade Sanitária, que são todos os funcionários que trabalham na Vigilância Sanitária, e esta autorização é mediante Portaria do Prefeito Municipal**, que reconheceu como sendo os documentos constantes as fl.s 275 a 282 do II Volume. **Arguiu que, conforme a legislação, nenhum estabelecimento comercial pode funcionar sem licença sanitária**, e estando esta vencida deverá ser renovada a sua validade. Contudo, em caso de reincidência de funcionamento sem o respectivo alvará ou com o mesmo vencido, deverá ser aplicado auto de infração. Primeiramente, constando na vistoria que o alvará está vencido, é expedida uma notificação para que o empreendedor regularize a situação, concedendo-se um prazo de 20 dias, e após a vistoria retorna ao local e se o empreendedor não regularizou a situação é expedido um auto de infração sanitária, o qual consiste na abertura de um processo administrativo, que é lavrado em três vias, ficando a primeira com o autuado, a 2ª via encaminha para o setor de processo administrativo sanitário e a 3ª fica com o fiscal autuante. O autuado tem um prazo de 15 dias para entrar com a sua defesa e depois o fiscal tem 10 dias para emitir o relatório da autuação, constando uma descrição do que foi constatado no local, bem como as irregularidades apuradas e o enquadramento na legislação; ao fim do relatório, o fiscal pode sugerir a pena do infrator. O relatório do fiscal é anexado no processo administrativo e depois passa para o superintendente realizar o julgamento, e, após, para o Secretário se for a para a segunda Instância. As penalidades vão da advertência, multa, interdição parcial à interdição total. Referente ao funcionamento da Boate Kiss no período de 2010 a 2012 sem o Alvará Sanitário, informou que trabalhava no Setor da Vigilância Sanitária na coordenação geral, por isso não desempenhava suas funções no setor de alimentos da Vigilância em Saúde. Apresentado a fl. 261 do II Volume, onde consta o Alvará Sanitário expedido em 19/01/2010 com validade até 31/01/2010, acredita que a assinatura seja de Marlice Druck. Confirmou que assinou o Alvará Sanitário expedido em 30/08/2011 com validade até 31/03/2012 (p. 433 do III Volume). Referente à análise da documentação para o licenciamento da Boate Kiss alusiva ao alvará 2011, declarou que não analisou os documentos, somente assinou o alvará, sendo que a pessoa que verificou era a que trabalhava no setor administrativo de alimentos da Vigilância em Saúde, Rozelaine. **Não soube responder o motivo pelo qual a Kiss não foi multada pelo seu funcionamento sem licença municipal da saúde**, conforme fl. 257 do II Volume, pois não estava no setor que realizava a fiscalização. Questionado por que em 2012 o Alvará Sanitário não foi liberado por falta de documentação (certificado de boas práticas segundo Selena Dutra Michel) e a Kiss permaneceu funcionando, afirmou que perante a Vigilância Sanitária, as boates são consideradas de baixo risco epidemiológico, porque não manipulam alimentos. Disse que nunca fiscalizou a boate, porque não recebeu roteiro de vistoria daquele estabelecimento. Com relação ao prazo para renovação do Alvará e o motivo da diferença de datas de renovações, esclareceu que a validade do Alvará Sanitário era até 31 de março do próximo

ano, porque no ano de 2009 todos os alvarás foram expedidos com validade até 31 de janeiro, decisão tomada em decorrência de no mês de março estar ocorrendo muita demanda de renovação, e na vigilância foi tomada a decisão de antecipar para verificar se facilitaria a tramitação dos processos, e naquela época estava trabalhando na Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Contudo, argumentou que a mudança da data de vencimento dos alvarás sanitários não foi por força de lei e nem por portaria. Disse que possui conhecimento das Leis nº. 4040/96 e 4041/96, do Código de Posturas, do Decreto Municipal nº. 32/06, da Lei Orgânica Municipal (em parte) e da Lei Federal nº. 6.437/77. Referiu não ter conhecimento de qualquer reclamação referente à Kiss. Lembrou de ter visto o Laudo Acústico e o Estudo de Impacto de Vizinhança na pasta da Kiss, e para a renovação não lembra se foi solicitada o EIV e Laudo Acústico porque não era usual solicitar estes documentos na renovação. Declinou que não são todos os estabelecimentos com licença a vencer ou vincendas que são fiscalizados, uma vez que não possuem recursos humanos para suprir a demanda. Indagado sobre casos em que o estabelecimento não solicita renovação da licença, o valor da taxa da vistoria é recolhido, não soube responder, assim como não possui conhecimento do motivo pelo qual não foram cobrados os tributos pelo período em que a Boate Kiss funcionou sem licença sanitária. Aludiu que não tinha conhecimento do inquérito civil promovido contra a Kiss pelo MP, bem como não soube informar se a Kiss possuía Alvará de Localização, pois não a fiscalizou. Perguntado sobre quem estava (nos anos de 2009 a 2013) nos cargos de Secretário de Saúde e de Superintendente de Vigilância Sanitária, afirmou que não lembra quem era o Secretário da Saúde, no entanto o Superintendente em janeiro 2009 até julho de 2009, o coordenador era o LUCIANO, e depois de julho de 2009 assumiu como coordenador permanecendo até janeiro de 2011. Em fevereiro de 2011, Selena assumiu como Superintendente em Vigilância e Saúde, o que faz até hoje. Disse que os fiscais da Vigilância Sanitária responsáveis pela vistoria da Boate Kiss foram Eloir Alves, Teonas de Oliveira e depois os técnicos: Heloisa Smanitto e Marlice Druck.

LUCIANO HOENISCH DIEHL (testemunha – fl. 2160) informou que exerceu função administrativa de gerente em vigilância de saúde, a qual posteriormente mudou a denominação para coordenador em vigilância de saúde, no setor de processo administrativo sanitário, na superintendência de vigilância em saúde. O trâmite de seu setor inicia após o fiscal aplicar o auto de infração ao contribuinte. Após, é aberta a capa do processo, colocada a numeração fixa e remetido para a gaveta de cada fiscal, a fim de que possa dar o parecer e qualificar qual a multa cabível para aquele contribuinte. Depois do parecer do fiscal, este encaminha o processo, já com o auto de infração, para a Superintendente que vai decidir se acolhe ou não aquela decisão. Após, o processo retorna ao setor de multas para encaminhar a decisão do julgamento ao contribuinte, via AR. A decisão pode ser multa ou advertência; no caso de multa, já é encaminhado junto o boleto bancário para pagamento. A partir do recebimento do AR, abre-se o prazo para recurso, o qual é feito diretamente ao Secretário de Saúde. A primeira instância de julgamento é atribuição do

Superintendente; a segunda é atribuição do Secretário de Saúde e a terceira é atribuição do Prefeito. Esclareceu que, em regra, o recurso é decidido já na primeira instância, pois o contribuinte paga a multa, ou não pagando, encaminha para a dívida ativa com a cópia do processo. O controle dos pagamentos das multas é feito através do Programa COP CAIXA, no qual por meio do nome do contribuinte verifica se foi pago ou não; neste último caso é encaminhado para a dívida ativa. Não tem conhecimento do procedimento para licenciamento sanitário. Acredita que a atribuição legal para analisar os documentos necessários para a emissão de Alvará Sanitário seja do próprio fiscal, assim com para assiná-lo. Não sabe quais são os documentos exigidos para a emissão de Alvará Sanitário. **Uma boate não pode funcionar sem Alvará Sanitário**. Quando reincidente, deve ser multada; pelo menos foi isso que aprendeu quando fez o curso de processo administrativo sanitário. **Afirmou que nenhum auto de infração chegou a seu setor desde o ano de 2009 até o presente momento: isso significa que a Boate nunca foi multada pela Vigilância Sanitária, mesmo tendo funcionado sem Alvará Sanitário durante os anos de 2010, parte de 2011 e 2012.** Não sabe quem emitiu o Alvará Sanitário de 2009, com validade até 31/10/2010, fl. 261. Também não sabe quem emitiu o alvará em agosto de 2011. Não tem conhecimento da diferença entre vistoria e roteiro de vistoria, pois tais documentos não tramitam pelo seu setor. Não tem conhecimento de que tenha sido protocolada na Vigilância Sanitária alguma reclamação de moradores vizinhos da Kiss quanto ao barulho, reiterando que no seu setor somente tramitam documentos atinentes a multas. **O dever legal de aplicar multas sanitárias, em um primeiro momento, é do fiscal que notifica e concede prazo para adequação**. Em caso de descumprimento, o fiscal lavra um auto de infração, sugerindo a aplicação de pena de advertência, multa leve, grave ou gravíssima. Este auto de infração é remetido para a Superintendente, que é a pessoa que tem o poder de decisão para acatar o parecer do fiscal, ou não. Quanto à interdição de estabelecimento, diz que quando isso ocorre, o fiscal lhe encaminha este documento juntamente com o auto de infração, e o procedimento é idêntico ao da multa. Quanto ao controle de vencimentos de alvarás sanitários, não sabe se existe, reiterando que no seu setor há controle dos contribuintes que pagam as multas, realizado através do Programa COP CAIXA.

FLÁVIO ANTONIO BRUM (testemunha – fl. 2171) afirmou que foi Secretário de Saúde no período de nove de abril de 2012 até a primeira semana de janeiro de dois mil e treze. No que tange a licenciamento sanitário, na condição de Secretário não tinha nenhuma ingerência no processo. Não tem conhecimento como ocorria o licenciamento sanitário, pois ficava a cargo da Superintendência de Vigilância Sanitária. Desconhece o procedimento ou documentação necessária para o licenciamento sanitário, tanto que a Vigilância Sanitária não funciona no mesmo prédio que a Secretaria, o que gera uma maior autonomia no trabalho do setor, o que é necessário para o bom andamento dos trabalhos de fiscalização sanitária, por se tratar de uma área da administração muito complexa. No que se refere às atribuições do cargo de

secretário, afirmou se tratar de um setor extremamente gerencial, por isso existem chefias e coordenadores em cada setor. Como Secretário, nunca assinou ou emitiu alvará, pois não é atribuição do cargo de Secretário e sim do setor de Vigilância Sanitária. Não sabe informar quem são os responsáveis legais para conferir documentos, autorizar alvará e emiti-los, porque todo o processo ocorre dentro da Vigilância Sanitária, sem qualquer gerência do Secretário de Saúde. Acredita que nenhum estabelecimento pode funcionar sem Alvará Sanitário ou com o alvará fora do prazo de validade. Não pode informar se a Boate Kiss ou outro estabelecimento possuía alvará, visto que a gerência do processo é exclusiva do setor de Vigilância Sanitária. Enquanto esteve como Secretário de Saúde, não autorizou nenhum alvará e nem analisou documentos relativos a processo de licenciamento, mas não sabe informar se algum outro Secretário de Saúde usava do mesmo expediente. No que diz respeito a penalidades, afirmou que estes procedimentos também estão a cargo da Vigilância Sanitária, não sabendo informar porque um estabelecimento foi ou não multado. Muitas vezes toma conhecimento pelos jornais ou por algum servidor, após o feito realizado, pois a Vigilância Sanitária sempre teve total autonomia, devendo ser acrescentado que se tratava de um ano eleitoral, exigindo ainda mais autonomia no trabalho dos fiscais, o que é chancelado por ato do Prefeito Municipal, estando ligados ao Secretário apenas administrativa e não funcionalmente. Não emitiu, enquanto servidor público, qualquer documento relacionado à Boate Kiss. Não sabe informar se é obrigatório Alvará Sanitário para reformas em uma boate, bem como qual é o procedimento tributário para licenciamento de uma boate. Disse não ter conhecimento do conteúdo das Leis municipais nº 4040/96 e 4041/96, do Código de Posturas, do Código Tributário, do Decreto Municipal nº. 32/06, da Lei Orgânica Municipal, assim como da Lei Federal nº. 6.437/77. Nunca foi sabedor de qualquer reclamação quanto à segurança, higiene, perturbação do sossego ou qualquer outra questão relacionada à Kiss. Não tinha e não tem conhecimento do inquérito civil promovido contra a Kiss pelo Ministério Público. Não participou e não tem conhecimento do processo de fechamento da Boate DCE.

CARLOS BARBOSA DA SILVA (testemunha - fl. 2314) disse que é funcionário público municipal há vinte anos, mas lotado desde 2007 na Superintendência de Vigilância em Saúde, no Setor de Vigilância Ambiental em Saúde. É concursado como médico veterinário e responde pela chefia do setor. Esclareceu que seu Setor não trata de questões relacionadas a licenciamentos, mas pelo conhecimento técnico que tem sabe que no caso de uma boate o empreendedor para obtenção da primeira licença sanitária necessita de alguns documentos. Afirmou que não analisou nenhum documento relativo à Boate Kiss, tampouco participou de qualquer vistoria na boate. Ao ser perguntado, disse que pela lei municipal **uma boate não pode funcionar sem o Alvará Sanitário respondeu e se a licença sanitária estiver vencida vai depender do grau de risco do empreendimento.**

FRANCINARA FLORES FELTRIN (testemunha – fl. 3046) declarou que no ano de 2009 trabalhava no setor de protocolo da Vigilância Sanitária, onde recebia a documentação do empreendedor para licenciamento sanitário. Quando chegou ao setor não possuía entendimento da legislação, o que foi adquirindo ao receber os requerimentos, visto que à medida que entrava um processo de licenciamento no protocolo, solicitava auxílio ao corpo de fiscais sobre a obrigatoriedade ou não de cada documento. Com base nestas experiências e trocas de informações com o corpo técnico elaborou listas contendo a relação de documentos exigidos em lei, e entregava aos empreendedores no intuito de auxiliar e dar maior agilidade ao processo. **Pela orientação que recebeu do corpo de fiscais construiu o entendimento de que a Consulta Popular seria parte do Estudo de Impacto de Vizinhança.** Os documentos obrigatórios para licenciamento que constavam na lista eram, pelo que recorda, duas vias da FID, cópia da certidão de Zoneamento, cópia da taxa de atos sanitários já paga, cópia do CNPJ da Empresa, cópia do contrato social e alterações, cópia da inscrição estadual, cópia do CPF e RG dos responsáveis, cópia do Alvará dos Bombeiros, cópia do certificado de limpeza da caixa d'água, quando necessário, croqui interno do local (pois o de localização pede o croqui externo), Estudo de Impacto de Vizinhança, com a ART e a Consulta Popular, e o laudo acústico. **Pelo que recorda as Consultas Populares que recebeu no Protocolo acompanhavam o Estudo de Impacto de Vizinhança.** Não pode afirmar que todas as Boates de Santa Maria apresentavam laudo acústico e Estudo de Impacto de Vizinhança, com a respectiva Consulta Popular, mas disse que tais documentos deveriam ser apresentados para fins de licenciamento. No protocolo recebia os requerimentos mesmo que faltassem documentos e encaminhava para o setor técnico, que os analisava. Recordou de casos de requerimentos que foram apresentados sem o Estudo de Impacto de Vizinhança, sem Laudo acústico ou sem a Consulta Popular. Referiu que no caso de falta de documentos no processo de licenciamento a pessoa de Rozelaine ou os fiscais solicitavam ou expediam uma notificação. Relatou que no ano de 2009, além de atender o protocolo da Vigilância Sanitária, também realizava o preenchimento do Boleto para pagamento da taxa para licenciamento sanitário, porém não preencheu o boleto da Kiss relativo ao Alvará de 2009, enfatizando que várias pessoas trabalharam em sua companhia naquele período, tanto funcionários quanto estagiários. Sobre prazos dos Alvarás Sanitários, salientou que ao entrar no setor, em 17 de dezembro de 2007, a validade dos Alvarás sanitários era trinta e um de janeiro, porém não recordou se no ano de 2009 ou 2010 houve uma alteração na data de validade. Todavia, como existem alvarás com validade até 31/01/2010, acredita que a alteração ocorreu nos alvarás protocolados em 2010, cujo vencimento seria, então, 31/03/2011. Não tem certeza disso, pois como trabalhou por muito tempo sozinha no protocolo não conseguia participar de todas as reuniões. Sobre proporcionalidade nas taxas de licenciamento, a aduziu que **a orientação que recebeu foi sempre cobrar o valor da taxa de forma integral, independente da data de protocolo do pedido de licenciamento**, ou seja, **se o empreendedor requerer o alvará em novembro ou dezembro de 2013 vai pagar o valor integral da taxa e o**

vencimento será 31/03/2014, mas caso o solicitante protocole a documentação em janeiro e pague a taxa, o vencimento será 31 de março do ano seguinte. Sustentou que **nenhum estabelecimento pode funcionar sem Alvará Sanitário.** Disse que **quando verificava que o solicitante não possuía o alvará necessário, encaminhava para o setor competente**. Afirmou, que às vezes, quando faltava um documento, o solicitante pedia para falar com algum fiscal ou com a superintendente e protocolava igual. No caso da Kiss sobre a taxa paga em dezembro de 2009, afirmou que o alvará é relativo sempre ao ano em que a taxa é paga, como a taxa foi paga em 2009, está relacionada ao alvará de 2009, cujo vencimento é trinta e um de janeiro de 2010, conforme consta no próprio Alvará, fato que também deve ter ocorrido com outros estabelecimentos que protocolaram pedidos ou pagaram taxas em 2009.

c) DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CARLOS ALBERTO SOUZA BUZATTI (testemunha – fl. 2150) informou que exerce Cargo de Confiança na Prefeitura Municipal desde o início da gestão do Governo Schirmer, em 2009. No primeiro ano, esteve na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e, depois, foi para a Secretaria de Proteção Ambiental, hoje Secretaria de Meio Ambiente. A sua função sempre foi a de Secretário Adjunto de Meio Ambiente. Para o licenciamento ambiental de uma Boate, existe uma relação de documentos necessários para cada tipo de empreendimento, sendo formado um processo e encaminhado para o Corpo Técnico analisar e decidir sobre a necessidade ou não de vistoriar o local. Se estiver tudo regular, o próprio Corpo Técnico emite a Licença de Operação e encaminha para o Secretário, ou, na ausência deste, para o Secretário Adjunto assinar. Não soube informar exatamente qual o rol de documentos exigidos no caso de uma boate, mas tem ciência de que são exigidos Estudo de Impacto de Vizinhança e Laudo Acústico. Destacou que toda a documentação é examinada pelo Corpo Técnico, sendo este formado por cerca de seis engenheiros, das mais diversas áreas, não sabendo quais foram os profissionais que examinaram a documentação para a licença de operação da Kiss. Mostrada a Licença de Operação nº. 113/2012, fls. 429 e 430, reconhece como sua a assinatura constante no documento e reitera que a análise dos documentos foi feita apenas pelo Corpo Técnico. Disse que quando atua como Secretário Adjunto assume as atribuições do Secretário, acrescentando que, no caso de Licença de Operação, como não possui conhecimento técnico, não analisa os documentos que embasam a expedição da Licença, confiando nos engenheiros. Não sabe se o Secretário da época, Luiz Alberto Carvalho Jr., fazia a análise dos documentos antes de assinar a Licença de Operação, destacando que ele é Engenheiro Florestal. **Uma Boate não pode funcionar sem licença de operação ou licença ambiental.** Se uma boate não possuir licenciamento ambiental, a fiscalização lotada no setor ambiental deve fazer a

respectiva fiscalização, notificando e dando prazo para regularização ou apresentação das devidas licenças. Ao ler o item 3.1 da LO 113, fl. 430, **entende que a licença vale por um ano; após perde a validade**. Não soube informar se estando a Licença Operacional fora da validade, pode o estabelecimento (boate) funcionar. Existem tributos a pagar para ser emitida uma Licença Operacional, mas não sabe quais são. Não sabe se a Boate Kiss foi autuada pela Secretaria Ambiental, bem como se funcionou por algum tempo sem Licença de Operação. Nunca tomou conhecimento sobre reclamações de vizinhos da Kiss. Os fiscais que atuavam na área ambiental no período de 2009 a 2013 eram: Juarez, Piccinini e Rubens Lavrati.

RUBSON DIONES BORTOLUZZI LAVRATTI (testemunha – fl. 2152) esclareceu que é funcionário municipal desde abril de 2000, tendo trabalhado no DMT (Departamento Municipal de Trânsito) até 2004. Em 2012 retornou para o DMT, com a designação de Gerência de Trânsito. Na Secretaria de Proteção Ambiental, trabalhava na parte de fiscalização e tinha as seguintes atribuições: fiscalizar com base no Decreto Federal nº. 4.771/98, posteriormente revogado pelo Decreto Federal nº. 6.514/2008, sendo que estes regulamentam a Lei Federal nº. 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais. Os decretos referem-se às questões administrativas que competem às Prefeituras Municipais fiscalizar e aplicar as Notificações e os Autos de Infração, conforme o caso. Sustentou que lembrar vagamente da Lei nº. 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente. Disse conhecer o Código de Posturas do Município, mas alegou não ter conhecimento do Decreto Executivo nº. 32/2006, da Lei Complementar nº. 02/2001 – Código Tributário Municipal, da Lei Orgânica do Município, do Estatuto das Cidades, Lei Complementar nº. 34/2005, e dos Decretos Executivos nº. 001/2008 e 40/2005. No dia 10 de agosto de 2012, emitiu o Auto de Infração nº. 452/2012 (fl. 1094), no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), devido à dispensa irregular de lixo pela Kiss, contrariando a legislação e, inclusive, a Licença de Operação, a qual determinava que o lixo fosse destinado para reciclagem. Como no momento da autuação a boate estava fechada, foi encaminhada para os proprietários via AR, contudo, não teve conhecimento do desfecho desta autuação. Acrescentou que todo Auto de Infração Ambiental, independentemente de interposição recurso, deve ser encaminhado para uma junta de julgamento, que analisa se foi lavrado corretamente e se possui o embasamento correto, mas os fiscais não participam dela. Não tem conhecimento do andamento do Auto de Infração Ambiental, nem mesmo como é lançado na Secretaria da Fazenda. Foi apresentada a fl. 1917, quando lembrou que informou a Junta de Julgamento, na pessoa de Gilson Rosa, do Auto de Infração Ambiental através de um memorando interno sem número, datado do dia 31/08/2012, que a Kiss era reincidente, visto que no ano de 2010 havia outra autuação no arquivo (o fiscal cria um arquivo da empresa que sofre a autuação, para ter um controle da reincidência ou não do estabelecimento, a fim de poder aplicar a dosimetria da pena do valor pecuniário, porque a cada reincidência o valor vai aumentando). A Junta de Recursos era nomeada pelo Secretário de Proteção Ambiental, sendo esta nomeação registrada em arquivos, acreditando que eram

designados por Ordem de Serviço ou Portaria de Nomeação da Junta Julgadora. **Somente teve conhecimento de reclamações de vizinhos da Boate Kiss, sobre lixo dispensado de forma irregular**. Informou que não tem ciência do procedimento de licenciamento ambiental, visto que não é o setor em que trabalha, haja vista que o referido expediente passava pelo corpo técnico da Secretaria Ambiental. Não tinha conhecimento de que a Kiss funcionou de 31 de julho de 2009 a março de 2010 sem Licença Operacional; nem quanto ao período de março de 2011 a 27 de abril de 2012 com Licença de Operação vencida, pois cabia à Secretaria Ambiental fazer a fiscalização, ou à Brigada Militar, através da PATRAM ou, ainda, pelo IBAMA. Na época, trabalhava na fiscalização da Secretaria de Proteção Ambiental juntamente com Juarez Piccini, também fiscal. Esclareceu que quando é protocolado o pedido de Licenciamento Ambiental, os documentos são encaminhados para o Setor. Os técnicos do setor vão até o local do empreendimento verificar a situação. A fiscalização que era realizada no tempo em que trabalhava na Secretaria de Proteção Ambiental era somente mediante denúncia. Quando vencia a validade da Licença de Operação, o Setor Técnico encaminhava um pedido verbal para que a fiscalização passasse no estabelecimento, verificasse a situação e notificasse o empreendedor para comparecer na Secretaria de Proteção Ambiental para a renovação da L.O. **Todo o empreendimento que não tiver licença do Município, não pode operar**, e no caso de já ter recebido a licença, mas estar vencida, abre-se o prazo para que renove. Se neste prazo não ocorrer a renovação, o prazo poderia ser estendido ou lavrado auto de infração. Não tem conhecimento de que a Kiss tenha sido autuada no período em que funcionou sem Licença de Operação e com a mesma vencida, pois o responsável por esse controle é o setor Técnico; inclusive possuem as pastas das empresas que têm as Licenças Operacionais. Não sabe por que a Kiss não foi autuada no período que funcionou sem licença ambiental de operação e com ela vencida, acreditando que não tenham recebido denúncia a respeito, e quanto à Licença de Operação vencida, acredita que não tenha sido encaminhada pelo setor técnico para a fiscalização, devido à demanda. Não tem conhecimento se para emissão de licença ambiental de operação é obrigatória Vistoria Prévia, bem como se foram feitas vistorias na Kiss para a emissão das L.O. 74/2010 (expedida em 04/03/2010, válida até 04/03/2011) e 113/2012 (expedida em 27/04/2012, válida até 27/04/2013). Não tem conhecimento quais são os tributos relacionados ao processo de licenciamento ambiental de operação. Caberia à Secretaria de Fiscalização Ambiental, por meio do setor de fiscalização, ter verificado que a Kiss funcionou sem Licença de Operação; e incumbiria ao corpo técnico ter informado à fiscalização para comparecer no local e notificar a boate para renovar a L.O. **Afirmou que deveria ter sido aberto um processo judicial por causa do crime ambiental**.

MARCOS VINICIUS RAMOS MORAES (testemunha – fl. 2156) informou que é funcionário municipal concursado desde abril de 2007, tendo iniciado suas atividades na Secretaria de Saúde, onde permaneceu até outubro de 2009. Posteriormente, de outubro de 2009 até fevereiro de 2010,

desenvolveu suas atividades na Secretaria de Proteção Ambiental, na função de engenheiro civil, trabalhando na área de Licenciamento e Fiscal da coleta de Resíduos do Município. Em fevereiro do ano de 2010, foi designado Superintendente do Setor de Análise de Projetos da Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana, em setembro passou a exercer o cargo de Superintendente do Setor de Análise de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Assinou a Licença de Operação nº. 74/2010, datada de 04 de março de 2010 (fls. 390 a 392), para o funcionamento da Kiss, com validade até março de 2011, mas na época não estava na Secretaria de Proteção Ambiental. Como não havia nenhum engenheiro civil lotado em seu lugar, assinou o documento. Também fez a análise de todos os documentos que são necessários para a emissão da L.O. Sustentou que a licença de Operação é o documento que autoriza o estabelecimento a funcionar levando em conta os aspectos ambientais: níveis de ruídos apresentados em Laudo Técnico de Ruídos elaborado por um responsável Técnico, podendo ser engenheiro civil ou arquiteto, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) perante o CREA; declaração da destinação dos resíduos sólidos. Disse não ter conhecimento da Lei nº. 6.938/81, da Lei Complementar nº. 34/2005, da Lei Complementar nº. 02/2001 – Código Tributário Municipal, da Constituição Federal e do Estatuto das Cidades, Lei nº. 10.257/2001. Tem conhecimento, mas não profundo, da Lei Complementar nº. 03/02 – Código de Posturas Municipal – e do Decreto Executivo nº. 32/2006, Lei Orgânica do Município, Decreto Executivo nº. 001/2008, que dispõe sobre elaboração do EIV. Nunca teve ciência, nem verbal e nem por escrito, de reclamações de vizinhos sobre a Kiss. Para licenciamento ambiental em uma boate, o empreendedor apresenta um requerimento padrão solicitando a Licença de Operação, um requerimento quanto aos equipamentos que serão utilizados e que poderão gerar resíduos e a destinação dos mesmos, Certidão de Zoneamento e Uso, a qual tem o fim de informar oficialmente se uma atividade pode ser desenvolvida e exercida em um determinado local. Para protocolá-la, o requerente preenche um formulário padrão, fazendo um croqui da localização do imóvel, acompanhado de uma guia do IPTU e da matrícula do terreno com o registro no Cartório de Registro de Imóveis e pagamento de taxa emissão de certidão. O Técnico responsável verifica em uma tabela o grau de impacto do empreendimento, não havendo nenhum impedimento poderá emitir a Certidão, mas se a atividade pretendida fizer parte do rol de empreendimentos que possam causar impacto, **passa a ser exigido ao requerente a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança** a ser elaborado por um engenheiro ou arquiteto acompanhado de ART perante o CREA. Esclareceu que o Estudo de Impacto de Vizinhança é um estudo realizado por um engenheiro ou um arquiteto, cuja finalidade é apresentar o empreendimento em questão com soluções mitigadoras ou compensatórias do impacto que poderá causar no local, bem como documentos pertinentes: Alvará de Prevenção Contra Incêndio, o contrato social da empresa, o Laudo de Ruídos elaborado por engenheiro ou arquiteto habilitado com a respectiva ART perante o CREA. Estes documentos são juntados em uma pasta para análise e se estiver tudo correto, é realizada uma vistoria no local para verificar se o

estabelecimento condiz com os documentos apresentados. Estes laudos são assinados por profissionais técnicos, que demonstram como o empreendimento irá funcionar, sendo de responsabilidade dos mesmos. Não sabe se há previsão legal de vistoria prévia, mas **não assinaria uma L.O. sem comparecer ao local para conhecê-lo**. Não tem conhecimento do procedimento quanto à renovação da Licença Operacional. O Requerimento de Licença Operacional é protocolado junto à Secretaria de Proteção Ambiental. A pessoa responsável pelo protocolo faz uma triagem da demanda dos processos e distribui para os Técnicos da Secretaria de Proteção Ambiental. Disse que era responsável pelas licenças para canalizações, obras de terraplenagem, loteamentos, restaurantes, bares e casas noturnas. Quanto à Boate Kiss, analisou o processo referente à Licença Operacional 74/2010. Não tem conhecimento de que a Kiss funcionou de 31 de julho de 2009 a março de 2010 sem Licença Operacional e que de março de 2011 a 27 de abril de 2012 funcionou com a Licença de Operação vencida. Não tem conhecimento de quem fazia o controle do vencimento das Licenças de Operações, bem como do motivo pelo qual a Kiss não foi autuada no período em que funcionou sem a licença operacional ambiental por 13 meses (de março de 2011 a 27 de abril de 2012). Informou que há somente há uma taxa quanto ao licenciamento ambiental. Na época em que esteve na Secretaria de Proteção Ambiental, o costume era analisar os documentos visualmente e não emitir nenhum parecer por escrito; era elaborada a própria Licença de Operação, a qual era encaminhada para o Secretário verificar o texto da LO. Se o Secretário estivesse de acordo, a licença retornava para ser assinada. Não tem conhecimento se a Consulta Popular faz parte do EIV e não sabe se a Consulta Popular é requisito do EIV. Não tem lembrança de ter analisado ou visto a consulta popular da Kiss para a expedição da L.O. nº. 74/2010. Disse que parte do pressuposto que o Laudo Acústico possui veracidade em suas informações, desde que realizado por um profissional habilitado com a respectiva ART perante o CREA, o qual é responsável pelos dados contidos no Laudo, por isso tal motivo que não atendeu o Decreto nº. 32/2006, que determina que o laudo acústico seja emitido por pessoa jurídica devidamente registrada no Órgão ambiental. As informações contidas no Laudo Técnico de Ruídos não atendiam a NBR 10151, mas foi aceito, pois o engenheiro que emitiu é responsável pelas informações prestadas. Foi exibida a fl. 356 do II Volume, onde consta o Memorando da Secretaria de Proteção Ambiental, encaminhando para a Polícia Civil cópia do processo para a expedição da Licença de Operação, na qual, nas fls. 395 a 398, consta a Consulta Popular, tendo respondido que não lembrava. Reafirmou que a Consulta Popular não faz parte do rol dos documentos necessários para solicitação da Licença Operacional e não sabe o motivo da Consulta Popular encaminhada para a Secretaria de Proteção Ambiental possuir quatro fl.s com 25 assinaturas, sendo 8 de endereços comerciais e 12 de pessoas que residem a mais de 100 (cem) metros do empreendimento.

LUIS ALBERTO CARVALHO JUNIOR (fl. 2223 – testemunha) informou que trabalhou como Secretário de Meio Ambiente no

período de 15 de janeiro do ano de 2010 até agosto de 2013. No que diz respeito às atribuições do cargo, afirmou que o Secretário é responsável pelo gerenciamento da Secretaria e seus setores. Relatou que tem conhecimento da legislação que trata de sua área de atuação (engenheiro florestal). Referiu que nunca teve conhecimento sobre reclamações de vizinhos sobre a Kiss, todavia, tomou conhecimento quando o Ministério Público oficiou a Prefeitura sobre a situação do licenciamento ambiental da boate, ocasião em que, na condição de Secretário, respondeu à Procuradoria do Município, a qual encaminhou ao Ministério Público a informação de que a licença operacional da Boate Kiss estava vencida. Para abrir uma boate, o empreendedor deve requerer junto à Secretaria do Meio Ambiente uma licença prévia, na qual são requeridos documentos como zoneamento urbano, Estudo de Impacto de Vizinhança (acompanhado do parecer do Escritório das Cidades aprovando o EIV e o Projeto do prédio), dentre outros documentos. Concedida a licença prévia, o empresário pode se instalar no imóvel, no caso de boate. Após, é emitida a Licença de Instalação. Para começar a funcionar o empreendedor precisa de uma licença de operação, a qual tem como pré-requisitos a licença de instalação, destinação de resíduos (no caso de haver cozinha, necessita-se de um filtro de óleo), laudo acústico demonstrando que não existe vazamento de ruído para o exterior. Questionado por que foram encaminhadas pela Prefeitura Municipal apenas as Licenças de Operação 74/2010 e 113/2012, em nome da Boate Kiss, respondeu que na pasta documental da Kiss existente no Setor de Licenciamento da Secretaria, cujo responsável era o servidor Lazaro, não havia licenças prévias e de instalação, as quais entende que, por serem obrigatórias, deveriam estar na referida pasta, no entanto não sabe afirmar se as licenças foram emitidas, visto que, ao assumir a Secretaria, a Boate já estava funcionando. Afirmou que para iniciar o funcionamento, a Kiss necessitaria de uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. Nos anos subsequentes, apenas se faz necessária a renovação da licença de operação. Dentro do processo de licenciamento, existe uma equipe técnica dentro Secretaria, que faz a análise da documentação. Estando de acordo com a legislação, a licença é encaminhada para o Secretário assinar, o qual, por sua vez, devolve-a para o técnico que analisou e que dá prosseguimento, incluindo uma via ao processo e outra via entrega para o Secretário. Afirmou que, por costume da Secretaria, o técnico que analisar a documentação assina o documento antes do Secretário. Contudo, no ano de dois mil e onze, por convenção interna da Secretaria, o técnico apenas colocava suas iniciais nas licenças, não mais assinando o documento. Constava apenas a assinatura do Secretário, porém a sistemática de recebimento e análise da documentação se manteve. Foi Marcos Vinicius Moraes quem analisou a documentação da LO nº 74/2010, logo foi ele que deu o aval quanto à documentação, que não passa pelo Secretário. No que tange à licença de operação nº 113/2012, o técnico não assinou e não fez constar as iniciais, mas acredita que o técnico que fez a análise da LO 113/2012 também tenha sido Marcos Vinicius Moraes, visto que, é o único servidor no setor, e por descuido não fez constar suas iniciais. Afirmou que existe um gerente de licenciamento ambiental, cargo ocupado pelo servidor Lázaro, e um corpo de fiscais ambientais composto pelos servidores,

que na ocasião eram Robson Lavratti e Pitilini. O procedimento regulamentar para a renovação de licenças ambientais é de competência do gerente de licenciamento, o qual deve fazer o monitoramento das licenças a vencer e, após verificação, encaminhar para o corpo de fiscalização proceder à inspeção para que a licença seja renovada, processo este que não passa pelo Secretário de Meio Ambiente, visto que existe gerente de todo o processo. **Aduziu que não determinou nenhum procedimento dentro da Secretaria em relação à irregularidade da Kiss quando teve ciência da situação**, porque na mesma ocasião tomou conhecimento que o Ministério Público já a investigava e promovia um ajustamento para sua regularização. Caso não houvesse este procedimento por parte do Ministério Público, o procedimento padrão seria o gerente de licenciamento emitir uma notificação e o corpo de fiscais notificaria o empreendedor, o que não ocorreu porque o Ministério Público estava promovendo a regularização da Boate, o que cabe ao Poder Executivo, mas por força do inquérito civil o Ministério Público avocou para si a responsabilidade. **A Boate Kiss não poderia funcionar sem licença ambiental, seja licença prévia, de instalação ou de operação, bem como com a licença de operação fora da validade, ou apenas com o protocolo de renovação.** Quanto ao procedimento para autuações, alegou que na medida em que o gerente de licenciamento constatou a irregularidade da Boate, deveria ter notificado o empreendedor, através do corpo de fiscalização, para que promovesse a regularização. Não havendo esta, caberia aos fiscais ambientais diligenciar até o local e multar o infrator. Havendo crime ambiental, o empreendedor é autuado e aberto prazo para defesa, cujo recurso é analisado por uma junta julgadora composta por servidores do quadro da prefeitura e caso indeferido o recurso, o infrator pode recorrer ao Prefeito Municipal. Afirmou que para a emissão de todas as licenças ambientais é obrigatória a vistoria, inclusive para a renovação da licença de operação, cuja responsabilidade em proceder à vistoria é do técnico que assina ou autoriza a emissão da respectiva licença; aos fiscais e ao gerente de licenciamento cabe apenas fiscalizar se a licença foi ou não renovada. Não sabe informar se foram feitas vistorias na Boate Kiss no período de 2009 a 2013, porque se trata de responsabilidade do corpo técnico. Para o licenciamento ambiental, o empreendedor deve pagar taxa para cada uma das licenças, ou seja, taxa para vistoria da licença prévia, de instalação e taxa para a licença de operação. Não soube dizer se a Boate Kiss recolheu todas as taxas no período de 2009 a 2013. Pelo que tem conhecimento, o técnico que analisa a documentação do alvará não faz um relatório ou laudo dizendo que a documentação está de acordo com a lei; porém é convencionado que, se a licença chega à mesa do Secretário para assinatura, é porque passou pela analise técnica e atendeu aos pré-requisitos legais. Não sabe informar se o EIV, os Laudos Acústicos e a Consulta Popular apresentados pelos proprietários da Boate para fins de licenciamento ambiental, emissão das Licenças de Operação 74/2010 e 113/2012 atendiam ao que determina a legislação, visto que não teve acesso e não analisou. Perguntado por que foi aceito um laudo acústico emitido por pessoa física e proprietário da Boate, e não de pessoa jurídica devidamente registrada no Órgão Ambiental, conforme prevê a legislação, assim como não

atendendo plenamente à NBR 10151, afirmou que não tinha conhecimento deste fato. Sustentou que cabe ao Escritório da Cidade analisar o EIV e a Consulta Popular, por este motivo não sabe informar dados relativos a tais documentos, visto que a Secretaria de Proteção Ambiental apenas os recebe.

LAZARO FLECK SILVA (testemunha – fl. 2959) informou que trabalhou na Prefeitura Municipal desde fevereiro de 2009 até 7 de março de 2014, quando pediu sua exoneração por motivos pessoais e profissionais. No período que esteve na Prefeitura ocupou o cargo de Gerente de Licenciamento na Secretaria de Proteção Ambiental, onde ficou até julho de 2013, ocasião em que o cargo passou a ter a denominação de Coordenador de Licenciamento Ambiental. Afirmou que quando esteve no cargo de Gerente de Licenciamentos exerceu apenas parte das atribuições, ou seja, apenas análise de processos da área química, não analisou nenhum outro processo, pois não era atribuição do cargo. Relatou que após a emissão das licenças pelos técnicos responsáveis, por atribuição do cargo, fazia o acompanhamento das licenças através de uma planilha, na qual eram lançadas informações sobre as licenças Ambientais emitidas pela Secretaria de Proteção Ambiental, informações como data de emissão, data de validade, empreendedor, atividade, valor da taxa de licenciamento, dentre outros dados cadastrais. No que diz respeito a documentos para emissão de licenças, só analisava as licenças e documentos relacionados a sua área de atuação, ou seja, área química. Relatou que até a entrada de Luiz Alberto Carvalho Junior na Secretaria de Proteção Ambiental, o técnico que analisava a documentação para emissão das licenças ambientais assinava a licença juntamente com o Secretário. Todavia, para atender o padrão estabelecido pela FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental –, o técnico que analisava a documentação para licenciamento deixou de assiná-la, permanecendo apenas a assinatura do Secretário. Afirmou que deveria constar, obrigatoriamente, na licença, o número do parecer técnico referente a análise da documentação. Referiu que a resolução Conama nº 237/97 que a autoridade que licencia, a nível ambiental, de competência municipal, é o Secretário de Proteção Ambiental. No caso das LO 74/2010, fls. 390 a 392, não analisou nenhum documento, pois não estava relacionada à área química. Disse que o técnico que analisou a documentação para emissão foi Marcos Vinicius Moraes, conforme assinatura constante no documento. Sobre a LO 113/2012, fls. 429 a 430, afirmou que não analisou nenhum documento e que não sabe quem foi o técnico que a analisou. Aduziu que no ano de 2012 os técnicos que atuavam em sua companhia na Secretaria de Proteção Ambiental eram Luis Geraldo Cervi, João Batista Cassol (ambos engenheiros florestais), e Marcos Berger (geógrafo). Afirmou que nenhum deles analisou a LO 113/2012, pois não possuem competência para isto, visto que é necessário que a análise seja feita por engenheiro civil ou arquiteto. Afirmou que até meados de agosto de 2012, os pedidos de licenciamento eram protocolados na Prefeitura gerando um número de processo, após eram encaminhados para os técnicos competentes mediante despacho eletrônico. Havia até 2012 um sistema eletrônico da própria Prefeitura que constava todas as movimentações dos procedimentos; após

2012 este sistema melhorou com a instalação de um sistema informatizado novo, feito pela empresa Dueto, o qual também possui toda a movimentação dos processos, bem como a qual servidor é endereçado. Disse que quem faz a emissão das licenças são os próprios técnicos, sendo que cada um emite a licença relativa à documentação que analisar. Na ocasião da emissão da LO 113/2012, Marcos Vinicius Moraes não estava mais lotado na Secretaria de Proteção Ambiental, não sendo ele o técnico que analisou a documentação relativa a esta LO 113/2012. Questionado quanto ao item 2.4 constante na LO 74/2010 e na LO 113/2012 referente a necessidade de autorização da Secretaria Ambiental em caso de alteração da área física da Kiss, afirmou que no seu entendimento o termo "alteração na sua aérea física" está relacionado apenas ao aumento de área e não alteração na estrutura do imóvel. Esclareceu que não foi apresentada solicitação de Licença Prévia pelos proprietários da Kiss para promover alterações no imóvel. **Sustentou que a Kiss não poderia iniciar suas atividades sem licença ambiental**. Questionado sobre quem deveria ter atuado no ano de 2009 para que a Boate Kiss não iniciasse ou mantivesse as atividades sem licença ambiental, respondeu que era o setor de fiscalização, que no ano de 2009 era composto por dois fiscais, sendo eles Joares e Lavratti. Asseverou quer **os fiscais agem de ofício**, ou seja, não há nenhum superior hierárquico que determine o que os mesmos devem fazer, inclusive **os fiscais têm acesso às datas de validade dos alvarás**. Acrescentou que a fiscalização também pode ser feita por denúncias, por determinação do Secretário Ambiental, ou por determinação do técnico da área, que possui conhecimento das datas de validades das licenças que emite. Quando a LO 74/2010 venceu, os fiscais deveriam ter ido até o local para notificar os proprietários para que renovassem a licença e caso não a renovassem, deveriam ser autuados. Os fiscais que atuavam no ano de 2011 na Secretaria de Proteção Ambiental eram Joares e Lavratti. Salientou que atualmente existe apenas um fiscal na Secretaria para toda a demanda do Município. Perguntado quando uma LO é caçada em caso de descumprimento de suas condicionantes, respondeu que acredita que o procedimento exija primeiramente uma notificação, após um auto de infração e, por fim, se não atendida, ocorre a cassação da LO.

MARCOS VINICIUS RAMOS MORAES (reinquirição – fl. 2968) declarou que fazia parte do corpo técnico da Secretaria no período entre janeiro de 2009 a abril de 2012, juntamente com o engenheiro florestal de nome Geraldo Cerve, o engenheiro florestal João Batista, o engenheiro florestal Thomas Edson, um geógrafo Marcos Berger, o e químico Lázaro. Em fevereiro de 2010 o declarante saiu da Secretaria de Proteção Ambiental, mas acredita que em 2011 as pessoas referidas acima continuaram a fazer parte do seu corpo técnico. Estas pessoas acima referidas faziam parte do corpo técnico e eram responsáveis pelas atividades de licenciamento ambiental. Disse que fez parte do corpo técnico da Secretaria de Proteção Ambiental entre outubro de 2009 a fevereiro de 2010. Ratificou que assinou a Licença de Operação n.º 74/2010, para o funcionamento da Kiss em 04 de março de 2010, com validade até março de 2011 e que na época não estava mais lotado na Secretaria de

Proteção Ambiental, e que o fez porque não ficou nenhum engenheiro civil lotado em seu lugar, mas antes fez a análise de todos os documentos que são necessários para a emissão da L.O.. Não analisou e nem emitiu a Licença Operacional n.º 113/2012. Referiu que para emitir a LO é necessário um requerimento padrão, que é preenchido com as informações dos equipamentos, utensílios relativos à geração de resíduos do empreendimento; certidão de zoneamento e uso do solo; Estudo de Impacto de Vizinhança aprovado no Escritório da Cidade; contrato Social de Constituição da Pessoa Jurídica, Alvará de Prevenção de Incêndio, Laudo de Avaliação de Ruídos, elaborado por profissional habilitado acompanhado de ART perante o CREA, e a taxa de expedição da Licença. Estes documentos são juntados em uma pasta dando origem a um processo com entrada no setor de protocolo na Secretaria de Proteção Ambiental. Não sabe qual a destinação que a boate Kiss dava para os resíduos sólidos na Licença Operacional. Não tem conhecimento quanto à destinação que a Kiss dava para o azeite de cozinha referente à L.O. 74/2010. Não tinha conhecimento que havia resíduos de frituras. O motivo por que não constou os itens 1.3.3 e 1.5.4, na L.O. 074/2010 foi porque o modelo de licença operacional era o da L.O. 74/2010 e foi seguida este modelo. Os fiscais da Secretaria Ambiental eram responsáveis pela fiscalização das condicionantes das L.O. Reafirmou que a Consulta Popular não faz parte do rol de documentos para emissão da Licença de Operação. Questionado o motivo pelo qual o Município encaminhou a Consulta Popular como um dos documentos referentes a LO (fls. 369 a 400 e 395 a 398), não soube responder.

d) DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

DENILSON DORNELLES RIGHI (testemunha - fl. 2195) declarou que é Fiscal Municipal II e atualmente trabalha como na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e antes disso esteve na Secretaria de Mobilidade Urbana desde o ano de 2009. Esclareceu que dentro da Secretaria de Mobilidade havia várias gerências, e uma delas era a de Posturas, da qual fazia parte. A sua atividade era serviço externo de campo, com base no Código de Posturas, como por exemplo, deslocar-se até estabelecimentos comerciais a fim de averiguar denúncias recebidas no setor, o que acontecia geralmente à noite, bem como efetuava vistorias de rotina durante o dia. Toda denúncia que chegava à Secretaria de Mobilidade era registrada em uma ficha que gerava um protocolo. No setor, existia um responsável que organiza as demandas que geravam operação noturna. Com relação à Kiss, afirmou que por cerca de quatro vezes, acompanhado de colegas, efetuou vistoria em razão de denúncias de vizinhos, que eram protocoladas na Secretaria de Mobilidade, acrescentando que, no início das atividades da Boate, às reclamações eram frequentes, mas que gradativamente foram diminuindo, acreditando que tenham cessado em virtude do isolamento acústico e da concessão do Alvará

de Localização. Não recordou quantas NAI (notificações) lavrou em relação à Kiss, mas lembrou que por ocasião de suas vistorias a Boate não possuía Alvará de Localização, o que ocasionava nova notificação determinando que o proprietário encerasse as atividades até a devida regularização. Como os proprietários da Kiss não atenderam à determinação, foram multados e, após, a boate foi embargada. Mostradas as NAIs das fls. 42 e 46, reconheceu a sua assinatura nestes documentos. A "NAI" da fl. 42, lavrada em 07/10/2009, foi finalizada, pois nela consta a assinatura do proprietário da Kiss, Alexandre Costa, isso significa que estava apta para ser lançada em dívida. Quanto à NAI da fl. 46, que lavrou no mês de janeiro de 2010, afirmou que o responsável pelo estabelecimento não tomou ciência, pois não consta sua assinatura no documento, portanto a NAI não foi finalizada, não foi enviada para a dívida, e por consequência não foi paga. Acrescentou que até ser finalizada, a NAI não é uma multa, mas sim uma mera expectativa. **A Prefeitura possui um programa informatizado para o lançamento das NAIs**. Após o lançamento a NAI fica em aberto, aguardando a sua finalização, o que ocorre somente quando o infrator toma ciência. Sustentou que de acordo com entendimento do setor, a ciência somente pode ser dada ao proprietário ou responsável direto, a fim de evitar que tenham êxito em eventual recurso. Declarou que, na época da aplicação da NAI da fl. 46, existia um convênio com os Correios para a remessa das NAIs, através de AR, porém como a Kiss funcionava somente à noite, a entrega ficou prejudicada. A NAI não foi entregue pessoalmente pelos fiscais, pois tentaram entregar por diversas vezes, durante operações noturnas, mas o proprietário ou responsável não foi encontrado. Não existe nenhum tipo de controle/comprovante das tentativas de entrega da referida NAI, no caso da Kiss. Informou que tem conhecimento do Código de Posturas e dos Decretos pertinentes a ele, pois era essa a legislação que utilizava no Setor de Posturas. Referiu não ter conhecimento sobre a Lei Complementar nº. 02/2001, Código Tributário, Lei Municipal nº. 5247/2009, Decreto Municipal nº. 32/2010 (que regulamenta o CADIM), Decreto Municipal nº. 32/2006 (que regulamenta a expedição de alvarás), Lei Orgânica de Santa Maria, Decreto Executivo nº. 40/05 (regula a concessão de alvarás). Não trabalha com a concessão de alvarás e, por isso, não sabe exatamente qual seu procedimento, contudo **recordou que é necessário laudo acústico feito por engenheiro credenciado, e Consulta Popular, acreditando que esta seja sinônimo de Estudo de Impacto de Vizinhança**. O Alvará de Localização é emitido apenas uma única vez, mas anualmente o proprietário recolhe taxas para mantê-lo em vigência; a fiscalização é feita por outro setor, que, na época, era a gerência de alvarás da Mobilidade Urbana. Em razão de ser fiscal do Sossego Público, quando fazia as vistorias, tanto na Kiss quanto em outros estabelecimentos, somente se detinha a solicitar o Alvará de Localização, não indagando sobre as demais licenças. Destacou que as outras Secretarias do Município envolvidas em licenciamentos e alvarás possuem quadro próprio de fiscais para desenvolver as atividades fiscalizatórias. **Disse que para a fiscalização importa apenas se existe Alvará de Localização**. Não analisou nenhum documento relacionado ao licenciamento da Kiss, nem participou do processo de licenciamento. Informou que o poder de atuação dos fiscais tem um limite, já

que devem atender uma sequência de atos: notificação e lavratura de até quatro NAIs. Os demais atos, como embargos, são de atribuição do Secretário, que o faz a partir de informações dos fiscais sobre o não cumprimento das notificações. Tem conhecimento que aportou na Secretaria de Mobilidade Urbana um abaixo-assinado de vizinhos da Kiss reclamando do barulho, não sabendo quem protocolou o documento. Entre 2009 e 2013, o chefe do seu setor era Julian Lameira, mas era informal, pois não havia nomeação. Nessa época, acredita que não existia a figura do superintendente; na hierarquia, os superiores eram o Secretário Adjunto, de nome Carlos Eduardo, e o Secretário Sérgio Medeiros. Não houve ingerência de pessoas estranhas ao seu setor para maior ou menor rigorismo nas fiscalizações que realizou e não tem conhecimento de que isso tenha ocorrido em relação a outros fiscais. Não sabe se existiu algum tipo de relação entre Alexandre Costa e Mauro Hofmann com Geovani Mânica. Disse que nada sabe sobre doações de cadeiras da Kiss para a Prefeitura ou para servidores e sobre supostas doações de campanha dos proprietários da Kiss para Marcelo Bisogno.

ALEXANDRE PINZON VARGAS (testemunha – fl. 2199) afirmou que é funcionário público municipal desde o ano de 2000, atuando no setor de fiscalização de trânsito inicialmente. No ano de 2008, passou para o Setor de Posturas e Sossego Público, onde permaneceu até outubro de 2011, quando foi transferido para a Gerência de Trânsito, cargo em que permaneceu até janeiro ou fevereiro de 2013. Posteriormente, foi transferido para Coordenadoria de Terrenos e Edificações, onde permanece. No período em que trabalhou na Secretaria de Mobilidade Urbana, sua atribuição era fiscalizar o sossego público, motivado por denúncias de moradores que reclamavam quanto a problemas de perturbação do sossego por causa do som alto em bares, boates, trailers de lanches rápidos. No seu departamento, existia a fiscalização de alvarás, com a finalidade de arrecadação de tributos, ocasiões em que era verificado se o estabelecimento possuía ou não os alvarás expedidos pelo Município. A fiscalização que realizava era efetuada nos horários em que os estabelecimentos funcionavam, sendo verificado o Alvará de Localização, no qual consta a autorização para exercer a atividade. Era analisado se o estabelecimento estava em funcionamento de acordo com o alvará: horário, atividade e se era permitido ter música ao vivo e/ou som mecânico. Quando chegava aos estabelecimentos, seu costume era solicitar a apresentação do Alvará de Localização. Em regra, não pedia o Alvará Sanitário, pois era de exclusiva competência do Setor de Vigilância Sanitária, mas, conforme o caso, o verificava. No caso de ter o Alvará de Localização, mas não ser permitido ao estabelecimento ter música ao vivo ou som mecânico, era expedida uma notificação para que cessasse a atividade perturbadora do sossego imediatamente. Já se o estabelecimento estava funcionando além do horário previsto em lei, era notificado para cumprir o previsto no alvará e para encerrar as atividades no horário excedente. Se o estabelecimento estava funcionando fora da previsão legal e sem Alvará de Localização, era notificado para que cessasse todas as atividades imediatamente. Nesta notificação, além de cessar as atividades, era solicitado

que o proprietário ou representante do estabelecimento apresentasse o alvará, concedendo determinado prazo de acordo com cada situação, podendo ser de cinco dias, quando o proprietário dizia que o alvará estava com o contador. Se não existia o Alvará de Localização, era para cessar as atividades imediatamente e somente reabrir após a obtenção do alvará. Nas fiscalizações que realizava, somente solicitava o Alvará de Localização e não os demais porque esta autorização somente pode ser emitida quando o estabelecimento possui os outros alvarás e a licença de operação. Referiu não ter conhecimento da Lei Municipal nº. 5247/2009, que criou o CADIM, o Decreto Municipal nº. 32/2010 – regulamenta o CADIM –, o Decreto Executivo nº. 001 de 02 de janeiro de 2008, que Define os Empreendimentos e Atividades que dependerão de elaboração de EIV. Para a obtenção do Alvará de Localização, o proprietário ou o contador deve entrar protocolar na Prefeitura um Requerimento de Inclusão na Secretaria de Finanças, conforme o Decreto nº. 032 de 22 de fevereiro de 2006, munido do Alvará dos Bombeiros, Licença Ambiental, o Alvará Sanitário, o Laudo de Isolamento Acústico e o Estudo de Impacto de Vizinhança. **Não tem conhecimento se a consulta popular faz parte do EIV, mas na sua opinião acredita que sim**. Pensa que o Alvará de Localização seja emitido apenas uma única vez, mas nunca trabalhou no setor. Não sabe qual o procedimento para a renovação do Alvará de Localização. O dever legal de analisar a documentação entregue pelo empreendedor para ser expedido o Alvará de Localização é da Secretaria de Finanças, pelo setor de Cadastro Mobiliário. Não sabe quem tem o dever legal de autorizar a emissão do Alvará de Localização. Acredita que não pode ser realizada a renovação do Alvará de Localização enquanto os pré-requisitos não estiverem regularizados. **Nenhum estabelecimento pode funcionar** (Artigo 190 da Lei Complementar nº. 03 de 22/01/2002, Código de Posturas) **sem autorização do município**. Não analisou nenhum documento e nem participou do processo de licenciamento da Kiss. Quanto aos tributos a serem pagos para obtenção do Alvará de Localização, só tem conhecimento da taxa de vistoria, que é cobrada de ano em ano para a renovação da validade, mas não sabe o valor. Acredita que pode ser expedido ou mantido o Alvará de Localização havendo dívida do imóvel em que o empreendimento vai se instalar ou está instalado. Referiu que quando fiscalizou a Kiss, em agosto ou setembro de 2009, constatou que o estabelecimento não tinha Alvará de Localização, o que perdurou até janeiro de 2010, data da última multa. A fiscalização se deu por causa de denúncias do sossego público, visto que recebiam ligações telefônicas para o Setor de Posturas de moradores do entorno da Kiss e também havia denúncias anônimas ou não, por escrito, protocoladas na Secretaria da Mobilidade: era preenchido um formulário pelo funcionário da secretaria com os dados da denúncia e, a partir daí, também se fiscalizava. Existiam denúncias e havia um abaixo-assinado de perturbação do sossego de moradores vizinhos da Kiss, que estavam sendo incomodados. Em razão disso, o setor de posturas passou a fiscalizar e monitorar a Kiss, notificando para que cessasse as atividades imediatamente, mas como não foi atendido, porque a Boate continuou a funcionar, passaram a aplicar multas. Fiscalizou a Boate, porém não lembra a data. No período em que ocorreram as multas, também houve um embargo

para que a Kiss cessasse as atividades imediatamente, o qual foi realizado pela Secretaria de Mobilidade Urbana. O embargo foi assinado pelo Secretário da época, Sérgio Renato Medeiros, e não foi cumprido pelos proprietários da Kiss. Por isso, passaram a aplicar multas, num total de seis ou sete. As multas são lançadas no sistema informatizado da PMSM, e ficam cadastradas no sistema. Esclareceu que só podem ser finalizadas no sistema com a ciência do proprietário do estabelecimento ou de um responsável que se identifique como tal. Não tem conhecimento de quais andamentos foram dados às multas. Aplicou as penalidades inseridas nas fls. 43 e 44. Afirmou que não necessariamente o fiscal que assina a multa é mesmo que lança no sistema. Nunca emitiu a multa no sistema, visto que não tinha e não tem senha para a emissão de multas. Ouviu falar que a Kiss obteve o Alvará de Localização entre março e abril de 2010. Depois que obteve o Alvará de Localização, não tiveram mais denúncias protocoladas por escrito no Setor de Mobilidade. **Não procurou e não sabe se alguém procurou o Jurídico da Prefeitura para dar orientações do que ainda poderia ser feito para impedir que a Kiss funcionasse de forma irregular e desobedecendo a ordem legal do embargo das atividades**. Não tem lembrança quanto à lavratura do auto de infração NAI 3887803, de 16/12/2009 (fls. 60 e 61) pelo descumprimento da autuação 102 (fls. 36 e 37), que determinava o fim das atividades com aplicação de multa no valor de R$ 1.952,40 (mil novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). Não sabe o que significa “finalizar a multa no sistema”. Não tem conhecimento das Multas de número 38878030, efetuada em 03/12/2009, e 4868303, realizada em 15/01/2010. Não tem ciência se a Consulta Popular é pré-requisito para ser emitido o Alvará de Localização. O cadastro imobiliário é responsável pela análise dos documentos no processo de licenciamento. Não continuaram a fiscalizar a Kiss nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, porque não houve reclamação de sossego público por escrito. Não tem conhecimento se houve alguma interferência na fiscalização da mobilidade urbana por parte de pessoas estranhas ao setor, para maior ou menor rigorismo nas fiscalizações que efetuaram. Não tem conhecimento da relação de Alexandre Costa, Tiago Mutti e Mauro Hoffmann com Giovane Carter Mânica, nem com Marcelo Bisogno e nunca ouviu nenhum tipo de comentário a respeito. Não tem conhecimento de doações de cadeiras da Boate Kiss para a Prefeitura ou para servidores. Nada sabe sobre doações de campanha para Marcelo Bisogno.

SINARA SARASSUA DIETRICH (testemunha – fl. 2207) ingressou no Município no mês de abril de 2000 como Fiscal Municipal II e atuava na Secretaria de Mobilidade Urbana, trabalhando atualmente no Departamento de Trânsito. Desde o final de 2007 até o ano de 2010, atuou no setor de fiscalização de posturas, realizando vistorias em estabelecimentos comerciais, em razão de denúncias de sossego público, momento em que **verificavam o alvará de localização, todavia, não solicitavam os demais alvarás,** mas não soube dizer se por lei seria sua atribuição exigir todos os alvarás. Em relação à Kiss, afirmou que participou de várias vistorias, dizendo, que conforme iam chegando as denúncias à Prefeitura, as vistorias eram

realizadas. As denúncias que ocasionaram as vistorias eram feitas por moradores vizinhos da Boate, por meio telefônico ou pessoalmente, os quais reclamavam do barulho do som produzido, das aglomerações na calçada e também do lixo que espalhavam na rua. Afirmou que as denúncias eram registradas em fichas numeradas e depois arquivadas, por ano, em pastas que recebiam o nome “DENÚNCIAS” e ficavam guardadas em armários existentes no Setor de Posturas. O responsável pelo Setor na época era o fiscal Julian Lameira, e o Secretário era Sérgio Medeiros, e ambos tinham pleno conhecimento das reclamações feitas pelos vizinhos da Kiss. Esclareceu que o controle das denúncias recebidas não era informatizado, e pelo que sabe não eram repassadas para outras Secretarias. Não tem certeza, mas acredita que tenha participado de umas três fiscalizações na Kiss e afirmou que “a parte de rua era visível”: veículos com som alto, lixos na rua, aglomerações e algazarras na calçada. Em razão destas constatações, foram expedidas notificações (NAIs), dando prazo para os proprietários sanarem os problemas e apresentarem Alvará de Localização. Tais notificações provavelmente geraram multas, não sabendo maiores detalhes, pois, apesar das multas serem lavradas no setor em que trabalhava, era atribuição de outras pessoas, não existindo um servidor fixo para essa atividade. Tem conhecimento sobre a existência de legislações que eram utilizadas no setor, não sabendo os números destas leis, mas quando ocorriam dúvidas eram sanadas através de consultas a legislação e de troca de informações entre colegas mais experientes. Não sabe se Marcos Biermann tinha conhecimento das reclamações dos vizinhos. Recordou que no seu setor foi entregue um abaixo-assinado de moradores inconformados com o barulho. Acredita que tenha sido encaminhado ao Secretário de Mobilidade (Sérgio Medeiros), devido à dimensão do problema. **De acordo com a legislação, os estabelecimentos não podem funcionar sem Alvará de Localização.** Caso um estabelecimento esteja funcionando sem alvará de localização deve ser notificado e multado; não atendido, acredita que seja embargado. O dever legal de embargar é do Secretário de Mobilidade Urbana, depois de cientificado pelos fiscais sobre as irregularidades. Acredita que seja obrigatória a vistoria no local para emissão do Alvará de Localização. Não analisou nenhum documento relacionado ao licenciamento da Kiss, nem participou de seu processo de licenciamento, assim como não emitiu licenças ou autorizações. No seu entender, estando a Kiss embargada, não poderia ter continuado funcionando, mas não sabe qual é o procedimento que deveria ter sido adotado. Quanto à NAI 3887803 (fl. 60), não participou do processo, todavia, pelo conhecimento que possui, **o fato de não ser localizado o infrator não pode ser impeditivo para a aplicação de penalidade**. **Acrescentou que já fez entregas de multas para infratores, e quando não os encontrava, o documento era entregue para um responsável**. Em seu setor, costumavam encaminhar notificações por AR, não recordando se multas também eram encaminhadas por esse meio. No seu entender, a Kiss não poderia funcionar estando com algum alvará ou licença vencida, e que o procedimento seria notificação e multa. Não houve ingerência de pessoas estranhas ao setor para maior ou menor rigorismo nas fiscalizações que realizou, e não tem conhecimento que isso tenha ocorrido em relação a outros

fiscais. Não conhece e não sabe se existia algum tipo de relação entre Alexandre Costa e Mauro Hofmann com Geovani Mânica, mas havia comentários de que os três eram amigos. Nada sabe sobre doações de cadeiras da Kiss para a Prefeitura ou para servidores, bem como sobre supostas doações de campanha dos proprietários da Kiss para Marcelo Bisogno.

IDIANES FLORES DA SILVA (fls. 2211-2219) informou que é funcionária pública desde o ano de 2000; atuou no setor de fiscalização trânsito e no ano de 2008 passou para o Setor de Posturas e Sossego Público. Tem atribuição de fiscalizar o sossego público (por meio de denúncias de moradores), o comércio ambulante, os camelôs no Shopping Popular, os estabelecimentos (sejam fixos ou móveis) que fazem e vendem lanches rápidos para a população, autorizar os mais diversos tipos eventos em locais públicos, bares e boates que funcionam no horário noturno, fiscalizar o horário de funcionamento, se há música ao vivo e/ou som mecânico. A fiscalização é realizada no estabelecimento no horário de seu respectivo funcionamento, sendo verificado o Alvará de Localização, bem como se a atividade está de acordo com o constante no alvará. Se constatassem alguma irregularidade no Alvará de Localização, notificavam para que dentro de um prazo de 15 a 20 dias, fosse providenciada a regularização. **Não tinha o hábito de solicitar a apresentação da Licença Operacional ou do Alvará Sanitário**. Em 2013 ocorreu uma reforma administrativa unificando a fiscalização, pois um único fiscal vistoria a validade de todos os alvarás. Afirmou não ter conhecimento da Lei Complementar nº. 02/2001 (Código Tributário Municipal) e do Decreto Municipal nº. 032/06. Não tem conhecimento de todos os requisitos para expedição do Alvará de Localização, mas sabe que deve possuir Alvará dos Bombeiros, Alvará Sanitário, ter constituída pessoa jurídica. Cabe ao setor de Cadastro Imobiliário analisar a documentação entregue pelo empreendedor para ser expedido o Alvará de Localização. Para a renovação é feita uma vistoria, e, posteriormente, emite-se uma taxa para a renovação; efetuado o pagamento da taxa, o alvará está renovado. **O Alvará de Localização não pode ser emitido estando os pré-requisitos previsto no Decreto nº. 32/06 vencidos ou faltantes**. **De acordo com a legislação um estabelecimento não pode funcionar sem autorização do município.** Não analisou nenhum documento e nem participou do processo de licenciamento da Kiss. A fiscalização da Kiss iniciou-se devido a denúncias e reclamações de moradores destinadas a Secretaria de Mobilidade Urbana, denúncias estas feita por telefone (havia uma secretária eletrônica que gravava as reclamações dos moradores) e por escrito. Esteve na Kiss em agosto de 2009, ocasião em que efetuou a primeira notificação para a Boate cessar as atividades, visto que estava em funcionamento sem as devidas licenças, contudo o estabelecimento descumpriu a notificação, ocasionando o início do processo das multas. Foi autora de duas multas de um total de seis, sendo que todas determinavam que a Boate cumprisse a notificação ou cessasse as atividades. Também, no mesmo período a Boate foi embargada pelo Secretário da época, Sérgio Renato Medeiros, determinando que cessasse as atividades imediatamente.

Referiu que as multas são encaminhadas para outro setor da Secretaria de Mobilidade Urbana para iniciar um processo administrativo. As multas que aplicou estão nas fls. 36, 41 e 45. Depois que uma multa é lançada no sistema, passa a constar sempre no CNPJ da empresa. Se a empresa não está inscrita no Cadastro de Contribuintes do Município, a multa será inserida no número do CNPJ, e se não tiver este, a multa vai para o CPF do responsável. A multa que aplicou na Kiss foi cadastrada no CNPJ, pois não estava registrada no Cadastro do Município, razão pela qual o número do Cadastro na notificação da fl. 36 está em branco. Quando a Kiss efetuou o cadastro, suas multas passaram também a constar no cadastro. Toda a movimentação fica registrada no Sistema Informatizado da Prefeitura, destacando que cada pessoa tem uma senha pessoal. Não tem conhecimento por que mesmo embargada a Kiss continuou funcionando sem Alvará de Localização. Asseverou que tudo o que poderia ter sido realizado para impedir que a Kiss funcionasse foi feito. Não tem conhecimento se foi procurado o Jurídico da Prefeitura para dar orientações do que ainda poderia ser feito para impedir que a Kiss funcionasse de forma irregular e desobedecendo a ordem legal. **Não tem conhecimento se a Consulta Popular faz parte do EIV, mas sabe que a Consulta Popular é pré-requisito para ser emitido o Alvará de Localização.** Afirmou que em razão do fato de não haver reclamação de sossego público não continuaram a fiscalizar a Kiss nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Depois que eles regularizaram a situação perante a Prefeitura, não teve mais conhecimento de denúncias de perturbação do sossego. Não tinha conhecimento de que havia um abaixo-assinado contra o funcionamento da Kiss, bem como de que tenha ocorrido alguma interferência na fiscalização da mobilidade urbana por parte de pessoas estranhas ao setor para maior ou menor rigorismo nas fiscalizações. Nunca ouviu falar que Alexandre Costa, Tiago Mutti e Mauro Hoffmann tinham alguma relação com Giovane Carter Mânica ou Marcelo Bisogno. Não tem conhecimento de doações de cadeiras da Kiss para a Prefeitura ou para servidores. Nada sabe sobre doações de campanha para o Marcelo Bisogno.

IDIANES FLORES DA SILVA (fl. 2422 – reinquirição) informou que as denúncias normalmente são recebidas por telefone ou pessoalmente, não existindo um servidor específico para esse fim, salientando que o servidor que estiver no local recebe a denúncia e a registra em um formulário próprio. Na época (2009) não eram dados números de protocolos para as denúncias. Após, esse servidor deveria colocar a denúncia em uma pasta arquivo e encaminhar para a demanda. Em 2009 o Fiscal Julian Lameira fazia a escala dos fiscais, e distribuía as demandas, recebia os relatórios das fiscalizações efetuadas e as repassava para o Secretário Sérgio Medeiros. Quanto a Kiss foram denúncias de moradores vizinhos que ensejaram as fiscalizações, mas elas cessaram após a boate ter conseguido o Alvará de Localização. Após a constatação do descumprimento de uma notificação são emitidas as multas. O trabalho de fiscalização é feito no mínimo por dois fiscais, que fazem um relatório e, após, lançam a NAI no Sistema. Após sua impressão, é assinada por um dos fiscais que participou da fiscalização e encaminhada, através de AR, para o contribuinte tomar ciência. A partir da

ciência abre-se o prazo recursal de trinta dias. Se os Correios não conseguirem entregar o AR, a multa entra na demanda dos fiscais para que façam a entrega pessoalmente. Em relação à Kiss, disse que das duas multas que aplicou, uma delas tem certeza que foi por AR, não lembrando quanto a outra. Destacou que o Código de Posturas do Município prevê que se o empreendimento não atender a Notificação deverá ser aplicada uma multa, o que pode ocorrer em até duas reincidências. Após a terceira multa aplicada, foi encaminhado para embargo. Como não foi cumprido o embargo, os fiscais continuaram a multar. As multas são vinculadas ao CNPJ da empresa, proporcionando que os fiscais possam consultar se há reincidência. Não sabe informar se esse tipo de consulta pode ser feita por fiscais de outras Secretarias. Quanto a NAI 48683030, no valor de R$3.904,80, aplicada a Santo Entretenimento em 10/01/2010 e lançada no Sistema em 15/01/2010, sem mais nenhuma providência, conforme documentos de fls. 46 e 53, não sabe se estava no grupo de fiscais que aplicou a multa e também não sabe informar o que aconteceu, mas acredita que o proprietário não tenha sido notificado. **Não é comum as multas não serem fechadas por falta de ciência dos autuados, sendo que foi a primeira vez que se deparou com essa situação**. Quanto às formas de cientificar o autuado, diz que são: pessoalmente, AR e por edital, acrescentando que esta última forma (edital) a depoente nunca viu ser utilizada. Afirmou que em 2009 fez alguns lançamentos das NAIs no Sistema e encaminhou-as por AR, mas que qualquer fiscal poderia fazer isto. Nunca recebeu ingerência de qualquer pessoa para multar ou não algum estabelecimento comercial, e não tem conhecimento de que isso tenha ocorrido em relação a seus colegas.

Foi feito o termo de juntada dos documentos fornecidos pela Engenheira Civil Lusiany Colusso Barnewitz (fls. 2226 – 2242).

MIGUEL CAETANO PASSINI (testemunha - fl. 2243) declarou que foi Secretário Adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana de julho de 2010 até abril de 2012, quando passou a ser Secretário da pasta. Quanto aos pareceres de fls. 68/69 e 73/74 foram feitos pela Auditora Silvana Baldissera, bem como a análise documental referentes aos mesmos, mas a assinatura é sua. O papel do Secretário é de gestão, assinatura de alguns documentos com base na análise feita por alguns responsáveis. Sabe da existência, mas alegou não ter conhecimento do Código de Posturas do Município, da Lei Municipal nº. 5189/2009, Decreto Municipal nº 32/2006 e da Lei Orgânica do Município de Santa Maria. O Alvará de Localização é emitido pela Secretaria de Fianças, por isso não tem pleno conhecimento do seu trâmite, mas afirmou que **nenhum estabelecimento pode funcionar sem o Alvará de Localização**, contudo, caso isto ocorra, ensejará notificações, multas e encerramento das atividades. Não participou de nenhuma análise documental referente a Boate Kiss, não promoveu, nem determinou nenhuma fiscalização ou vistoria na Boate Kiss entre 2009 a 2013, não aplicou nenhuma penalidade à Boate. Não teve conhecimento quanto a reclamações de vizinhos referente à Kiss. O Memorando de fls. 486-490 refere-se a uma fiscalização

integrada feita pelas Secretarias de Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Mobilidade, a pedido do Ministério Público. Disse que cabe ao fiscal promover a notificação para cessar a atividade e aplicar as multas. No caso de descumprimento, cabe ao fiscal comunicar ao Superintendente de Fiscalização que decidirá quanto a aplicar multas ou o lacre do local. Se houver um novo descumprimento **cabe ao Superintendente comunicar a procuradoria do Município para tomar as medidas judiciais cabíveis**. **Cabe ao fiscal verificar a validade do Alvará de Localização, bem como os demais alvarás**. Se houver pré-requisitos não atendidos incumbe ao fiscal noticiar o Superintendente para que este comunique a Secretaria respectiva.

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (testemunha - fl. 2253) informou que trabalha na PMSM desde abril de 2002. Até março de 2010, laborou no setor de análise de projetos, quando foi transferido para o Setor de Fiscalização de Obras Públicas na Secretaria de Infraestrutura. Em agosto de 2013, retornou para o setor de análise de projetos, onde analisa projetos arquitetônicos (tanto na esfera pública quanto na seara privada), concede Alvará de Licença para Construção, Alvará de Licença para Reforma (com ou sem aumento de área), emite certidões relativas a imóveis cadastrados na PMSM sob os mais diversos assuntos (tramitação de projetos, se existe carta de habite-se no respectivo imóvel, certidão de viabilidade para construção, certidão de troca de responsável técnico, certidão de troca de proprietário do imóvel, Certidão de Uso e Zoneamento do Solo, certidão de inscrição profissional, certidão a critério do requerente e outras que não lembra). Na central de análise e aprovação de projetos, existe um outro setor, denominado Setor de Vistorias, encarregado de emitir as Informações Urbanísticas apreciar projeto de remembramento, desmembramento, vistoria para carta de habite-se (no caso de obra nova; se for reforma, o setor emite a Certidão de Conclusão de Reforma), certidão de número oficial, certidão da área de preservação permanente que incida sobre lote e certidões diversas. O setor de análise de projetos e de vistoria possui o setor de protocolo, no qual são encaminhados e disponibilizados os requerimentos, sendo que o setor administrativo é que faz o protocolo dos requerimentos, enviando-os para o setor de arquivo, a fim de que seja juntado ao requerimento para que o profissional técnico da PMSM tenha em mãos todos os documentos referentes à história do imóvel e, assim, possa realizar uma análise do requerimento. Conforme o pedido no requerimento, após a anexação dos documentos do arquivo (envelopes), é realizada uma triagem no arquivo para ver se os documentos vão para o setor de análise de projetos ou para setor de vistorias. Após a análise do processo pelo setor competente, o envelope com os dados do imóvel retorna para o setor de arquivo e o requerimento vai para a emissão de documentos, setor denominado de Expediente, a fim de haja a elaboração do documento solicitado no Requerimento ou a informação das exigências e/ou restrições no processo. Sendo emitido o documento, o requerimento retorna para o técnico que examinou o requerimento, para a assinatura do documento oficial emitido PMSM no setor de Expediente, que faz a digitação para que o responsável técnico possa assinar. Após, o documento vai para a chefia assinar, podendo

ser o Superintendente ou o Secretário da pasta. A seguir, o processo é disponibilizado para a retirada no setor de protocolo. Referente à analise de projetos da reforma do prédio localizado na Rua dos Andradas, nº. 1935 (prédio da Kiss), analisou o projeto de reforma, documento de fl. 1397 do VII Volume, acerca do qual afirmou que é relativo ao pedido de aprovação de projeto de reforma sem ampliação de área, conforme número do protocolo 21399/09, em que entendeu que havia 29 restrições para o projeto ser aprovado: havia questões documentais para anexar (contrato de locação em via original ou autenticada) e necessidade de atendimento de normas de segurança (as saídas de emergência e acessibilidade de portadores de necessidades especiais), código de obras e edificações, apresentação de uma Certidão de Conclusão de Reforma que havia ocorrido no ano de 2003, época em que funcionava o Cursinho Pré-Vestibular G10, o qual não deu entrada no pedido de Conclusão da Reforma que havia feito. Na sequência, o projeto foi encaminhado ao Escritório da Cidade para análise e parecer, pois o imóvel está situado em Zona 02 da Lei de Uso e Ocupação do Solo (obrigatoriamente todos os processos da zona 02 têm que passar pela análise do EC, atualmente Instituto de Planejamento). Analisado pelo EC, foi definido que era necessária a anexação do Estudo de Impacto de Vizinhança, considerando principalmente a questão de isolamento acústico, trânsito e estacionamentos, ou seja, foi o Escritório da Cidade que pediu o EIV e que fez a análise do documento solicitado. O processo foi disponibilizado para os requerentes em 24/08/2009, sendo retirado em 17/09/2009. **Disse que o EIV é prévio ao empreendimento,** pois é um estudo que é realizado antes da implementação do estabelecimento no local previsto e os impactos que vão gerar com o seu funcionamento. No tocante ao sossego público, a Consulta Popular só pode ser realizada após o início das atividades do estabelecimento, porque antes de iniciar a atividade os vizinhos não têm parâmetro da intensidade do ruído emitido pelo empreendimento. Na fl. 1405 do VIII Volume, está inserido um Requerimento de aprovação de projeto conforme o nº de protocolo 27562/09, e na fl. 1407 do VIII Volume, estão descritas 13 restrições que fez e que são de ordem técnica e de contrariedade à legislação ou de inobservância desta (NBR, saídas de emergência, acessibilidade e a necessidade de apresentar a certidão de conclusão de reforma). Ao analisar este projeto, realizou uma anotação para que se vinculasse com o projeto do protocolo nº. 21399/09, visto este projeto estava para retornar e entraram com um novo protocolo, e coincidentemente foi designado para que analisasse e pudesse fazer o vínculo com o primeiro projeto. Na sequência, encaminhou para o EC, a fim de que procedesse a análise do EIV, visto que estava anexado ao processo e o imóvel estava situado na Zona 02. Após a verificação do EC, foi emitido o Ofício nº. 705/EC/2009 e o processo foi retirado em 28/12/2009, sendo que retornou para análise em 07/01/2010. Conforme fl. 1406, reavaliou o projeto, ocasião em que constatou que havia oito restrições quanto ao projeto de norma técnicas de representação gráfica, de normas de segurança (saída de emergência e acessibilidade), falta da Certidão de Conclusão de Reforma do G10 que estava em aberta, além das exigências contidas no Ofício nº. 705/EC/2009, que era apresentação do contrato de locação de vagas de garagem e laudo de

isolamento acústico. O projeto foi retirado em 09/02/2010 e retornou em 02/03/2010, quando foi analisado novamente, sendo constatadas seis restrições que continuavam faltando: Certidão de Conclusão de Reforma, requisitos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Foi encaminhado ao EC para análise de documentos relativos às exigências contidas no Ofício nº. 705/EC/2009. Em 06/04/2010, o EC se manifestou declinando que "os níveis de ruído estavam de acordo", restando a necessidade de ser apresentado o contrato de locação das vagas de estacionamento. Destacou que em março de 2010 foi removido de setor. A arquiteta NIVIA BEATRIZ disponibilizou o projeto para os requerentes, em 07/04/2010, ocasião em que apontou as exigências discriminadas nos itens 22 a 26 (ausência da certidão de conclusão de reforma, falta de requisitos de acessibilidade e restrição a desenho técnico do projeto, além da apresentação do contrato de vagas de estacionamento assinado por ambas as partes). **O processo não foi retirado da Prefeitura**. No primeiro depoimento prestado na 1ª Delegacia de Polícia referente ao incêndio, somente se reportou ao protocolo de nº. 21399/09, porque era o único requerimento que estava no arquivo da Secretaria relativo à aprovação da Kiss, pois até então, não havia lembrado do protocolo nº. 27562/09, porque ainda estava no setor de protocolo de projetos da Secretaria de Mobilidade Urbana para ser retirado pelos requerentes. Disse que o Habite-se é emitido somente para obras novas e uma única vez, para que não seja duplicada a área construída do imóvel no Cartório de Registro de Imóvel e nem no Setor do IPTU da PMSM. No caso do prédio que foi utilizado pela Kiss, não havia a Certidão de Conclusão de Obra e, por isso, não poderia funcionar naquele local. A previsão legal é o Habite-se, que está previsto no Código de Obras e Edificações do Município, o uso da Certidão de Conclusão de Reforma seria um direito costumeiro do município, porque faz parte da praxe administrativa há vários anos, com a finalidade de evitar a duplicidade de área, caso fosse emitida nova carta de habitação. O Código de Obras diz que nenhuma edificação pode ser habitada sem a respectiva "carta de habite-se". Era competência da Secretaria de Mobilidade Urbana e do setor em que trabalhava, análise de projetos, que tinham o dever legal de autorizar a emissão de alvará para reformas. Os alvarás de reformas são analisados pelo técnico que verifica o processo e pela chefia, podendo ser o superintendente, diretor ou secretário. **Legalmente, não pode ser realizada uma obra sem licença municipal**, com base no código de obras e de edificações. Caso uma obra seja iniciada sem licença, cabe ao Setor de Fiscalização de Patrimônio, que atualmente está inserido na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o poder legal de aplicar multas e embargar obras irregulares, não sabendo com certeza se o fiscal tem o poder para embargar a obra. Acredita que pode ser emitido alvará de reforma para um imóvel em que o proprietário possua dívidas com o Município ou o imóvel tenha débitos de IPTU em dívida ativa, visto que esta restrição não é verificada na aprovação do projeto. Afirmou que o setor de arquivo tem o controle dos imóveis pela numeração do IPTU, pelo endereço do imóvel, nome da rua e numeral do prédio, ou, ainda, pelo nome do proprietário; estas são as três maneiras pelas quais o setor de arquivo faz o controle, sendo que as pastas recebem uma

numeração conforme o programa CP (Controle de Projetos), onde são inseridos estes dados (nome do proprietário, endereço do imóvel e número do IPTU), sendo que o programa automaticamente fornece um número para este arquivo. **Ao que tem conhecimento, qualquer pessoa pode acessar o programa do arquivo, desde que possua uma senha**. Para criar um novo arquivo no programa CP da PMSM, para inserir, modificar ou deletar informações, o servidor tem que possuir uma senha individual que permita tais ações e, pelo que sabe, este tipo de senha é restrita. A pessoa responsável pelas senhas de acesso ao sistema é a servidora FABIANA COMASSETO COPETTI. **Afirmou não ser correto um mesmo imóvel possuir dois números de arquivo, porque o imóvel é único e em uma única pasta devem constar todos os documentos relativos àquele imóvel**. Não analisou documentos relacionados (pré-requisitos) a licenciamento da Kiss para a emissão de alvarás (de localização, sanitário e nem de licenças operacionais). Não teve conhecimento sobre reclamações de vizinhos sobre a Boate Kiss. Ao que recorda, a Boate Kiss não teve nenhum projeto arquitetônico aprovado por servidores da PMSM.

JULIO CESAR REBELATO (testemunha – fl. 2267) informou que é funcionário público municipal desde 07/02/1983. Atualmente está lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, antiga Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana, setor de Superintendência de Análise de Projetos e Vistorias, tendo como atividade a análise de parcelamento de solo. A vistoria consiste em fornecer as cartas de Habitação, Licença de Demolição de Imóvel, Certidão de Demolição do Imóvel (é o encerramento da Licença para Demolição), no qual o proprietário usa para dar baixa da edificação junto ao setor do IPTU da PMSM e junto ao CRI, visto que muitas vezes o que está lançado no IPTU não é a mesma área lançada no CRI. Fornece certidão de numeração oficial, licença para abertura de vala para ligação de água e de esgoto, certidão de imóveis rurais para fins de localização. Informou que é sua a assinatura constante na fl. 910 e verso. Esclareceu que se trata de um requerimento assinado pela engenheira civil SIRLEI BEVILÁQUA, como responsável técnica e, como requerente proprietária a empresa Eccon Empreendimentos, solicitando a aprovação do projeto de reforma no local onde funcionava a Escola G10. O requerimento era um pedido de uma Certidão de Conclusão de Reforma datado de 10/02/2010. Indeferiu o pedido, pois no local já estava instalada a boate, ou seja, não existia mais o colégio. O imóvel onde funcionou a Kiss não possuía certidão de conclusão de reforma. Esclareceu que no momento em que existe um projeto de reforma aprovado e licenciado, é emitida a “Certidão de Conclusão de Reforma”. Contudo, não está prevista no Código de Obras e de Edificações do Município (Lei Complementar nº. 70/2009). Disse que há alguns anos (05 a 07), a PMSM utiliza este procedimento para demonstrar que a reforma foi executa de acordo com o projeto e que o mesmo foi vistoriado e aprovado pelos técnicos do setor. Sem a Certidão de Conclusão de Reforma, o imóvel não pode ser legalmente utilizado para a habitação e nem para o comércio. Esclarece que no Código de Obras e de Edificações é previsto o “Habite-se”, documento fornecido pela PMSM

somente para obras novas, ou seja, não é fornecido para reformas, não ocorrendo assim a duplicação da área no cadastro do IPTU. Quando é emitida a carta de habitação, o setor administrativo da Superintendência de Desenvolvimento Urbano da PMSM é obrigado a encaminhar, via sistema eletrônico da internet, os dados da edificação para a Receita Federal cobrar o valor de INSS (contribuição previdenciária dos trabalhadores da construção civil que trabalharam na obra de edificação) do proprietário da obra. Quanto ao imóvel da Kiss, o correto seria que em 2003 ou 2004, quando terminou a reforma do G10, os proprietários terem ingressado com o pedido de Certidão de Conclusão de Reforma na PMSM para finalizar o processo. Sustentou que não tinha conhecimento da notificação nº. 12738, de 07/07/2009 (fl. 489) e do embargo nº. 253, de 07/07/2009 (fl. 1490), pois em 2009 quem fiscalizava era a Secretaria de Finanças. **Quando uma obra é embargada, deve parar as atividades imediatamente. Se o proprietário não atender a determinação legal, entende que o responsável pelo setor de fiscalização deve procurar a Procuradoria Jurídica do Município para que este setor tome as medidas pertinentes para se fazer cumprir a ordem legal**. Reconhece como sua e do colega Marcos Vinicius Moraes as assinaturas constantes nos documentos de fls. 916 e seguintes, e 922 - Certidão de nº. 501/10, que autorizou a mudança de número do imóvel da Kiss de 1925 para 1935. Houve um requerimento solicitando a mudança de numeração predial, sendo que na fl. 917 estão citadas as razões para a solicitação e os documentos comprobatórios para instruir a solicitação. Foi emitida a certidão de numeração oficial para que uniformizasse os documentos. No contrato de Locação da Eccon com Alexandre Costa e Tiago Mutti, constava somente a numeração quanto ao imóvel localizado na Rua dos Andradas nº. 1925, pois era a numeração da loja; a numeração do pavilhão possivelmente era o 1935. Acredita que a razão do pedido para a mudança de número era “não termos conseguido ainda protocolar o Alvará de Localização por haver esta divergência entre os números” (fl. 917), pois deveria haver documentos com a numeração 1925 e 1935, sendo necessários que todos os documentos referentes ao estabelecimento tivessem somente uma numeração. O contrato de locação englobava os dois imóveis, a loja e o pavilhão. Cada imóvel possui o seu arquivo no Setor de Arquivo da PMSM, com uma numeração que vai em um envelope dentro de uma caixa de papelão, com vários arquivos; a caixa possui uma numeração que fica em uma prateleira, em ordem numérica para fácil localização. Para localizar um determinado imóvel no arquivo, existem três maneiras: pode ser digitado no sistema CP da PMSM o número do IPTU, nome do proprietário e o endereço (nome da rua e numeral do prédio), e meios outros menos utilizados para localizar a caixa e o arquivo. Quando ocorre a mudança de numeração oficial de uma edificação, ela deve permanecer dentro do mesmo arquivo porque é toda a história do imóvel. **Um arquivo novo só poderia ser criado com um novo imóvel**. A pessoa encarregada da parte administrativa é a FABIANA COPETTE. Não existe uma pessoa específica para a criação de novos arquivos, sendo competência de quem trabalha no setor administrativo. Acredita que o embargo feito em 07/07/2009 (fl. 1490) não

é um impedimento para a mudança de número oficial. Quando ocorre uma mudança de numeração, nem sempre o local é vistoriado e fiscalizado.

CARLOS FERNANDO MOURA FLORES (testemunha - fl. 2270) afirmou que é funcionário do município desde 1989, como CC. Em 1993, realizou concurso público, tendo sido efetivado como engenheiro civil em 1996, ocasião em que começou a atuar na Secretaria de Obras, posteriormente Secretaria de Município de Controle e Mobilidade Urbana, e depois tal Secretaria passou a chamar-se Secretaria de Desenvolvimento Urbano. A sua função é realizar informações urbanísticas (alinhamento), Certidões em geral (de número, abertura de valas, licença para demolição, etc.) e também processos que envolvam o uso e ocupação do solo urbano, ou seja, o parcelamento do solo. Além disso, faz parte da Comissão de avaliações de imóveis pelo município. Em relação à Kiss, recorda-se de ter concedido informação urbanística (alinhamento) e também licença para abertura de vala e concessão de número oficial. Afirmou que na certidão nº 2070/09, de 01/07/2009, atribuiu-se oficialmente o número 1935 ao imóvel da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria, posteriormente utilizado pela Kiss. Explicou que ao analisar o número do lote lindeiro, ao leste, verificou que possuía o número predial 1945. Logo, considerando uma testada mínima de dez metros, pela lógica e com base legal, atribuiu o número 1935 ao imóvel. Acrescentou que o lote da Kiss possuía mais de dez metros, porém por ser imediato ao lote 1945, atribuiu o número 1935. Salientou que a matrícula 90.082, fl. 836, cita o lote “A” com uma metragem de 639,71 metros quadrados, imóvel ao qual atribuiu o número 1935, assim como cita o imóvel com prédio residencial número 1945 ao leste e a oeste com o lote B, que contém um pavimento térreo de alvenaria de 638,25 metros quadrados. Analisando a licença 1497/2009 (fl. 911), consta como local autorizado para a reforma do prédio da Rua dos Andradas, com área de 638,25m quadrados, tratando-se do lote “B”. Não sabe informar qual a numeração era utilizada anteriormente no imóvel. O procedimento para numeração oficial tem início a partir de uma solicitação do proprietário ou possuidor portando cópia do título de propriedade (Registro do Imóvel), mediante pagamento de uma taxa. Após, é realizada uma vistoria no local, seja para numeração oficial ou abertura de vala. Afirmou que em todo e qualquer procedimento protocolar é feita vistoria por necessidade e previsão legal, não sabendo informar a legislação. Para este tipo de procedimento, são construídos roteiros para que o pessoal do setor de análise de projetos proceda à vistoria com base na prioridade de entrada. As pessoas que geralmente fazem estas vistorias são os servidores Alan Carlos Soares Da Silva, Carlos (Carlão) e um motorista. Não tem conhecimento sobre a troca de numeração 1935 para 1925 do imóvel da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria Ltda., assim como não manuseou documentos relativos ao processo de troca de numeração. Sobre o sistema de arquivamento, aduziu que é feito em uma caixa, onde os processos devem ficar unificados a fim de evitar equívocos. **Afirmou que a documentação relativa ao 1925 deveria estar junto com a 1935.** Nunca fez nenhum tipo de vistoria no imóvel de propriedade da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria Ltda. Sobre o

fato de a certidão de numeração oficial nº 2070/09 (fl. 839) e a licença para abertura de vala nº 842/09 (fl. 840) terem sito feitas no dia 01/07/2009, e no dia 07/07/2009, foi lavrado o Embargo de Obra nº 253 (fl. 1490), por fazer reforma sem licença municipal, declarou que Alan procedeu à inspeção do local, porém não recorda se ele mencionou o fato de estarem sendo feitas obras no imóvel. Sustentou que emitiria a Certidão de Numeração Oficial mesmo existindo uma obra irregular em andamento, com autuação por ser iniciada sem licença. Perguntado se havendo uma obra irregular no imóvel, sem licença, e com base nisso emitido um embargo para este imóvel, poderia ser feita uma troca de numeração, respondeu que entende serem situações diferentes, a emissão de certidão oficial e a troca de numeração: **a emissão de certidão de numeração oficial trata-se de uma informação acerca do imóvel, porém a troca de número é um processo, o qual entende não ser possível de ser realizado havendo embargo no imóvel**. **Não autorizaria a troca de numeração existindo um embargo no imóvel requerente, porque o embargo significa que a obra deve estar paralisada, pois existe algum problema relativo a projeto, devendo obrigatoriamente verificar a situação, uma vez se trata de uma anormalidade quanto ao imóvel**. **Defendeu que em razão da falta da certidão de obra do G10, a Kiss não poderia ter se instalado e realizado obras, pois tinha um processo em aberto**. Não houve ingerência de qualquer natureza em relação aos documentos que emitiu na presente investigação. Referiu que na vistoria é analisado se a obra realizada corresponde ao projeto aprovado e licenciado pelo município, mas não são observados os documentos relativos ao licenciamento. **Disse que pode ocorrer de um embargo não chegar ao conhecimento do seu setor; contudo, referente à Kiss, era de conhecimento geral, no âmbito de seu setor, que havia obra sendo realizada em desacordo com a legislação municipal**. Alegou desconhecer eventuais relações entre Alexandre Costa, Tiago Mutti e Mauro Hofmann com servidores municipais, bem como supostas doações de cadeiras.

Foi recebido o Ofício nº. 658/2013 do CREA, em resposta ao Ofício nº. 658/2013 (fl. 2274).

Foi encaminhado o Ofício nº. 1282/2013 ao Prefeito Municipal (fl. 1282/2013).

MARILENE PEREIRA DA CRUZ (testemunha - fl. 2283) afirmou de antes do ano de 2009 já trabalhava como Superintendente de Receitas até a presente data, por ser funcionária de carreira recebia uma FG - Função Gratificada - pela função, que no dia primeiro de dezembro foi aposentada, todavia retornou a mesma função na condição de cargo em comissão. Relatou que a Superintendência tem por finalidade básica gerenciar a receita municipal e transferências, através dos processos de arrecadação e de programas de recuperação de receitas, voltado a contribuintes inadimplentes. A superintendência é divida em setores, sendo eles IPTU e ITBI, Gerencia de Fiscalização Tributária (ISS e Cadastro Mobiliário e Imobiliário), Gerencia de Arrecadação (ICMS, Dívida Ativa e ITR). A **equipe de Cadastro**

Mobiliário e Imobiliário está subordinada a gerência de fiscalização tributária, sendo que essa Equipe **é responsável pela emissão do Alvará de Localização**. No que diz respeito ao processo de licenciamento de estabelecimentos comerciais, referiu que não passa pelo superintendente de receitas, ficando este processo em nível de Gerência, no caso em 2010 o responsável pela Gerência de Fiscalização Tributária era José Luiz Serafini Godoi, sendo que a Equipe de Cadastro Mobiliário e Imobiliário, onde em 2010 o responsável era Marcos Vinicius Bierman. Para obtenção de um Alvará de Localização para uma boate, o empreendedor deve apresentar toda a documentação no Cadastro Mobiliário e Imobiliário, onde inicialmente é feito uma conferência da com a relação de documentos entregues, ou seja, se todos os documentos exigidos estão de acordo com o Decreto nº. 32/2006. Posteriormente a documentação é repassada a outros servidores do setor que fazem a análise minuciosa. No caso da documentação relativa ao Alvará de Localização emitido em 2010 para a Kiss, os servidores que fizeram a apreciação na época foram Marcos Vinicius Bierman e Sandra Portela. Disse que se a documentação estiver correta, é agendada uma vistoria no local para verificar se as informações apresentadas pelo contribuinte e o endereço estão certos. No caso da Kiss, a vistoria foi feita pela fiscal Isabel Cristina Alfaro. Na sequência do processo de licenciamento, estando tudo certo na vistoria a mesma retorna e é anexa ao processo e o servidor que esta analisando a documentação emite o alvará. **Afirmou que se estiver faltando algum dos pré-requisitos para emissão do Alvará de Localização esse não pode ser expedido e um estabelecimento não pode funcionar sem Alvará de Localização**. Perguntada se um estabelecimento pode funcionar com algum dos pré-requisitos do Alvará de Localização vencidos, respondeu que todos os anos são feita vistorias e nessas são verificadas se as condições para funcionamento se mantém, dentre elas os pré-requisitos para expedição do Alvará de Localização, no caso em questão devem ser verificadas pelos fiscais as licenças do estabelecimento e as condições do local. Salientou que a emissão inicial do Alvará compete a Equipe de Cadastro Mobiliário e Imobiliário, porém após a emissão do Alvará de Localização a fiscalização compete a Secretaria de Mobilidade Urbana. Segundo a legislação não estando as condições regulares o contribuinte tem o prazo de até trinta dias para regularizar a situação, sendo notificado e esta poderá ser prorrogada por mais trinta dias, no máximo, mediante justificativa, porém se não regularizar mesmo assim é aplicada multa. Multado o contribuinte é estabelecido um prazo máximo de trinta dias para apresentar defesa e após analise do recurso, se deferido o recurso a multa pode ser cancelada, em caso de indeferimento a multa é expedida com prazo para o contribuinte recolher e atender a infração. **Em caso de descumprimento deve ser fechado ou embargado o local. Afirmou que não analisou e nem assinou nenhum documento relativo a licenciamento para boate Kiss**. Sobre o “Nada Deve” constante na FID de solicitação do alvará tem por finalidade verificar se o contribuinte possui dívida com o município e no intuito de recuperar o crédito tem-se por procedimento padrão contactar o contribuinte para tentar resgatar o crédito, todavia, por força legal não pode ser um impeditivo para emissão do alvará. Disse que **a Kiss**

não poderia funcionar sem alvará de licença ou estando embargada e que a fiscalização cabe a Secretaria de Mobilidade Urbana. Afirmou que para um estabelecimento não funcionar sem Alvará de Localização, inicialmente deve ser expedida uma notificação para cessar as atividades, não cumprida a determinação, o local deve ser lacrado, e em caso de rompimento do lacre devem ser tomadas medidas judiciais para que o embargo seja cumprido. Cabe ao Secretário da Pasta que embargou, através de memorando, comunicar a PGM para que esta tome as medidas devidas judiciais, conforme artigo 17, §4º do Decreto Executivo nº. 32/2006. Respondeu que à medida que um estabelecimento funcionar sem as devidas licenças, o município deixa de arrecadar tributos, no caso o ISSQN, taxas de vistorias, taxa de licenciamento ambiental e taxas sanitárias. As taxas relativas a obras e sanitárias são gerenciadas pelas Secretarias respectivas. Sobre a infração NAI 3887803 (fl. 60) aplicada pelo descumprimento da autuação 102 (fls. 36 e 37) que determinava a cessão das atividades, logo, na NAI 3887803, de 16/12/2009, foi aplicada penalidade de multa R$ 1.952,40 e determinada a cessão das atividades, tendo o Superintendente de Fiscalização, da Secretaria de Mobilidade Urbana, Tiago Vicente Candaten, informado que a multa não foi finalizada porque o infrator não foi localizado, daí porque a multa não foi lançada em dívida, não foi paga e não foi cobrada. Perguntada se em caso de não localizar o infrator, a multa não é aplicada, afirmou que o Código Tributário dispõe outras formas de notificação, dentre elas: pessoalmente, por “AR” e por edital. Sobre o CADIM informou que o mesmo não foi implementado no ano de sua criação, devido às despesas que seriam geradas. A lei que o criou foi de 2009, regulamentada posteriormente e em 2012 foi nomeada uma comissão para a sua implantação, contudo por ser um ano de eleições e em respeito a lei de responsabilidade fiscal, ficou a implantação para 2013. Ainda não foi implantado em razão de estar sendo realizada uma reforma administrativa no Município.

Foi recebido o Ofício 1686/2013 da Prefeitura Municipal (fl. 2289).

SÉRGIO RENATO MEDEIROS (testemunha - fl. 2295) foi Secretário Municipal de Mobilidade Urbana desde 1º de janeiro de 2009, com a posse do Prefeito César Schirmer e seu Secretariado, tendo permanecido na Secretaria até o início de dezembro de 2010, quando deixou o cargo. Em abril de 2009, se iniciou uma reforma, a partir da qual as fiscalizações de alvarás de localização, patrimônio, posturas (que envolve o sossego público) e o controle do trânsito passaram a ser realizadas pela então Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana. A fiscalização de Alvarás de Localização consistia em verificar se os estabelecimentos comerciais possuíam o Alvará de Localização, se estavam funcionando no horário previsto no documento, se o ramo de comércio era o que constava no Alvará de Localização e outros itens que constam no roteiro de vistoria. Referente a posturas, era a parte que fiscalizava basicamente a aplicação do Código de Posturas do Município. Asseverou que para obter o Alvará de Localização, é necessário ter todos os documentos

previstos em lei, sendo que o dever legal de analisá-los é da Secretaria de Finanças, lembrando que havia um funcionário de nome MARCOS que cuidava da questão dos alvarás de localização. Quem tem o dever legal de autorizar a emissão do Alvará de Localização, bem como de assiná-lo, é a Secretaria de Finanças do município, acreditando que a pessoa que emitia era MARCOS. No caso de um estabelecimento iniciar seu funcionamento sem o Alvará de Localização, o Código de Posturas (Lei Complementar nº. 03/2002) prevê multa e embargo das atividades. Havendo descumprimento de um pré-requisito, o responsável seria notificado para que regularizasse a situação em 30 dias; não ocorrendo, o estabelecimento deve ser autuado (emitida uma multa). Não sabe dizer se é obrigatória a vistoria no local para a emissão do Alvará de Localização. Diretamente nunca analisou algum documento relacionado a licenciamento para funcionamento da Kiss, nem participou do processo de licenciamento. Não emitiu licença ou autorizações para a Kiss. Não tem conhecimento se pode ser expedido ou mantido o alvará de funcionamento de um estabelecimento existindo dívidas em nome do proprietário ou relacionado ao imóvel em que o empreendimento vai se instalar ou está instalado. Tinha conhecimento que no período de 31 de julho de 2009 a 14 de abril de 2010, a Kiss funcionou sem Alvará de Localização, visto que promoveu a fiscalização na boate, sendo que a mesma foi multada em sete oportunidades, e embargada, sendo que foi quem assinou o embargo. Quanto às autuações, foram realizadas pelos fiscais do Setor de Fiscalização de Alvarás, mas vinculados à Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana. Neste ato, faz a entrega da cópia do Ofício nº. 329/PGM/2013, datado do dia 15 de março de 2013, bem como de uma planilha resumo das notificações, das multas e do embargo aplicado à Kiss em 29 de 3 outubro de 2009 (conforme fl. 40 do I Volume) pela Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana, no período que foi Secretário da Pasta. Afirmou que a legislação vigente à época (Código de Posturas) não previa o termo de lacre para fixação na porta do estabelecimento e que, por isso, a Kiss continuou funcionando embargada e sem Alvará de Localização. **Não procurou a Procuradoria Jurídica do Município para comunicar a desobediência da Kiss ao Embargo que emitiu, a fim de ingressar com uma ação judicial para que o estabelecimento mantivesse as portas fechadas até a sua regularização, pois optou pela tomada de decisão para resolver de forma administrativa, aplicando a penalidade de multa, que foram num total de sete até a emissão do o Alvará de Localização, em 14 de abril de 2010. Disse que para tomar esta decisão não sofreu nenhuma ingerência e não consultou outro gestor público, pois entendeu que administrativamente resolveria mais rápido do que pela esfera judicial.** Não recordou como teve conhecimento sobre as reclamações de vizinhos da Boate Kiss, no que tange a sossego, poluição sonora, crime ambiental ou qualquer tipo de reclamação, porque foram apresentados junto à fiscalização de posturas, que integrava a Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, e não recorda se teve contato com o abaixo-assinado dos moradores vizinhos da boate. Aduziu que na sua visão, o EIV consiste no estudo do impacto causado no entorno da atividade, no qual é analisada a questão de ruído, a geração de resíduos sólidos e

líquidos, o tráfego de veículos, etc. O EIV é um pré-requisito para a aprovação e licenciamento de obras, ou seja, ele deve ser prévio à construção e acredita que tenha previsão legal no Código de Obras e ou no Plano Diretor da cidade. Quem tinha a incumbência de analisar o EIV e a Consulta Popular para fins de licenciamento para obras era o antigo Escritório da Cidade, e para fins de liberação de Alvará de Localização, a Secretaria de Finanças, não sabendo declinar quem era o funcionário responsável. Referiu que para um estabelecimento realizar obras de reforma, deverá dar entrada com um projeto, que se aprovado, recebe o Alvará Licença para construção. Concluído, deverá ser comunicado o setor para fiscalizar a edificação, a fim de verificar se a obra foi executada conforme o projeto. Havendo aprovação, é emitida a Carta de Habite-se. No caso de ocorrer um reforma de um imóvel (com ou sem aumento de área), o procedimento é o mesmo da construção de um imóvel. Não sabe informar qual é o documento que é emitido pelo Setor de Análise de Projetos para que a edificação possa ser habitada e não tem conhecimento se para trâmite de expediente com projeto de reforma de estabelecimento é pago algum tributo. Afirmou que é o setor de análise de projetos da Secretaria de Mobilidade Urbana (hoje, Secretaria de Desenvolvimento Urbano) e, em alguns casos, o Escritório da Cidade que tem o dever legal de autorizar a emissão de alvará para reformas e **não pode ser realizada uma obra sem licença municipal**. **Caso uma obra seja iniciada sem licença, cabe ao setor de fiscalização da Secretaria de Controle de Mobilidade Urbana agir.** Disse que quem tem o poder legal para aplicar multas são os fiscais e cabe ao secretário embargar as obras irregulares. **Havendo embargo da obra e o não atendimento pelo proprietário responsável, quem deve agir é o setor de fiscalização de patrimônio**. Não sabe informar se pode ser emitido alvará de reforma para um imóvel em que o proprietário possua dívidas com o Município ou quando o imóvel apresentar dívidas de IPTU ou esteja em dívida ativa. Alegou não saber informar qual a diferença entre habite-se e certidão de conclusão de obra, bem como quais os tributos são pagos na emissão de carta de habite-se. Alegou não saber se foi emitida para a Boate Kiss alguma certidão de conclusão de reforma, **mas o embargo de obra deveria impedir o funcionamento da Kiss e a execução de reformas**. Disse que tem conhecimento que o projeto de reforma da Kiss não foi aprovado pelo Setor de Análise de Projetos da PMSM. Disse não ter conhecimento se proprietários da Boate Kiss solicitaram a troca de numeração do imóvel de 1935 para 1925. Tem conhecimento de que uma “autuação é finalizada” quando há a comunicação ou o aceite do proprietário do estabelecimento. Quando o proprietário não é localizado, não sabe o procedimento a ser adotado. Não tem ciência de quais critérios são utilizados para arquivar os documentos referentes aos imóveis e às edificações cadastrados na PMSM.

Recebido o Ofício nº. 1689/2013 da Prefeitura Municipal (fl. 2300).

MARCOS VINICIUS RAMOS DE MORAES (fl. 2302 - reinquirição) esclareceu que a Boate Kiss não possuía licença prévia e licença

de instalação, as quais não são pré-requisitos para ser emitida a Licença de Operação. Os proprietários da Kiss não requereram a Licença Prévia e nem a Licença de Instalação, tais licenças não são obrigatórias, porque a Resolução CONAMA estabelece que as licenças ambientais podem ser expedidas isoladas ou sucessivamente. Consignou que na Resolução CONAMA nº. 237/1997, artigo 11, está previsto que os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, responsáveis, pois, pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. As licenças foram embasadas no CONAMA. O laudo apresentado pelo engenheiro TIAGO MUTTI, legalmente habilitado conforme ART perante o CREA, foi conclusivo por parte dele, atendendo a NBR nº. 10151/2000. Quanto ao trâmite do processo para licenciamento de reforma (com ou sem acréscimo de área) em uma boate, afirmou que é como qualquer prédio já edificado: o responsável técnico primeiramente deve solicitar informações urbanísticas, e, para isso, é solicitada uma certidão de Zoneamento e Uso do Solo. Se no local é possível a instalação do empreendimento, é emitida uma Certidão Zoneamento e Uso do Solo. Passada a fase de informações, o responsável técnico juntamente como o proprietário do empreendimento, dá entrada no Protocolo do Setor de Análise de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. No caso da Kiss, pelo que foi pesquisado, o projeto que foi apresentado era sem acréscimo de área (onde funcionava uma escola – cursinho preparatório, denominado G10). Tratava-se de um projeto de reforma que foi aprovado e licenciado em 2003, no qual houve uma falta de continuidade por parte do proprietário, que não ingressou com o pedido de Certidão de Conclusão de Reforma. Passaram-se seis anos, o imóvel acima referido foi locado pela Eccon para TIAGO MUTTI e para o ALEXANDRE COSTA, a fim de ser utilizado por uma empresa a ser constituída por eles, os quais, em 27 de julho de 2009, ingressaram com um pedido de aprovação de projeto de reforma sem ampliação de área. Este projeto foi protocolado sob o número 21399/2009, em nome de ALEXANDRE SILVA DA COSTA e foi analisado pelo corpo técnico do Setor de Análise de Projetos, ocasião em que foram elencadas 29 exigências a serem atendidas no projeto. As restrições buscavam o atendimento da legislação: NBR 9077 (normas de prevenção de incêndio), Decreto Federal nº. 5296/2004, Lei de Acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais, NBR 9050 (acessibilidade de portadores de necessidade especiais) e Código de Obras e Edificações do Município, além de outras correções de ordem técnica. O projeto foi retirado em 17/09/2009, para ser corrigido; e não retornou mais. Em 30/09/2009 um novo projeto foi protocolado para a mesma boate, com um outro número de protocolo 27562/2009, em nome da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria, no qual solicitava a aprovação de projeto de reforma sem ampliação de área. Tal projeto foi analisado pelo corpo técnico do setor de análise de projetos. Na primeira análise foram apontadas treze correções, referentes às NBRs já citadas, bem como determinação de que fosse apresentada a Certidão de Conclusão de Reforma atinente ao Alvará de Licença nº. 1597/2003. No curso dos fatos, o projeto foi encaminhado ao Escritório da Cidade, para manifestações de ordem técnica a respeito do Estudo de Impacto de

Vizinhança, conforme fl. 1407 do VIII Volume. No EC, a Diretoria de Planejamento fez as seguintes manifestações: conforme reunião do Fórum Técnico foi emitido parecer quanto ao Uso (Certidão de Uso e Zoneamento do Solo) e ao EIV apresentado, constando que estavam de acordo, conforme o Ofício nº. 705/EC/2009 (fl. 1410 do VIII volume). O projeto foi encaminhado da Diretoria de Planejamento do EC para o setor de análise de projeto, conforme fl. 1406, da Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana. No setor de análise de projetos, foram digitadas pelo setor de expediente as exigências de 01 a 13, disponibilizando o projeto para ser retirado pelo requerente. Em 23/12/2009, o projeto foi retirado para atender as exigências, retornando para a PMSM em 07/01/2010, sendo analisado em 02/02/2010 pelo corpo técnico. Nesta ocasião, foram elencadas outras exigências (de 14 a 21), inclusive as contidas no Ofício nº. 705/EC/2009. Estas exigências foram digitadas no mesmo setor de expediente e o projeto foi disponibilizado para ser retirado pelo requerente, o que ocorreu em 09/02/2010. O projeto retornou em 02/03/2010, quando foi verificado que teve novas exigências (de 22 a 27), sendo que outras quatro exigências permaneceram. Posteriormente, foi encaminhado para a Diretoria de Planejamento do EC para manifestação quanto à Declaração e Laudo Técnico, bem como verificação do prescrito no Ofício nº. 705/EC/2009. Em 18/03/2010, o arquiteto FÁBIO MULLER, vice-presidente do EC, encaminhou o processo para a Diretoria de Planejamento do EC, para análise, solicitando análise criteriosa. Em 06/04/2010, a arquiteta SHEILA COMIRAM respondeu, tendo projeto retornado para o setor de análise de projetos, onde foram digitadas as exigências e disponibilizado o projeto para ser retirado pelo requerente, o que não ocorreu. O projeto permaneceu no “escaninho do setor de protocolo”, tendo sido encontrado no mesmo local uma semana após a tragédia, visto que foi abandonado, sequer retirado da PMSM. Disse que devem ser apresentados para o licenciamento de reforma: informações urbanísticas, planta de situação e localização, planta baixa, planta de cortes e planta de fachada, memorial descritivo, as ARTs de projeto e de execução de todas as atividades do responsável técnico, matrícula do imóvel, pagamento da taxa de protocolo e da taxa do final do processo (taxas de aprovação e de licenciamento para a obra). A referida documentação é encaminhada para o setor de expediente, onde é juntado ou criado um arquivo (se é obra nova). Após, é remetido para o setor de análise de projeto, ocasião em que é distribuído para um dos componentes do corpo técnico. Quem tem o dever legal de autorizar a emissão de Licença para reformas é o analista do corpo técnico. **A Licença é digitada no setor de expediente e assinada pelo mesmo analista do projeto e pelo superintendente ou pelo Secretário, porque na Licença devem constar duas assinaturas. Não pode ser realizada uma obra sem licença municipal; cabe à fiscalização de obras notificar e até embargar a obra irregular depois de cumpridos os prazos.** Tal fiscalização competia, entre 2009 e 2013, aos fiscais de obras, que eram lotados na Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana. Disse que após solicitação de Licença de Reforma não é feita vistoria no local da obra; a qual é realizada no momento que o requerente solicita, por meio de requerimento, que realizado quando a obra está pronta, para verificar se a obra foi executada de

acordo com projeto aprovado e licenciado. Estando em conformidade com projeto, é emitido um parecer para ser elaborada e emitida uma Carta de Habitação, se a obra é nova ou com acréscimo de área. **Se a Obra é de reforma, sem acréscimo de área, é emitida uma Certidão de Conclusão de Obra**, para que não haja duplicidade de cobrança de INSS referente aos encargos trabalhistas e da receita federal, bem como para evitar acréscimo de área no cadastro do IPTU e no Cartório de Registro de Imóveis. Quanto às multas e embargos, o setor de fiscalização de obras atua por meio dos fiscais e seguindo todo o roteiro administrativo para a aplicação da pena pecuniária. Embargada a obra, havendo desrespeito ao embargo, a fiscalização faz a juntada da notificação de embargo e da fiscalização no local da obra constando o descumprimento do embargo. Após, leva ao conhecimento do Secretário da Pasta e este deve encaminhar para a Procuradoria Jurídica do Município, a fim de dar o encaminhamento jurídico ao descumprimento da ordem legal do poder de polícia do município. Não tem conhecimento se existe o termo de embargo de estabelecimento, e nem se o embargo é fixado na porta do mesmo. Não tem conhecimento se pode ser emitido alvará de reforma para um imóvel em que o proprietário possua dívidas com o Município ou o imóvel apresente dívidas de IPTU em dívida ativa. Referiu que não há previsão legal sobre Certidão de Conclusão de Reforma de Obra, mas a Prefeitura a adotou, há cerca de 5 anos, para não haver duplicidade de cobrança de INSS, tanto quanto na área cadastrada do IPTU e no Cartório de Registro de Imóveis. Se a certidão de conclusão de obras de um projeto aprovado e executado não é solicitada, não sabe dizer se gera alguma restrição, mas obra nova que não receber o habite-se da PMSM não pode ser habitada. Não tem conhecimento se pode ser utilizado sem a Certidão de conclusão de obra. Quanto à existência de comunicação entre o Setor de Análise de Projetos com o Setor de Fiscalização de Obras, afirmou que existe somente em situações específicas, não havendo uma intercomunicação entre o setor de análise de projeto com a fiscalização. Periodicamente, o setor de análise de projetos emite relatórios para fiscalização com cópias das licenças concedidas para que a fiscalização solicite aos requerentes a renovação anual das mesmas. Não foi emitida para a Kiss certidão de conclusão de reforma, porque não foi aprovado o projeto e por parte dos requerentes não houve a continuidade do processo para fins de aprovação e licença da reforma, sendo os dois projetos considerados abandonados. A Kiss teve um processo de mudança de numeração oficial, pois os proprietários ingressaram com um pedido de reforma, que foi indeferido por restrições e falta de documentos, dentre eles certidão de conclusão de obra, mas afirmou que mesmo assim poderia ser trocada a numeração, desde que o número solicitado esteja dentro do intervalo que prevê a legislação e porque eram dois lotes.

Foi feita a juntada de documentos entregues por Sérgio Renato de Medeiros, bem como da cópia do Ofício nº 0329/2013 da PGM (fls. 2307-2313).

TIAGO VICENTE CANDATEN (testemunha - fl. 2315) declinou que é Fiscal Municipal II, desde o ano de 2000. Atualmente, é o Superintendente de Fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Desde o seu ingresso no serviço público municipal até o dia 17/03/2010, permaneceu na fiscalização de trânsito, e, partir daí, ingressou na fiscalização de patrimônio, vinculada à Secretaria de Mobilidade Urbana. A partir de 18/09/2013, foi nomeado Superintendente de Fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Com relação à NAI 48683030, de 15/01/2010, declarou que nessa época não trabalhava na Equipe de Posturas, e não tinha conhecimento desta NAI até o dia em que emitiu o Memorando nº. 074/2013, em 05/11/2013. Disse que o conteúdo do referido Memorando foi baseado na NAI que localizou no Setor de Posturas, atual Coordenadoria de Fiscalização de Atividades Econômicas. Constatou, através da NAI, que ela não tinha a ciência do notificado, e, por conseqüência, não havia sido enviada para dívida; tampouco possuía recurso. Salientou que o artigo 191 do CTM, inciso X, o qual refere que a NAI tem que possuir a ciência do autuado. Não sabe informar se houve alguma tentativa para cientificar o autuado. Ao tomar ciência da pendência desta NAI, determinou ao fiscal Denilson, em 29/11/2013, que desse prosseguimento, ou seja, cientificasse o autuado, esclarecendo que Denilson foi o fiscal que fez a notificação da Santo Entretenimento, mas até o depoimento, não havia obtido retorno de sua determinação. Referiu que, conforme artigo 173 do CTN, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Perguntado se é correto não haver cobrança de valores (multas) por não ser localizado o contribuinte, respondeu que pode acontecer, mas é difícil, principalmente quando se trata de estabelecimento fixo. Questionado se isso gera implicações na arrecadação do município, afirmou não saber. Indagado se o Município deixou de arrecadar este valor, declarou que o valor ainda pode ser cobrado, pois o Município tem cinco anos para agir. Perguntado como é a sistemática atual na Coordenadoria de Fiscalização de Atividades Econômicas (antiga Posturas), da qual é o Superintendente, respondeu que atualmente a fiscal Andréa é a pessoa encarregada de lançar as NAI no Sistema e enviar por AR, e em casos de não recebimento do AR ela coloca na demanda dos fiscais do setor. Antes quem fazia esse serviço era a Idianes, inclusive em 2009. Salientou que isso foi o que apurou verbalmente, pois não trabalhava no setor. Disse que a atribuição para análise e emissão do Alvará de Localização é da Secretaria de Finanças. Questionado se estando os pré-requisitos mencionados no Quadro II do Decreto nº. 32/06 vencidos ou faltando o Alvará de Localização pode ser expedido, respondeu que o decreto é claro quanto à necessidade de existir os alvarás e licenças prévias para a emissão do Alvará de Localização. Perguntado qual é o procedimento previsto em lei no caso de um estabelecimento não estar com alguma das licenças ou alvarás em dia, afirmou que legalmente não há obrigação de comunicar o órgão cujo alvará ou licença esteja vencido, mas que atualmente, na sua gestão, por precaução, comunica o respectivo órgão sobre o vencimento e solicita a informação de restrição, caso haja, com base no artigo 17 do Decreto nº. 032/06. Disse que

não analisou documentos relacionados ao licenciamento da Kiss e não fez parte da equipe que promoveu o embargo, não sabendo qual o procedimento a ser adotado em caso de desobediência, salientando que faria uma consulta à PGM. Declarou que para uma boate realizar obras de reforma, deve haver solicitação de licença no SAPV (Setor de Análise e Aprovação de Projetos), onde a análise compete aos engenheiros, pois não pode ser realizada obra de reforma sem licença municipal. Em caso de obra nova, ao ser solicitado o habite-se, é feita uma vistoria por servidores da antiga SAPV, atual CAAP, para verificar se a obra foi executada de acordo com o projeto. Tratando-se de reforma, no término da obra é solicitada pelo interessado uma certidão de conclusão de reforma, e, nesse caso, não sabe se é necessário algum servidor municipal ir até o local. Desconhece a previsão legal para a Certidão de Conclusão de Reforma, referindo que é uma praxe administrativa do Município de Santa Maria, inclusive constou na Recomendação do Ministério Público, após o sinistro na Kiss. A responsabilidade para fiscalizar obras era da Fiscalização de Patrimônio até início de 2013, e que a responsabilidade pela emissão da Certidão de Conclusão de Reforma é da Superintendência de Análise de Projetos, cujo responsável atual é Marcus Vinicius Moraes. O procedimento legal em caso de obra de reforma iniciada sem licença é o seguinte: notifica-se para apresentar a devida licença, e inexistindo imediatamente embargar, conforme previsão do artigo 14 da LC nº. 71/2009. **Se o embargo for descumprido, é lavrada uma única multa. Persistindo a desobediência, comunica-se o fato à PGM, citando como fundamento os artigos 18 e 19 da LC nº. 71/09**. Compete à fiscalização de patrimônio aplicar multas e embargas obras de reformas irregulares. A partir de 2010, quando ingressou no setor, o procedimento após embargada uma obra, conforme a legislação é o fiscal retornar ao local para verificar se houve, ou não, o cumprimento do embargo; caso descumprido aplica-se a multa. Não soube informar se não sendo emitida a certidão de conclusão de obras ou não sendo esta solicitada, gera-se alguma restrição para o imóvel ou proprietário, pois a certidão de reforma não tem previsão legal, mas, apesar disso, é reconhecida e exigida pelo município.

JULIAN LAMEIRA (testemunha - fl. 2320) afirmou que é funcionário municipal desde 1998, quando fez concurso público, iniciando suas atividades de agente de fiscalização II na Secretaria de Trânsito, onde permaneceu até 2000, ocasião em foi removido para a Secretaria de Finanças, onde trabalhou no setor de dívida ativa. Após, foi lotado na fiscalização de alvará, passando por diversas Secretarias, sendo que no ano de 2009 estava na Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, no setor de posturas. Lá, desenvolvia atividade interna, redigindo Ofícios para o Ministério Público, atendendo ao público quanto às denúncias de perturbação de sossego publico, de estabelecimentos que estavam em atividade sem o Alvará de Localização. Recebidas as denúncias, era preenchido um formulário; na maioria das vezes, os denunciantes se identificavam. Protocoladas as denúncias, eram “colocadas na demanda” (atividade de fiscalização a ser desenvolvida). Permaneceu nesta função de janeiro de 2009 até outubro de 2010, quando foi para o setor de

alvarás, ainda na Secretaria de Mobilidade Urbana, que fazia a fiscalização nos Alvarás de Localização, verificando a existência, ou não, do documento no estabelecimento. Nesta época, entre 2009 e 2010, trabalhava com Sinara, Alexandre Vargas, Idianes Flores da Silva, Denilson Dorneles Righi e Rodorigo Schirmer. Destacou que era a pessoa que ficava a maior parte do tempo no expediente interno da PMSM, atendendo ao público que se dirigia para o setor de posturas. Referiu não ter conhecimento do Código de Obras do Município, da Lei Municipal nº. 5247/2009 (que Cria o CADIM) e do Decreto Executivo nº. 01, de 02 de janeiro de 2008. Além disso, pouco conhece a Lei Complementar nº. 02/2001 (Código Tributário Municipal), o Decreto Municipal nº. 32/2006, a Lei Orgânica do Município de Santa Maria e do Decreto Executivo nº. 40/2005. Disse que qualquer servidor que estivesse atendendo ao público recebia as denúncias no setor em que trabalhava, pois não havia uma pessoa fixa para isso. Não recorda se havia reclamações de vizinhos da Kiss acerca da perturbação do sossego, bem como não lembra da existência de um abaixo-assinado contra a poluição sonora produzida pela boate. Não tem conhecimento acerca o procedimento para obtenção do Alvará de Localização para uma boate, mas disse que **um estabelecimento não pode funcionar sem Alvará de Localização**. Se houver o funcionamento, o estabelecimento é notificado para que cesse as atividades até regularizar a situação. No caso de o estabelecimento não atender a ordem legal de cassar as atividades para regularizar a situação, deverá receber um auto de infração por descumprimento da notificação. No momento em que recebe a notificação para cessar as atividades, isso já é uma forma de embargo, mas pode ser emitida uma Notificação de Embargo. Tem conhecimento que também existe o embargo de obras, o qual acredita que seja feito pela fiscalização de patrimônio, não sabendo precisar o embasamento legal. No momento em que o estabelecimento regulariza a situação, obtendo o Alvará de Localização, o embargo das atividades está extinto automaticamente. **Pensa ser obrigatória a vistoria no local para a emissão do Alvará de Localização.** Não tem conhecimento do que é verificado nestas vistorias, porque nunca fez este tipo de fiscalização. Não analisou documentos relacionados ao licenciamento da Kiss e nem participou do processo de licenciamento. Não recorda de que tenha aplicado alguma penalidade à Kiss. Questionado se é comum ocorrer de uma multa não ser aplicada em razão de não haver a notificação do infrator, afirmou que não recorda, mas referiu que em casos em que o infrator não é identificado, podem ser utilizados os mecanismos legais de notificar por “AR” ou Edital. No que diz respeito ao edital, desconhece o procedimento, sobre a questão “AR”, não recorda se foi feito o uso no caso da Kiss. O correio funciona de dia e tipos de estabelecimentos como a Kiss funcionam à noite. Afirmou não ser correto o procedimento de não dar seguimento à aplicação da penalidade por não localizar o infrator, deixando de utilizar os meios de “AR” e edital. Quanto à NAI 3887803 (fl. 61), alegou que pode ter sido substituída por uma segunda multa; desconhece previsão legal para este tipo de procedimento; porém se isso ocorreu, pode ter sido por erro na emissão do auto de infração ou por outro fato que torne o auto de infração nulo. Disse que foi chefe do Setor de Posturas até dezembro de 2008; após, depois deixou a chefia, mas seguiu

no mesmo setor da Secretaria. Confirmou em parte as declarações de SINARA, afirmando que nesta época não era mais chefe do setor posturas, havendo a ligação direta com o secretário SÉRGIO MEDEIROS. Referente à pasta de denúncias, sustenta que existia e deve existir até hoje e que era de conhecimento de todos os funcionários a existência da pasta de denúncias. Quanto às reclamações de vizinhos da Boate Kiss, acredita que existiam e eram relativas à perturbação do sossego.

FABIANA COMASSETO COPETTE (testemunha - fl. 2324) informou que é funcionária pública municipal desde 15 de agosto de 2008. Não tem conhecimento de quem foi que criou a pasta arquivo 2455 no Sistema de Cadastramento de Projetos (CP). Atualmente, é chefe do setor de expediente, do qual faz parte o arquivo onde estão as caixas de papelão. Dentro destas, estão os envelopes com os dados e documentos do histórico do imóvel. Hoje, cria e extingue arquivos no sistema CP, assim como Michele da Silva, Gilnei Dotto, uma estagiária e mais o colega Orvalino. Disse que já estavam no setor quando começou a nele atuar, em julho de 2010: Michele, Orvalino, Andreia Rosa Farias Cesar, Andrigo Petter, Marli Medianeira Lovato, Paulo Edgar Figueira Costa e mais uma estagiária, que não lembra o nome. Não sabe declinar quem destas pessoas tinha senha no sistema CP para criar e excluir pastas. Teria que fazer contato com o CPD da PMSM para verificar se existe a possibilidade de identificar o usuário que realizou a operação de criar, modificar ou excluir dados, bem como excluir arquivos. Quando ingressou no setor que trabalha, foi cadastrada no CPD e criada uma senha para ter acesso ao sistema CP; sua senha, assim como as de outros colegas, permite que cadastre ou exclua usuários. Além do setor em que labora, que fica no térreo, colegas do 1º andar (do Setor de Finanças) fazem consulta ao programa CP para cadastrar Cartas de Habitação, Certidão de Demolição, Certidão de Conclusão de Reforma (com ou sem acréscimo de área).

ALAN CARLOS SOARES DA SILVA (testemunha - fl. 2326) declinou que é Técnico em Obras (que corresponde a Topógrafo) e trabalha no Município de Santa Maria desde 1983. Está lotado na Secretaria de Mobilidade Urbana e realiza as seguintes tarefas: vistorias de habite-se, alinhamentos (informações urbanísticas), números oficiais, certidão de demolição, remembramentos e desmembramentos de lotes, topografia (levantamento topográfico e planialtimétrico). Esclareceu que faz as referidas vistorias e levantamentos e passa as informações para os respectivos profissionais, que são os engenheiros do setor de habite-se e alinhamento. Em relação à Kiss, realizou a vistoria de alinhamento, que consistiu em medir a caixa do passeio público (calçada) e a caixa da rua (de meio fio a meio fio), a fim de verificar se o imóvel estava dentro do gabarito do Plano Diretor. Tais informações repassou para o engenheiro do alinhamento. Não realizou nenhuma vistoria no interior da Kiss. Quanto a troca da numeração oficial da Kiss (de 1935 para 1925), respondeu que, ao ficar sabendo que teria de prestar depoimento, examinou o arquivo sobre as obras da Kiss, que estava na sala da Procurada do Município, Drª Anny, e nele verificou que somente fez o levantamento referente ao

alinhamento. Disse que não havia neste arquivo nenhuma vistoria atinente ao número oficial. Salientou que realiza noventa por cento das vistorias acima mencionadas, mas não lembra se realizou a vistoria para a troca de número oficial da Kiss. Pode afirmar, contudo, que no arquivo que examinou, como já consignado, não havia nenhuma vistoria. **Destacou que em todos os casos de troca de número oficial é necessária a vistoria, quando há desmembramento, remembramento ou individualização de área. Na Boate Kiss, ocorreu uma individualização de área e, portanto, teria de ter sido feita a vistoria. Reafirmou que não fez essa vistoria e quando está em férias, são os próprios engenheiros que as fazem.** Perguntado como é o procedimento para a realização da vistoria de número oficial, respondeu que o interessado entra com um pedido no Protocolo, o qual é encaminhado para o setor de expedientes e é verificado se há algum arquivo. Depois, é passado ao Setor de Vistorias. Neste local, os engenheiros recebem o expediente e repassam-no para que faça a vistoria. Indagado, respondeu que os engenheiros Carlos Fernando Flores e Júlio Rebelato são os que têm responsabilidade técnica para analisar toda a documentação dos trabalhos que realiza. Alegou que seu colega Antonio Carlos Gonçalves (Carlão), mencionado do documento de fl. 2271, é apenas seu auxiliar, não lavra nem assina qualquer documento: “ele pega no zero da trena e crava piquetes”. Declarou que ao verificar que não constava nenhuma vistoria no arquivo, foi até os dois engenheiros (Fernando Flores e Rebelato) e disse-lhes: “como é que é isso aqui, eu não estou vendo nenhum levantamento feito por mim”, ao que o Rebelato disse “eu acho que tu não foi lá”. Na sequência, retirou-se da sala, tendo os dois engenheiros permanecido conversando sobre o assunto. Não sabe qual a legislação que prevê a necessidade de vistoria para a troca de número oficial, pois seu serviço é apenas de campo. Perguntado no que consiste a vistoria para número oficial, respondeu que vai até o local e faz o levantamento de todos os números que têm nas fachadas dos imóveis situados na quadra onde está sendo realizada a vistoria. Esclareceu que na ficha de vistoria que realiza consta a numeração do IPTU que o imóvel tem no Setor de Cadastros. No requerimento protocolado na prefeitura, consta o local para vistoria e o número do IPTU. Realizado o levantamento da numeração, vai até o setor de cadastro de IPTU e verifica a numeração que consta no cadastro, confrontando com o levantamento que realizou no local. Posteriormente, pega o mapa cadastral, onde consta o local vistoriado e os lotes vizinhos deste, e encaminha para os engenheiros para analisarem a documentação e definirem a numeração. **A importância da vistoria no local é para evitar a duplicidade da numeração dos prédios**. Consigna que são raras as exceções de fazer troca de número oficial sem a vistoria no local; isso ocorre somente nos novos loteamentos, nos quais os lotes já vêm cadastrados com a numeração oficial. **Disse que existe uma integração, via sistema informatizado da Prefeitura, entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, antiga Mobilidade Urbana, e a Secretaria de Finanças (IPTU). Isso porque, através da numeração do IPTU, é possível verificar no sistema se existe projeto de edificação regularizado ou não** (com ou sem habite-se).

IZIDORO QUEVEDO PARODI (testemunha – fl. 2579) – declarou que durante os anos que trabalhou na PMSM começou as atividades na Secretaria de Administração, depois passou pela Secretaria de Indústria e Comércio, depois foi para a Secretaria de Viação e de Transporte, depois para a Secretaria de Finanças, e, posteriormente, para Mobilidade Urbana, hoje Desenvolvimento Urbano. A partir do segundo mandado do ex-prefeito Valdeci Oliveira, que não lembra a data, foi para a Mobilidade, onde permanece, hoje com o nome de Desenvolvimento Urbano. Disse que trabalhou e trabalha na vistoria dos alvarás de atividades dos estabelecimentos, ou seja, verificava o Alvará de Localização, averiguando o endereço do estabelecimento, o tipo de atividade, a área do estabelecimento e se estes requisitos estavam de acordo com o que estava declarado pelo empreendedor. Disse que de 1997 até 2004 trabalhou na Secretaria da Indústria e Comércio que fazia a fiscalização de posturas. Questionado sobre o que é Consulta Popular e apresentadas as fls. 304 a 313 do Segundo Volume, respondeu que era parecido com o documento que utilizavam até o ano de 2004, quando este tipo de pesquisa era realizada pelo próprios fiscais de posturas da PMSM. Era efetuado um contato com os moradores vizinhos do empreendimento a ser instalado ou em casos que o empreendimento já estava em atividade e começavam a ocorrer denúncias de perturbação do sossego, os fiscais faziam uma entrevista com os moradores num raio de 100 metros, verificando se eram a favor ou contra a instalação do bar ou da boate, ou ainda no caso do estabelecimento já estar em atividade procuravam saber se os moradores vizinhos dentro do raio de 100 metros estavam se sentido incomodados com a atividade. Na época era preenchido um formulário, onde o morador assinava de próprio punho e colocava preferencialmente o número da carteira de identidade e ainda era solicitado para que o morador apresentasse um documento que comprovasse que ele residia no referido local que poderia ser uma conta de luz, água, telefone e etc., fazendo isso para que não ocorresse manipulação da pesquisa, por pessoas se passando por moradores. Depois de 2004, saiu da fiscalização de posturas, mas em conversa com os outros fiscais referente a atividade de fiscalização, **ficou sabendo que a Consulta Popular passou a fazer parte ou ser apresentado junto com o Estudo de Impacto de Vizinhança, sendo que estes dois documentos passaram a ser elaborados por um responsável técnico, no caso um engenheiro ou um arquiteto contratado pelo empresário empreendedor**. Não tem certeza, mas parece que foi através da Lei do Plano Diretor do ano de 2005 que a PMSM deixou de fazer a pesquisa, acima relatada, passando a ficar sob a incumbência de um responsável técnico. Realizou fiscalização na Kiss em 19 de abril de 2012, em decorrência de denúncia de que a mesma funcionava sem Alvará de Localização, contudo lembra-se vagamente de que o colega que era responsável por fiscalizar a Rua dos Andradas não estava mais trabalhando, então a colega de nome Beatriz Uminski, que recebe as denúncias, pediu para que juntamente com Juliano Cabral vistoriassem o local. Disse que no seu entendimento não haveria necessidade de fazer a vistoria, porque era possível efetuar uma pesquisa no sistema informatizado da Prefeitura para verificar se a boate tinha o Alvará de Localização e verificar se a taxa de fiscalização já havia sido paga. Afirmou que

a assinatura constante na fl. 2065 do XI Volume é do Fiscal Juliano Cabral. Já as assinaturas que constam no boletim de vistoria, uma é sua e a outra é de Juliano. O relatório de vistoria foi realizado no dia 19/04/2012. **Questionado porque no local onde constam as anotações do fiscal, está inserida uma informação: "Alvará Sanitário, com validade até 31/03/2012, OK", já que na realidade estava vencido, respondeu que era apenas para constar que o local tinha Alvará Sanitário, mas a validade do Alvará deveria ser verificada pelo Fiscal do Sanitário, porque eles é que possuem portaria para fiscalizarem e não possui portaria da Secretaria da Saúde para Fiscalizar**. **Antigamente (2000 - 2001) havia um controle de fiscalização da PMSM, que era encaminhado para os fiscais, onde havia uma relação atualizada de endereço de estabelecimentos comerciais que estavam com os alvarás sanitários vencidos, mas atualmente não sabe por que deixou de existir este controle do vencimento dos Alvarás Sanitários**. Afirmou que de 2009 a 2012 trabalhou na Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana na fiscalização dos alvarás de Localização, sendo que no final ou começo de cada ano o chefe de Setor ou chefe de Equipe reúne os fiscais para fazer um sorteio das áreas da cidade a serem fiscalizadas. Existe uma planilha de controle dos fiscais que ficam responsáveis pelas ruas e a pessoa que tem o controle disso é Chefe de Equipe, que, teoricamente, deve repassar a planilha com o sorteio para o Superintendente da Pasta. No ano de 2012 a pessoa que era responsável pela Rua dos Andradas era o fiscal Julio Cesar Boelter Paulo. O chefe de Equipe era o Claudenir José dos Santos, mas não havia portaria para chefiar a equipe. No setor de fiscalização de obras, pelo que tem conhecimento, há fiscais para cada rua, os quais atuam há anos na mesma região da cidade. Esta fiscalização é feita em dupla de fiscais. Os fiscais de obras são subordinados ao Desenvolvimento Urbano, antiga Mobilidade Urbana é o mesmo superintendente para obras e para Alvará de Localização, e para o sossego público. Referente ao sossego público, a fiscalização era mediante denúncias. Na época do Secretário Sérgio Renato Medeiros o superintendente era o Alexandre Pinzon Vargas, e depois deste o superintendente foi a pessoa de Beloyanes Orengo Pietro Junior.

SILVANA RAQUEL BALDICERA (testemunha - fl. 2220) declinou que ingressou no serviço público municipal no mês de março de 2001. Seu cargo é Auditora Fiscal Municipal, e é lotada na Secretaria de Município das Finanças. No mês de março ou abril de 2010, foi cedida para a Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana para responder os pedidos de reclamações de primeira instância, referentes às multas aplicadas pelos setores de alvarás, posturas e transportes. Respondeu a dois recursos impetrados pela Boate Kiss, relativos a multas aplicadas pelo Setor de Posturas. Recorda-se que ambos foram indeferidos, em razão de que as alegações não tinham fundamentação legal. Esclareceu que o recurso consiste em um requerimento encaminhado no Protocolo Geral da Prefeitura, e deve ser feito pelo proprietário, contador devidamente identificado ou alguém com procuração. O protocolo gera um processo, que é encaminhado para o setor em que labora. Foram apresentados os Pareceres das fls. 68/69 e 73/74, quando reconheceu suas

assinaturas constantes nos documentos. Ambos ingressaram dentro do prazo, que, na época, era de vinte dias, mas foram indeferidos. Quanto ao lapso temporal transcorrido entre a impetração do recurso (08/01/2010) e a conclusão da análise que fez (09/12/2011), alegou que não estava no setor quando iniciou o processo, e o auditor responsável estava de laudo por algum tempo, fato que acarretou certo atraso nos recursos, o que também ocorreu em relação ao parecer das fls. 73/74. Perguntado se lembra quem fez/protocolou os recursos acima mencionados para a Boate Kiss, disse que, conforme mencionou em seus Pareceres das fls. 68/69 e 73/74, foi Elton Cristiano Uroda, tendo em vista que as alegações constantes nos pareceres citam o nome dele como solicitante. Disse que os recursos ficam arquivados no Protocolo-geral da Prefeitura, desconhecendo o motivo pelos quais esses documentos não foram encaminhados para a polícia. Esclareceu que quando termina o processo, com o parecer, é encaminhado para arquivamento no protocolo geral, cópia original do parecer é remetida para a dívida ativa e outra para o setor competente, no caso concreto para a gerência de alvarás e posturas, sendo entregue, também, cópia para o requerente e outra para o auditor. Referiu desconhecer o procedimento em caso de não pagamento da multa, o que é realizado pela Superintendência de Receitas, setor de dívida ativa. Disse que não participa de ações fiscalizatórias, somente analisa recursos referentes a multas e também não participa da emissão dos alvarás. **Pela legislação, todo o estabelecimento para funcionar deverá ter previamente a licença do município, a qual deverá estar na validade**. **Refere que o Alvará de Localização não tem vencimento, mas que anualmente é feita vistoria para o lançamento da taxa de vistoria de localização.** Foi lavrado o auto de infração NAI 3887803 (fl. 60) pelo descumprimento da autuação 102 (fls. 36 e 37), que determinava o término das atividades. Indagada se a Kiss poderia funcionar sem licença de localização ou sem um de seus pré-requisitos em vigência (Alvará Sanitário, licença de operação), respondeu que, como já foi consignado, pela legislação não poderia funcionar sem o licenciamento do município. Quanto ao CADIM – Cadastro de Informações Municipais, diz que não teve nenhuma participação nesse processo, não sabendo se foi implementado conforme determinação em Portaria, e que as pessoas mais indicadas para falar sobre o CADIM são as que constam na Portaria. Referiu que uma multa pode ser cancelada após seu lançamento, o que depende de uma análise dos auditores ou chefe do setor, destacando que pode ser cancelada por erro de digitação, caso em que será novamente lançada, ou por duplicidade de lançamento, decisão judicial, não lembrando se existem outros motivos de cancelamento. A decisão para o cancelamento é formalizada no próprio sistema informatizado. Sobre os dois cancelamentos de multas que constam no relatório de débitos, fls. 1065, acredita que, devido ao histórico, foram lançados no código “2,” quando deveriam ter sido lançados no código “4”, o que pode ser evidenciado no relatório da fl. 1068. Esclarece que havia indeferido os recursos das mesmas, conforme documentos das fls. 68/69 e 73/74.

MICHELE GUIMARAES DA SILVA (testemunha – fl. 2568) – relatou que é concursada no cargo de agente de obras, onde trabalhou até 2001 e após no setor de atendimento ao público, onde, a partir de 2004, passou trabalhar nos lançamentos de processos da Secretaria de Mobilidade Urbana. Afirmou que possui usuário e senha nos sistemas CP-Cadastro de Projetos e no SIM, o qual não lembra o significado, onde o "SIM" é um sistema de tramitação de Protocolo e o "CP" cadastro do processo já finalizado. No que diz respeito à tela 03.03 (fl. 2377) informou que o expediente tem início com um requerimento, o qual é encaminhado para o setor de vistoria, no caso o servidor responsável é o Alan Soares que faz as vistorias nos locais, se deferido o expediente é lançado no CP-Cadastro de Projetos, assim como após a vistoria feita obrigatoriamente é anexado ao requerimento um parecer técnico do Engenheiro responsável, que no caso do Expediente nº. 4756/2010, foi a pessoa de Julio Rebelato. Salientou que havendo um registro, obrigatoriamente há um documento respectivo. No caso do Expediente nº. 4756/2010, afirmou que o registro de vistoria que consta apenas no sistema "SIM" está correto. Sobre a inserção de dados nos sistemas de informática relativo a troca de numeração, informou que ao chegar o requerimento em suas mãos procede a verificação de registros, pesquisando por cadastro de IPTU, proprietário, rua e número, e não havendo registros nestes tópicos, procede a criação de um novo arquivo no sistema virtual. No caso do Expediente nº. 4756/2010, nenhuma das pesquisas acusava existência de arquivo, visto que, conforme fls. 1539 e 1542, os dados de IPTU, proprietário, rua e número não são iguais, considerando, ainda, que o lançamento que fez foi baseado nos dados constantes no expediente, por este motivo criou um novo arquivo no sistema. Sobre o uso do sistema, afirmou que **o sistema CP-Cadastro de Projetos possui uma falha relativa a senhas, pois à medida que um usuário precisa alterar a senha e vai no menu usuários, o sistema lista todos os usuários e as respectivas senhas,** logo, **qualquer pessoa que tiver acesso ao sistema tem acesso a senha dos demais usuários.** Acrescentou que **uma casa só pode ter um número de IPTU. <u>Neste momento</u> foi apresentado o Expediente nº. 4756/2010 (fl. 916 do V Volume) datado do dia 22/02/2010, que contém um requerimento em nome de Santo Entretenimento Ltda., no qual fora solicitada a possibilidade de verificar o uso do número 1925, no qual consta o número de IPTU 09930600-9, sendo também apresentada a fl. 921, onde está inserida uma guia do IPTU em nome de Econ Empreendimentos de Turismo e Hotelaria (proprietário do imóvel) e, diante destes dois documentos (fls. 916 e 621), foi perguntado se efetuou a verificação no sistema de quem era o proprietário do imóvel em tela, visto que havia dois documentos com o mesmo número de IPTU, antes de abrir uma nova pasta no sistema informatizado, quando respondeu que pesquisou pelos dados do requerimento, nome, endereço e IPTU e pelo nome de Ives Roth, ocasião em que encontrou o endereço Andradas 1935**. **Também foi questionado se o requerimento para troca de número, de fl. 916, não deveria estar acompanhado de uma certidão do cartório de registro de imóveis, a fim de comprovar o nome do proprietário, quando respondeu que não faz análise de documentos, os quais são analisados**

pelo engenheiro Julio Cesar Rebelato, que era a pessoa que deveria saber da real situação do imóvel. Afirmou que deveria ter verificado se a Santo Entretenimento era proprietária, ou a Econ ou a Ives Roth, logo cometeu um erro, pois deveria ter verificado toda a documentação anexa ao Expediente 4756/2010, inclusive ter observado a guia de IPTU que está inserida na fl. 921, a fim de não abrir novo arquivo com o referido expediente.

BELOYANES ORENGO PIETRO JUNIOR (testemunha – fl. 2562) informou que é Fiscal Municipal II desde o ano de 2000. A partir do ano de 2009 até 2013 trabalhou na Secretara de Controle e Mobilidade Urbana no Setor de Patrimônio, e em agosto de 2011 assumiu a função gratificada de Superintendente de Fiscalização. Na função de Superintendente tinha a atribuição de coordenar os trabalhos dos setores de fiscalização dos alvarás de localização, da Equipe de Posturas e da fiscalização do Setor de Patrimônio. Indagado qual é o procedimento adotado no Setor de Posturas, desde o recebimento de denúncias, até a ultimação, respondeu que somente pode falar sobre o que aconteceu a partir do momento em que assumiu a Superintendência de Fiscalização, em agosto de 2011, dizendo que antes o Superintendente era Alexandre Pinzon Vargas. Esclareceu que o procedimento, durante a sua gestão, era o seguinte: havia dois fiscais que trabalhavam internamente para receber denúncias relacionadas ao sossego e posturas, e também atendimento ao público relacionado com a atividade fim. O lançamento e inserção de dados das NAIs no Sistema era realizado pela servidora Idianes, na parte da tarde, além de também realizar serviços externos de fiscalização. Esclareceu que após o lançamento no Sistema, Idianes fazia a impressão da NAI e a entregava aos colegas que trabalhavam no atendimento interno, para que eles entregassem ao fiscal que constatou a infração para assinatura. Após a assinatura o documento era colocado na demanda dos fiscais para cientificar pessoalmente o notificado ou encaminhar por AR quando fosse o caso. Quanto às formas de cientificar o contribuinte sobre a NAI, disse que por analogia adotam o CTM, ou seja, pessoal, AR e edital, enfatizando que não recorda de nenhum encaminhamento para edital. Com relação à NAI 4868303, de fl. 46, aplicada em 10/01/2010 e lançada no Sistema em 15/01/2010, no valor de R$3.904,80, sem mais nenhuma providência, conforme documento de fl. 53, alegou que não é relacionada ao período em que esteve à frente da Superintendência. Não recorda de nenhum caso durante sua gestão dos fiscais não conseguirem dar ciência das notificações aos notificados a cerca de infração à legislação de posturas. No período em que foi Superintendente, tinha como Secretário Marcelo Bisogno, e após Miguel Passini. Disse que hierarquicamente, abaixo do Secretário está o Secretário Adjunto, e, a seguir, o Superintendente, e abaixo desse estão os fiscais. O Secretário adjunto, durante sua gestão, acredita que era Vladimir Prestes Machado, pois era o comentário, salientando que nunca recebeu ordem dessa pessoa. Não recorda de reclamações de vizinhos da Kiss acerca dos barulhos. Esclareceu que tudo que é ordinário no setor de trabalho obedece ao fluxograma normal de atendimento da demanda, isto é, somente são levados

ao conhecimento superior os casos que fujam da rotina comum de trabalho. Esclareceu também que antes de ser o Superintendente, trabalhava na mesma Secretaria de Mobilidade Urbana, porém no Setor de Fiscalização de patrimônio. Enquanto nesse Setor, não participou de nenhuma atividade fiscalizatória na Kiss, assim como não analisou nenhum documento dessa casa noturna. Quanto ao Sistema Informatizado de multas, diz que nunca operou o sistema e desconhece o seu funcionamento, assim como **não sabe se há intercomunicação entre as Secretarias**. Disse que nunca sofreu ingerência na execução de suas atribuições de Superintendente ou de fiscal, assim como não tem conhecimento de que tivesse ocorrido em relação a seus colegas.

Foi realizada a juntada de um requerimento entregue por Julian Oscar Lenhart Lameira (fl. 2361) no qual informou que em decorrência de uso de medicação e problemas pessoais possui problemas de memória e comunicação. Esclareceu que somente foi Gerente de Fiscalização até 2008, contudo após esta data foi exonerado, mas como permaneceu no mesmo setor, pode ter confundido os colegas que acreditaram que ainda era Chefe. Quanto a NAI nº 3887803 que assinou e posteriormente foi anulada no sistema, se deu, pois a NAI anterior de nº. 3829403 ainda não havia se efetivado, posto que o infrator não havia sido cientificado. Após a notificação do infrator, as demais multas foram lançadas. O sistema não permite que retire a informação de anulação da multa.

JULIAN OSCAR LENHART LAMEIRA (testemunha – fl. 2564 - reinquirição) indagado acerca de sua colocação no final do documento de fl. 2363 destes autos, quando refere que no dia de seu depoimento prestado em 05/12/2013 não teria lhe sido permitido fazer colocações, esclareceu que no dia do depoimento mencionou que estava com sua memória prejudicada em razão de estar fazendo uso de medicamentos para depressão, fato que queria consignar no seu depoimento, porém isso não constou. Reiterou que trabalhou no Setor de Posturas entre 2005 e novembro de 2010, sendo que foi chefe desse Setor no período entre 2005 a 31/12/2008. Indagado quanto a NAI nº. 48683030, de fl. 46, no valor de R$ 3.904,80, que segundo o documento de fl. 53 teve somente o lançamento no Sistema, declarou que não recorda especificamente dessa NAI, mas lembra que existiam NAIs para a Kiss. Acredita que a referida NAI tenha sido arquivada equivocadamente. Perguntado quanto à sistemática do Setor de Posturas quanto as NAIs, respondeu que vários servidores poderiam participar de um mesmo procedimento, isto é, um servidor efetua a notificação, outro constata o descumprimento, outro confecciona a NAI, outro a entrega e um último efetua o lançamento no Sistema (fechamento), podendo ser qualquer servidor ou o mesmo para todas as etapas. Portanto, não havia um servidor específico para fazer os lançamentos das NAI nos sistemas e encaminhá-las para ciência do notificado. Reafirmou que não era sua atribuição exclusiva realizar essas tarefas. Questionado pelo fato da NAI de fl. 46 ter sido aplicada e lançada no Sistema pelo fiscal Denilson, referiu que não necessariamente caberia a ele dar ciência desta ao infrator. Consignou que pelo que recorda, no período em que

trabalhou no Sossego Público, não havia a figura do Superintendente, e somente os assuntos mais complexos eram levados ao conhecimento do Secretário Sérgio Medeiros, como por exemplo, a necessidade de embargo.

JULIANO MARCELLO JARDIM CABRAL (testemunha – fl. 2596) declarou que é funcionário municipal desde maio de 1997, quando ingressou no serviço municipal através de concurso público para fiscal I. No ano de 2002 fez novo concurso para fiscal II. A previsão legal da atividade do fiscal municipal está prevista na Legislação Municipal do ano de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Servidor Municipal, e existe o anexo 03, que traz a atribuição de todos os cargos dos servidores municipais. Esclareceu que no ano de 2004 a Lei do Plano de Carreira do Servidor do Município e logo depois cerca de uns três ou cinco foi editada nova legislação, alterando alguns artigos da lei anterior e do anexo 03. As atribuições do fiscal II são bem extensas e certas atividades de fiscalização como fiscal da Secretaria da Saúde exigem uma portaria, conforme previsto na Lei nº. 4040/1996, visto que através da portaria, o fiscal da vigilância sanitária é considerado Autoridade Sanitária. Pelo que conhecimento que possui há portaria designando o Fiscal Ambiental, **sendo que quem não está lotado na Secretaria de proteção ambiental não pode fiscalizar a área ambiental**. Durante os cinco primeiros anos que trabalhou na PMSM, começou as atividades na antiga SMIC (Sec. Munic. Da Indústria e Comércio). Em 2002 passou para a fiscalização dos alvarás de localização, na Secretaria de Finanças. A partir de 2004 foi para o PROCOM e, em 2007, para a Secretaria de Trânsito, onde permaneceu até 2009, quando foi lotado na Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana no setor de alvarás de localização, na equipe de fiscalização do referido alvará. Na vistoria dos Alvarás de Localização, verificava o endereço do estabelecimento, o tipo de atividade, a área do estabelecimento para fim tributário e se estes requisitos estavam de acordo com o que estava declarado pelo empreendedor, o que era registrado no boletim de vistoria, que já recebia impresso para realizar a vistoria. Havia um colega de nome Izidoro que trabalhava em sua companhia, o qual possuía mais tempo de serviço. Referiu que no início de cada ano era realizada uma reunião, onde, por consenso entre os fiscais, faziam a divisão da área urbana e rural para ser fiscalizada. O controle da distribuição da área para os fiscais era feito em uma planilha e era realizado por uma funcionária do setor que trabalhava no expediente interno, emitindo os boletins de vistorias dos locais a serem fiscalizados e através do controle da área de atuação dos fiscais a servidora Beatriz Uminski distribuía os boletins para os fiscais vistoriarem os locais. Após realizada a vistoria, os boletins eram devolvidos para Beatriz registrar a fiscalização e acredita que eram lançados no Setor de Finanças para gerar a taxa de fiscalização. A fiscalização do Alvará de Localização na maioria das vezes era realizada por provocação da própria PMSM, através da verificação do sistema informatizado, onde são impressos os boletins de vistoria e distribuídos aos fiscais para que realizem as vistorias. Destacou que também ocorrem vistorias originadas por denúncias, em que o fiscal vai até o local para verificar a veracidade. A divisão da área de fiscalização de obras é dividida por região na cidade, enquanto a fiscalização

do Alvará de Localização é feita por rua. Esclareceu que os fiscais que vistoriam obras geralmente ficam nas mesmas regiões da cidade, devido a um consenso dos fiscais. Disse que fiscalizou a Kiss em 19 de abril de 2012, devido ao fato de que a colega Beatriz Uminski havia recebido uma denúncia sobre a possibilidade da Kiss não possuir Alvará de Localização e ele não havia conseguido localizar o fiscal da área, Julio Boelter, o que não ocorreu porque era final de expediente. Beatriz pediu para que juntamente com Izidoro vistoriassem o local. Ao verificar no sistema informatizado Beatriz observou que a Kiss não havia sido vistoriada e por isso pediu que fizessem a vistoria. Informou que quanto ao documento de fl. 2065, do XI Volume, a letra sua e uma das assinaturas que constam no boletim de vistoria é sua e a outra de Izidoro. O relatório de vistoria foi realizado no dia 19/04/2012, e no local onde constam as anotações do fiscal, está inserida uma informação: "Alvará Sanitário, com validade até 31/03/2012, OK", ou seja, já havia vencido o prazo de validade do Alvará Sanitário, tendo esclarecido que era apenas para constar no boletim de vistoria que o local tinha Alvará Sanitário, mas **a validade do mesmo deveria ser verificada pelo Fiscal Sanitário, porque ele possui portaria para fiscalizar**.

ELSA MARIA PROLA (testemunha – fl. 2862) sustentou que não conhece e não tem nenhuma relação com Elissandro Sphor, Mauro Londero Hofmann ou qualquer outra pessoa que tenha sido proprietária da Kiss. Declarou que trabalha no Município há vinte e sete anos, e desde 1998 é funcionária concursada. Seu cargo, desde então, é Fiscal de Tributos. Desde o ano de 2009 trabalhou como Fiscal Municipal II na Secretaria de Mobilidade Urbana, a qual recentemente passou a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Disse que nunca efetuou notificação, multa ou participou de embargo da Kiss, mas tem conhecimento que ela foi multada e embargada no ano de 2009, em razão de obras irregulares. Quanto a **Certidão de fl. 2751, declarou que lavrou esse documento na data que consta nele, ou seja, em 26/12/2013**, e que o mesmo reflete a verdade. Referiu que quem lhe pediu para fazer esse documento foi o Superintendente Tiago Candaten, afirmando que os termos nele constantes são seus, isto é, ninguém lhe ditou o teor. Afirmou que no ano de 2011, provavelmente no mês de março ou abril, recebeu um ofício que havia sido encaminhado pelo Escritório da Cidade, no qual constava que havia uma mudança na fachada da Boate Kiss. Esclareceu que nessa época (2011) não havia a figura do Superintendente, nem chefe no seu setor de fiscalização, dizendo que todos eram vinculados diretamente ao Secretário de Mobilidade, não lembrando se era o Secretário Bisogno ou já era o Passini. **Disse que foi sozinha até a Kiss**, na parte da manhã, não lembrando o dia da semana, **ocasião em que verificou que já havia sido colocado todo o revestimento de madeira** (de cima até embaixo e de uma extremidade lateral até a outra). Sobre a calçada não havia nenhum tipo de material de construção. Indagada se por ocasião dessa vistoria formalizou algum documento, respondeu que sim, que escreveu a próprio punho no verso do ofício recebido do Escritório da Cidade, dizendo que descreveu tudo o que viu no local, e que não tinha enquadramento legal, **pois no seu entender não**

caracterizava alteração de fachada. Alegou que esse documento teria sido restituído ao Fiscal Daniel Bolegon, o qual na época era o encarregado de protocolar os documentos recebidos e distribuí-los aos fiscais. Não sabe se Daniel encaminhou o fato (ofício do EC e o parecer que fez) aos engenheiros da Secretaria de Mobilidade para análise. Acredita que o resultado de sua vistoria tenha feito o caminho inverso, ou seja, retornado ao Secretário de Mobilidade e ao Escritório da Cidade. **Não teve acesso a cópia do documento de vistoria que formalizou em 2011 para fazer a certidão de fl. 2751, pois esta sumiu**. **Neste momento a testemunha foi novamente alertada que está sob o compromisso e que o documento que diz ter preenchido, quando da sua vistoria, será requisitado para fins de perícia**, **quando após breves instantes de reflexão, declinou: "na época (2011) quando eu recebi o ofício do EC eu estive na boate Kiss e verifiquei que a fachada já estava concluída, mas não formalizei nenhum documento"**. **Referiu que "essa Certidão que eu fiz (fl. 2751), eu fiz com base no que eu lembrava"**, **acrescentando que quando receberam a solicitação da Polícia Civil para o encaminhamento dos documentos referentes à vistoria na fachada, procurou** o Ofício do EC (n.º 148/2011) e **não encontrou a via original**, mas somente uma cópia desse ofício, na qual **escreveu no verso** do documento de fl. 2751. Disse que colocou a data 26/12/13 em razão de que foi nessa data que formalizou esse documento entendendo que não seria correto de sua parte colocar data da época da vistoria. Disse que não levou ao conhecimento da Procuradoria do Município, somente ao superintendente Tiago Candaten. Afirmou que ao formalizar o documento de fl. 2751 não teve a intenção de prestar informação inexata para a polícia ou induzi-la a erro. Foi procedida a leitura do parágrafo 1º do art. 49 e do Oficio 148/EC/11/DT e após questionada, ratificou o teor dos termos que fez constar na declaração (fl. 2751), pois entendeu que não havia avanço no passeio público com a obra realizada na Kiss, bem como ratificou que tal obra não se trata de alteração de fachada do imóvel. **Informou que a área onde funcionava a Kiss é de sua responsabilidade em fiscalizar e que de 2009 a 2013 não identificou obras irregulares na Boate, a única identificada foi em 2009 pelo fiscal Garcia Vargas**. **Disse que era a única que fiscalizava obras na área central da cidade.** Destacou que reside entre o Km 02 e a Vila Carolina, na Rua Professor Antônio Carvalho, desde o ano de 1969 e a Rua dos Andradas, inclusive em frente a Kiss, é sua rota de trânsito, isso há cerca de uns dez anos. Foram mostradas as fotografias de fl. 2996, quando afirmou que se trata da mesma fachada que existia quando realizou a vistoria.

FABIANA BEATRIZ ANGNES SORIA GALVARRO (fl. 2918) informou que começou trabalhar na Prefeitura Municipal de Santa Maria em fevereiro de 2008, concursada como engenheira civil. Efetuava os projetos de obras do PAC (programa de aceleração do crescimento), depois em dezembro de 2008 ou janeiro de 2009 foi para o Setor de Análise de Projetos na Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, onde analisava os projetos de edificações e de reformas e emitia certidões de Zoneamento. Não conhecia Tiago Flores Mutti, Alexandre Silva Da Costa, Santiago Muggica Mutti, Cristina

Gorski Trevisan, Elissandro Calegaro Sphor, Angela Aurélia Callegaro, Jackson Heitor Panzer ou Volmir Astor Panzer. Disse que não tinha conhecimento que a Kiss foi embargada pela fiscalização de obras e pelo Secretário Sérgio Renato Medeiros, ou seja, o numeral do prédio 1935 tinha dois embargos. Referiu que quando necessitava de documentos do arquivo da PMSM era feita uma solicitação para o encarregado do setor, que providenciava em localizar a pasta do imóvel. Não lembrou como eram organizados os arquivos e se eram por nome ou por número. Disse que não era autorizada a entrar no setor de arquivo da análise de projetos, visto que o local é restrito aos funcionários do setor. Os projetos dos imóveis ficavam dentro de envelopes e na parte de fora havia dados de identificação, sendo que os envelopes ficavam arquivados dentro de caixas arquivo de papelão. Salientou que, em seu entendimento, não deveria ter sido criada a segunda caixa para o imóvel da Kiss com o número 2455. Não soube responder se pelo fato do imóvel da Kiss não possuir Certidão de Conclusão de Reforma, possuir dois embargos, seria legal efetuar a mudança de numeral oficial da edificação, sem proceder à vistoria no local. Frisou que um imóvel não pode ser habitado ou utilizado para o comércio se não possuir Certidão de Conclusão de Reforma e por isso **a Kiss não poderia ter funcionado**. Era o Escritório da Cidade que analisava o Estudo de Impacto de vizinhança. Esclareceu que emitiu a Certidão n.º 4008/09 de Zoneamento e Uso do Solo conforme fls. 1452, 1453, 1454 e 1461 do VIII Volume. Disse que é analisado se o estabelecimento e atividade pretendida podem ser instalados no referido local, existindo uma tabela no plano diretor, a qual é consultada. Segundo os Técnicos do Escritório da Cidade esta certidão somente poderia ser expedida após o parecer favorável do EC quanto ao EIV, o que não ocorreu, pois o Oficio nº. 705/EC/09/SC (fl. 1410 do VIII volume) informava que faltava a apresentação do contrato de locação de vagas de estacionamento. Sustentou que a certidão de zoneamento não tem relação com projeto de reforma e nem de edificação podendo ser expedido independente da análise de projetos. **A Certidão de Zoneamento é um dos requisitos para ser emitido o Alvará de Localização**.

NIVEA BEATRIZ KRIEDTE DA COSA (testemunha – fl. 2973) foi funcionária da Prefeitura desta cidade desde o ano de 1984 até dezembro de 2011, salientando que a partir de 1992 passou a ser estatutária. Como Arquiteta, desempenhou suas funções na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, no setor de Projetos, sendo transferida para a Secretaria de Município de Planejamento, onde permaneceu até 2006. A partir daí retornou para a Secretaria de Controle e Mobilidade, permanecendo até 2010 no setor de Análise de Projetos. No início do ano de 2011 passou a desenvolver suas funções no Escritório da Cidade, se aposentando no final de 2011. Indagada sobre qual é o procedimento em casos de encaminhamentos de projetos de obras novas ou reformas, disse que tais projetos são submetidos à análise dos técnicos (engenheiros e arquitetos) da Secretaria de Controle e Mobilidade, hoje denominada Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para aprovação e licença, documento este que autoriza o início das obras. Em relação aos projetos de obras encaminhados pela Kiss, aduziu recordar-se que em algum

momento, que não sabe qual, passou por sua análise um projeto, provavelmente para reforma, o qual estava em nome da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria, Rua dos Andradas n.º 1935. Esclareceu que esse projeto vinha de uma análise anterior, isto é, não estava sob a sua responsabilidade. Neste ato foram mostrados os documentos de fls. 867 a 871, e ao examiná-los disse que sua participação referiu-se à análise anterior do Arquiteto Rafael, em que foi verificado o não atendimento das exigências elencadas por ele (Rafael), quando elaborou o Despacho de fl. 871. Nesse despacho, fez constar a exigência do Escritório da Cidade em relação ao contrato de locação para vagas de estacionamentos, conforme Ofício nº. 705/09 do Escritório da Cidade. Alegou que não teve nenhuma outra participação na análise de projetos da Kiss. Esclareceu, em relação ao contrato de locação de vagas de estacionamentos, que esse documento se fazia necessário para atendimento da Lei de Uso do Solo e Código de Edificações do município. Referiu que apesar de essas legislações não preverem expressamente o contrato de locação de vagas, esse documento foi instituído pelo município para atender os casos em que se torna impossível a previsão de vagas, especialmente em prédios mais antigos. Indagada quanto à análise de EIV e Consulta Popular, disse que no exercício de suas funções nunca examinou nenhum desses documentos, pois não fazia parte das funções que desenvolvia. Indagada em que implica no processo a falta de Certidão de Conclusão de Obra, respondeu que não dá conclusão ao processo que está em aberto, acreditando, sem convicção, que não comprometa a aprovação de novo projeto que altere aquele uso. Perguntada quanto ao arquivamento da documentação de imóveis que tramitam na Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, informou que o arquivamento não é feito pelo número do IPTU, e sim em nome do requerente e pelo endereço do imóvel. Quanto a embargos de obras da Kiss, afirmou que nunca tomou conhecimento. **Perguntada se em algum momento comunicou ao Setor de Fiscalização do Município de que a boate Kiss estava realizando obras sem a devida aprovação do Município, respondeu que não**, mas que entre os engenheiros e arquitetos do Setor de Análise de Projetos comentavam que as obras da Rua dos Andradas 1935 estavam em andamento apesar de o projeto estar em tramitação. **Não tem conhecimento de que outro profissional da área técnica tenha comunicado o setor de fiscalização da prefeitura sobre obras da Kiss sem a aprovação de projetos.**

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (reinquirição - testemunha – fl. 2868) declarou que analisou os pedidos de licenciamentos para reforma da Kiss, expedientes 21399/09 e 27562/09. No expediente 21399/09 apontou inúmeras exigências, logo não aprovou o requerimento, contudo foi encaminhado para o Escritório da Cidade, para análise quanto ao patrimônio histórico e o impacto de vizinhança. Foram 29 exigências apontadas neste expediente (discorreu sobre cada uma individualmente). Quanto ao expediente 27562/09, apontou sete exigências (discorreu sobre cada uma individualmente). Quanto a troca de fachada esclareceu que é necessário projeto aprovado pelo Escritório da Cidade. Entende que é possível a troca de

numeração do imóvel, contudo não é usual a criação de uma nova caixa. Informou que **na caixa referente ao ao nº. 1935 havia um embargo de obra**, **faltava certidão de conclusão de reforma, multas por obras irregulares, mas mesmo assim foi criada uma nova caixa, referindo não ser o procedimento usual e que desconhece o motivo pelo qual isso ocorreu**. Destacou que seu papel era somente analisar a documentação. A parte de execução das obras era atribuição do setor de vistorias comandado pelo Engenheiro Julio Cezar Rebelato. Salientou que diante da regularidade de uma obra era emitida a Certidão de Conclusão de reforma. Somente os requerentes tem conhecimento quanto ao procedimento de análise de reformas, **pois não há comunicação entre o licenciamento e a fiscalização.**

NIVEA BEATRIZ KRIEDTE DA COSA (testemunha – fl. 2973) é arquiteta estatutária desde 1992. Em 2010 trabalhou na Secretaria de Mobilidade Urbana e em 2011 no Escritório da Cidade. Lembra que em alguma ocasião passou por sua análise um projeto de reforma da Kiss, situada na Rua dos Andradas, 1935, em nome da Eccon Empreendimentos, mas não era de sua responsabilidade, pois já havia análises anteriores. Sua atuação foi exclusivamente para determinar que os proprietários apresentassem um contrato de locação de vagas de estacionamento (fl. 871). Recorda que entre os técnicos do Setor de Análise de Projetos era comentado que o prédio da Kiss estava em Obras, embora ainda estivesse tramitando a aprovação do projeto.

SILVIO STEIN (testemunha – fl. 2799) referiu que é Coordenador de Sistemas de Informação da Prefeitura e presta serviços de informática. Discorreu sobre os sistemas informatizados que criou para Prefeitura Municipal. Disse que após o incêndio da Kiss, foi feita uma reunião com o Secretário de Mobilidade, quando foram apresentadas as deficiências no processo de gerenciamento das vistorias. Foi solicitado pelos fiscais a reativação de um sistema anterior, mas na plataforma web. Quem faz o lançamento dos dados da vistoria no sistema são as pessoas que trabalham no administrativo do setor de fiscalização de alvará; após o cadastro mobiliário expede o alvará de localização. O sistema não possui mecanismo que informe a ausência de algum documento, mas tem condições de gerar relatórios de infrações com as situações individualizadas. Quanto à notificação 48683030 aplicada à Kiss, que não havia sido finalizada à época, pois o proprietário da Boate não havia sido localizado, foi procurado pelo fiscal Denilson, que só então havia conseguido localizar o proprietário e notificá-lo, e queria finalizar a notificação, o que o fez. O sistema gerou uma multa, a qual entregou em mãos a Marilene, Superintendente de Receitas da Secretaria de Finanças. Após o incêndio da Kiss foi solicitado que fizesse um levantamento de tudo que havia referente àquele estabelecimento, tendo o resultado sido entregue a Marilene.

SANDRA HELENA PORTELLA (testemunha – fl. 3157) declarou que sempre trabalhou no Cadastro Mobiliário e que desde 2012 é Coordenadora Setorial do Cadastro. Quanto a Kiss, bem como quanto a todos

os estabelecimentos descritos no quadro II do Decreto nº. 32/2006, após protocolo é feita uma pré-análise para verificar se estão presentes a FID, CNPJ, Contrato Social, documentos dos sócios, Alvará dos Bombeiros, IPTU comercial, EIV, Isolamento Acústico, Certidão de Zoneamento, Alvará Sanitário e Licença de Operação. Após, é encaminhado para os fiscais realizarem vistoria na qual deverá ser observada a atividade, área ocupada (incluindo estacionamentos), endereço. A vistoria retorna ao setor e então é feita uma análise minuciosa comparando com os documentos, sendo, a seguir, encaminhada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para verificar se há algum óbice, como, por exemplo, perturbação ao sossego público. Se estiver tudo certo, o processo retorna para o Cadastro Mobiliário e é expedido o Alvará de Localização. Disse que não se pode deixar de emitir alvará de localização diante da existência de dívida. Analisou a documentação da Boate Kiss, juntamente com Marcos Vinícios Biermann. A Consulta Popular estava anexada junto ao procedimento, porém não há previsão legal para sua exigência. O Decreto nº. 40/2005 prevê que no caso de denúncias quanto ao sossego público, poderá ser solicitado um novo EIV e revisado o alvará de localização. Disse não ter conhecimento sobre a existência de abaixo-assinado referente à Kiss. No EIV é analisado o impacto em um raio de 100 metros do estabelecimento. Não tem conhecimento que seja o Município que forneça os formulários para fins de Consulta Popular. Não tem conhecimento e não sabe o motivo pelo qual Marcos Vinicios Biermann solicitou mais assinaturas na Consulta Popular. Salientou que no setor do Cadastro Mobiliário a análise é documental, mas que cada documento tem seu parecer técnico e é avaliado e deferido pelas respectivas secretarias, destacando que apenas analisam a questão de validade e se estão presentes todos os documentos necessários. Quanto ao alvará sanitário da Kiss não recordou de sua análise, mas se o alvará de localização foi expedido é porque ele esta com sua validade correta.

BEATRIZ LIMA UMINSKI (testemunha – fl. 3176) informou que é funcionária pública municipal desde 1990 e que a partir de 2001 desempenha suas funções na Fiscalização de Alvarás e Posturas. A vistoria do dia 11 de fevereiro de 2011 foi realizada somente por seu colega Jose Alcindo Bittencourt de Borba; apenas revisou o documento, rubricou e lançou no sistema para gerar a taxa. Em razão da Instrução Normativa 01/2007, em fiscalizações, tem costume de solicitar ao empreendimento os demais alvarás. Nunca fiscalizou ou analisou documentação para fins de emissão de alvarás da boate Kiss.

LAZARO FLECK SILVA (reinquirição, testemunha – fl. 3182) informou que é Químico Industrial e que trabalhou na Secretaria do Meio Ambiente como Gerente de Licenciamento. Esclareceu que, referente a LO 113/2012, apesar do procedimento do licenciamento ter sido distribuído em seu nome, não realizou vistoria, pois somente faz, quando referente a sua área.

e) DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FINANÇAS

RICARDO VARGAS GARCIA (testemunha - fl. 2259) declarou que é funcionário público municipal desde 10/06/1998 e ingressou via concurso público para Fiscal Municipal II, tendo iniciado na Secretaria de Trânsito. A partir de 2002, foi lotado na Secretaria de Finanças, onde permanece até hoje. Na Secretaria de Finanças, existe o Setor de Dívida Ativa, responsável por cadastrar as pessoas que estão em dívida com o município. Foi a ele apresentado o formulário de denúncia nº 327/2009, fl. 1488 do VIII Volume, que indicou que a Obra na Kiss foi embargada e lavrada autuação, por ser uma obra irregular, sem possuir alvará de licença para construção, sendo que após observar o documento, alegou que recebeu uma informação verbal de Luciane Flores Prestes, que trabalhava no mesmo setor, mas tinha a função de gerente de finanças. Luciane lhe informou verbalmente, assim como para a colega Maristela Martine, que existia uma reforma em alvenaria na Rua dos Andradas, nº. 1935, antigo G10. Então formalizaram a denúncia por escrito, sendo que a origem dela foi o Escritório da Cidade, não sabendo declinar quem do EC comunicou a Luciane. Adotavam como praxe formalizar por escrito fatos desta natureza, para dar maior transparência e comprometimento com o trabalho e para que o denunciante tivesse uma resposta formal do trabalho da fiscalização realizada. A denúncia foi recebida e formalizada no dia 07/07/2009, e no mesmo dia foram até o local, ocasião em que constataram uma reforma interna em alvenaria. Foi solicitada a apresentação do Alvará de Licença para Reforma. Referiu que diante da não apresentação, lavrou a Notificação nº 12738, que está inserida na fl. 1489 do VIII Volume, com o prazo legal de 30 dias para regularização, conforme artigo 69 da Lei nº. 032/2005 – Código de Obras do Município. No mesmo instante da notificação, Maristela efetuou o Embargo Administrativo da Reforma Interna de nº. 253, conforme fl. 1490 do VIII Volume. Informaram, também, a gerência de tributos sobre patrimônio (Luciane), que o local foi fiscalizado, sendo emitida uma notificação e um embargo para a obra. A notificação e o embargo foram entregues na mesa da gerente (Luciane), em mãos, para apreciação e despacho, o que ocorreu em 09/07/2009, conforme consta no documento de denúncia. A partir disso, a notificação e o embargo são destinados aos servidores internos, a fim de que façam o lançamento da atividade realizada no sistema informatizado da PMSM, gerando um número de notificação preliminar (NP nº. 1315/2009 referente à notificação 12738, e NP nº. 1314/2009 quanto ao embargo). Ambas foram lançadas no sistema da PMSM no dia 15/07/2009. A servidora que fez o lançamento no sistema foi Viviane Santiago. Após o lançamento no sistema, o embargo deve ser devolvido para que os fiscais externos façam a vistoria, objetivando atestar se o embargo foi atendido ou não, sendo este o único objeto deste deslocamento. Atestou que, no dia 20/07/2009, o embargo não foi atendido e, de imediato, efetuou o enquadramento para a multa e devolução à gerência, ou para os servidores internos efetuarem o Lançamento do Auto de Infração no sistema informatizado da PMSM. Posteriormente, em 13/08/2009,

foi solicitado novamente para que atestasse se o embargo havia sido cumprido. No dia 13/08/2009, no verso do embargo 253 (verso da fl. 1490, do VIII Volume), atestou que não foi atendido, tendo comunicado a gerência de tributos sobre patrimônio, Viviane Santiago, que pela segunda vez o embargo não havia sido cumprido. Depois que entregou o documento para Viviane, não sabe qual a decisão que foi tomada. As vistorias eram diurnas. A orientação do Gerente de Tributos sobre o Patrimônio era para que o embargo e notificação fossem emitidos sempre no nome do Proprietário do Imóvel; então, o Auto de Infração nº. 03812603 foi expedido em nome da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria LTDA., em 24/08/2009, no valor de R$ 3.738,35, referentes à reforma sem licença. O auto de infração do embargo possui o número 03812703, também em nome da Eccon, emitido em 24/08/2009, no valor R$ 11.215,07, sendo que a sua ação terminava no ato de assinatura do auto de infração, que já havia sido lançado no sistema informatizado da PMSM. O procedimento padrão para o embargo era efetuado da mesma forma por todos os fiscais do setor, que atestavam no verso do embargo se foi cumprido ou não, não havendo qualquer outra ação além desta. Salientou que são três as formas de comunicação das notificações e autuações, conforme artigo 67 da Lei nº. 32/2005: via AR, pessoalmente ou publicação na imprensa local ou publicação em jornal de grande circulação, ou, ainda, fixação em dependência franqueada ao público. O fiscal do setor de Gerência de Tributos sobre Patrimônio age de Ofício ou por denúncia. Disse que o único documento que cobrava quando fiscalizava obras era o Alvará Licença para Construção. Na Kiss, especificamente não teve conhecimento de alguma obra realizada, mas no endereço onde passou a funcionar sim, tanto que fiscalizou o local a partir de 07/07/2009 até o 13/08/2009. Não tem conhecimento se o embargo de obra que emitiu foi atendido, pois não fiscalizou mais depois de 13/08/2009. **Afirmou que em momento algum na função de fiscal de obras recebeu treinamento ou curso para desempenhar a atividade.**

Realizada a juntada de uma portaria entregue por Ricardo Vargas Garcia (fls. 2263 – 2265).

MARILDA MANFIO (fl. 2277) informou que é funcionária pública municipal desde o ano de 2000, quando ingressou através de concurso público e passou a desempenhar as atividades de contadora até a presente data, e desde o ano de 2002 está na Superintendência de Execução Orçamentária e Financeira. Disse que cuida da parte da execução do orçamento e das finanças que são os registros das receitas do município, sendo responsável pelos registros contábeis exigidos na contabilidade da PMSM, pela entrega dos relatórios exigidos pelo STN (Sistema Tributário Nacional) e pelos relatórios contábeis encaminhados para o Tribunal de Contas do Estado e ainda todas as atividades relacionadas à contabilidade pública municipal. Sustentou que à medida que o estabelecimento comercial não estiver com sua devida licença de funcionamento ou com esta renovada, deixa de recolher taxas relacionadas a licenciamentos. Na medida em que é realizada uma obra sem a devida licença, o proprietário não paga os tributos,

automaticamente o município deixa de arrecadar o valor relativo àquela licença. Sobre o Memo nº 1291/SMF/SGOF/2013, do dia 20/06/2013, fl. 1017, com os relatórios das receitas totais a cerca da taxa de fiscalização de vigilância sanitária que demonstram valores orçados e arrecadados para rubrica 1121.17.00.00.00 – Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, onde no ano de 2009 foi arrecadada a cifra de R$ 926.442,67 e orçados R$ 1.086.914,50, um déficit de arrecadação de R$ 160.471,83, no ano de 2010 arrecadados R$ 904.670,60 e orçados R$ 992.018,30, gerando um déficit de arrecadação nesta rubrica de R$ 87.347,70, no ano de 2011 arrecadados R$ 978.602,70 e orçados R$ 1.055.387,62, portanto provocando um déficit de R$ 76.784,92, e no ano de 2012 orçados R$ 1.130.131,91 e arrecadados R$ 1.054.346,09, com déficit de R$ 75.785,82, respondeu que é responsável por elaborar as peças orçamentárias e para montar o orçamento de 2009, por exemplo, partiu do valor arrecadado na receita de 2008 e aplicou a estimativa de inflação, o que ocorre em relação às taxas para o contribuinte, onde o valor pago por uma taxa de licença no ano de 2008 para o ano de 2009 sofre o aumento da inflação. Sobre os valores e as diferenças entre orçado e arrecadado, alegou que se trata de uma taxa de poder de polícia, à medida que é fiscalizada é arrecadada. Frisou que no seu entender, no que diz respeito a taxas de poder de polícia, é a fiscalização que motiva a arrecadação. Sobre o CADIM, informou que não foi implementado. **Perguntada se uma boate poderia funcionar sem licenças municipais ou com essas vencidas, respondeu que não.**

MARISTELA APARECIDA MILAN MARTINI (testemunha - fl.2286) informou que é funcionária pública municipal desde 1998, quando passou em concurso público para o cargo de Fiscal Municipal II. Atualmente, trabalha na Secretaria de Finanças, no setor de receita de fiscalização de IPTU desde o ano de 2000. Disse que foi a agente fiscal que assinou a notificação 03812703 e que aplicou a multa de R$ 11.215,07 à Eccon, por descumprimento do embargo de obra sem licença (fl. 1491, do VIII Volume). Emitiu o embargo 253 em nome da Eccon Empreendimentos, em 07/07/2009. No mesmo dia, juntamente com o colega Ricardo Vargas Garcia, que lavrou a notificação, receberam uma denúncia verbal da pessoa de Luciane Prestes, na época gerente do setor, a qual lhes informou que havia recebido uma denúncia do Escritório da Cidade de que na Rua dos Andradas, nº. 1935, estava ocorrendo uma reforma interna sem alteração de área e que não havia o Alvará Licença. Então, formalizou a denúncia, juntamente com Ricardo, e foram até o endereço para verificar a situação, onde constataram que realmente estava em andamento uma obra de reforma e que não havia o alvará licença. A pessoa que os recebeu no local foi o mestre de obras, Marcio Ramiro Barcelos da Silva. Ricardo expediu a notificação, enquanto expediu o embargo para que cessassem as atividades imediatamente. No verso da fl. 1490, do VIII Volume, consta que ainda foram realizadas mais duas vistorias (em 20/07/2009 e 13/08/2009), constatando que o embargo não havia sido atendido. O documento da fl. 1490, com as anotações no verso, foi entregue para a gerente Luciane Prestes, que analisou a notificação e encaminhou para uma funcionária interna da PMSM, do setor de patrimônio, Viviane Santiago Oliveira,

que fez o lançamento da notificação no sistema informatizado da PMSM, criando uma notificação preliminar, a qual recebeu o nº. 1314/2009. Ela lançou no sistema o não atendimento do embargo e, com isso, ocorreu a expedição da multa, que é o formulário que está inserido na fl. 1491 do VIII Volume. Após ser impressa, Viviane remeteu a multa para que assinasse, porque foi a fiscal que emitiu o embargo, e, depois de assinada, retornou para Viviane, para postagem no correio via AR, a fim de que os proprietários da Eccon tomassem conhecimento. Disse que no sistema informatizado da PMSM, fica registrado o funcionário que faz a digitação da multa. O procedimento para um estabelecimento realizar obras de reforma consiste em o interessado dar encaminhamento a todos os documentos e dar entrada em todas as secretarias ou setores necessários para que forneça a autorização para a reforma da obra, devendo ter o projeto aprovado, para a obra obter o Alvará Licença para a reforma de obra ou para obra nova, visto que a legislação do Código de Obras e de Edificações diz que nenhuma obra pode ser realizada sem autorização do município. Não tem conhecimento de quem tem o dever legal de analisar a documentação entregue para o licenciamento de obras, quem tem o dever legal de autorizar a emissão de alvará para reformas, bem como de quem deve assinar os alvarás de reformas. Não sabe se depois de solicitado o alvará de reforma é feita alguma vistoria e depois de solicitado o alvará de reforma, se é feita alguma fiscalização. Não tem conhecimento de qual procedimento adotado e quem age no caso de uma obra ser iniciada sem licença. Se ocorrer a fiscalização e constatar a ausência de o Alvará Licença, o fiscal notifica por falta de documentos e também embarga. A notificação dá prazo de 30 dias para que o notificado atenda a solicitação. Após isso, se não for atendido, ocorre a expedição da multa: na rua, o serviço é do fiscal, mas dentro da PMSM quem faz o controle de lançamento preliminar e definitivo no sistema é o funcionário que trabalha internamente no setor de patrimônio e que era a Viviane Santiago Oliveira. Qualquer outra decisão estava na esfera da gerente Luciane ou dos superiores dela. No caso do embargo não ser atendido, quem deveria fazer a comunicação para a Procuradoria Jurídica da PMSM (para orientação ou para ingressar com ação judicial) era a gerente Luciane Prestes, e a superior dela Marilene Cruz. Não tem conhecimento se pode ser emitido alvará de reforma para um imóvel em que o proprietário possua dívidas com o Município ou tenha débito de IPTU em dívida ativa. Não tem conhecimento da diferença entre certidão de habite-se e certidão de conclusão de obra, de como ocorre o processo de emissão de carta de habite-se e da certidão de conclusão de obra, de quais documentos e tributos devidos e de quem analisa a documentação. Disse que estavam sendo feitas reformas sem licença no imóvel onde posteriormente passou a funcionar Kiss, ocasião em que foi lavrado o Embargo de Obra nº 253 (fl. 1490 do VIII Volume), no dia 07/07/2009. No verso, consta a revistoria, onde comprovou o descumprimento do embargo, bem como uma terceira vistoria. **Não tem conhecimento se a obra foi concluída, mas sabe que o embargo e a notificação não foram atendidos.** Depois disso, em julho de 2009, deixou de fiscalizar obras por força da reforma administrativa do atual governo municipal, porque a atribuição passou para a Mobilidade Urbana, sendo que permaneceu na Secretara de Finanças. Não

tem conhecimento se, havendo um embargo de obra, a Boate poderia funcionar.

ISABEL CRISTINA ALFARO MEDINA (testemunha - fl. 2318) declinou que trabalha na Secretaria de Finanças e tem por atribuição vistorias de inclusão de alvará, ou seja, a primeira vistoria para fins de emissão de Alvará de Localização; ocupa o cargo desde 1999. Afirmou que **procedeu a vistoria na Kiss para a emissão do primeiro Alvará**, **ocasião em que conferiu, durante a vistoria, a metragem, a atividade e o endereço.** Depois, devolveu o processo, juntamente com a vistoria, para Sandra Portela, que trabalha no cadastro mobiliário. No campo de observações da vistoria, anotou que os três itens analisados conferiam. **Não verificou se a Boate tinha outras licenças no ato da vistoria, porque o responsável por tal análise seria a pessoa de Sandra Portela e os outros servidores que trabalham com ela no cadastro mobiliário, pois fazem a verificação e análise da documentação, tendo em vista que na primeira vistoria os documentos estão dentro do processo**. **Afirmou que o responsável por autorizar a expedição do Alvará de Localização é o chefe do cadastro mobiliário, que, na época, era o servidor Marcus Biermann**. Estando os pré-requisitos vencidos ou faltantes, o Alvará de Localização não pode ser expedido. **De acordo com a legislação, não pode um estabelecimento funcionar sem Alvará de Localização**. Caso um estabelecimento inicie suas atividades sem Alvará de Localização, devem os fiscais da Secretaria de Mobilidade Urbana proceder à notificação para a regularização da situação, estabelecendo prazo máximo de 30 dias para a adequação, caso não seja regularizada a situação, o estabelecimento é multado. Não analisou nenhum documento relativo à Kiss. No período de 2009 a 2013, não teve conhecimento sobre reclamações de vizinhos da Kiss, no que tange a sossego, poluição sonora, crime ambiental, ou qualquer tipo reclamação. **Disse que os fiscais da mobilidade urbana deveriam ter agido para que a Kiss não funcionasse sem Alvará de Localização ou com pré-requisitos vencidos.**

CLAUDIO LUIS DA ROSA (testemunha - fl. 2561) informou que nunca realizou fiscalização na Kiss. A empresa vai ao Cadastro Mobiliário na Secretaria de finanças e realiza a inscrição. O cadastro no ISS é realizado quando a empresa vai iniciar a atividade laborativa. Quem faz a fiscalização nas empresas é o pessoal do cadastro mobiliário, que possui poder de polícia para verificar se a empresa está cadastrada no setor do Cadastro Mobiliário da Secretaria de Finanças. **Sustentou que uma empresa, por lei, não pode funcionar sem estar inscrita no ISS do Cadastro Mobiliário**, **e se estiver funcionando de forma irregular deve sofrer fiscalização por parte dos agentes do setor de fiscalização do cadastro mobiliário**. Aduziu que sua atividade é interna e as empresas que estão em dívida com o município vão até a PMSM, fazem a confissão de dívida, quando, então, através do sistema informatizado da PMSM, faz o cálculo e emite o levantamento fiscal da dívida que será paga através de boletos bancários. Referiu que nunca trabalhou na Secretaria de Proteção Ambiental, sendo que neste momento foi apresentada a

fl. 1917 do X Volume, sendo que ao verificar a assinatura no canto direito inferior direito não reconheceu como sendo sua.

LUCIANE FLORES PRESTES (testemunha - fl. 3159) informou que trabalhou na fiscalização do patrimônio, mas não participou do processo de licenciamento da Kiss. Quando estava na gerência, a determinação era que, após 24h do embargo, os fiscais retornassem ao local para verificar se o mesmo estava sendo cumprido. Em caso de descumprimento, os fiscais deveriam tirar fotografias e aplicar uma multa. No caso do Embargo nº. 253, este procedimento deveria ter sido adotado pelos fiscais Ricardo Vargas e Maristela. Continuando o descumprimento do embargo, o responsável pelo setor de gerência de fiscalização do patrimônio deveria comunicar a Procuradoria do Município, através de relatório, para que esta tomasse as medidas cabíveis. Não tem conhecimento se foi feito este relatório. Não sabe quem foi o Gerente de fiscalização do período de julho de 2009.

JOSE ALCINDO BITTENCOURT DE BORBA (testemunha – fl. 3174) informou que é funcionário público municipal há cerca de 20 anos e desde 2008 trabalha no setor de fiscalização de localização da Secretaria de Finanças. Em 11 de fevereiro de 2011 realizou uma vistoria na Boate Kiss quando verificou que existia o Alvará de Localização fixado na parede, porém não verificou a existência dos demais alvarás, pois não era sua atribuição. Questionado quanto a Instrução Normativa 01/2007 que determina que o fiscal, no momento da vistoria, verifique a validade dos demais alvarás, respondeu que não tinha conhecimento da mesma. Declinou que já estava impresso no Boletim de Vistoria a anotação “contribuinte com cadastro normal, apresentou toda a documentação” não sabendo o que significa. **Não soube dizer se no momento da vistoria o Alvará dos Bombeiros e o Alvará Sanitários estavam “em dia”.**

f) DOS DEPOIMENTOS DOS SERVIDORES DO ESCRITÓRIO DA CIDADE

LUZIANY COLUSO BARNEWITZ (testemunha – fl. 2216) afirmou que é funcionária pública municipal desde 1996, quando ingressou no município via concurso para o cargo de engenheiro civil. No setor de Análise de Projetos, tem a função de verificar se os projetos apresentados estão de acordo com a legislação vigente, examinado-os frente ao Código de Edificações, Lei de Uso do Solo, NBR 9050/2004 (acessibilidade de portadores de necessidades especiais), NBR 9077/2003 (saídas de emergência), Código de Posturas do Município, Decretos Federais e Estadual pertinentes. No Escritório da Cidade, é realizada uma análise do uso e da intervenção necessária para se estabelecer a atividade econômica no local solicitado. Referente à Kiss, disse que analisaram o EIV. Na Zona 02, conforme estudo realizado no EC, não tinha impedimento para a atividade de boate, desde que

atendidas algumas restrições, tais como vagas de estacionamento para clientes. Conforme o parecer da fl. 1410, a Santo Entretenimento deveria apresentar o Contrato de Locação de Estacionamentos para clientes e, também, no parecer consta que deveria apresentar um Laudo de Isolamento Acústico para ser dada continuidade da viabilidade de uso local como Boate. O parecer da fl. nº. 1410, do VIII Volume, foi aprovado em reunião do Fórum Técnico do Escritório da Cidade, tendo apresentado, no ato, uma cópia da ata do referido fórum, onde consta que o parecer foi aprovado por unanimidade. Referiu que o Ofício nº. 765/EC estava ainda em nível de análise de processo porque solicita que seja apresentado o contrato de locação para as vagas dos clientes da boate e laudo de isolamento acústico. Disse que o EIV é composto pelo adensamento populacional, geração de tráfego, influência da volumetria na região (afastamento do alinhamento, altura da edificação, afastamento com relação aos vizinhos, a questão de ruídos). Esclareceu que o Escritório da Cidade tem a atribuição de efetuar a análise do EIV quanto ao regime urbanístico, volumetria e uso, ou seja, a parte construtiva da edificação. Consulta Popular é a consulta que é realizada perante aos vizinhos num raio de cem metros do empreendimento e esta não é analisada pelo Escritório da Cidade, e não tem conhecimento onde é verificada, mas sabe que existe. O estudo realizado no EIV é parte do processo que deu origem ao Ofício nº. 705/EC (fl. 1410 do VIII Volume), o qual tem a finalidade de embasar análise do projeto de reforma solicitada através do requerimento de nº. 27562/2009, conforme fl. 1405 do VIII Volume, não sendo documento efetivo para emissão de alvará. Disse que não emitiu nenhum parecer sobre os projetos de reformas da Kiss, porque na época trabalhava no Escritório da Cidade e a pessoa que analisou os projetos foi o Arquiteto Rafael Escobar. Não tem conhecimento do trâmite dos documentos afetos aos Alvará de Localização, Sanitário e Licença Operacional. Sobre licenciamento para execução de obras, afirmou que o requerente entra com um projeto elaborado por um profissional habilitado solicitando aprovação, o qual é analisado e aprovado, ou não. Com a aprovação, o requerente solicita um Licenciamento para a Obra. O Setor de Análise e Licenciamento de Projetos emite um Alvará de Licença e para obter este alvará o requerente precisa apresentar a ART dos profissionais que elaboraram todos os projetos arquitetônicos e complementares, bem como a ART de execução destes projetos, e, ainda, o Certificado de Conformidade do 4º CRB. Somente após apresentação de toda a documentação referida no setor de análise de projeto, o requerente obterá o Alvará de Licença e, com isso, poderá iniciar as obras de construção ou de reforma. Esclarece que cada profissional emite para cada obra uma ART especificando o que será elaborado e ou executado sob sua responsabilidade técnica. O Alvará Licença geralmente tem validade de um ano, podendo ser prorrogado até a conclusão da obra. O Habite-se consiste na verificação da construção da obra de acordo com o projeto aprovado, ou seja, o profissional da PMSM (engenheiro ou arquiteto) vai até o local da obra com uma via do projeto aprovado e licenciado e verifica se o ele foi executado de acordo com o projeto. Para ser emitido o Habite-se, é necessário o requerente solicitar a vistoria juntamente com a apresentação do Alvará de Vistoria do 4º CRB (bombeiros). O habite-se é emitido para todas as

edificações do município que foram aprovadas e licenciadas após sua conclusão. A Certidão de Conclusão de Reforma é emitida somente quando ocorre a Reforma sem Alteração de Área. Um imóvel não pode passar a ser utilizado para habitação ou para o comércio sem o Habite-se, porque é o documento comprobatório, fornecido pelo órgão público, atestando que foi vistoriado e comprova que está em condições de ser habitado ou utilizado. **Um imóvel que não possui a Certidão de Conclusão de Reforma não pode ser habitado ou utilizado para comércio**. O Imóvel não foi liberado para o uso porque não foi vistoriado após a reforma. Para a emissão de certidão de conclusão de reforma é o mesmo procedimento do o Habite-se, ou seja, preencher o requerimento, pagar a taxa, juntar o alvará de prevenção de incêndio, e mais um documento que é preenchido no ISSQN, um imposto que deve ser pago, para poder retirar o processo. Após a Carta de Habitação ou a Certidão de Conclusão de Reforma, no INSS paga o CND (Carta ou Certidão Nacional de Débitos). O Trâmite do projeto é ser encaminhado para o Setor de análise de projetos em uma via para ser analisado. Efetuada a análise, o projeto fica à disposição do responsável técnico para efetuar a retirada e as correções se eventualmente existirem. Retirado o processo, o responsável técnico tem dois meses para retornar para o setor; expirado o prazo, o requerimento do projeto é arquivado. Se entrar com o mesmo projeto, mas passado mais que dois meses, é considerado um projeto novo, abrindo novo protocolo e com novos pagamentos de taxas. Como já afirmou, somente a Licença da Obra é que dá direito ao empreendedor realizar a execução da obra. Não é atribuição do Setor de Projetos a fiscalização de obras sem autorização do poder público; **eventualmente** pode ocorrer a comunicação ao setor competente. O setor que tem a obrigação legal de fiscalizar a realização de obras que não estão autorizadas pelo poder púbico é o Setor de Fiscalização de Patrimônio, vinculado, na época, à Secretaria de Mobilidade Urbana. No arquivo da Prefeitura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Antiga Mobilidade Urbana, a referência é o endereço do imóvel (número e rua, e/ou IPTU): no caso se o imóvel é vendido para outra pessoa, o arquivo continua com o mesmo número. Também é possível procurar no sistema informatizado pelo nome do proprietário. **Quando ocorrer o pedido de mudança de número do imóvel na rua em que está situado, esta mudança de número vai para o mesmo arquivo (caixa), porque continua com o mesmo número do IPTU e mesmo proprietário**. O setor que fiscaliza se o imóvel está sendo utilizado sem a Certidão de Conclusão de Reforma é o Setor de Fiscalização de Patrimônio, o que geralmente ocorre por denúncia. Sendo constatado que um imóvel está sendo utilizado, mas não possui Certidão de Conclusão de Reforma, o proprietário ou possuidor é notificado para que apresente a certidão de conclusão dentro de um determinado prazo e se não apresentada dentro do prazo, ocorre a aplicação de multa para o proprietário ou possuidor.

SHEILA COMIRAN (testemunha - fl. 2250) afirmou que trabalha na Prefeitura Municipal de Santa Maria, desde ano de 1999. Desde 2008, é funcionária concursada, exercendo suas atividades como arquiteta no

Escritório da Cidade, cuja autarquia, a partir do corrente ano passou a chamar-se Instituto de Planejamento de Santa Maria. Sempre laborou na Diretoria de Planejamento, onde se desenvolve o planejamento urbano da cidade, análise do plano diretor, etc. Salientou que, até a reforma administrativa ocorrida, os EIVs eram analisados no Escritório da Cidade, na Diretoria de Planejamento. Com a reforma administrativa, os EIVs passaram a ser analisados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Possuía atribuição de analisar os EIVs conforme disciplina o Estatuto da Cidade, e em nível municipal as Leis Complementares nº. 034/2005, LC nº. 072/2009 e o Decreto Executivo nº 01/2008. A análise do EIV é feita sob a ótica do uso e ocupação do solo. Com relação à Kiss, disse que analisou o processo relativo ao pedido de licença para reforma, sem alteração de área, sendo que o mesmo foi encaminhado para o Fórum Técnico, o qual solicitou laudo acústico por tratar-se de uma atividade geradora de ruído, solicitando também contrato de locação de estacionamento, visto que no projeto não constava espaço para estacionamento. Quanto ao nível de ruído, foi constatado que estava de acordo com a legislação, pois na ocasião foi apresentado laudo técnico de isolamento acústico por um engenheiro. O contrato de locação não foi apresentado e permaneceu pendente. O laudo acústico (fls. 173/175) estava conforme a legislação. Questionado se o laudo acústico não teria de ser feito por pessoa jurídica ou empresa com reconhecida capacidade técnica, de acordo a previsão do artigo 6º do Decreto nº. 32/06 e do artigo 193 da LC nº. 03/2002 (Código de Posturas), respondeu que a análise que foi feita é relacionada ao uso e ocupação do solo, para definição do zoneamento e uso, bem como para mitigação de impactos urbanos para aprovação do projeto, sendo que nesse caso o laudo acústico pode ser feito por engenheiro pessoa física, pois foi anexada uma ART. Enfatizou que sua análise não era para fins de licenciamento. Quanto ao fato de o laudo acústico ter sido feito pelo proprietário da Kiss, Tiago Mutti, disse não ver impedimento, já que se trata de um engenheiro. Quanto à realização de audiência pública para empreendimentos com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente e conforto, prevista na Lei nº. 10.257/01 e no Decreto nº. 001/2008, informa que não foi adotado para o empreendimento Kiss e não tem conhecimento de que tenha sido adotado para qualquer outro. Quanto às reclamações de vizinhos da Kiss, que teriam feito um abaixo-assinado reclamando dos barulhos da Boate, diz que isso é uma questão de sossego público e que não chega ao conhecimento do Escritório da Cidade. Em relação à publicidade do EIV previsto no artigo 48 da LC nº. 34, parágrafo único, disse que é publicizado no Fórum Técnico, cuja composição tem representação de diversos segmentos da sociedade Foi questionada sobre os documentos que o EIV deverá conter, conforme art. 4º. do Decreto Executivo nº. 001/2008: a) Planta gráfica e a definição dos limites geográficos da área a ser direta ou indiretamente afetada pelo estabelecimento. Respondeu que a planta gráfica constava no processo analisado; b) Também não consta no EIV levantamento plani-altimétrico do terreno. Disse que se tratava de edificação já existente, dispensando tal documento; c) Declaração do empreendedor se responsabilizando pela viabilização da infraestrutura. Disse que, por ocasião da análise, verificou-se

que a atividade não sobrecarregava a infraestrutura urbana do local; d) Identificação e avaliação dos impactos na área da vizinhança durante as fases de implantação, operação ou funcionamento. Afirmou que esta questão é abordada ao longo da análise do EIV, não existindo um ponto específico de análise. Quanto ao de isolamento acústico, sustenta que constava no memorial descritivo da fl. 875. Quanto ao termo de compromisso previsto no artigo 9º do Decreto Executivo nº. 01/2008, declarou que este termo de compromisso se refere a medidas mitigatórias/compensatórias, sendo que, no caso, o memorial do projeto já contemplava o isolamento acústico, e o contrato de locação de garagem contemplaria o suprimento de vagas de estacionamento. Quanto à Consulta Popular, diz que tal documento não é analisado pelo Escritório da Cidade. Salientou que o EIV é analisado no setor para a definição do uso e ocupação do solo e também para a aprovação de projetos com troca de atividade, como foi o caso da Kiss. Foi questionada sobre o contido no Decreto nº. 040/2005, em seu artigo 7º, "h", que cita o sossego público como questão mínima a ser contemplada pelo EIV, tendo afirmado que o impacto de vizinhança analisará os efeitos positivos e negativos da concessão do alvará em relação à qualidade de vida da população e a perturbação do sossego público. Quanto ao EIV e o laudo acústico, esclarece que analisou estes documentos em conjunto com o Fórum, mas que a análise foi com o fim específico quanto ao uso e ocupação do solo e condicionante para aprovação do projeto e não para liberação de alvarás. Quanto à troca de número do prédio onde estava instalada a Kiss, de 1935 para 1925, diz que esse processo não tramitou no seu setor, desconhecendo as razões da troca.

JULIO FRANCISCO BECK RASQUIN (testemunha - fl. 2292) afirmou que exerceu Cargo de Confiança no Município de Santa Maria durante de 2009 até o final de 2011, atuando durante como presidente do Escritório da Cidade. Disse que a estrutura do Escritório da Cidade consistia em uma Diretoria de Planejamento e uma Diretoria de Projetos, além dos setores administrativos. Cada Diretoria tinha seu Diretor e uma equipe. A Diretoria de Planejamento recebia, através da Secretaria de Mobilidade, as solicitações de análise de EIVs, quando se tratasse de empreendimentos localizados na Zona Dois (Centro Histórico). Quando o EIV chegava à Diretoria de Planejamento, era encaminhado ao Fórum Técnico, o qual é representado por setores da sociedade (OAB, UFSM, dentre outros). No Fórum Técnico, era explanado o EIV e emitido um parecer, aprovando ou não, inclusive pedindo complementações. Com relação ao EIV da Kiss, não recorda se participou da reunião de análise deste documento, e salientou que não era função do Escritório da Cidade a análise de alinhamentos, aprovação de projetos de reforma ou de construção, licenciamento de obras, habite-se, fiscalização e emissão de qualquer tipo de alvará. Após a análise do EIV pelo Fórum Técnico, aprovando-o, reprovando-o ou solicitando adequações, era devolvido à Secretaria de Mobilidade Urbana, e esta dava sequência ao processo. Em relação ao Laudo Acústico, mencionado pelo Arquiteto Fabio Muller no documento da fl. 2094, diz que não pode responder por ele, mas acredita tratar-se de uma recomendação apenas quanto à necessidade deste

documento, inclusive a mesma recomendação constou no Ofício nº. 705 da fl. 2098, pois não é atribuição do Escritório da Cidade o laudo acústico. O EIV trata basicamente das informações urbanísticas e uso do solo, e é obrigatório para o licenciamento de uma Boate ou para a realização de reformas. Questionado sobre o Decreto nº. 040/2005, em seu artigo 7º, "h", cita o sossego público como questão mínima a ser contemplada pelo EIV, e o art. 6º, respondeu que desconhece o Decreto nº. 40/2005. Afirmou que a questão do sossego público não diz respeito ao EIV, pois os pilares deste são o uso do solo e as informações urbanísticas. Disse não saber quem analisa o EIV para fins de expedição de alvará, já que o Escritório da Cidade analisa somente para fins de obras. Afirmou que a questão do sossego público não é analisada no EIV, não sabendo a quem compete a análise da Consulta Popular, nem qual é sua previsão legal. Não analisou os documentos em nome da Boate Kiss, Santo Entretenimento ou Eccon Empreendimentos. Assinou o Of. nº. 705/EC/09/SC, fl. 2098, dirigido à Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria, relativo ao protocolo 001008-09, de 20/10/2009, sobre parecer do EIV. Este parecer nada tem a ver com licenças, e sim atendeu à legislação do Plano Diretor, no caso para fins de obra, cujo processo teve origem na Secretaria de Mobilidade. Não tem conhecimento quanto ao Decreto 32, que em seu artigo 6º, diz que o laudo acústico deve ser elaborado por Órgão Público ou empresa de reconhecida capacidade técnica.

FABIO MULLER (testemunha – fl. 2556) informou que foi vice-presidente do Escritório da Cidade no período de janeiro de 2010 até fevereiro de 2012, sendo que, nos dois últimos meses, foi presidente. Disse que no fluxo da emissão dos alvarás de localização (funcionamento), segundo o anexo 7 da Lei de Uso e Ocupação do Solo, conforme as zonas urbanísticas e a atividade pretendida, prevê um estudo de impacto de vizinhança, com vistas à concessão de uma certidão de zoneamento e uso, que é um dos documentos para a emissão do alvará. Esse estudo de impacto de vizinhança **(EIV) visa descrever e mensurar o impacto das atividades no entorno imediato num raio de cerca de duzentos metros**. Esse é um trabalho técnico, de responsabilidade de um profissional devidamente habilitado e registrado, com graduação em arquitetura ou engenharia. Dentro desse fluxo de emissão, o processo era protocolado na antiga Secretaria de Controle Mobilidade Urbana, e era encaminhado ao Escritório da Cidade para ser avaliado, em razão de lá haver um número maior de profissionais arquitetos. **Do ponto de vista urbanístico, os impactos que eram avaliados diziam respeito ao patrimônio histórico, ao trânsito (mobilidade urbana), à acústica e aos danos eventualmente causados ao solo e ao meio ambiente**. De modo algum, **a segurança do estabelecimento** (rotas de fuga, etc, previstos na NBR 9077) **era objeto de análise pelo Escritório da Cidade, cabendo ao Setor encarregado da análise e aprovação de Projetos esse quesito**. Com relação ao documento de fl. 2094, diz que o que se apresenta é a tramitação do processo, onde se solicita uma análise criteriosa dos dois aspectos que mais diretamente interessavam, do ponto de vista urbanístico, em termos do impacto de vizinhança, quais sejam, a acústica e o trânsito. Segundo

a análise da Equipe Técnica do Escritório da Cidade, conforme o laudo acústico constante no EIV, constatou-se que o nível de ruído, aferido pelo responsável técnico, estava de acordo com as exigências das NBR 10.151 e 10.152 e com o Código de Posturas. Quanto às vagas de estacionamento, necessárias por lei para empreendimentos comerciais, a Equipe Técnica solicitou a apresentação do contrato assinado pelas partes, comprovando a disponibilidade de número de vagas necessárias. Esclarece que após essa análise feita pelo Escritório da Cidade, o processo retornou para a Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, responsável pela **emissão da Certidão de Zoneamento e Uso, a qual somente poderia ter sido emitida após atendido o despacho constante na fl. 2094, ou seja, a apresentação de contrato de locação de estacionamentos**. Perguntado se o laudo acústico não teria de ser feito por órgão público ou empresa com reconhecida capacidade técnica, conforme prevê o artigo 6º do Decreto nº. 32/06 e artigo 193 da LC nº. 03/2002, respondeu que em sendo o laudo desenvolvido por um arquiteto ou engenheiro que, por formação, tem atribuição para tal, os documentos eram analisados, tendo citado o artigo 1º da Resolução nº. 218/73, do CREA, que define as atribuições profissionais de engenheiros e arquitetos, na atividade seis, que prevê a realização de vistorias, perícias, avaliação, arbitramento, laudos e parecer técnico. Declarou que nunca foi formalizada para o Escritório da Cidade qualquer tipo de reclamação quanto à perturbação do sossego público da Kiss, embora fosse presumível, e esse aspecto foi avaliado através do laudo acústico, avaliando se o nível de ruído estava de acordo com a legislação. Perguntado quanto ao fato de o laudo acústico de fl. 173 ter sido realizado pelo proprietário da Kiss, Engenheiro Tiago Flores Mutti, se existe algum impedimento legal, **respondeu que não sabia que Tiago era um dos proprietários da Kiss**. Desconhece impedimento legal, mas afirmou que, no seu entender, não seria ético. Quanto a Consulta Popular, entende que é de responsabilidade técnica de quem apresenta o documento sendo a forma de verificar se os moradores são favoráveis ou contra a instalação do empreendimento, ou então, se já em atividade, de demonstrar se os moradores sentem-se incomodados e ou perturbados por atividade da empresa instalada no local. Referiu que uma das formas que poderia avaliar se um empreendimento já instalado causa deterioração na qualidade de vida da população circunvizinha é a consulta popular constante ou em anexo ao Estudo de Impacto de Vizinhança, mas o que ocorre é que a maioria dos profissionais da área mostram despreparo para a elaboração do estudo em questão com profundidade e consistência. Disse que todos os dados protocolados na Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, hoje Secretaria de Desenvolvimento Urbano da PMSM, no Setor de Análise e Aprovação de Projetos, ficam arquivados em uma pasta que recebe alguma identificação. Pela lógica, tudo o que foi protocolado referente ao imóvel deve estar arquivado nessa pasta, a qual fica arquivada no Setor de Análise e Aprovação de Projetos. Os imóveis localizados na Zona dois, para a alteração de fachada da edificação, necessitam de projeto aprovado pelo Escritório da Cidade. No caso da mudança da fachada da Kiss, que teve revestimento de madeira, seria necessário o encaminhamento de projeto por estar localizada em Zona 02, mas

não tem conhecimento da tramitação de tal projeto. Inclusive, **quando percebeu a mudança, encaminhou oficio à Secretaria de Mobilidade Urbana solicitando informações e providências a respeito da constatação do fato, não se lembrando de ter obtido resposta.**

LUZIANY COLUSSO BARNEWITZ (testemunha, fl. 2814) informou que é funcionária pública municipal desde 1996. Não analisou o Estudo de Impacto de Vizinhança da Kiss, porque compete aos arquitetos, sendo que devido ao lapso temporal não lembra quem o fez, mas acredita que era Scheila Comiran, Fernando Fert, e mais um terceiro arquiteto que não lembrou do nome. Não era formalizado documento da análise dos documentos pelos arquitetos, e sim havia uma reunião prévia de análise dos documentos que eram encaminhados ao Fórum Técnico, momento em que os profissionais, que representavam sociedade, aprovavam ou não o parecer da equipe técnica. O parecer dos arquitetos eram apresentados no Fórum Técnico, em local e data pré-estabelecidos através power point, e após a apresentação, conforme ata n.º 11/2009 (fl. 2227). A manifestação dos componentes do Fórum Técnico a respeito de aprovação ou não, era oral e individual e consignada em ata. Reafirmou que na Zona Dois, as construções de obras novas, as reformas e alguns usos edificações eram analisados no Escritório da Cidade, por ser uma Zona da Lei de Uso do Solo de interesse histórico e requerer um estudo particularizado. O Estudo de Impacto de Vizinhança da Kiss foi analisado para o fim de Aprovação de Reforma sem ampliação de área, mas não sabe declinar quem analisa o EIV para concessão de Alvará. Quem elabora o EIV é um arquiteto contratado pelo empreendedor. Durante o período que foi Diretora de Planejamento (2008 a 2009) a Consulta Popular não era analisada no Escritório da Cidade. Sustentou que a mudança da fachada necessitaria de projeto aprovado pela Diretoria de Análise de Projetos e Vistorias da Secretaria de Município de Controle Mobilidade Urbana na época do fato. Quando existe embargo, pelo que sabe a obra deve ser paralisada. **Afirmou que enquanto uma obra não é licenciada não pode ser dado início a execução de edificação ou reforma**. Declarou que o Escritório da Cidade emitia pareceres que normalmente eram acatados pela Prefeitura Municipal.

g) DEPOIMENTO DE SERVIDORA DA AUDITORIA DO MUNICÍPO – GABINETE DO PREFEITO

IVONETE FOLETO PEDROZO (testemunha - fl. 2279) informou que trabalha na contraladoria e auditoria geral do município. Desde 2009 é Diretora de Controle interno. Não houve qualquer denúncia referente ao funcionamento da Kiss no seu setor e que não foi realizada nenhum auditoria referente a emissão de alvarás entre 2009 a 2013. Questionado sobre o funcionamento irregular da Kiss, respondeu que havendo denúncia ou ciência formal **deveriam ser utilizados os mecanismos de controle interno para apurar tais fatos**. Questionada quanto ao Memorando nº. 105/SMU/GP/2013

(fls. 486-490), no qual se verifica que, após a tragédia na Kiss, a Prefeitura fiscalizou 34 estabelecimentos e fechou 23 deles por falta de licenças, **respondeu que não chegou ao conhecimento da Controladoria.**

h) DEPOIMENTOS DE SERVIDORES DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

JULIANO VIEIRA DA COSTA (testemunha – fl. 2385) disse que foi procurador jurídico do município de maio de 2009 a dezembro de 2011. Foram apresentadas as fls. nº. 463 a 465, do III Volume, e fls. 1650 e 1667 a 1671 do IX, bem com as fls. 463 e 1650 onde estão inseridas cópia do Ofício nº. 525/2011/2ªPJ Cível do MP endereçado para o Prefeito, solicitando informações se a Kiss possuía Alvará de Funcionamento e a Licença de Operação, tendo respondido que não deu conhecimento ao Prefeito, pois a requisição foi encaminhada a Procuradoria Jurídica e a encaminhou a Secretaria respectiva para responder ao MP. Ao receber a resposta da Secretaria de Proteção Ambiental que a Licença de Operação estava vencida não lembra se passou alguma orientação para que a referida Secretaria fiscalizasse e notificasse o estabelecimento a fim de regularizar a situação, mas como foi respondida pelo Secretário, caberia este a proceder as devidas providências administrativas.

Foi procedida a juntada da Lei Municipal nº. 3270/1990, e dos Ofícios nº. 186/2013 e 132/2013, ambos extraídos do IP N.º 94/2013; o primeiro discrimina a competência das Secretarias para a expedição de alvarás; o segundo são cópias de alvarás sanitárias com diversas datas de vigência (fls. 2330-2360).

Foram encaminhados os Ofícios 1307/2013, 1308/2013, 1328/2013 ao Prefeito Municipal (fl. 2364-2366), bem como o Ofício 1317/2013 (fl. 2367), à Justiça Militar, e os Ofícios nº. 1330/2013 (fl. 2368) e 2387/2013 (fl. 2387) ao Prefeito Municipal.

Adjungiram-se aos autos o Ofício 1795/2013 da PGM em resposta ao Ofício 1308/2013 (fl. 2369) e o Ofício 3062/2013 da Justiça Militar, em resposta ao Ofício 1317/2013 (fl. 2388).

Foi juntado requerimento e procuração de Mauro Londero Hoffmann (fl. 2224).

Foi recebido o Ofício 1824/2013 da PGM em resposta ao Ofício 1307/2013 (fl. 2426 - 2255).

Foi feito a juntada do Ofício 148/EC/11/DT datado de 24/02/2011 encaminhado pelo Vice-Presidente do Escritório da Cidade, Arquiteto Fabio Muller endereçado ao Secretário de Mobilidade Urbana

Marcelo Bisogno com pedido de providências pela alteração de fachada da Boate Kiss realizada sem licença municipal (fl. 2559).

FRANCISCO REGIS BOSHOLN (testemunha – fl. 2573) declarou que é concursado na Prefeitura no cargo de Agente de Processamento II, todavia trabalha na Superintendência da Tecnologia da Informação, com programação, sendo o responsável pela criação do Software CP-Controle de Projetos, o qual é utilizado para controlar o protocolo e a movimentação dos projetos de obras dos contribuintes, que funciona com uma política de segurança, onde cada usuário possui uma senha para acessar o sistema, baseado em permissões relativas a atribuição de cada servidor. A Prefeitura também utiliza o Sistema de Protocolo do SIM-Sistema Integrado Municipal, para protocolos de processos, registrando a entrada e saída de documentos e processos em cada setor, assim como também utiliza, a partir de 2008, o sistema contratado da Empresa Dueto, o qual não recorda o nome. Salientou que **apesar de terem sido contratados outros programas, o "CP" que criou permanece sendo utilizado visto que os demais não conseguiram atender as necessidades**. No que diz respeito ao memorando nº. 120/2013/STI (fl. 2371), respondeu que foi de sua autoria, no qual utilizou dados de dois sistemas para responder os questionamentos da Policia, sendo o CP-Controle de Projetos (fls. 2374, 2375 e 2376) e o SIM-Sistema Integrado Municipal (fls. 2376 e 2377). O programa "SIM" é o protocolo geral da Prefeitura e o "CP" um protocolo do setor encarregado das Obras, já o "CAP", não lembra o nome. Não tem muito conhecimento sobre o SIM-Sistema Integrado Municipal, a pessoa que tem mais conhecimento sobre o sistema é Silvio Stein. Perguntado sobre quem usou o sistema CP-Controle de Projetos para a inclusão da caixa 2455, referiu que foi Michele Guimarães da Silva, no dia 25/02/2010, as 11:05:54, conforme tela 01 do MEMO nº. 120/2013 (fl. 2371). No que diz respeito à tela 02.02 (fl. 2372) informou que na linha referente ao protocolo 4756, foram registrados dados sobre este expediente: 22/02/10 é a data de inclusão do expediente; "cert numero" é o solicitado pelo requerente, no caso, a certidão de numeração oficial; 25/02/10 é a data da aprovação; "Julio Cesa" é o técnico responsável pela aprovação do pedido; "ST" significa a situação, no caso "1" quer dizer deferido. Quanto ao lançamento de dados nos sistemas, informa que os sistemas não são integrados, logo o lançamento feito no "SIM" deve ser feito também no "CP". No que diz respeito à tela 03.03 (fl. 2377), informou que constam os lançamentos relativos ao expediente 4756/2010, para certidão de numeração oficial, nesta tela consta o registro de uma vistoria neste expediente, porém tal registro não foi feito no sistema "CP". Relata que pode um expediente ser lançado no "SIM" e não necessariamente lançado no "CP", porém uma vez lançado o expediente nos dois sistemas são registradas as movimentações nos dois programas, logo todas as movimentações deveriam ser lançadas nos dois sistemas. No caso em concreto, entende que o registro da vistoria constante no "SIM" deveria também estar lançado no "CP", até porque todos os registros deste expediente, segundo dados constantes na tela 03.03 (fl. 2377), foram feitos por pessoal da Secretaria SMOSU. Ao ser questionado se baseado na tela 03.01 (fl. 2376),

onde constam registros de licenciamento ambiental, em tese relativo à Secretaria de Proteção Ambiental, certidão negativa, em tese relativa à Secretaria de Finanças, Alvará de Localização, em tese relativo à Secretaria de Finanças, afirmou que o Sistema "Sim" é utilizado por estas Secretarias, ou seja, setores destas Secretarias tem acesso a dados e uso do sistema, devido aos lançamentos. Ainda, acrescentou que todos os registros constantes nas telas, obrigatoriamente, devem ter um documento respectivo, ou seja, havendo um registro de vistoria deve ter um documento original relativo ao registro. Apresentou no ato um relatório dos programas fontes originais do Sistema "CP" com os registros das fontes do sistema, demonstrando a pasta virtual que estão gravados os registros.

Termo de Juntada de cópias do relatórios do Sistema "PC" da Prefeitura Municipal fornecida por Francisco Regis Bosholn (fl. 2575).

Expediu-se o Ofício 0467/2013 ao Prefeito Municipal (fl. 2582).

Foi recebido o Oficio 1827/2013 da PGM (fl. 2588).

i) DEPOIMENTO DE SERVIDORA DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO

ELIZABETH TRINDADE MOREIRA (testemunha – fl. 2589) informou que é Inspetora Secretária do CREA/RS de Santa Maria, desde o início de 2013. Na PMSM trabalhava com Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Habitação, tendo tomado posse no cargo municipal em 10 de junho de 2010 e ficado até 27 de julho de 2013. A fiscalização do exercício profissional realizada pelo CREA consiste na verificação de obras e de serviços nas áreas de atuação dos profissionais do sistema que tenha a participação efetiva de profissional habilitado. O fiscal vai até o local da obra ou do serviço que está sendo realizado e verifica se há um profissional habilitado como responsável técnico pela obra ou serviço, verificando também da existência da ART (anotação de responsabilidade técnica – é como se fosse uma minuta de contrato, visto que tem valor jurídico e neste documento está consignado o endereço da obra ou serviço, proprietário e ou contratante, toda a identificação ao responsável técnico e a descrição do serviço ou obra que está ou será realizada), verificando o que está sendo executado na obra ou serviço está descrito com o que consta na ART. **Na fiscalização de obras realizada pela PMSM**, o fiscal municipal que recebeu treinamento, se desloca até o local onde está sendo executada a obra ou serviço e verifica "in loco" se possui a Licença Municipal para a realização da obra ou do serviço. Este documento possui o nome de Alvará de Licença, que permite a execução de obra por um período de validade de um ano (a partir da data de expedição) renovável por solicitação e após fiscalização (que comprava que a obra está em andamento ou foi iniciada). Existe a Licença Simples, que é fornecida para construção de

calçada, muros, abertura de vão (aberta porta ou janela), substituição de telhado, reparos em alvenaria como, não lembrado se possui período de validade. A Prefeitura deve verificar se depois de obtidas as licenças (alvará de funcionamento também chamado de Alvará de Localização) estão dentro do período de validade, se os estabelecimentos que estão em atividade possuem os devidos alvarás (Alvará Sanitário, Licença Operacional). O convênio entre o CREA e a PMSM foi celebrado no dia 21 de setembro de 2010 entre o CREA e a PMSM na figura do Prefeito Cesar Schirmer e o Secretário da pasta do Município de Mobilidade Urbana, Sérgio Renato Merdeiros, **existindo até o final de 2012**. O convênio consistia que toda a fiscalização efetuada pelo CREA-RS/SM poderia ser acessada por um servidor municipal da PMSM do Setor de fiscalização de obras, sendo o acesso do interior da PMSM. A senha era fornecida pelo CREA/RS para que o fiscal municipal tivesse acesso aos dados arquivados no sistema do CREA referente às obras e serviços fiscalizados pelo próprio CREA, no qual constatava durante a fiscalização a existência ou não do Alvará de Licença para a obra. Esclareceu que o fiscal do CREA verificava a existência do Alvará Licença, porque é preciso fazer o lançamento do número do alvará no sistema informatizado do CREA ou a inexistência do mesmo. O dado do número do alvará licença de obra é importante porque o fiscal do CREA deve cadastrar que possui licença, porque o sistema operacional exige, se não digitar o número da licença o sistema não permite que fiscal continue e registrar o seu relatório de fiscalização. Referiu que o convênio firmado com a PMSM era para que o fiscal do município tivesse acesso ao sistema e tomasse conhecimento que estava sendo realizada uma obra que poderia ter ou não a Licença do Município. Constatando que na obra ou serviço não existia Alvará Licença, o fiscal deveria deslocar até o endereço da obra, expedindo uma notificação para que dentro de determinado prazo (podendo se de 24 horas, cinco dias), apresentasse na secretaria a documentação apontada na notificação, e caso fosse excedido o prazo, a obra deveria ser embargada. Destacou que o funcionário municipal tinha acesso aos relatórios de fiscalização do CREA do interior da PMSM, via sistema informatizado, podendo realizar um excelente trabalho de fiscalização de serviço e obras nas áreas de engenharia e arquitetura. **No caso da Boate Kiss, através deste convênio a PMSM poderia ter tomado conhecimento dos alvarás e licenças para as reformas que foram realizadas naquela boate**. É uma ferramenta virtual que auxilia e muito a fiscalização do município. **Uma pasta de um imóvel no arquivo digital e no arquivo físico da PMSM deve ser criada no momento que o imóvel é cadastrado no arquivo da PMSM, ou seja, no início da história do imóvel**. Posteriormente, quando for dada entrada aos requerimentos referentes ao mesmo imóvel (reformas), possuindo o mesmo IPTU, mesmo endereço, devem eles ser arquivados na mesma pasta já existente no sistema de arquivo, pois recebe uma numeração e quando se digita no sistema o endereço, número de IPTU, proprietário e responsável técnico, o sistema indica o número da pasta e a sua localização no arquivo físico. Neste arquivo estarão todos os dados da vida do imóvel independente do proprietário, mas na realidade isso não ocorre na PMSM. Quando ocorre **a mudança de numeração oficial de uma edificação no**

arquivo físico e digital não deve ocorrer a criação de uma nova pasta, porque o imóvel é o mesmo e os dados independentes da numeração predial devem ficar na mesma pasta física no arquivo e onde deve estar anexada o pedido de mudança de numeral do imóvel que contém a história do imóvel e isso não se pode perder. Há previsão legal na Lei Municipal nº. 3.270/1990 que regulamenta o sistema de numeração predial que determina que a numeração dos imóveis deve crescer de oeste para leste, de norte para sul. Na direita da via é número ímpar e na esquerda é par. A vistoria prévia para a mudança de numeração é imprescindível para que não ocorra equívoco, devendo ser realizado um levantamento de todos os números lindeiros. Não existe previsão legal para a necessidade de vistoria no caso de troca de numeral, mas é uma praxe da PMSM há muitos anos, desde o tempo que a PMSM fornecia e pregava o número dos imóveis, isto lá pela década de 1960. O Habite-se é um documento fornecido pelo município após o projeto ter sido aprovado, licenciado e executado. Quando concluído, a edificação é vistoriada, verificando se a obra foi executada de acordo com o projeto aprovado, assim como as instalações de água e saneamento, rede elétrica e mecânica. Tendo sido fornecido o alvará pelo corpo de bombeiros, a prefeitura emite um documento indicando que o imóvel está em condições de ser habitado e este documento se denomina HABITE-SE, cuja previsão está no Código de Obras e de Edificações de Santa Maria. O habite-se é fornecido somente na obra de criação do imóvel ou quando ocorre a troca de uso do imóvel. A Certidão de Conclusão de Reforma é quando o imóvel sofre uma reforma sem acréscimo ou diminuição de área, não sofrendo alteração de uso, ou quando é regularizada uma obra existente. Contudo, não tem conhecimento se há previsão legal, mas é uma praxe utilizada pelo município de Santa Maria. **Um imóvel sem habite-se e ou sem a certidão de conclusão de reforma não pode ser habitado ou utilizado para o comércio, pois nenhuma edificação pode ser habitada sem antes ser vistoriada e autorizada pelo poder público municipal.** O Embargo de Obras consiste na utilização do poder de polícia do município para determinar a paralisação de uma obra. Advém do impedimento legal de dar continuidade de uma obra ou serviço que não possui autorização do município para execução ou funcionamento. O imóvel que está com o embargo de obras não pode dar andamento a nenhuma obra, salvo obras de contenção por medida de segurança. Ainda, o imóvel embargado não pode ser habitado e nem utilizado para o comércio, ou seja, não pode ser desenvolvido nenhum tipo de atividade. **Quando um imóvel possui uma obra inacabada e está embargado, não pode ser realizada a troca de numeração oficial**, porque primeiramente deve ser regularizada a situação legal do imóvel perante a obra e ou embargo ou ambos existentes para depois requerer a troca da numeração oficial. Ainda, um imóvel nestas condições pode ser criado uma nova caixa de arquivo com parte das informações perdendo-se as informações existentes sobre a história do imóvel, o que é muito prejudicial, como foi o caso da Kiss. **Havendo embargo de obras, ou a não aprovação de projeto de o município, não existe embasamento legal para fornecer as licenças, não tendo projeto aprovado e licenciado para receber o Habite-se e nem a Licença de Conclusão de Reforma e com isso impede emissão**

do Alvará de Localização. O Estudo de Impacto Vizinhança consiste em verificar os impactos que empreendimento irá causar, levando em conta a mobilidade do trânsito observando a geração de tráfego e de demanda, o uso e a ocupação do solo, o barulho que causará para os vizinhos do entorno do empreendimento, qualidade de vida, o sossego público, adensamento populacional e verifica as medidas mitigadoras e compensatórias a fim de viabilizar a implantação do empreendimento. O laudo acústico é uma medição que é realizada no local do empreendimento verificando o nível de ruído emitido está dentro na norma legal. Se o laudo acústico emitido pelo profissional habilitado, não está dentro das normas da NBR 10151/2000, no caso, o aparelho, o sonômetro não possui certidão de aferição por laboratório credenciado no INMETRO, o laudo não tem validade, porque a certidão de aferição diz que o aparelho está em condições de realizar a medição. Disse que a **Consulta Popular serve para aprovação de uma legislação referente a algum plano ou lei municipal, o assunto amplamente divulgado para verificar se a população é a favor ou contra a proposta apresentada**. Não sabe se a Consulta Popular acompanha o EIV. Neste caso de boate, a consulta popular envolve o sossego dos moradores do entorno do empreendimento, é uma pesquisa que se faz aos moradores para verificar se são ou não favoráveis a instalação do empreendimento, devendo atingir os moradores de todo o quarteirão do empreendimento e do quarteirão que fica em frente ao mesmo. A Lei de Uso e Ocupação do Solo é uma legislação municipal que determina os usos e as ocupações nas zonas da cidade, fazendo um zoneamento determinado os parâmetros construtivos. Para a troca de fachada em prédio localizado em Zona 02, no caso da Kiss, deveria ocorrer uma solicitação ao Escritório da Cidade que faz um consulta ao Instituto ao Patrimônio e ao Fórum Técnico do Escritório da Cidade, hoje IPLAN para ver da possibilidade de viabilização do projeto, que deverá ser analisado e aprovado, hoje pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, antiga Secretaria de Controle e Mobilidade e Serviços Urbanos. No caso da Kiss, localizada em zona 02, **a fachada foi trocada sem autorização do poder publico municipal, portanto deveria ter sido notificada e embargada a obra para apresentação da documentação necessária a liberação**. De acordo com o Código de Obras e de Edificações, o prédio da Kiss funcionava de forma irregular, por que antigamente o prédio era um depósito de bebidas, e no ano de 2003 a escola preparatória G10 solicitou uma reforma para adaptação para o cursinho, tendo obtido a aprovação e licenciamento do projeto. No entanto o G10 funcionou no local sem ter solicitado a Certidão de Conclusão de Obras, o que impediria a emissão do Alvará de Localização. Analisado projeto no setor competente da PMSM e verificado que devem ser realizadas correções, se isso não ocorrer em 60 dias, o projeto se dá como abandonado. O chefe do expediente é a pessoa que coordena os funcionários que trabalham no setor interno, no atendimento ao público, na emissão da parte de documentos, como Licenças, Certificados de Aprovação, coordenada a pessoa que digitaliza, porque ele tem o conhecimento do trâmite do processo, e de todos os demais processos que estão em andamento. O Chefe de expediente deve ter uma planilha de controle dos projetos que estão em andamento, os que foram

aprovados, licenciados e fornecido habite-se, e em análise, bem como os projetos que estão aguardando serem retirados e os que foram abandonados pelo decurso de prazo. Cientes dos que foram abandonados, esta pessoa deve encaminhar ao chefe da fiscalização a relação desse projetos para serem fiscalizados constatando que realmente a pessoa desistiu do projeto ou não estão dando andamento na obra de forma irregular. **Pediu fosse cosignado que solicitou diretamente ao Prefeito Cesar Augusto Schirmer a instauração de Sindicância Administrativa para Apuração dos procedimentos e embasamento que foram adotados para a expedição de documentos que possibilitou o funcionamento da Boate Kiss, mas até o presente momento não tem conhecimento de medida administrativa adotada.**

Foi recebido o Ofício 1845/2013 da PGM (fl. 2646).

Foi feito a juntada do Memorando 897/2009/PGM, Instrução normativa 01/23007, Lei Municipal 5189/2009, relatório de Investigação Localização (fls. 2678).

Foi recebido o Ofício 012/2014 da PGM (fl. 2749).

VII - DEPOIMENTOS REFERENTES A GRAVAÇÃO ENTREGUE POR FLAVIO JOSE DA SILVA (fls. 1337-1367)

FLAVIO JOSE DA SILVA (testemunha – fl. 1329) declarou que foi em uma reunião com Robson Zinn, então Procurador da Câmara de Vereadores de Santa Maria e Ione. Zinn pedia para que a Associação de Familiares das Vítimas da Kiss se retratasse do pedido de sua exoneração. Posteriormente, Ione, a mando de Zinn, lhe ofereceu um Cargo de Confiança, no qual receberia pelo menos R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Simulando que poderia aceitar a proposta, marcaram uma reunião, na qual estavam presentes Ione e Aderbal, sendo que tal reunião foi gravada. Zinn fez denúncias envolvendo Giovane Mânica, sobre a licitação de aquisição de câmeras de vigilância pela Prefeitura Municipal de Santa Maria e a empresa Securisysten, bem como denúncias de que Marcelo Bisogno se utilizava indevidamente de diárias da Câmera de Vereadores.

Foram feitas as degravações dos áudios, porém, com relação ao presente procedimento, foi apurada a existência de um único áudio no qual Robson Zinn sugere que sócios da Boate Kiss tinham relações de amizade com o Presidente da Câmera de Vereadores de Santa Maria, Marcelo Bisogno.

A partir disso, foi realizada a oitiva de ROBSON LUIS ZINN (fl. 2566), o qual se limitou a afirmar que o que foi divulgado na imprensa os

fatos foram fragmentos e adulterados na sua ordem cronológica, não envolvendo todos os partícipes dos diálogos. Esclareceu que nunca teve uma boa relação pessoal e política com Giovane Mânica a qual foi agravada com a invasão da Câmara de Vereadores por parte dos familiares das vítimas da Kiss, e que, por isso, fez as imputações constantes nas gravações embora não tivesse provas. O que falou a respeito de Mânica foi com base em comentários, "disque-disque", dos quais tinha conhecimento. Também fez comentários quanto a Marcelo Bisogno, mas não tem comprovar. Não participou do diálogo quanto a criação de uma Secretaria de Direitos Humanos em prol dos familiares e vítimas da Kiss. Flavio, na época, solicitava emprego junto a Prefeitura Municipal, por meio da ex-Secretária de Assistência Social, Ione. Não possuía qualquer ingerência ou poder quanto a ocupação de cargos na referida secretaria por familiares de vítimas da Kiss e que nunca prometeu quaisquer espécies de cargos aos mesmos. Quanto à relação de Giovani Mânica com Mauro Hoffmann, não tem condições de afirmar se existiram.

GIOVANI CARTER MANICA (testemunha – fl. 2603) declarou que em 1993 a 1996 foi Secretário de Indústria, Comércio e Turismo. De 1997 a 2000 foi Vereador. Em 2000 foi presidente da Câmara de Vereadores. De 01/01/2009 até o mês de abril de 2010 foi chefe de gabinete e, posteriormente, assumiu a função de Secretário de Relações de Governo e Comunicações, cargo que ocupou até 01/07/2013, quando solicitou sua exoneração. Não possuía qualquer tipo de relação com Kiko, já quanto a Mauro Hofmann, conhecia como empresário, pois freqüentava sua Boate (Absinto), mas não possuía relação de amizade. Nunca teve qualquer tipo de sociedade com Kiko ou Mauro. Quanto as alegações de Robson Zinn referente a uma possível fraude na licitação de contratação de câmeras de vigilância para o Município, sustentou que são informações inverídicas, pois não era responsável pelo encaminhamento da contratação e fiscalização destes serviços. Acrescentou que Robson Zinn imediatamente se retratou e pediu desculpas publicamente por ter feito acusações que são descaradamente mentirosas, seja do ponto de vista pessoal ou profissional. Que o depoente comprou seu veículo (camioneta) há cerca de um ano antes da licitação, paga com cheque nº.º 896-5, da c/c 235-6, Banco Bradesco, de titularidade do depoente, conforme documentos anexos. No mesmo sentido, são absolutamente inverídicas as acusações com relação a contratação de publicidade e propaganda, pois a contratação da agência Centro, vencedora da licitação, ocorreu de forma plenamente lícita e transparente. Não tem conhecimento e nada sabe a respeito da suposta criação de uma secretaria municipal de direitos humanos, cujos destinatários seriam familiares e sobreviventes da boate kiss. Igualmente não tem conhecimento de que Elisando Spohr teria apresentado Marcelo Bisogno como candidato a vereador para os funcionários da boate kiss e solicitado-lhes que votassem nele. Perguntado, em relação aos antigos sócios da Santo Entretenimento (Tiago Flores Mutti e Alexandre Costa), diz que foram contemporâneos de juventude e que nessa época tinham relações de amizade, sendo que há cerca de doze ou quinze anos os encontros com ambos tornaram-se raríssimos e ocasionais.

Não conhece Eliseo Jorge Spohr, Ricardo de Castro Pasch e Ângela Aurélia Calegaro. Pode ter atendido alguma pessoa relacionada à boate kiss, mas que se isso ocorreu, não solicitou nenhum tipo de favorecimento. Não tinha nenhuma autoridade sobre os demais secretários ou chefes de setores de outras secretarias. Foi sócio da Boate Luna Luna em 1996 junto com o seu irmão Cristian e o empresário Valdemar Roveda. Mauro Hoffmann não fazia parte da sociedade. Forneceu alguns documentos.

GIOVANI CARTER MANICA (reinquirição – fl. 2643) informou que ficou sabendo do incêndio na Boate por volta das oito horas, tendo ligado para o Prefeito e para os Secretários, posteriormente, deslocou-se para o Centro Desportivo Municipal. Ao chegar no local se dirigiu ao Prefeito Municipal, Cesar Augusto Schirmer, e que foi designado pelo Prefeito para ficar de responsável pela relação com os meios de comunicação e prestar as devidas declarações. O depoente, em função da cobrança dos meios de comunicação, no que tange a documentos da Boate Kiss, aconselhou o Prefeito a adotar uma postura de absoluta transparência e fornecer para imprensa e para os órgãos públicos todos os documentos relativos à Boate Kiss, assim como em ato contínuo, sugeriu diretamente ao Prefeito Cesar Augusto Schirmer, que fosse instaurada uma sindicância para apurar responsabilidades. Na terça ou quarta-feira, o depoente tomou a liberdade de manifestar ao Prefeito que os meios de comunicação desejavam entrevistar o Prefeito Municipal. Isto fez com que o Prefeito marcasse uma coletiva para o dia seguinte, a fim de disponibilizar toda a documentação relativa à Boate Kiss, conforme prometido ao depoente e determinado pelo Próprio Prefeito aos setores competentes. No dia da entrevista coletiva o depoente teve acesso a documentação da Boate Kiss pela primeira vez, na sala da Procuradora do Município, junto com a Secretária de Finanças, tendo providenciado várias cópias. Na coletiva de imprensa, composta por veículos de comunicação do mundo inteiro, o Prefeito Municipal fez uma breve explanação e antes de se retirar da coletiva incumbiu o depoente para dar maiores explicações, sem sequer ter combinado algo com o depoente. Quando assumiu a coletiva o depoente entregou aos veículos de comunicação cópia de toda a documentação que lhe fora entregue pela Procuradora Ane e pela Secretária de Finanças Ana, também emitiu algumas explicações superficiais na coletiva, isto porque, desconhecia a legislação que tratava do assunto e pelo fato de ter tido acesso a documentação apenas quinze minutos antes da coletiva. Ainda, na coletiva de imprensa, o depoente foi inquirido por diversos órgãos de comunicação sobre os mais variados assuntos, quando perguntado sobre a possibilidade de ser aberta uma sindicância interna na Prefeitura, o depoente afirmou que esta possibilidade não estava descartada. Após suas manifestações na imprensa, houve um distanciamento com a estrutura do comando político-administrativo da Prefeitura, que discordou de algumas de suas opiniões e manifestações. A partir de então, todas as informações disponibilizadas para a imprensa foram feitas através da Procuradoria Jurídica do Município e não mais pela Secretaria de Comunicação, a qual o depoente era o titular. Salientou que em reunião ocorrida um ou dois dias depois da

coletiva o Prefeito Municipal acordou com o declarante de que estaria designando a Procuradoria do Município para prestar todos os esclarecimentos relativos a Boate Kiss. Tomou conhecimento de que não havia sido disponibilizada toda a documentação da boate Kiss para a imprensa posteriormente, o que gerou grande desconforto ao depoente. Referiu o depoente que a comunicação entre as Secretarias é falha. Nunca esteve na Boate Kiss, nada sabe sobre doação de cadeiras ou qualquer tipo de financiamentos feitos pelos proprietários da Boate Kiss para a Prefeitura Municipal. Não tem conhecimento sobre uma multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Relatou que na época que foi Secretário de Indústria e Comércio, no período de 1993 a 1996, participou pessoalmente de diligencias para fechar estabelecimentos comerciais, inclusive na colocação de lacres para que estes não funcionassem. No seu, em casos considerados graves e relevantes, a Prefeitura pode proceder ao fechamento de estabelecimento. Se fosse Secretário, com base na legislação do período em que trabalhou de 1993 a 1996, não tem a menor dúvida que fecharia boate, pois ela foi notificada, multada e sofreu embargos devido falta de documentação e reclamações de vizinhos.

ADHERBAL ALVES FERREIRA (testemunha – fl. 2948) esclareceu, com relação às gravações realizadas por Flávio José da Silva envolvendo ele, Robson Zinn e Ione, juntadas aos autos, que estava presente em uma delas, mas que não sabia que a conversa estava sendo gravada. Em relação às propostas de emprego que Ione ofereceu para Flavio, o depoente apenas tomou conhecimento, pois isso teria ocorrido em outra ocasião. Na conversa que participou, tanto Robson Zinn quanto Ione queriam que o depoente fornecesse um documento eximindo Zinn de culpa em relação a CPI da Câmara de Vereadores. Com esse documento, segundo eles, Zinn poderia retornar ao cargo de Procurador da Câmara. Diz que a própria Ione comentou com o depoente sobre Flávio e outros familiares de vítimas ocuparem cargos em comissão em uma Secretaria a ser criada pelo município. Afirmou que na época Ione e Zinn não falaram de maneira explicita que o documento que eles queriam que o depoente fizesse, eximindo Zinn, estivesse condicionado aos cargos a familiares das vítimas. Perguntado qual era a relação de Ione com Zinn, respondeu que não sabe, acrescentando que num primeiro momento Ione falou que Zinn tinha culpa em relação ao trâmite da CPI, mas que depois começou a defendê-lo, e foi então que ela passou a solicitar que fosse elaborado o documento eximindo Zinn de culpa. Segundo Ione, foi Zinn quem pediu ajuda a ela para intermediar esse documento, o qual não chegou a ser assinado. Ione, na época, era Secretária de Ação Social e depois saiu e assumiu uma pasta junto ao PRONATEC, no qual seria montada a Secretaria em referência às vítimas. Acredita que Ione ainda trabalhe nesse local como CC do município. Não sabe exatamente qual cargo oferecido a Flavio, mas que era um cargo importante, e que a remuneração seria em torno de quatro mil reais. Acrescentou que também tomou conhecimento de que Ione ofereceu cargos a algumas mães de vítimas, citando a Isabel como sendo uma delas.

ISABEL DOS REIS RODRIGUES (testemunha – fl. 2971) não estava presente nas gravações realizadas por Flávio José da Silva envolvendo ele, Robson Zinn e Ione. A depoente confirma a informação que Adherbal prestou em depoimento, dizendo que realmente IONE lhe ofereceu um cargo na Prefeitura como CC. Afirmou que no ano de 2013, durante um protesto que os familiares das vítimas fizeram em frente ao Prédio onde funciona o gabinete do Prefeito, IONE, foi até a depoente e disse: "o prefeito pediu que eu viesse conversar contigo, ele está disposto a não encaminhar as fotos de vocês no protesto para a delegacia desde que vocês parem com os protestos". A depoente disse a ela que havia perdido uma filha e que ia continuar no protesto. Foi então que Ione disse que o prefeito estava disposto a dar CC (cargos de confiança) para a depoente e para mais cinco familiares. Ione não disse o porquê, mas a depoente entendeu que seria uma maneira de calar os pais, principalmente os que estavam à frente dos protestos. Disse para para Ione: "então manda ele descer pra falar comigo, a vida da minha filha não tem preço". Ione sentou-se em um banco da praça e tentou falar novamente, mas ficou indignada e recusou-se. Informou que essa oferta de CC não tem relação com a oferta de CCs que Ione fez para Flávio. Em outra ocasião Ione ofereceu para a depoente e para outras mães, num total de oito, cursos de manicure a serem ministrados no PRONATEC, os quais seriam custeados pela Prefeitura. Os mesmos não foram concretizados.

IONE TAZYR PINHEIRO DE LEMOS (testemunha – fl. 3153) informou que desde junho de 2012 a maio de 2013 foi Secretária do Município de Assistência Social, posteriormente assumiu o cargo de Superitendente de assistência Social, cargo que ocupa até hoje. Conhecia Robson Zinn desde quando o mesmo assumiu a Presidencia do PMDB, mas não possuía nenhuma relação com o mesmo. Em razão do cargo que exercia possuía uma estreita relação com os familiares das vitimas da Kiss, então Zinn por algumas ocasiões lhe telefoneu e pediu que marcasse uma reunião com o Sr. Aderbal e com Leo Becker o que fez. Foi marcada uma reunião da qual participou o Sr. Aderbal, professor Madruga, Leo Becker, Flavio , Zim e a declarante. Zinn em um primeiro momento falou ssobre suas qualidades pessoais, falou sobre corrupção envolvendo Giovani Manica. A reunião foi conduzida pel Professor Madruga que fez vários questionamentos sobre a CPI; Zinn respondeu que não tinha qualquer ingerência na CPI e pediu que a Associação de Familiares fizessem um documento o eximindo de qualquer responsabilidade. Passado alguns dias Zinn entregou um documento pedindo que entregasse para Flavio. Após isso conversou algumas vezes com Flavio, mas nega que tenha oferecido cargo público ao mesmo ou a qualquer familar da Kiss; nunca solicitou qualquer documento dos familiares eximindo Robson Zinn; nunca prometeu aos familiares gestionar junto ao Prefeito quanto a criação de uma Secretaria de Direitos Humano, na qual seria empregados os familiares da Kiss; nunca mencionou valores de salários que os familiares receberiam. Foi apresentado para adeclarante a gravação AO3-08-13-12-31 sobre dialagos em que a declarante, Robson Zin e Flavio falam sobre pressionar o Prefeito para criação da Secretaria para atender os familiares da Kiss, oferecidos cargos e salários

nessa futura secretaria e Flávio é orientado a fazer o documento eximindo Robson Zinn; a declarante reconheceu sua voz na gravação, mas alega que não está no seu inteiro teor; e mais uma vez negou as imputações que lhe foram feitas.

Expediu-se Ofício 24/2014 com questionamentos referentes ao convênio firmado entre CREA-RS e a Prefeitura Municipal (fl. 2756).

Foram encaminhados o ofício 157/2014 ao Prefeito Municipal com questionamentos quanto ao formulário da Consulta Popular (fl. 2757) e o ofício 158/2014 com questionamentos quanto a LO nº. 113/2012 (fl. 2758).

Foi concedido carga deste inquérito para o advogado de Santiago Mutti (2759-2760).

Foi recebido o Oficio 069/2014 da Procuradora do Município em resposta ao Ofício 023/2014 (fl. 2761) e o Ofício 133/2014 também da Procuradoria do Município solicitando vistas do inquérito (fl. 2765).

Termo de Carga do inquérito para a Prefeitura Municipal (fl. 2765).

Anexados os Termos de Carga do inquérito para a Prefeitura Municipal (fl. 2768 - 2770) e para a Associação das vítimas (fl. 2771 - 2772).

Foi encaminhado o Ofício 0153/2014 ao Prefeito de Santa Maria questionando sobre alguns tributos referentes à Boate Kiss (fl. 2773).

Termo de Carga do inquérito para o advogado de Mauro Londero Hoffmann (fl. 2775).

Anexados aos autos os Termos de Carga do inquérito para a Associação das vítimas da Boate Kiss, fl. 2776 e fls. 2781-2782.

Termo de juntada de fotografias da fachada da Boate Kiss (fls. 2715 – 2798).

Foi recebido o ofício 230/2014 da PGM (fl. 2804).

Marcos Vinicius Bittencourt Biermann juntou documentos que demonstram sua impossibilidade de prestar depoimentos (fl. 2809).

Foi dado vistas do Inquérito para a Associação dos Familiares das vítimas da Kiss (fl. 2813).

Foi encaminhado o Ofício 193/2014 ao Prefeito Municipal (fl. 2816).

Termo de carga para o advogado Adriano Puerari (fl. 2817).

Foi recebido o Ofício 209/2014 do Município em resposta ao Ofício 153/2014 (fl. 2818 – 2841).

Encaminhou-se o Ofício 193/2014 ao Prefeito Municipal (fl. 2816), o qual foi novamente juntado o Ofício 193/2014 (fl. 2842).

Foi feita a juntada do Ofício 251/2014 da Procuradoria do Município em resposta ao Ofício 157/2014 (fl. 2850).

Termo de carga do inquérito à Associação dos familiares das vitimas da Boate Kiss (fl. 2853).

Expediu-se o Ofício 202/2014 reiterando o Ofício 157/2014 (fl. 2854).

Acostou-se o Relatório de Investigação referente a Consulta Popular (fl. 2855).

Anexou-se aos autos o ofício 252/2014 da PGM, requerendo vistas dos autos, e o Ofício 255/2014, informando gozo de férias de servidores intimados (fl. 2858 - 2859).

Recebido o ofício 261/2014 doa PGM em resposta ao Oficio 158/2014 tratando da LO 113/2012 (fl. 2866).

Foi feito a juntada de diversos documentos oriundos do IP nº. 94/2013 (fls. 2874-2899).

Vistas do inquérito policial à Procuradoria do Município (fl. 2926).

Recebido o ofício 276/2014 da PGM em resposta ao Ofício 202/2014 esclarecendo questões quanto a Consulta Popular (fl. 2927).

Recebido o Ofício 060/2014 do CREA-RS em resposta ao Ofício 024/2014 que pedia explicações quanto a Convenio firmado com o Município (fl. 2929).

Foi dado vistas a Associação de Familiares das Vitimas da Boate Kiss, bem como a PGM (fls. 2937 e 2938).

Termo de juntada de parte do Laudo Pericial 12268/2013 realizado pelo IGP e constante do IP 94/2013 (fl. 2939).

Recebido o ofício 284/2014 da PGM (fl. 2961).

Ofício 332/PGM solicitando cópias do inquérito (fl. 2964).

Encaminhado o Ofício 262/2013 ao Prefeito Municipal (fl. 2965).

Encaminhado Ofício 258/2014 ao Juiz de Direito do JECRIM (fl. 2966).

Recebido o Ofício 343/2014 da PGM em resposta ao Ofício 261/2014 (fl. 2982).

VIII - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E LICENÇAS REFERENTES À BOATE KISS

Inicialmente, importante esclarecer que para qualquer empreendimento funcionar legalmente na cidade de Santa Maria é imprescindível a concessão pelo Município do Alvará de Localização, o qual, por sua vez, possui diversas exigências entre licenças, laudos e estudos. Para o caso de Boates, conforme Quadro II do Decreto nº. 32/2006, a concessão do Alvará de Localização depende de:

1. Consulta Popular;
2. Estudo de Impacto de Vizinhança;
3. Laudo Técnico de Isolamento Acústico;
4. Licença Ambiental;
5. Alvará Sanitário;
6. Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio.

Ainda, esclarece-se que a necessidade da Consulta Popular foi acrescentada ao referido quadro após a tragédia ocorrida na Boate Kiss. Contudo, tal exigência já era anterior e decorria do Decreto nº. 40/2005.

Para a concessão das licenças pertinentes, o interessado inicialmente deveria dar abertura em processo único no Protocolo Geral do Município, conforme apregoa o artigo 11 do Decreto nº. 32/2006, por isso se faz necessário analisar a expedição de cada uma das licenças e documentos referidos, de forma individualizada, para fins de verificação da legalidade da emissão que autorizou a Boate Kiss a funcionar de junho de 2009 até a madrugada fatídica de 27 janeiro de 2013.

a) CONSULTA POPULAR

A Consulta Popular é um documento no qual os proprietários de um novo empreendimento colhem assinaturas dos vizinhos que serão afetados pelo funcionamento da empresa, os quais deverão ser questionados quanto a sua conformidade com a instalação e permanência do empreendimento no local.

Além da Consulta Popular ser prevista como um dos requisitos para a liberação do Alvará de Localização, conforme já exposto, o Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001), no seu artigo 43, II, prevê a utilização da Consulta Popular como instrumento da gestão democrática da cidade.

Também, segundo o artigo 6º, c/c artigo 7º, alínea h e §8º, do Decreto Executivo Municipal nº 40/2005, a Consulta Popular faz parte do Estudo de Impacto de Vizinhança:

> *Art. 6º. O Estudo de impacto de vizinhança analisará os **efeitos positivos e negativos** da concessão do alvará em relação à **qualidade de vida da população e perturbação do sossego público**.*
>
> *Art. 7º. O estudo de impacto de vizinhança deverá contemplar, no mínimo, as seguintes questões:*
> *[..]*
> *h. Sossego Público*
> *§ 8º. Quanto ao sossego público será analisado se o funcionamento do estabelecimento trará perturbação à área próxima ou não.*

Ora, a questão do sossego público necessário para conclusão do Estudo de Impacto de Vizinhança somente pode ser realizada com a Consulta Popular, ou seja, pela consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento, pois estas pessoas são as únicas que podem opinar quanto à questão do sossego público.

Tanto é assim que o próprio formulário da Consulta Popular, que é **cedido pela Prefeitura** às pessoas que pretendem obter Alvará de Localização, descreve no seu cabeçalho "*CONSULTA POPULAR, ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, Decreto Executivo nº 40 de 16/02/2005*".

Quanto à forma de sua confecção, importante esclarecer que segundo o Decreto Executivo Municipal nº. 001/2008, no seu artigo 2º, determina que "vizinhança" são somente as pessoas residentes em um raio de 100 metros do empreendimento interessado, *in verbis*:

> *VIII. Vizinhança: imediações do local onde se propõe o empreendimento ou atividade considerada numa área de no <u>mínimo cem metros a partir dos limites do terreno</u>.*

Em relação a Kiss, foram apresentados na Prefeitura **dois documentos de Consulta Popular diferentes**: um na Secretaria de Mobilidade Urbana e outro na Secretaria do Meio Ambiente.

Na Consulta Popular apresentada na **Secretaria do Meio Ambiente**, constam **apenas 25 assinaturas**, sendo **oito** de pessoas com **endereços comerciais**, isto é, que **não residiam no local** e, portanto, não eram afetadas pelo empreendimento, que era de funcionamento noturno, e outras **12 assinaturas** que eram de indivíduos que **residiam a mais de 100 (cem) metros da boate**, o que contraria o conceito de vizinhança já referido; ou seja, foram colhidas assinaturas de pessoas não diretamente interessadas, isto é, não afetadas pelo funcionamento do estabelecimento. Portanto, desta Consulta Popular, **apenas 05 assinaturas** foram colhidas em conformidade com a legislação vigente, o que corresponde a apenas **20%** das assinaturas.

Já a Consulta Popular apresentada na **Secretaria de Mobilidade Urbana** possui dez fl.s com **60 assinaturas** (fl. 622 e seguintes), contudo há **duplicidade de 5 assinaturas**, ou seja, uma mesma pessoa assinou duas vezes. Além disso, **18 assinaturas foram colhidas em endereços comerciais.** Mas o fato é que apenas **21 pessoas que assinaram residiam dentro do raio de 100 metros, portanto, deste abaixo-assinado apenas 35% das assinaturas foram apanhadas em consonância com a lei.**

Há que se destacar ainda a existência de cinco assinaturas em duplicidade: Dirce Terezinha Beltrame (fl. 90), Flavio Correa dos Santos (fl. 92), Nelson Correa dos Santos (fl. 93), Giordano Rafael Tronco Alves (fl. 162) e Tania Elizabete Basso dos Santos (fl. 138).

Além disso, a primeira assinatura da fl. 06, possui o nome e telefone ilegíveis. Ao serem verificados o endereço e o CPF apontados, verificou-se que o apartamento de número “201”, não existe no prédio de número 1945, conforme depoimento do morador do mesmo prédio Alexandre Pigatto Dornelles (fls. 19-20) e o CPF, apesar de consultado em diversos programas, não consta como existente, ou seja, há **sérios indícios de falsidade nesta assinatura**.

Outro fator de destaque é que maior parte das assinaturas, segundo análise perfunctória dos depoimentos, foram dadas por questões de amizade com proprietários da Boate ou parentes desses.

Por outro lado, o abaixo-assinado elaborado por 83 vítimas de poluição sonora (fl. 301-302), efetivamente vizinhas da Boate Kiss, não foi considerado pela Administração Municipal, nem mesmo para gerar desconfiança quanto a veracidade da Consulta Popular apresentada pelos proprietários da Kiss. Destaca-se que não foi esclarecida pelo Município a data exata do protocolo deste abaixo-assinado na Prefeitura, porém, sabe-se que foi

antes das vistorias ocorridas em 1º de agosto de 2009, visto que estas vistorias decorreram de reclamações dos vizinhos da boate, os mesmos que materializaram o abaixo-assinado contra a boate.

A apresentação de duas Consultas Populares diferentes pelos proprietários da Boate Kiss, foi esclarecida por Marcus Vinicius Bittencourt Biermann, ainda na instrução do IP n.º 94/2013 (fl. 2584-2586). **Marcus foi fiscal da Secretaria de Mobilidade Urbana no período de 2008 até março de 2009, ocasião em que analisou a Consulta Popular e percebeu que o número de consultados era insuficiente. Diante disto informou que devolveu o documento para o proprietário para que fosse completado. Após sanado o problema, foi feita uma nova conferência de documentos, sendo aceita a Consulta Popular.**

Contudo, não foi possível inquirir Marcus novamente acerca da aceitação da Consulta Popular com todas estas irregularidades, pois o mesmo encontra-se em licença saúde, conforme documentos de fls. 2190, 2193, 2194, 2809, 2810, 2811 e 2812.

Já Fabio Muller (fls. 2556-2558), que foi vice-presidente do Escritório da Cidade no período de janeiro de 2010 até fevereiro de 2012, declarou que **a responsabilidade técnica quanto a Consulta Popular não é do município, mas, sim, de quem apresenta o documento**.

Ocorre que não há responsável técnico pelo documento, pois foi elaborado pelos próprios proprietários, por conseguinte, não há ART respectiva, o que também foi desconsiderado pelo Município e por quem analisou a documentação. Insta destacar, ainda, que **a flagrante falsidade produzida pelos proprietários** que elaboraram o documento, não exime a responsabilidade do agente público, que tem o dever de analisar as exigências legais, as questões formais.

Considerações quanto à Consulta Popular:

A Consulta Popular é um documento com algumas exigências previstas em lei, contudo, tais requisitos, conforme análise, não foram observados pelos proprietários da Boate Kiss na confecção do documento, bem como pelo Município, que a aceitou em flagrante contradição à legislação e contendo informações que não correspondiam à realidade.

Foram colhidas assinaturas de pessoas que não residiam no raio de 100 metros do empreendimento; foram colhidas assinaturas em duplicidade; **foi colhida uma assinatura de pessoa que não existe**. Ou seja, **a Consulta Popular contém informações inverídicas produzidas pelos Proprietários da Boate Kiss, obviamente interessados na aprovação e**

licenciamento da Boate – por razões que os próprios declararam, como o alto custo do investimento e consequente necessidade de sua recuperação –, documento que acabou fazendo com que ocorresse a aprovação e liberação de alvarás por parte da Prefeitura Municipal de Santa Maria, que não checou as informações e sequer se deu ao trabalho de conferir outros documentos encaminhados pelos então proprietários da Kiss ao poder público municipal e tampouco exigir que fosse assinado por profissional habilitado.

Ora, a Prefeitura Municipal de Santa Maria possuía três documentos que caracterizavam Consultas Populares: dois confeccionados pelos proprietários da Boate Kiss, com conteúdos diversos; e um segundo documento, com mais de 80 assinaturas, apresentado pelos próprios moradores lindeiros à Boate Kiss, o qual contraditava as informações apresentadas pelos proprietários da Kiss.

Inobstante todas as evidências de informações inverídicas constantes na Consulta Popular, o Município de Santa Maria, na pessoa de **Marcus Vinicius Bittencourt Biermann**, responsável pela análise da Consulta Popular, desconsiderou o clamor dos vizinhos da Boate Kiss ao homologar a Consulta Popular apresentada pelos proprietários, sem qualquer questionamento, verificação e confrontação com o abaixo-assinado apresentado pela comunidade afetada, que não eram favoráveis ao funcionamento da Boate no local, que funcionava em região central da cidade, muito próximo da prefeitura municipal.

O servidor Marcus sequer percebeu que na Consulta Popular havia **dezenas** de assinaturas colhidas em lojas, supermercados, estacionamentos e que algumas eram dúplices, além de desconsiderar o abaixo-assinado, pois homologou a Consulta Popular fraudulenta, chancelou um documento com indícios veementes de fraude e que não fora assinado por um responsável técnico, mas sim pelos próprios proprietários interessados na aprovação do documento.

Diante de todas essas evidências, não há como negar que Marcus agiu ao arrepio da lei, pois inexplicavelmente não apontou as irregularidades e falsidades da consulta popular. Contudo, Marcus encontra-se em licença saúde não podendo ser inquirido para esclarecimento dos fatos.

Ademais, diante do abaixo-assinado apresentado pelos vizinhos da Boate, o mínimo que se exigia do Município, nos termos do Decreto Executivo Municipal nº. 040/2005, seria uma revisão dos documentos e, sobretudo dos alvarás:

> ***Art. 9º*** *A qualquer tempo, mesmo após a concessão do alvará poderá a comunidade local, numa área próxima ao estabelecimento num raio*

> *de 100 m, manifestar-se sobre a questão do sossego publico, que integra pó estudo de impacto de vizinhança.*
> ***§ 3º** A manifestação de mais 50% dos moradores apensada ao estudo de impacto de vizinhança tornando a questão de sossego publico desfavorável, determinando a imediata revisão do alvará concedido e do horário de funcionamento do estabelecimento.*

Neste contexto, os funcionários que tiveram conhecimento do abaixo-assinado foram: o Secretário Sérgio Renato de Medeiros, face o contido no documento de fls. 38-40; os servidores que fiscalizaram a Kiss em razão das reclamações dos vizinhos: Idianes Flores da Silva, Denilson Dorneles Righi e Alexandre Pinzon Vargas (fls. 41 à 46). Dessa forma, caberia a estes servidores revisar os alvarás, ou no mínimo comunicar as suas chefias para que essa revisão ocorresse.

A Lei Municipal nº. 3326/91, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, disciplina os deveres dos servidores públicos do Município de Santa Maria, em seu artigo 162:

> *[...]*
> *II – lealdade as instituições a que servir;*
> *III – observância das normas legais e regulamentares;*
> *[...]*
> *VI – levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver em razão do cargo;*
> *[...]*
> *IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;*

Ficou plenamente evidenciado que os servidores acima mencionados descumpriram o Regime Jurídico dos Servidores, pois não observaram os preceitos legais e não levaram as irregularidades de que tinham ciência *propter officium* ao conhecimento de seus superiores hierárquicos.

Enfim, sendo a Consulta Popular um requisito para concessão do Alvará de Localização e, também, fazendo parte do Estudo de Impacto de Vizinhança, como devidamente explicitado em tópico próprio, constatou-se que ambos estão maculados de vício, o que impediria o Licenciamento da Boate e, por conseguinte, seu funcionamento.

Destaca-se, por fim, que o crime de falsidade na confecção da Consulta Popular será devidamente esposado em tópico próprio.

RESUMO:

IRREGULARIDADES DA CONSULTA POPULAR:
1. na sua maioria, foram colhidas assinaturas de pessoas não afetadas pelo empreendimento (que residiam num raio superior a 100 metros do local e, de locais correspondentes a pessoas jurídicas não residentes no local);

2. havia assinaturas em duplicidade;
3. havia uma assinatura falsa, de um indivíduo que não existe;
4. havia um abaixo-assinado feito pelos moradores lindeiros se manifestando contra o funcionamento da Boate o qual não foi considerado pelo Município para confrontar com o documento elaborado pelos proprietários da Boate Kiss;

SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria de Mobilidade Urbana

SERVIDOR QUE ANALISOU A CONSULTA POPULAR: Marcus Vinicios Bitencourt Biermann

CONSEQUENCIA: homologação do EIV e liberação do Alvará de Localização permitindo a Boate funcionar irregularmente de 2009 a 2013. Se a Consulta Popular não fosse aceita a Boate não poderia ter funcionado sem sanar as ilegalidades.

b) ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

O Estudo de Impacto de Vizinhança é um documento que apresenta um conjunto dos estudos e informações técnicas relativas à identificação, avaliação, prevenção, mitigação e compensação dos impactos na vizinhança de um empreendimento ou atividade, de forma a permitir a análise das diferenças entre as condições que existirão com a implantação do mesmo e as que existiriam sem essa ação (Artigo 3º do Decreto Executivo Municipal nº. 01/2008).

Sua exigência está prevista em diversas legislações, como no artigo 7º do Decreto Executivo Municipal nº. 32/2006, no artigo 48 do Plano Diretor do Município (Lei Complementar nº. 34/2005) e no artigo 1º do Decreto Executivo Municipal nº. 01/2008, *in litteris:*

> *Art. 7º. Para o licenciamento do exercício de atividades no Município poderá ser exigido Estudo do Impacto de Vizinhança (EIV), em conformidade com a Lei Complementar 030/04 (de 29/12/04), Lei Complementar 033/05 (LUOS - de 29/12/05), Lei Complementar 034/05 (PDDUA – de 29/12/05) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em conformidade com a LC 034/05 e a Legislação Ambiental.*
>
> *Art. 48. A apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é requisito essencial para aprovação de licenças, concessões, permissões ou autorizações urbanísticas de obras ou atividades privadas ou públicas que afetem a cidade, atendido o § 2º do ART. 39.*
>
> *Art. 1º Ficarão obrigados a realizar o EIV os seguintes empreendimentos:*

> *VIII. Estabelecimentos destinados ao lazer, eventos, diversão, e locais de cultos com capacidade superior a 100 pessoas, calculadas conforme a NBR 9077;*

Portanto, o Estudo de Impacto de Vizinhança é um documento formal, confeccionado por profissional habilitado (arquiteto ou engenheiro), com diversos requisitos legais que devem ser analisados pelo Município.

A competência para análise do estudo de Impacto de Vizinhança é do Escritório da Cidade, ao qual cabe emitir o parecer definitivo sobre o assunto, conforme dispõe artigo 6º do Decreto Executivo Municipal nº 01/2008.

Segundo Fabio Muller, que foi Vice-Presidente do Escritório da Cidade no período de 2009 até o final de 2011, o processo do EIV era protocolado na antiga Secretaria de Controle Mobilidade Urbana, e era encaminhado ao Escritório da Cidade para ser avaliado por um corpo técnico.

Quanto ao Estudo de Impacto de Vizinhança referente a Boate Kiss (fls. 15 a 18), o mesmo foi confeccionado pela Arquiteta Cristina Trevisan e apresentado no dia 30 de setembro de 2009, juntamente com o Expediente nº. 27562/09 (fl. 1405), o qual solicitava a aprovação de projeto de edificação dirigido ao Escritório da Cidade.

Porém, este documento apresentava diversas desconformidades com a legislação, mas mesmo assim foi aceito e homologado pelo Município.

As irregularidades consistiam em:

I. O artigo 4º, I, do Decreto Executivo nº. 001/2008 enumera diversos documentos que devem constar no EIV; contudo, o Empreendimento Boate Kiss não apresentou:

1. <u>planta gráfica e definição dos limites geográficos da área a ser direta ou indiretamente afetada pelo estabelecimento</u>. Estranhamente Sheila Comiran (funcionária concursada e arquiteta no Escritório da Cidade) alegou que tal documento constava no processo analisado pelo Escritório da Cidade, contudo não há qualquer prova da referida alegação, posto que foram solicitados a Prefeitura Municipal todos os documentos referentes a Boate Kiss, mas a planta gráfica não constava dentre os documentos; pelo contrário no EIV confeccionado por Cristina Trevisan não há cópia da planta gráfica;

2. levantamento planialtimétrico do terreno. Segundo Sheila Comiran havia a dispensa deste documento, pois se tratava de edificação já existente. Contudo, a legislação não faz essa ressalva;

3. declaração do empreendedor se responsabilizando pela viabilização da infraestrutura e de todos os serviços necessários à plena operação do empreendimento (água, saneamento, energia elétrica, telecomunicações, etc.); Segundo Sheila Comiran fora dispensada tal declaração, pois devido a análise, verificou-se que a atividade não sobrecarregava a infraestrutura urbana do local;

4. identificação e avaliação dos impactos na área de vizinhança durante as fases de implantação, operação ou funcionamento, em especial no que tange à produção de nível de ruído. De acordo Sheila Comiran esta questão é abordada ao longo da análise do EIV, não existindo um ponto específico de análise.

II. Não foi comprovado que foi dada publicidade aos documentos do EIV, conforme determina o artigo 37, § Único, da Lei nº. 10257/2001 – Estatuto das Cidades. Sheila Comiran referiu que a publicidade ocorre no Fórum Técnico, cuja composição tem representação de diversos segmentos da sociedade.

III. Não **foi apresentado o Termo de Compromisso assinado pelo interessado, se responsabilizando pelo empreendimento, condição necessária à aprovação do EIV**, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto Executivo nº. 01/2008. Porém, disse Sheila Comiram que este termo de compromisso se refere a medidas mitigatórias/compensatórias, o que, estranhamente, estaria implícito no EIV apresentado pela Kiss, pois o memorial do projeto já contemplava o isolamento acústico e o contrato de locação de garagem, no entanto a exigência legal não foi atendida.

IV. Conforme esclarecido acima, a Consulta Popular é um dos documentos que compõe o EIV, porque o art. 37, “caput”, do Estatuto das Cidades, Lei nº. 10.257/2001, prevê que o EIV deve ser executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população, assim como preceitua o art. 48, §3, da Lei Complementar nº. 34/2005; porém essa Consulta Popular foi realizada pelos proprietários da Boate Kiss de forma irregular, pois não atendeu às exigências legais, **invalidando**, assim, o Estudo de Impacto de Vizinhança. Porém, sustentam Julio Francisco Beck Rasquin (Presidente do Escritório da Cidade entre 2009 e 2011), Luzyane Coluso Barnewitz e Scheila Comiran (arquitetas do EC) que a Consulta Popular não é analisada pelo Escritório da Cidade e desconhecem a que se destina.

V. O EIV contempla na sua primeira fl. a questão do "Adensamento Populacional" (fl. 15) referindo que *"(...) funciona às sextas feiras e sábados das 23 horas às 6:00 horas recebendo em média 500 pessoas por noite, tendo sua capacidade máxima 700 pessoas (...).* Ora, **duas inverdades constam neste tópico**. Primeiro, a Boate funcionava também nas quintas-feiras ("quintanejas"); segundo, conforme esclarecido no IP n.º 94/2013, a Boate estava quase sempre superlotada com muito mais frequentadores, do que a número apresentado pela engenheira.

VI. O item III do EIV contempla "Uso e ocupação do solo, bem como comprometimento do subsolo" referindo que o imóvel possui "habite-se. Contudo, **conforme Ofício nº. 1583/2013 (fl. 2073) foi esclarecido pelo município que o imóvel não possuía habite-se**.

VII. O laudo acústico foi aceito embora contivesse inúmeras irregularidades, conforme será esclarecido em tópico próprio.

O parecer quanto ao EIV foi emitido pelo Escritório da Cidade em 09 de novembro de 2009, com a decisão de "*nada a opor",* conforme Of. Nº. 705/EC/09/SC *(*fl. 2098*)* assinado por Julio Francisco Beck Rasquin (Presidente do Escritório da Cidade no período de 2009 até o final de 2011). Todavia, **foi determinada a apresentação do laudo acústico e do contrato de locação de estacionamento** "*na proporção exigida"*. Quanto à exigência destes dois documentos, é importante destacar:

Segundo Julio Francisco Beck Rasquin (Presidente do Escritório da Cidade), a questão do sossego público não diz respeito ao EIV, pois os pilares deste são o uso do solo e as informações urbanísticas, enfatizando que não é atribuição do Escritório da Cidade a questão de laudo acústico. Já Fabio Muller (Vice Presidente do Escritório da Cidade), discorda da opinião de Julio, pois afirmou que um dos aspectos analisados no EIV era a acústica, mas que na análise da Equipe Técnica do Escritório da Cidade, conforme o laudo acústico constante no EIV, ficou demonstrado que o nível de ruído, aferido pelo responsável técnico, estava de acordo com as exigências das NBR 10.151 e 10.152 e com o Código de Posturas. Contudo, a responsável pela análise do Laudo Técnico de Medição Sonora para fins do EIV foi a Arquiteta Sheila Comiran.

No dia 18 de março de 2010 o Arquiteto Fabio Muller, então Vice Presidente do EC, encaminhou um despacho a "Diretoria de Planejamento" com o seguinte requerimento (fl. 2094): "Solicito análise dos documentos mencionados, criteriosamente, conferindo números e indicativos diretamente nas normas relativas (para o Laudo Acustico) (...)".

Em resposta, no dia 06 de abril de 2010 Sheila Comiram declinou "Conforme EIV apresentado os níveis de ruído estão de acordo (...) (fl. 2094).

Questionada Sheila sustentou que o nível de ruído, estava de acordo com a legislação, pois na ocasião foi apresentado laudo técnico de isolamento acústico assinado por um engenheiro. Efetivamente, houve a apresentação de laudo acústico confeccionado por um Engenheiro (Tiago Mutti, proprietário da Boate Kiss), contudo tal laudo possuía diversas irregularidades, pois não atendeu as normas técnicas (NBRs) bem como não atendeu a legislação municipal que trata do assunto (esta Afirmoução fica esclarecida em tópico próprio). Ora, foi determinada a Arquiteta Sheila uma "análise criteriosa", com verificação das "normas relativas". Porém, Sheila ignorou as normas e chancelou o laudo acústico inválido, contaminando o EIV, já que o laudo acústico é um dos requisitos necessários para o EIV.

O contrato de locação de garagem nunca foi entregue pela Boate Kiss, fato este ratificado nos depoimentos de Sheila Comiran e Luziany Coluso Barnewitz (ambas técnicas do Escritório da Cidade).

Contudo, conforme declararam Fabio Muller (técnico do EC) e Julio Francisco Beck Rasquin (Presidente do Escritório da Cidade no período de 2009 até o final de 2011) após a análise do EIV pelo Fórum Técnico, aprovando-o, reprovando-o ou solicitando adequações, o documento é devolvido à origem, isto é, para a Secretaria de Mobilidade Urbana, que dá sequência ao processo.

Também é esta Secretaria responsável pela emissão da Certidão de Zoneamento e Uso, a qual somente poderia ter sido emitida após atendido o despacho constante na fl. 2094, ou seja, a apresentação de contrato de locação de estacionamentos. Luziany Coluso Barnewitz destacou que o Ofício 765/EC ainda estava em nível de análise de processo.

Os responsáveis pela liberação da Certidão de Zoneamento e Uso do Solo foram a Engenheira Civil Fabiana B. Angnes e o Secretário de Controle e Mobilidade Urbana Sérgio Renato de Medeiros (fl. 394).

Contudo, intimada Fabiana, declarou que a Certidão de Zoneamento e Uso do Solo, não depende de qualquer análise do Escritório da Cidade ou EIV, porque apenas é necessário analisar, em uma tabela prevista em lei, se um determinado empreendimento pode se estabelecer em um ponto específico da cidade.

Importante destacar que este parecer do escritório da Cidade é a apreciação do "Fórum Técnico do Escritório da Cidade" que é um fórum composto por equipe técnica multidisciplinar com graduação em curso superior composto por diversos representantes da comunidade local (art. 17 e 20 da Lei nº. 4.875/2005 – fls. 2231 e seguintes).

Conforme documentos de fls. 2227 e seguintes, o Fórum que analisou a questão referente a Boate Kiss era composto por Dilson Cechin (UFSM), Geovana Trevisan (Unifra), Luciane Morares (COMPHIC), Marcio Bernardes (Fadisma), Elisabeth Moreira (CREA), Luiz Fernando Pacheco (SINDUSCON), Carlos Fernando Flores (SMCMU), Mauricio Mezzomo (EC), Rosana Trevisan (EC), Daniel Tochetto (EC), Giovani Brasil (EC), Helio Fernandes Junior (EC), Sheila Comiram (EC), Luziany Barnewitz (EC), Carlos Farias (EC) e Julio Rasquim (EC). Segundo o referido documento "item 03" foi analisado o processo protocolado na SAP sob o nº. 001008/09 de 20/10/2009 sendo aprovado por unanimidade.

Questionado, o Escritório da Cidade, no Oficio nº. 340/2013, afirmou que o EIV foi analisado no processo de aprovação do projeto, conforme requerimento de nº. 27562/2009 (fl.1405 do VIII volume), restringindo-se às questões de análise de paisagens. Portanto, o Escritório da Cidade NÃO analisou o EIV conforme determina a legislação, que refere que o Escritório da Cidade emitirá "**parecer definitivo**". Ora, definitivo significa que o Escritório da cidade é o único que deve analisar o EIV para todos os fins de exigência do mesmo, ou seja, analisar somente para o fim de paisagismo, conforme alegado, implica em uma análise incompleta que acabou induzindo a erro os demais setores do Município que tinham o EIV como exigência. Ademais, em todos os depoimentos dos funcionários do Escritório da Cidade se evidencia que tentam transparecer que desconhecem a atribuição do EC ditada por lei, visto que restringem sua atribuição, inclusive Luziany consigna no seu depoimento que não analisam o EIV para fins de licenças, contudo, ignora que o EIV é um dos requisitos para a liberação da Licença de Funcionamento.

Considerações acerca do Estudo de Impacto de Vizinhança:

Conforme descrito, o Estudo de Impacto de Vizinhança continha **inúmeras** irregularidades que contrariavam a legislação em vigor. Porém, estranhamente, todas foram ignoradas pelo Escritório da Cidade, que aceitou o EIV totalmente ilegal. Ademais, acrescentou o Escritório da Cidade que sequer analisou o EIV como a legislação determina.

Também, o EIV foi aceito de forma incompleta, pois teve parecer positivo para os proprietários da Kiss, sem, contudo, esperar que os mesmos fornecessem o contrato de locação de estacionamento.

Assim, o parecer favorável do Escritório da Cidade, que emitiu uma nota de "nada a opor" ao EIV, acarretou a criação falsa de um requisito para a liberação do Alvará de Localização. Noutras palavras, o Alvará de Localização NUNCA deveria ter sido emitido, pois baseado em documento

irregular, que não deveria ter sido aceito pelo município. Portanto, a Boate Kiss jamais poderia ter funcionado.

Ademais, além de ter aceitado este documento de forma irregular, (sendo o sossego público um dos pontos de estudo do EIV), o Município – cientificado pela população das imediações da Kiss acerca da ocorrência de perturbação do sossego – não tomou qualquer providência, nem mesmo fez uso dos instrumentos criados por lei para resolver este tipo de situação, circunstância na qual poderia ter determinado medidas compatibilizadoras, mitigadoras e compensatórias, visando permitir que a população residente nos arredores da Boate Kiss pudesse viver em harmonia com o funcionamento dela. Uma vez não cumpridas as medidas compatibilizadoras, o **Município deveria fechar a Boate**, conforme dispõe o Decreto Executivo nº. 001/2008:

> ***Art. 15.*** *Aprovado o EIV, as medidas compatibilizadoras, mitigadoras e compensatórias por ele previstas serão obrigatoriamente implementadas, sob a pena de cassação das licenças e autorizações a cargo do Poder Executivo Municipal.*

O Estatuto das Cidades, Lei nº. 10.257/01, no art. 2º, inciso XIII, e o Decreto Municipal nº. 001/2008, art. 6, § 2º, citam a realização de audiência pública para empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população. Por outro lado a Lei 4.875/2005 no seu artigo 18º, IX, determina que é competência da Equipe Técnica do Escritório da Cidade convocar Audiências Públicas.

Considerando o fato concreto da Boate Kiss e seus reflexos sociais e ambientais, o Município não convocou audiência pública mesmo diante da mobilização e das reclamações da população diretamente afetada, que continuaram a ser registradas nos anos seguintes no Ministério Público. Acrescenta-se que a arquiteta Sheila Comiram declarou que não tem conhecimento de qualquer tipo de audiência pública ocorrida no Município de Santa Maria.

RESUMO:

IRREGULARIDADES DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA:

1. não foram apresentados quatro documentos necessários para instruir o EIV, descritos pelo artigo 4º, I, do Decreto Executivo nº. 01/2008 (planta gráfica, levantamento planialtimétrico do terreno, declaração do empreendedor se responsabilizando pela viabilização da infraestrutura e identificação e avaliação dos impactos na área de vizinhança;
2. falta de publicidade dos documentos do EIV, conforme determina a lei;
3. falta do Termo de Compromisso assinado pelo interessado, se

responsabilizando pelo empreendimento, conforme determina a lei;
4. aceitação da Consulta Popular contendo informações inverídicas;
5. os efeitos negativos não foram citados, conforme determina a lei, pois não fora considerado o abaixo-assinado dos vizinhos da Boate contra seu funcionamento;
6. o laudo acústico foi aceito contendo inúmeras irregularidades e ilegalidades.

SETOR RESPONSÁVEL: Escritório da Cidade e Secretaria de Mobilidade Urbana

SERVIDORES QUE ANALISARAM O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: Sheila Comiran e Fábio Müller

CONSEQUENCIA: contribuiu para a liberação do Alvará de Localização permitindo a Boate funcionar irregularmente de 2009 a 2013. Se o Estudo de Impacto de Vizinhança não fosse aceito ou fosse contestado pelo município, a Boate não poderia ter funcionado sem sanar as ilegalidades.

c) LAUDO TÉCNICO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO

O Laudo Técnico de Isolamento Acústico que se trata, na realidade, de Laudo Técnico de Medição da Pressão Sonora é um dos requisitos para o licenciamento de empreendimentos tipo "Boate", conforme previsão no quadro II e no artigo 6º do Decreto nº. 32/2006 e no artigo 193 do Código de Posturas do Município (Lei Complementar nº. 003/2012).

> *Art. 6º. Se o exercício da atividade causar ruídos de qualquer natureza, direta ou indiretamente, quer sejam produzidos no interior ou exterior do prédio, a concessão da licença para localização ficará condicionada à apresentação de* ***laudo técnico****, por empresa ou órgão público, com reconhecida capacidade técnica, sobre a intensidade do ruído produzido, nos termos da Legislação específica.*
>
> *Art. 193. Se o exercício da atividade causar ruídos de qualquer natureza, direta ou indiretamente, quer sejam produzidos no interior ou exterior do prédio, a concessão da licença para funcionamento ficará condicionada à apresentação de parecer técnico por empresa ou órgão público com reconhecida capacidade técnica sobre a intensidade do Som produzido, nos termos da Legislação específica.*

Importante destacar que, nos termos do artigo 6º do Decreto nº. 32 já transcrito, não é qualquer laudo técnico que viabiliza o licenciamento de Boates, mas, sim, um laudo técnico feito por **"*empresa ou órgão público, com reconhecida capacidade técnica*".**

Durante o período de funcionamento da Boate Kiss (2009 a 2013), foram confeccionados apenas dois laudos técnicos de medição da pressão sonora (em 2009 e 2011). Entretanto, ambos apresentavam irregularidades, conforme a seguir explicitado.

1. Laudo Acústico elaborado em 2009

O laudo acústico feito em 10 de dezembro de 2009 (fl. 173) possuía diversos vícios e irregularidades, que **deveriam ter implicado na sua inadmissibilidade** pelo Município. Não bastasse, desde a data do laudo, já existia na Prefeitura Municipal de Santa Maria um abaixo-assinado dos vizinhos da Boate Kiss, protocolado antes de agosto de 2009 (fl. 38), acerca da poluição sonora (fls. 301-302). O abaixo-assinado deveria ter sido considerado para, pelo menos, gerar desconfiança do Município quanto à veracidade do laudo.

As **irregularidades do Laudo Acústico consistiram em**:

I. O Laudo foi assinado pelo sócio-proprietário da Boate Kiss, Tiago Mutti, contrariando o artigo 6º do Decreto nº. 32/2006, que determina que o laudo seja realizado por empresa com reconhecida capacidade técnica.

II. Para a confecção da medição sonora, o Engenheiro utilizou o som de um CD para simular o ruído da Boate, o que difere do som produzido por uma banda de música;

III. O Laudo foi realizado em horário em que a Boate não estava em funcionamento (22h30min. e 23h30min.)

IV. O Laudo contrariou a NBR nº. 1055, no seu Item 7, que disciplina o procedimento das medições sonoras para fins de laudos acústicos, pois o relatório da medição não apresentava os seguintes critérios:

- marca;
- tipo ou classe e número de série de todos os equipamentos de medição utilizados;
- data e número do último certificado de calibração de cada equipamento de medição, já que o item 4.3 da referida norma determina que o medidor de nível de pressão sonora e o calibrador acústico devem ter certificado de calibração da Rede Brasileira de Calibração (RBC) ou do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), renovado no mínimo a cada dois anos;

- nível de pressão sonora corrigido Lc, indicando as correções aplicadas;
- nível de ruído ambiente.

Inquirido Tiago, convenientemente, relatou que não lembrava para quem havia pedido o aparelho emprestado para proceder a medição e não sabia quando o mesmo havia sido calibrado. Ora, a medição sem a certificação do aparelho, não tem valor legal algum. No entanto, inexplicavelmente, **tal certificado não foi requerido pelos técnicos do município**.

Gize-se que o Laudo Acústico foi analisado por dois funcionários públicos: o engenheiro Marcus Vinicios Ramos de Moraes, para fins de Licença Ambiental e por Sheila Comiram, para fins de análise do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Marcos Vinicius Ramos de Moraes afirmou que o laudo apresentado pelo engenheiro Tiago Mutti, legalmente habilitado conforme ART perante o CREA, foi conclusivo por parte dele, atendendo a NBR nº. 10151/2000, **o que não é verdadeiro**, pois se o servidor do município conhecia a NBR 10151/2000, tinha plena ciência que o Laudo não atendia a referida Norma e ignorou injustificadamente as restrições, aceitando e chancelando o laudo acústico ilegal.

Também, a Arquiteta **Sheila Comiram** analisou o Laudo Acústico para fins do Estudo de Impacto de Vizinhança, concluindo que "Conforme EIV apresentado os níveis de ruído estão de acordo (...)" (fl. 2094).

Enfim, Marcos Vinicius Ramos Moraes e Sheila Comiram, chancelaram documento irregular, viabilizando a Liberação do Alvará de Localização, alvará este que permitiu a Boate funcionar de 2009 a 2013, o que na verdade não poderia ter acontecido, pois os servidores violaram claros requisitos legais.

2. Laudo Acústico elaborado em 2011

O segundo laudo é datado de 03 de setembro de 2011, contudo mais uma vez, o Município de Santa Maria aceitou um **laudo flagrantemente irregular** (fl. 437), sem sequer questioná-lo, senão vejamos:

I. O Laudo elaborado pelo Engenheiro Samir Frazzon, novamente contrariou o artigo 6º do Decreto nº. 32/2006, que determina que o laudo seja realizado por empresa com reconhecida capacidade técnica;

II. Mais uma vez, foi utilizado um CD para medir o ruído oriundo da Boate, o que não corresponderia com a realidade;

III. Estranhamente, os dados, informações, padrões de letra e formatação de texto são idênticos ao primeiro laudo realizado por Tiago Mutti, como se o primeiro laudo tivesse sido usado como modelo para criação do segundo. Questionados, ambos os engenheiros declararam que foram alunos de engenharia da UFSM e que os laudos foram feitos a partir de modelos fornecidos pelo professor da matéria que explicou a questão de laudo de medição de pressão sonora. Porém, como os laudos originais não foram apresentados, impossível a realização de perícia;

IV. O Laudo contrariou a NBR 1055, no seu item 7, que disciplina o procedimento das medições sonoras para fins de laudos acústicos, pois o relatório da medição não apresentava os seguintes critérios:

- marca;
- tipo ou classe e número de série de todos os equipamentos de medição utilizados;
- data e número do último certificado de calibração de cada equipamento de medição, já que o item 4.3 da referida norma determina que o medidor de nível de pressão sonora e o calibrador acústico devem ter certificado de calibração da Rede Brasileira de Calibração (RBC) ou do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), renovado no mínimo a cada dois anos;
- nível de pressão sonora corrigido Lc, indicando as correções aplicadas;
- nível de ruído ambiente.

A pessoa que analisou este laudo acústico foi a mesma pessoa que aprovou o Alvará Ambiental de 2012. Contudo, como se verá a seguir, não foi possível identificar quem o fez, pois curiosamente, o próprio município não soube esclarecer quem o avaliou.

<u>Considerações quanto aos laudos acústicos:</u>

Conforme acima citado, a expedição do Alvará de Localização para a Boate Kiss dependia do laudo acústico. Acontece que, durante o período de funcionamento da Boate, houve dois Laudos Técnicos de Medição da Pressão Sonora, um deles realizado em 2009 e outro em 2011, porém ambos foram feitos em total desconformidade com as normas legais e técnicas.

Cumpre destacar que as medições foram realizadas em **horários em que a boate não funcionava**, com a utilização de um CD, chamado de "ruído rosa". Ora, o **dono da Boate elaborou um laudo**, em horário em que a boate não estava funcionando, utilizando um CD que ele próprio manipulava, baixando e elevando o volume e, coincidentemente, o laudo **não constatou a ocorrência de poluição ambiental**. Por outro lado, dezenas de vizinhos reclamavam que não conseguem dormir devido ao barulho da Boate, sendo que **a Brigada Militar faz a medição de pressão sonora e constatou a ocorrência de crime ambiental**. Ficou evidenciado que Tiago Mutti omitiu requisitos técnicos no laudo que produziu e produziu dados inverídicos sobre a questão acústica.

Uma análise perfunctória do segundo laudo permite concluir que ele é uma cópia do primeiro, contendo as mesmas irregularidades e ilegalidades, pois foram alterados somente alguns números na tabela de medição.

Cumpre destacar que o Município de Santa Maria tinha plena ciência da ocorrência de crime ambiental e da provável irregularidade destes laudos, pois foi entregue um abaixo-assinado na Prefeitura, reclamando do barulho da boate. Também havia um inquérito civil tramitando no Ministério Público sobre este assunto. Não bastasse, a Prefeitura, através da Secretaria de Mobilidade Urbana, recebeu diversas denúncias de vizinhos da Kiss, pedindo providências quanto ao barulho, as quais deram azo às ações fiscalizatórias por parte da Secretaria de Mobilidade Urbana e geraram, inclusive, o Embargo de Atividade de fls. 38 à 40 e a lavratura de Autos de Infrações.

Nesse sentido, Roger Sholossmacker Fumagali, vizinho da Boate Kiss, protocolou um requerimento reclamando do barulho da Boate Kiss (fl. 339). Roger declarou que falou com o fiscal Alexandre Pinzon Vargas, o qual comentou que a Kiss não poderia funcionar, pois não possuía alvarás. Carmem Lucia dos Santos relatou que foi algumas vezes na Prefeitura reclamar da perturbação do sossego provocada pela Kiss. Maria de Lurdes Flores Skrebsky aduziu que foi várias vezes até a Secretaria de Mobilidade Urbana falar com Sérgio Medeiros e outro funcionário que conhecia como Vargas. Renise Haesbarth Fernandes ressaltou que ligou para a Prefeitura reclamando do barulho. Vania Maria Tronco informou que foi pessoalmente na Prefeitura fazer uma denúncia; como não surtiu efeito, fez mais três denúncias via telefone. Contudo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria permaneceu inerte, omissa.

Ademais, o artigo 8º do Decreto Executivo Municipal nº. 01/2008 menciona que o Município pode exigir melhorias para fins de isolamento acústico. Infelizmente, o Município assim não agiu, pois aceitou laudo irregular, feito por um dos donos da Boate, ignorou reclamações de

moradores do local quanto à existência de perturbação do sossego e poluição sonora e, posteriormente, ainda liberou o alvará ambiental.

> ***Art. 8º*** *Visando eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, o Poder Executivo poderá solicitar a execução de melhorias como:*
> *[...]*
> *IV. Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;*

Também, não se pode olvidar que o município possuía um instrumento importantíssimo, considerado um dos símbolos da democracia, que é a possibilidade de realizar uma Audiência Pública com a população afetada por um empreendimento, a fim de ouvir a opinião da população e traçar planos para solucionar o problema. Contudo – embora previsto no artigo 2º, XIII, do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.721/2001) – o Município de Santa Maria silenciou e concedeu as licenças.

Corrobora a falta de verossimilhança dos Laudos Acústicos, as dezenas de depoimentos[1] dos moradores vizinhos da Boate Kiss, os quais relataram que o barulho da Boate foi insuportável desde a sua inauguração até a noite fatídica, impedindo que dormissem, descansassem, causando numerosos problemas de saúde (física e mental); inclusive alguns moradores não aguentaram e acabaram mudando de endereço.

O Escritório da Cidade solicitou, para fins do estudo de Impacto de vizinhança, que fosse apresentado o laudo acústico. Sheila Comiran (funcionária concursada, arquiteta no Escritório da Cidade) e Fabio Muller (vice-presidente do Escritório da Cidade no período de janeiro de 2010 até fevereiro de 2012), foram questionados quanto ao fato de pessoa física ter confeccionado o laudo acústico, contrariando legislação que determina que seja elaborado por empresa ou órgão público, com reconhecida capacidade técnica. Ambos responderam que Engenheiro, Pessoa Física, tem também atribuição para fazer os referidos laudos. Contudo, a questão não é saber se Engenheiro tem ou não atribuição para confeccionar laudo acústico, pois por lei possui; o fato é que não caberia a nenhum funcionário do município interpretar a lei para alargar seu significado, posto que não são legisladores, mas, sim, apenas fiéis cumpridores do princípio da legalidade, ou seja, jamais poderiam ter dispensado o requisito posto por lei: "empresa ou pessoa jurídica com reconhecida capacidade técnica". Ademais, sustentaram que não haveria ilegalidade do próprio proprietário do empreendimento ter feito o laudo em causa própria, mas que no máximo haveria uma falta de ética por parte do mesmo.

[1] Ernesto Wilibandi Skrebsky, Silvio Cristiano Dos Santos, Manoel Jary Costa Ferreira, Renise Haesbaert Fernandes, Juarez Gulart De Vargas Filho, Sibele Fresinghelli Ferreira, Jose Gabriel Benitz Salim, Suzan Ellem Ribeiro Da Silva Marques, Tiago Neu Jardim, Willian Da Silva Potter, Maria De Lurdes Flores Skrebsky, Renise Haesbarth Fernandes, Sydnei Hartz Alves.

O fato é que os técnicos Sheila Comiran e Marcos Vinicius Ramos de Moraes que analisaram o laudo de 2009, se disseram conhecedores da NBR 1055. Contudo, ambos os laudos estavam repletos de irregularidades e mesmo assim foram chancelados e viabilizaram a liberação do Alvará de Localização e da licença ambiental, fator determinante para o funcionamento da Boate Kiss.

RESUMO:

IRREGULARIDADES DOS LAUDOS ACUSTICOS:

1. Não foi confeccionado por empresa com reconhecida capacidade técnica, conforme disciplina a lei;
2. Foi utilizado um CD para simular o ruído da Boate;
3. Foi elaborado em horário que a Boate não funcionava;
4. Contrariou a NBR nº. 1055, no seu item 7, pois no relatório não apresentou: marca, tipo ou classe e número de série de todos os equipamentos de medição utilizados; data e número do último certificado de calibração de cada equipamento de medição, nível de pressão sonora corrigido Lc, indicando as correções aplicadas; nível de ruído ambiente.

SETOR RESPONSÁVEL: Escritório da Cidade e Secretaria do Meio Ambiente

SERVIDORES QUE ANALISARAM OS LAUDOS ACUSTICO: Sheila Comiran e Marcos Vinicius Ramos de Moraes (2009).

CONSEQUENCIA: contribuiu para a emissão do Estudo de Impacto de Vizinhança, para a emissão do licenciamento ambiental e para a liberação do Alvará de Localização permitindo o funcionamento irregular da boate de 2009 a 2013. Se os Laudos Acústicos não fossem aceitos ou fossem contestado pelo município, a Boate não poderia ter funcionado sem sanar as flagrantes ilegalidades, notadamente, a perturbação do sossego da população e consequente crime de poluição sonora.

d) ALVARÁS SANITÁRIOS

Segundo o art. 4º do Decreto Executivo Municipal nº. 4040/1996, compreende-se por ações de Vigilância Sanitária Municipal o conjunto de ações e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos, serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde, seguindo padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a

assistência e vigilância à saúde, inclusive para a promoção da saúde do trabalhador e da população em geral.

Além do quadro II do Decreto nº. 32/2006, citado acima, a necessidade da concessão do Alvará Sanitário está prevista nos seus artigos 2º e 3º:

> *Art. 2º. Os órgãos municipais envolvidos nos processos de licenciamento e suas atribuições são os seguintes:*
> *[...]*
> *IV. Secretaria de Município da Saúde – Diretoria de Vigilância Sanitária: Encarregada pelo licenciamento sanitário, a nível municipal, quando for o caso;*
>
> *Art. 3º. Para autônomos e estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou entidades associativas é de competência do Município a expedição:*
> *[...]*
> *III.Do Alvará Sanitário (quando for o caso);*
> *[...]*
> *§ 9º. Para a concessão das respectivas licenças municipais será observado, obrigatoriamente, o atendimento das legislações pertinentes, em especial o Código de Posturas, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Plano Diretor e as Leis Ambientais e Sanitárias.*

Objetivando dirimir eventuais dúvidas relativas ao procedimento adotado pelos servidores, no que pertine a obtenção de um Alvará Sanitário, foram colhidos diversos depoimentos, quando foram inquiridas 10 pessoas envolvidas na liberação do Alvará Sanitário da Boate Kiss: fiscais e Superintendentes[2].

Segundo os funcionários da Vigilância Sanitária, a pessoa interessada, após o pagamento de uma taxa específica, protocola, na própria Vigilância (setor administrativo, denominado COFAPA), um requerimento solicitando a concessão de alvará, que é composto por uma ficha de inscrição denominada FID, com pedido de vistoria. Juntamente com a FID, é necessária a apresentação de diversos documentos, como contrato social, certificado de limpeza da caixa d'água, Alvará dos Bombeiros, Estudo de Impacto de Vizinhança, Laudo Acústico, Identidade, CPF, CNPJ, croqui da área, Certificado de boas práticas. Após a análise dos documentos pela COFAPA, se tudo estiver correto, é expedido um Roteiro de Vistoria padrão (Artigo 3º, § 6º, do Decreto Executivo nº. 32 de 2006), cujo cabeçalho é preenchido pela COFAPA, a quem compete realizar anotações referentes a eventuais documentos faltantes.

[2] Selena Dutrea Maciel (Superintendente da Vigilância em Saúde), Heloisa Lorentz Smaniotto (fiscal de saúde), Teonas Oliveira da Rosa (fiscal de saúde), Eloir Alves Gomes (fiscal de saúde), Marlice Ceolin Druck (fiscal de saúde), Rafael Potter, Teonas Oliveira da Rosa, Rozelaine de Oliveira Barcellos, Luciano Hoenisch Diehl e Flávio Antonio Brum.

Após a análise documental, os fiscais da vigilância vão até o local para realizar a vistoria *in loco*. Esta fase pode resultar em duas situações: o imóvel apresenta todos os critérios exigidos na vistoria sanitária ou não. No segundo caso será dado prazo, em regra de 30 dias, para que o proprietário do imóvel se regularize. Escoado o prazo, o fiscal retorna ao estabelecimento para fazer a "revistoria", com o fim de verificar se as orientações apontadas na primeira vistoria foram satisfeitas.

Após o resultado positivo das vistorias, o fiscal escreve no cabeçalho do documento da vistoria que o imóvel pode ser liberado, entrega este roteiro de vistoria ao setor administrativo (COFAPA), que analisará o documento e confeccionará o Alvará Sanitário.

Durante os aproximados quatro anos em que a Boate Kiss funcionou, a mesma possuiu apenas 02 alvarás sanitários (em 2009 e 2011), contudo nos períodos em que os obteve, os mesmos continham inúmeras irregularidades como se verá a seguir.

1. **Alvará Sanitário de 2009**

Estiveram envolvidos na liberação deste Alvará Sanitário os funcionários públicos municipais Heloisa Lorentz Smaniotto, Marlice Ceolin Druck e Rozelaine de Oliveira Barcellos.

A Boate Kiss teve sua inauguração em julho de 2009, porém nesta data não possuía Alvará Sanitário, o qual somente foi solicitado em 22/12/2009 (fl. 257).

A responsável pela análise desta documentação foi Rozelaine de Oliveira Barcellos, fiscal do município, que também preencheu o cabeçalho do roteiro de vistoria e fez a anotação no próprio roteiro, apontando que o fiscal deveria cobrar o Estudo de Impacto de Vizinhança do Proprietário da Boate (fl. 967).

A primeira vistoria na Boate Kiss foi realizada em 29 de dezembro de 2009, pelas fiscais Marlice Ceolin Druck e Heloisa Smaniotto, as quais expediram a notificação nº. 13040 (fl. 272), com determinações de adaptações quanto às questões de higiene. Os proprietários também foram notificados para apresentar, no setor administrativo da Vigilância, o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Nesta ocasião, mesmo já estando em funcionamento a Boate não havia alvará ambiental, o qual somente foi expedido em março de 2010, e nem alvará de localização, que foi expedido em abril 2010, **porém as**

fiscais, Marlice e Heloisa, não fizeram qualquer menção ao fato no Roteiro de Vistoria.

Em 14 de janeiro de 2010, foi feita a "revistoria" por Marlice Druck, no intuito de confirmar se os itens constantes na notificação nº. 13040 haviam sido satisfeitos. Marlice constatou que houve a regularização; então fez a anotação "Ok, liberar". Contudo, neste período a Boate Kiss seguia trabalhando sem o alvará ambiental e sem sequer requisitá-lo ao Município. Todavia, as **fiscais liberaram o Alvará Sanitário, mesmo diante de pendências documentais**.

Questionada, Marlice alegou que não cabia aos fiscais exigir a apresentação de outros alvarás no momento da vistoria. Essa exigência deveria ser feita por Rozelaine, a qual era responsável pela análise documental; alegou que, se houve algum erro no licenciamento sanitário da Boate, a responsável seria Rozelaine. Por sua vez, Rozelaine sustentou que não fazia vistoria, motivo pelo qual não teria como saber da ausência de outros documentos não exigidos no momento do licenciamento sanitário.

O Alvará Sanitário referente a 2009 (fl. 261) somente foi concedido no dia 19 de janeiro de 2010, com validade até 31 de janeiro de 2010, assinado por Marlice Druck, ou seja, o período de validade foi de apenas 12 dias. Esse exíguo período gerou questionamentos quanto a sua correção, mas **o próprio Município informou através dos Ofícios nº. 808/2013, fl. 254, e 736/2013, fl. 321, que este alvará expedido por 12 dias em 2010 correspondia ao período base de 2009.**

Ademais, importante o esclarecimento da funcionária pública Francinara Flores Feltrin, a qual trabalhava no setor que recebia os requerimentos de alvarás sanitários, bem como os documentos que o instruíam. Segundo Francinara, o alvará sanitário, sempre corresponde ao ano que é paga a sua respectiva taxa; no caso da Boate Kiss, conforme relatado, foi em dezembro de 2009. Acrescentou que antigamente todos os alvarás sanitários possuíam datas de validade até dia 31 de janeiro de cada ano; data esta que mudou para 31 de março de cada ano. Acredita que tal mudança se deu após 2010.

Além disso, a Lei Municipal nº. 4041/96 apregoa em seu art. 3º, que "as taxas de Fiscalização Sanitárias serão recolhidas impreterivelmente até o dia 31 de Março de cada ano, ou imediatamente após o registro da empresa na Junta Comercial". Como a Boate Kiss foi registrada na Junta Comercial em 14 de maio de 2009 (fl. 2111), fica evidente que o pagamento da taxa e a concessão do alvará efetivamente foi relativa ao período de 2009.

Outro fator que reforça o que fora informado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, é que as datas de validade dos alvarás dependem

do caso concreto, conforme pode ser verificado nos documentos juntados de fls. 2347 a 2360.

Conforme supramencionado, para a concessão do Alvará Sanitário a legislação prevê o pagamento de taxas antes e após a fiscalização do estabelecimento, conforme dispõem o artigo 4º do Decreto Executivo nº. 32/2006; artigo 27 da Lei Municipal nº. 4040/1996, além de previsões no Código Tributário Municipal.

> *Art. 4º A expedição das licenças previstas nos incisos de I a IV, do artigo anterior, pelo Poder Público Municipal, ocorrerá mediante requerimento único dos interessados e pagamento prévio dos tributos pertinentes junto aos órgãos competentes do município, em formulário padrão, anexo a este decreto.*
>
> *Art. 27. Fica criada a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal que è devida pela execução, por parte da Secretaria de Município da Saúde e Meio Ambiente, dos seguintes serviços:*
> *I - Vistoria Sanitária, a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, estabelecimentos, em imóveis, bens, produtos ou serviços que, por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento e/ou divulgação, possam interessar à Saúde Pública;*
> *II - Vistoria Prévia, realizada sempre para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;*
> *III - Concessão de Alvará Sanitário, entendida como Autorização Sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;*

Solicitada a comprovação do pagamento desta taxa, foram encaminhados pelo Município, através do Ofício nº. 808/2013, documentos ilegíveis que não se prestavam à comprovação do pagamento da taxa. Novamente foi oficiado para que fosse comprovado o recolhimento do tributo, através do Oficio nº. 1086/2013, sendo que mais uma vez o Município encaminhou documentos ilegíveis. Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Santa Maria remeteu balancetes gerais do Município (não discriminados), referentes à Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, nos quais se evidenciou que no ano de 2009 houve um **déficit de arrecadação no valor de R$ 160.471,83 (cento e sessenta mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos).**

Portanto, quanto a concessão do Alvará Sanitário 2009, salvo a questão de ter sido liberado somente em 2010, o que fez com que a Boate trabalhasse mais de meio ano sem o referido alvará, com o consentimento do município, que conhecia a situação irregular da Boate, não foram verificadas outras irregularidades. Porém, importante destacar que houve **dois erros graves nas vistorias** feitas para concessão do Alvará Sanitário de 2009, pois a Boate já estava funcionando:

1. foi aceito o Estudo de Impacto de Vizinhança com sérias irregularidades, conforme já descrito, por Rozelaine de Oliveira Barcellos (Fiscal de Município);

2. a validade dos outros alvarás não foi consignada pelas fiscais que procederam as vistorias em 2009, Marlice Ceolin Druck e Heloisa Smaniotto, e sequer tal fato foi cobrado por Rozelaine de Oliveira Barcellos, responsável pela análise documental, o que acarretou no fato de que a Boate não foi notificada para regularizar a situação, viabilizando que o estabelecimento funcionasse sem possuir Alvará Ambiental e sem Alvará de Localização.

Por outro lado o argumento das Fiscais não é plausível: ora, um estabelecimento que está em funcionamento deve ter vários licenciamentos a cargo do Município, **não é aceitável que um fiscal, embora de uma secretaria específica, "feche os olhos" para as demais irregularidades, somente porque não violam regras referentes à área de abrangência de sua secretaria**. Em primeiro lugar, são fiscais do Município e, por isso, devem cumprir o que dispõe a Lei Municipal nº. 3326/91, **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, que disciplina no inciso VI do art. 162**, ser dever do servidor público do Município de Santa Maria "*levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver em razão do cargo".*

Imperioso destacar, ainda, que a conduta dos fiscais violou a Instrução Normativa nº. 01/2007, que normatizou os procedimentos relativos a fiscalização e vistorias dos estabelecimentos e atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, que em seu art. 3º, assim dispõe:

> No momento da vistoria o agente fiscal **deverá exigir**:
> I – Alvará de Localização [...];
> II – Alvará Sanitário;
> III – Alvará dos Bombeiros; [...]

Destaca-se que as fiscais deveriam, já que não notificaram os proprietários, ter comunicado seu superior hierárquico ou diretamente a Secretaria Ambiental e a Secretaria de Finanças, para que tomassem as providências legais cabíveis e necessárias, pois era dever inerente ao exercício do cargo.

2. Alvará Sanitário de 2010

Neste ano, não houve solicitação do Alvará Sanitário, portanto, não houve vistoria sanitária e, por consequência, não foram recolhidos os tributos pertinentes. Por outro lado, através do encaminhamento dos balancetes gerais quanto à Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária,

constata-se que houve **um déficit no valor de R$ 87.347,70 (oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).**

Faltou atividade fiscalizatória do Município. Já se sabia que a Boate funcionava desde 2009 devido a diversas notificações, multas e embargos. A Secretaria de Vigilância Sanitária já sabia que a Boate funcionava, visto que já havia emitido um Alvará Sanitário, ano base 2009, porém se **abstiveram em fiscalizar a Kiss.**

A responsável por despertar a atividade fiscalizatória era Rozelaine Barcelos, funcionária do setor administrativo, a qual competia o preenchimento e a liberação dos roteiros de vistorias.

Contudo, não bastasse já ser suficientemente grave uma Boate que recebe milhares de pessoas funcionar sem Alvará Sanitário, mesmo sendo um dos poucos requisitos para concessão do Alvará de Localização, este foi em 2010 inexplicavelmente liberado pelo Município em flagrante descompasso com a lei.

3. Alvará Sanitário 2011

Neste processo de licenciamento sanitário atuaram os seguintes funcionários da Vigilância Sanitária: Eloir Alves Gomes, Teonas Oliveira Da Rosa, Rozelaine de Oliveira Barcellos e Rafael Pötter.

Em 31 de março de 2011, a Boate Kiss protocolou a FID solicitando a renovação do Alvará Sanitário (fl. 259), munida da respectiva taxa (fl. 270).

O Roteiro de Vistoria teve seu cabeçalho preenchido por Rozelaine de Oliveira Barcelos.

A primeira vistoria foi realizada no dia 27 de julho de 2011 por Eloir Alves Gomes (fl. 264), sendo expedida a Notificação nº. 27406, referente a algumas questões de higiene (fl. 273). Diante disso, o alvará não foi expedido naquele momento. **Naquela ocasião, a Boate Kiss funcionava sem o alvará dos Bombeiros e sem a Licença Ambiental, mas estranhamente nada fora observado no momento da vistoria por Eloir**.

A revistoria foi realizada em 26 de agosto de 2011 pela fiscal Eloir, juntamente com Teonas Oliveira da Rosa. Nesta revistoria, os fiscais verificaram que as questões referentes à Notificação nº. 27406 haviam sido sanadas. Portanto, foi anotado no canto superior da folha “Ok, liberar”. Apesar de **a Boate Kiss** ter providenciado a renovação do Alvará dos Bombeiros,

neste período **não renovou a Licença Ambiental**, ou seja, **os fiscais vistoriaram o local e não apontaram a falta das licenças ausentes**.

Eloir sustentou que nas vistorias sanitárias eram analisadas a existência e validade dos demais alvarás necessários para funcionamento do estabelecimento, inclusive ambiental. **Estando algum alvará irregular, o proprietário era notificado a regularizar, e somente após esta regularização o Alvará Sanitário era liberado**. Porém, **quando questionada quanto ao motivo pelo qual não fez qualquer menção** no seu roteiro de vistoria **que a Boate Kiss estava funcionando sem o alvará ambiental válido, mudou sua versão Afirmoundo que era praxe apenas a verificação do Alvará de Localização e dos Bombeiros e que não recordava de ter verificado a Licença de Operação**. Porém, **alegou que o erro de ter sido emitido o Alvará Sanitário sem esta licença seria de Rafael Pötter**, pois este que teria emitido o Alvará Sanitário em 2011.

Miguel Caetano Passini (fls. 2243-2245) declarou que foi Secretário Adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana de julho de 2010 até abril de 2012, quando passou a ser Secretário da pasta. **Disse que cabe ao fiscal verificar a validade do Alvará de Localização, bem como os demais alvarás. Se houver pré-requisitos não atendidos, cabe ao fiscal comunicar o Superintendente para que este noticie a Secretaria respectiva**.

Em 30 de agosto de 2011, o Alvará Sanitário foi expedido com validade até 31 de março de 2012 (fl. 433), por Rafael Pötter, ou seja, desde 31/01/2010 até esta data, **cerca de 1 ano e 7 meses a Boate Kiss funcionou sem Alvará Sanitário**. Questionado, **Rafael Pötter sustentou que somente assinou o alvará, mas quem fez a análise documental foi Rozelaine de Oliveira Barcellos.**

Quanto à emissão deste alvará verificou-se:

1. Mais uma vez faltou atividade fiscalizatória do município que permitiu que a Boate ficasse **quase 19 meses trabalhando sem o Alvará Sanitário**, sendo 7 meses em 2011; mais uma vez falha Rozelaine Barcelos que não determinou aos fiscais proceder a vistoria;

2. Na ocasião da vistoria os fiscais Eloir Alves Gomes e Teonas Oliveira da Rosa não fazem qualquer anotação referente ao fato da Boate estar funcionando sem o Alvará Ambiental;

4. Alvará Sanitário de 2012

Não foi concedido o Alvará Sanitário neste ano, embora houvesse um requerimento de renovação do alvará protocolado pela Boate Kiss em 19 de junho de 2012 (fl. 991).

Foi requisitado que o Município comprovasse a realização da vistoria prévia. Através do Ofício nº. 1086/2013 (fl. 951), o Município, baseado no Memo nº. 181/SVS/jem, elaborado por Selena Michel, referiu que foi procedida uma vistoria na noite de 21 para 22 de janeiro de 2012, mas que **por não haver irregularidades, não foi feito o relatório de vistoria**, ou seja, na Prefeitura é permissível que o servidor faça alguma atividade fiscalizatória sem precisar comprovar que realmente a executou.

Cumpre esclarecer, conforme constatado nas vistorias anteriores, que existe um formulário de vistoria sanitária que é fornecido aos fiscais para que seja marcado "sim ou não" nos itens que devem ser analisados em um estabelecimento. **Portanto, não é justificável a alegação de que não foi feito relatório, pois não havia irregularidades, ou seja, o formulário deveria estar preenchido com as respostas correspondentes.**

Ademais, essa **vistoria depende de pagamento de uma taxa** prévia. **O pagamento** da taxa de vistoria por parte da **Boate Kiss** se deu somente em **29 de maio de 2012**, ou seja, **mais de quatro meses após a realização da suposta vistoria.**

Posteriormente, em depoimento, Selena contradisse o Ofício nº. 1086/2013, feito pela própria, e esclareceu que **não** houve vistoria em 2012, pois no "primeiro passo" da renovação do Alvará Sanitário, que é a apresentação da FID e documentação, não foi apresentado o Certificado de Boas Práticas, informação corroborada pelo Município no Of. 736/2013/PGM (fl. 318 e ss).

5. Alvará Sanitário de 2013

No curto período em que a Boate Kiss funcionou no ano de 2013 não possuía o Alvará Sanitário, situação que se protelava desde 31 de março de 2012.

Considerações quanto ao Alvará Sanitário:

Constata-se, pois, que **a Boate Kiss possuiu Alvará Sanitário somente em dois períodos: 2009 e 2011**. Porém, em todos os períodos existiram irregularidades quanto à existência ou concessão do Alvará Sanitário: em **2009 a Boate Kiss inaugurou e funcionou sem o Alvará Sanitário**, o qual somente foi expedido, de forma retroativa, em 2010. Em

2010, a Boate Kiss não possuía o Alvará Sanitário, mas, mesmo assim, obteve o Alvará de Localização. Em **2011**, a Kiss funcionou **6 meses sem o Alvará Sanitário e teve o mesmo concedido sem questionar a ausência da Licença de Operação**. E em **2012, não foi concedido o Alvará Sanitário para a Boate Kiss.**

Importante, ainda, destacar diversas outras irregularidades, como, por exemplo, **ausência de pagamento de algumas taxas sanitárias** (anos de 2010, 2012 e 2013), **vistorias não realizadas** (em 2012), **aceitação de documento irregular para instruir o procedimento de licenciamento sanitário** (em 2009 foi aceito o Estudo de Impacto de Vizinhança).

Nesse sentido, é importante esclarecer que a legislação determina que todos os alvarás fiquem expostos; em regra, os alvarás ficam anexados nas paredes dos estabelecimentos. Assim, quando um fiscal se dirige para um local para fazer a vistoria, o mínimo que se exige é que olhe a vigência de todos os alvarás que estão na mesma parede, não apenas analise o alvará da Secretaria da qual faz parte, o que seria um atestado de total ineficiência do serviço público municipal, ferindo, desse modo, princípios constitucionais da Administração Pública, bem como o Regime Jurídico dos \servidores Públicos Municipais.

Em 2009, quem fez a vistoria no local foi Marlice Ceolin Drucke e Heloisa Smaniotto; já a revistoria foi realizada somente por Marlice Drucke. Contudo, **em nenhum momento foi mencionada por elas a inexistência da Licença de Operação**. Já em 2011, quem fez a vistoria e revistoria *in loco* foi Eloir Alves Gomes, ocasião em que não notificou a Boate Kiss para apresentar a LO, sob o pretexto de que não observou que a mesma estava vencida e, ainda, imputou a conduta negligente a seus colegas. Também participou desta vistoria Teonas Oliveira da Rosa, o qual não interferiu, pois recém havia ingressado na Vigilância Sanitária e estava acompanhando Eloir com o fim de aprender a função.

Por outro lado, se os fiscais, tanto em 2009 quanto em 2011, não apontaram que havia alvarás vencidos, Rozelaine de Oliveira Barcelos (2009) e Rafael Potter (2011), funcionários do setor administrativo responsáveis pela análise dos documentos – mesmo sabendo da necessidade da existência e validade dos outros alvarás para que a Boate funcionasse regularmente, simplesmente não cobraram os fiscais, além de não comunicarem as demais secretarias e nem notificarem os proprietários para que apresentassem os documentos.

Portanto, sob a ótica de Alvará Sanitário, durante os quase 42 meses que a Boate funcionou, apenas 5 meses o fez de forma regular:

- 2009 – funcionou sem ter Alvará Sanitário, o fato de ter sido liberado em 2010 de forma retroativa não

apaga o fato de ter funcionado por mais de 6 meses sem alvará;

- 2010 – não possuiu Alvará Sanitário neste ano, já que o alvará expedido por doze dias no mês de janeiro era referente ao ano anterior, 2009;

- 2011 – a Boate funcionou por 7 meses sem Alvará Sanitário;

- 2012 – a Boate não possuía Alvará Sanitário;

- 2013 – a Boate não possuía Alvará Sanitário;

Neste contexto, **a Vigilância Sanitária permitiu que a Boate seguisse aberta e funcionando de forma irregular**, contrariando o disposto na Lei nº. 4040/1996, que trata justamente sobre as normas de Vigilância Sanitária do Município, a qual prevê que é **dever** da administração municipal **interditar e/ou cancelar o licenciamento de um estabelecimento** quando este descumprir as normas sanitárias:

> *Art. 27. [...] III - Concessão de Alvará Sanitário, entendida como Autorização Sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;*
> *Art. 29 - Para os efeitos desta Lei, considera-se infração a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais, complementares e outras que, de qualquer forma, ativa ou omissivamente, se contrariem à promoção, preservação e recuperação da saúde.*
> Art. 36 **-** *Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as penalidades de:*
> *VIII - Interdição parcial, ou total de estabelecimento;*
> *X - Cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;*
> *XI - Cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.*

Diante de todas essas evidências de irregularidades, buscou-se esclarecer o motivo pelo qual elas ocorreram. Todos os funcionários públicos municipais ouvidos acerca do Alvará Sanitário foram questionados quanto ao conhecimento das leis que regem o licenciamento sanitário, sendo que todos confirmaram ter conhecimento. Questionados se estabelecimentos comerciais podem funcionar sem Alvará Sanitário, foram unânimes em responder que não. Também foram indagados sobre a existência de possíveis ingerências de terceiros determinando que o processo de licenciamento fosse concluído, quando todos alegaram que nunca isso ocorreu.

Ainda, destaca-se que, apesar de todas as irregularidades, **a Boate Kiss nunca sofreu nenhuma multa referente às questões sanitárias**, conforme relatou Luciano Hoenisch Diehl.

Enfim, **o Município de Santa Maria permitiu a Boate Kiss funcionar durante 37 meses sem o Alvará Sanitário**. Porém, **a irregularidade mais grave**, certamente, foi o fato de ter sido **liberado o Alvará de Localização**, alvará este que permite, ou não, o funcionamento do empreendimento.

V - LICENCIAMENTO AMBIENTAL OU LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Licenciamento Ambiental faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente, a qual, segundo a Lei nº. 6.938 de 1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A necessidade de Licenciamento Ambiental está prevista no artigo 10 da Lei nº. 6.938 de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e ratificada, no âmbito municipal, pelo Código de Posturas do Município, no seu artigo 24 (Lei nº. 03/2012), bem como pelo Decreto nº. 32/2006:

> *Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 2011)*
>
> *Art. 24. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora, definidas em lei, dependem de prévia autorização ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.*

Por sua vez, cabe ao Município a expedição da licença ambiental, que tem o fim específico de licenciar o estabelecimento sob o ponto de vista do atendimento das normas ambientais (Art. 3º, II, §2º, do Decreto Executivo nº. 32/2006).

Quanto ao trâmite interno do Licenciamento Ambiental na Prefeitura Municipal de Santa Maria, segundo Marcos Vinicius Ramos Moraes, engenheiro civil e funcionário público municipal, o empreendedor que tiver interesse deve apresentar um requerimento padrão, solicitando a Licença de Operação, deverá apresentar um croqui da área, acompanhado de uma guia do IPTU, da matrícula do terreno com o registro no Cartório de Registro de Imóveis e pagamento de taxa emissão de certidão. Necessário, também, um

segundo requerimento quanto aos equipamentos que serão utilizados e que poderão gerar resíduos, o qual deverá demonstrar a destinação dos mesmos. Deve ser apresentada, ainda, a Certidão de Zoneamento e Uso do Solo, a qual tem por escopo informar oficialmente se uma atividade pode ser desenvolvida e exercida em um determinado local. O técnico responsável verifica em uma tabela o grau de impacto do empreendimento; não havendo nenhum impedimento, poderá emitir a Certidão, mas se a atividade pretendida fizer parte do rol de empreendimentos que possam causar impacto, passa a ser exigido ao requerente a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, que deve ser elaborado por um engenheiro ou arquiteto, acompanhado de ART perante o CREA.

Carlos Alberto Souza Buzatti, que foi Secretário Adjunto do Meio Ambiente a partir do ano 2010, **referiu que há dispensa de vistoria prévia se os documentos apresentados pelo requerente da licença ambiental estiverem corretos**: compete ao "*Corpo Técnico analisar e decidir sobre a necessidade ou não de vistoriar o local. Se estiver tudo regular, o próprio Corpo Técnico emite a Licença de Operação e encaminha para o Secretário, ou, na ausência deste, para o Secretário Adjunto assinar*". Contudo, **tal alegação não prospera**, visto que há previsão específica no Decreto Executivo nº. 32/2006 em lei quanto a necessidade da referida vistoria:

> *Art. 3º. Para autônomos e estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou entidades associativas é de competência do Município a expedição:*
> *§ 6º. Para a expedição do Alvará Sanitário, Licenciamento Ambiental e do Registro no SIM* ***é obrigatória a vistoria prévia para a concessão das licenças****.*

Por sua vez, Luis Alberto Carvalho Junior, que foi Secretario do Meio Ambiente entre 2010 e 2013, esclareceu que, além da Licença de Operação, são necessárias duas licenças anteriores: licença prévia e licença de instalação. Com intuito de esclarecer o motivo pelo qual não fora, em nenhum momento encaminhado à Policia Civil as Licenças Prévias e de Instalação, foi remetido o Ofício nº. 1307/2013 ao Prefeito Municipal, o qual foi respondido através do Ofício nº. 1824/2013 da PGM. Explicou-se que não foram exigidas as licenças referidas, pois o artigo 8º, § único da Resolução 237 do CONAMA, dispõe que podem ser dispensadas, alegação esta ratificada por Marcos Vinicius Ramos de Moraes .

Pois bem, o referido artigo, nos seus incisos, enumera e conceitua as três licenças existentes para fins de licenciamento ambiental (licença prévia, de instalação e de operação). Seu parágrafo único assim dispõe:

> *Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.*

Assim, assiste razão ao município quanto a desnecessidade das Licenças prévias e de instalação. A resolução faculta que as licenças possam ser expedidas de forma isolada, ou seja, apenas uma delas de acordo com certos critérios, como por exemplo, a "fase do empreendimento". A Boate Kiss protocolou o pedido de licenciamento ambiental após estar em funcionamento, portanto não teria necessidade uma licença prévia ou de instalação se estas fases já estavam superadas.

Quanto a renovação das licenças, segundo Luiz Alberto Carvalho Junior, Secretário do Meio Ambiente (2010-2013), o procedimento regulamentar seria de competência do gerente de licenciamento, o qual deve fazer o monitoramento das licenças a vencer e, após verificação, encaminhar para o corpo de fiscalização proceder à fiscalização para que a licença fosse renovada, processo este que não passa pelo Secretario de Meio Ambiente, visto que existe gerente de todo o processo. Na época em que foi Secretário o gerente era Lázaro da Silva. Acrescentou que não é feito relatório pelo corpo técnico, mas é convencionado que se chegar à mesa do Secretário para assinar, é porque a documentação está regular.

Já Rubson Diones Bortoluzzi Lavratti (fls. 2152-2155), fiscal da área, declarou que no tempo em que trabalhava na Secretaria de Proteção Ambiental **as fiscalizações somente ocorriam mediante denúncia**. Quando um alvará perdia a validade, o Setor Técnico encaminhava um pedido verbal para que a fiscalização verificasse a situação e notificasse o empreendedor para comparecer na Secretaria de Proteção Ambiental, para a renovação da Licença de Operação, ou seja, **caberia ao corpo técnico determinar as fiscalizações que deveriam ser feitas**.

1. Licença de Operação de 2009

Neste ano, **a Boate Kiss não possuía licença de operação e sequer houve requerimento para sua expedição; não possuía Estudo de Impacto de Vizinhança, Consulta Popular, Laudo Acústico ou Estudo de Impacto Ambiental**. Por conseguinte, a Boate Kiss não recolheu os tributos pertinentes ao licenciamento ambiental.

Inobstante a Boate ser situada a poucos metros da Prefeitura, e apesar de sua inauguração ter sido amplamente divulgada pela mídia local, a Kiss nunca sofreu fiscalização por parte do setor ambiental. **Segundo os depoimentos** colhidos, **caberia ao corpo técnico determinar a fiscalização, porém, qualquer funcionário público ciente da irregularidade tinha competência ou o poder-dever de agir, ou seja, avisar o setor competente para proceder a fiscalização, contudo injustificadamente nada fora feito.**

2. Licença de Operação de 2010 – LO nº. 74/2010

A Boate Kiss protocolou na Prefeitura Municipal de Santa Maria um requerimento solicitando o licenciamento ambiental em 29 de janeiro de 2010, isto é, após mais de 6 meses funcionando sem o referido alvará. A LO foi deferida em 04 de março de 2010, contudo foi dada ciência ao requerente em 23 de março de 2010, com validade até março de 2011.

Segundo Lazaro Fleck Silva (fls. 2959-2960), que foi Gerente de Licenciamento na Secretaria de Proteção Ambiental, caberia ao setor de fiscalização da Secretaria Ambiental, que na época era formada por Joares e Lavratti cobrar para que a Boate Kiss não iniciasse ou mantivesse as atividades sem licença ambiental, entre 2009 e 2013. Acrescentou **que os fiscais agem de ofício**, ou seja, não há nenhum superior hierárquico que determine que os mesmos façam determinada fiscalização, **inclusive os fiscais têm acesso às datas de validade dos alvarás.**

Junto ao requerimento, foi anexado o Laudo Acústico e o Estudo de Impacto de Vizinhança. **Embora não tenha sido comprovada a realização de vistoria prévia**, conforme exige o Decreto Executivo nº. 32/2006, artigo 3º, §6º, em 04 de março de 2010, **foi expedida a licença de operação 74/2010, com validade até 04/03/2011** (fls. 390 a 392).

Ademais, conforme acima explanado, **o requerimento para o deferimento da Licença Ambiental para a Boate Kiss foi amparado em documentos irregulares e que não se prestariam para a sua concessão se o Município de Santa Maria realmente tivesse a intenção de cumprir a legislação**. Com efeito, o Laudo Acústico, o Estudo de Impacto de Vizinhança e a Consulta Popular contrariam frontalmente a legislação, conforme farta prova testemunhal e documental.

Quem assinou e analisou os documentos da referida LO, foi Marcos Vinícios Ramos Moraes (engenheiro civil), o qual relatou que, na época, **não estava mais na Secretaria do Meio Ambiente**, **mas assinou** a LO, **pois não havia engenheiro responsável neste setor**. Na ocasião, desempenhava o cargo de Superintendente do Setor de Análise de Projetos da Secretaria de Controle e de Mobilidade Urbana.

Marcos ainda relatou que não assinaria uma LO sem comparecer ao local para conhecê-lo, ou seja, o que Marcos pretendeu esclarecer é que não assinaria a LO sem uma vistoria prévia. Todavia, apesar de ter encaminhado o Ofício nº. 2364/2013 não houve qualquer resposta do Município quanto à existência de vistoria prévia, ou seja, o município omitiu-se em responder, o que torna evidente que não houve vistoria para concessão da Licença de Operação, conforme preceitua a lei.

Questionado quanto às irregularidades do EIV e do Laudo Acústico, **Marcos Vinícios sustentou que a responsabilidade por qualquer irregularidade é do engenheiro responsável pela sua confecção**.

Quanto ao EIV, conforme já demonstrado, cabe ao Escritório da Cidade emitir parecer conclusivo. Por outro lado, embora as informações prestadas em um laudo acústico realmente sejam de responsabilidade do engenheiro que o elaborou, caberia ao técnico da PMSM verificar se atendia à legislação exigida pelo próprio Município. Marcos – embora engenheiro e, em tese, conhecedor do assunto – se omitiu na análise do laudo acústico, conforme explicitado no tópico que trata sobre o Laudo Acústico.

Segundo Luis Alberto Carvalho Junior, que foi Secretario do Meio Ambiente entre 2010 e 2013, **caberia ao técnico responsável realizar a vistoria do local**. Portanto, mais uma vez Marcos Vinícios não cumpriu seu dever legal, pois não realizou a vistoria.

No próprio corpo da LO deste ano, constaram inúmeras recomendações, como, por exemplo:

"**1.1. Quanto aos níveis de ruído: 1.1.1 Não poderá ser gerado no interior do estabelecimento, um nível de pressão sonora superior a 100 db** (...)"
Ficou claramente comprovado que havia poluição sonora devido aos relatórios de medição de pressão sonora feitos pela Patrulha Ambiental (fls. 207-214 e 219-225);

"1.5.Quanto aos resíduos sólidos: 1.5.2. A área do passeio público fronteiriço ao local deverá ser mantida em permanente estado de limpeza e conservação pelo proprietário (...). 1.5.3. O resíduo gerado deverá ser armazenado dentro da área do estabelecimento até que seja dada destinação adequada para o mesmo"
Restou comprovado através de relatos de inúmeros vizinhos à Boate e de fotografias (fls. 577-580), que após os eventos da Kiss, a frente da Boate, as imediações e as entradas dos prédios lindeiros ficavam completamente sujos, pois eram descartadas garrafas, copos, etc. Além do lixo oriundo do interior da Boate ser depositado nos contêineres de lixo doméstico.

"3. Observações Finais: Esta Licença de Operação só é válida para as condições descritas anteriormente (...) Esta licença também perderá a validade caso as informações contidas na documentação apresentada, relativa ao licenciamento ambiental, não correspondam a realidade.

Ora, a LO 2010 não cumpriu as condições mínimas nela descritas, conforme sobejamente demonstrado. Além disso, as informações contidas na licença não correspondiam à realidade, tendo em vista que o

Laudo Acústico e o Estudo de Impacto de Vizinhança que instruíram o requerimento para a concessão do alvará ambiental eram irregulares.

Enfim, diante do fato de não ter sido realizada vistoria prévia; do requerimento do pedido da Licença de Operação ser instruído com dois documentos irregulares (Laudo Acústico e EIV), Marcus Vinícios Ramos de Moraes, engenheiro civil e funcionário público, não poderia ter expedido a LO.

Porém, uma vez expedida, deveria ter sido imediatamente determinado que perdesse a validade diante da relatada desconformidade com as condições nela exigidas.

3. Licença de Operação de 2011

A Boate Kiss funcionou em 2011 sem a licença de operação, mas com conhecimento e aval do Município de Santa Maria. Com efeito, em 06 de setembro de 2011, o Ministério Público expediu Ofício dirigido ao Prefeito Municipal, solicitando informações sobre a existência da Licença de Operação da Boate Kiss. No dia 22 de setembro de 2011, o Secretário do Meio Ambiente da época, Luiz Alberto Carvalho Junior, informou ao MP que a LO da Boate Kiss estava vencida.

Questionado quanto à omissão de fiscalização diante da ciência da ausência do Licenciamento Ambiental da Boate Kiss, o Município respondeu que a questão ambiental estava em discussão junto ao Ministério Público.

Na mesma linha de justificativa se amparou Luiz Alberto Carvalho Junior, que em seu depoimento declinou: "*que não determinou nenhum procedimento dentro da Secretaria em relação à irregularidade da Boate Kiss quando teve ciência da situação, porque na mesma ocasião tomou conhecimento que o Ministério Público investigava a Boate Kiss e promovia um ajustamento para sua regularização.*"

Contudo, o Ministério Público não tem poder de determinar o fechamento de um estabelecimento, pois por lei cabe apenas ao Município autorizar ou proibir um estabelecimento comercial de funcionar. Ao MP caberia apenas recomendações ou a requisição de fiscalizações, conforme se pode demonstrar nos documentos de fls. 130-139.

No dia 09 de novembro de 2011, foi protocolado requerimento solicitando renovação da LO. Entretanto, não houve vistoria, nem concessão de Licença de Operação para a Boate Kiss.

Neste ano, mais uma vez, o Município deixou de arrecadar os tributos pertinentes.

Enfim, o então Secretario do Meio Ambiente Luiz Alberto Carvalho Junior, que por um lado deixou de tomar providências quanto à ausência de Licença de Operação, por outro lado afirmou que um estabelecimento não pode funcionar sem o devido licenciamento. Portanto, verifica-se **uma conduta omissiva do Secretário que deixou de agir**, mesmo tendo consciência que a Boate não poderia funcionar sem a Licença de Operação e que caberia ao mesmo tomar providências para que isto não ocorresse.

4. Licença de Operação 2012 – LO nº. 113/2012

O pedido de renovação desta licença ocorreu em 09 de outubro de 2011 (fls. 369 e seguintes). Há um pagamento de boleto do Banco do Brasil, documento que, embora ilegível, o Município sustentou tratar-se da taxa ambiental, no valor de R$ 265,47 (duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos). Sem proceder à vistoria prévia determinada por lei, no dia 28 de abril de 2012, foi expedida a LO 113/2012 (fls. 429-430). Portanto, a Boate Kiss funcionou por mais de 12 meses sem a LO.

Não restou provado se alguém fez a análise documental deste procedimento, mas quem assinou o alvará foi Carlos Alberto Souza Buzatti, Secretario Adjunto do Meio Ambiente.

Este pedido de renovação de alvará foi instruído com um Laudo Técnico de Medição de Pressão Sonora elaborado por Samir Frazzon Samara, datado de 03 de setembro de 2011. Contudo, este laudo possuía inúmeras irregularidades, conforme já esclarecido. Não bastasse, os proprietários utilizaram-se do mesmo EIV, com parecer favorável do Escritório da Cidade, documento que apresentava diversas irregularidades, como demonstrado acima.

Ademais, no próprio corpo desta LO constaram diversas exigências a serem cumpridas pela Boate Kiss, como por exemplo:

1**. Que os níveis de ruídos gerados pela Boate devem atender à legislaçã**o: conforme já mencionado, os limites dos ruídos oriundos da Boate Kiss não atendiam à legislação, fato ratificado pelo inquérito civil instaurado para apurar o crime de poluição sonora, pela reclamação de vizinhos através de abaixo-assinado, bem como por laudo de medição sonora feita pela Patrulha Ambiental, que comprovou a existência de poluição sonora.

2**. <u>Os proprietários deverão manter o alvará dos bombeiros atualizado</u>**: no período em que a Boate Kiss funcionou, foram emitidos dois alvarás de bombeiros, o primeiro no dia 28/08/2009 e o segundo no dia 11/08/2011, ambos com validade de um ano. Logo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria tinha conhecimento quando liberou as Licenças de Operação de que o Alvará de Prevenção contra Incêndio estava prestes a vencer e que a Kiss funcionou sem o respectivo alvará.

3**. <u>Destinação do óleo pós-fritura, que deveria ser recolhido por empresa devidamente licenciada, junto ao órgão ambiental, ou declarar outra destinação</u>**: a Boate Kiss não comprovou a destinação do óleo de fritura em nenhum momento durante o tempo que funcionou.

4. <u>O empreendedor deveria apresentar anualmente o formulário de destinação dos resíduos sólidos gerados</u>: segundo informações dos vizinhos, apuradas no IP 02/2013, os resíduos sólidos eram jogados em lixeiras domésticas e na rua. Neste ano, no dia 10 de agosto de 2012, Rubson Diones Bortoluzzi Lavratti, fiscal da Secretaria Ambiental, emitiu o Auto de Infração nº. 452/2012 (fl. 1094), devido à dispensa irregular de lixo pela Boate Kiss, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Também, através do Memorando interno sem número, datado do dia 31/08/2012 (fl. 1917), informou a junta de julgamento, que a Boate Kiss era reincidente, visto que no ano de 2010 havia outra autuação no arquivo. Desta multa, foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental, no qual a Kiss se comprometeria à impressão de 1.800 folders a serem utilizados na educação ambiental. Porém, este TAC não foi cumprido pela Boate. Inobstante, somente no final de 2013, após notificação da Policia Civil à Prefeitura Municipal é que a Boate foi inscrita em dívida ativa.

Importante ressaltar que a própria LO determina que se algum item for descumprido ou algum documento apresentado não corresponda à realidade, a Licença de Operação perderá sua validade.

Portanto, mais uma vez o Município de Santa Maria, chancelou documentos irregulares (EIV e laudo acústico) e emitiu uma licença, através do Secretário Adjunto Carlos Alberto Souza Buzatti, a qual nunca poderia ter sido expedida. Além disso, depois de expedida ao arrepio da lei, poderia e deveria ter sido cassada pelo Secretário do Meio Ambiente, *in casu,* Luiz Alberto Carvalho Junior, ambos considerados, pela função que exerciam, autoridades ambientais.

<u>Considerações quanto ao Alvará Ambiental:</u>

Assim como as demais licenças, em todos os anos houve irregularidades quanto ao alvará ambiental. Seja pela sua ausência, como ocorreu nos anos de 2009 e 2011, e, por conseguinte, sem o recolhimento das

taxas pertinentes; seja pela concessão irregular (inexistência de vistorias prévias, aceitação de documentos fraudulentos para a sua concessão: laudo acústico e estudo de impacto de vizinhança), seja, ainda, pelo descumprimento das próprias condições impostas pelo Município para que a Licença de Operação mantivesse sua validade.

O Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Carlos Alberto de Souza Buzatti (está no cargo desde 2010), e o fiscal do Meio Ambiente Rubson Diones Bortoluzzi Lavratti declararam expressamente que tinham conhecimento que uma Boate não poderia funcionar sem a respectiva Licença de Operação. Caso funcionasse caberia à fiscalização lotada no setor ambiental fazer a respectiva inspeção, notificando e dando prazo para regularização ou apresentação das devidas licenças. Por outro lado Carlos afirmou não ter conhecimento de que a Boate Kiss tenha funcionado em algum período sem a LO.

Diante de todas as irregularidades e da existência de poluição sonora, a Lei nº. 6.938/81, que trata sobre Política Nacional do Meio Ambiente, determina que o Município suspenda as atividades do empreendimento que cause prejuízo ambiental:

> ***Art. 14 -*** *Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:*
> *IV - à suspensão de sua atividade.*

Portanto, em nenhum ano, a Boate Kiss poderia ter obtido a Licença de Operação, mas uma vez emitida, deveria ter sido imediatamente cassada. Por conseguinte, não poderia ter sido liberado o Alvará de Localização com base em Licença de Operação irregular. Assim, a Boate Kiss NUNCA poderia ter funcionado.

RESUMO:

IRREGULARIDADES DAS LICENÇAS DE OPERAÇÃO:

I) LO 2009: a Boate não possuía LO neste ano.

II) LO 74/2010:

1. Não foi feita vistoria prévia para sua emissão;
2. Foi liberada com base em documentos ilegais: EIV e Laudo Acústico;
3. Três dos requisitos que condicionavam a validade desta LO não eram respeitados pela Boate, com o pleno conhecimento do Município

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL: Marcos Vinicius Ramos Moraes

III) LO 2011: a Boate não possuía LO com o aval do então Secretário do Meio Ambiente Luiz Alberto Carvalho Junior.

IV) LO 2012:

1. Não foi feita vistoria prévia para sua emissão;
2. Foi liberada com base em laudo acústico irregular;
3. Quatro dos requisitos que condicionavam a validade da LO eram desrespeitados pela Boate com o conhecimento e aval do Município.

CONSEQUENCIA: contribuiu para a liberação do Alvará de Localização permitindo a Boate funcionar irregularmente de 2009 a 2013. Se as LOs não fossem aceitas ou fossem contestadas pelo município, a Boate não poderia ter funcionado sem sanar as ilegalidades.

VI - ALVARÁ DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

Segundo o artigo 8º do Decreto Executivo n º. 32/2006, é de competência exclusiva do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar a expedição do Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio. Desde a abertura da Boate Kiss em 2009 até a data do sinistro em 2013, somente em dois períodos a Boate Kiss possuiu Alvará de Proteção e Prevenção contra Incêndio: durante um ano, entre os anos de 2009 e 2010 (expedido em 28/08/2009, com validade até 28/08/2010) e durante um ano entre 2011 e 2012 (expedido em 11/08/2011, com validade de 10/08/2012). Portanto, na data do incêndio, não havia alvará de incêndio há mais de quatro meses.

Se, por um lado, caberia ao Corpo de Bombeiros a expedição do alvará, **ao Município caberia fiscalizar sua existência para fins de manter as outras licenças válidas, sobretudo o Alvará de Localização**, pois sem este, não é possível um estabelecimento funcionar. Também para viabilizar a Licença de Operação, deveria um Alvará de Prevenção contra Incêndio válido.

Neste sentido, o Decreto nº. 32/2006, no seu artigo 17, IV, determina que o **Alvará de Localização DEVERÁ ser cassado pela Fiscalização Municipal**, no regular exercício do Poder de Polícia, como medida preventiva, a bem da higiene, do sossego e da SEGURANÇA PÚBLICA. Ademais, a Lei Orgânica do Município de Santa Maria determina, no seu artigo 9º, que **Compete ao Município suspender ou caçar o Alvará de Localização do estabelecimento que infringir dispositivos legais**.

Neste contexto, apesar de ser atribuição dos Bombeiros a expedição do Alvará de Proteção contra Incêndio, diante do disposto legalmente não há como o Município de Santa Maria imiscuir-se da sua função fiscalizatória referente à validade dos Alvarás de Bombeiros, tendo em vista que possui implicações diretas nas demais licenças que são de competência do ente público municipal.

EMBARGOS E NOTIFICAÇÕES

EMBARGO Nº 1 – EMBARGO DE OBRA: A BOATE ESTAVA EMBARGADA EM TODO TEMPO QUE FUNCIONOU

1ª Notificação:

Em razão da denúncia nº. 327/2009 (fl. 1488) a Boate Kiss foi fiscalizada em 07 de julho de 2009, gerando a Notificação 12738 (fl. 1489) feita pelo Fiscal Ricardo Garcia, sendo que no mesmo dia a Boate sofreu o Embargo de obra nº 253 (fl. 1490) vinculado ao numeral do prédio 1935, destacando que a Boate possuía dois numerais, além deste, o 1925.

Ricardo Garcia e Maristela Aparecida Milan Martini, ambos ocupantes do cargo de Fiscal II da Secretaria de Finanças, declararam que receberam uma informação verbal de Luciane Flores Prestes, gerente do setor que trabalhavam, quanto à existência de uma reforma em alvenaria na Rua dos Andradas, n.º 1935, antigo G10. A denúncia foi formalizada por escrito pelos fiscais, sendo que no mesmo dia se deslocaram até o local e fizeram a vistoria que resultou na Notificação 12738 (fl. 1489) e no Embargo 253.

A razão da notificação foi: “reforma geral em alvenaria sem alvará de Licença fornecido pelo município no local”. Foi concedido o prazo de 30 dias para regularização, sendo que seu não atendimento sujeitaria o notificado às “penalidades previstas em lei”. O fiscal apontou a infringência do artigo 10, da LC nº. 32/2005, Código de Obras do Município, que assim dispõe:

> *Art. 10 Os serviços e as obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma, demolição ou troca de uso, de iniciativa pública ou privada, somente podem ser executados após concessão de licença pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas neste Código e na legislação pertinente.*

Essa notificação gerou o Auto de Infração nº 03812603 no valor de R$ 3.738,35 (três mil setecentos e trinta e oito com trinta e cinco centavos) (fl. 1493). Esse Auto de Infração foi entregue ao proprietário, via carta com aviso de recebimento, no dia 31/08/2009 (fl. 1494). A notificação foi expedida em virtude de uma vistoria (fl. 1489v), na qual o fiscal Ricardo Garcia verificou, no dia 24/08, que não havia sido cumprida a Notificação 12738.

Embargo de obra:

Consta no Embargo de Obra nº 253 (fl. 1490), lavrado no dia 07 de julho de 2009, pelos Fiscais Ricardo Garcia e Maristela, que o fato que deu azo foi a "reforma geral, documentação inexistente no local" e mais, no documento está consignado, ainda, que "o não atendimento ao presente **ensejará a ação judicial cabível** (...)".

2ª Notificação:

No dia 20 de julho de 2009 foi realizada uma nova vistoria pelo Fiscal Ricardo Garcia e constatado que o embargo não fora atendido e que a obra prosseguia normalmente (fl. 1490v). Desta vistoria foi gerada a Notificação de Auto de Infração nº 03812703, no valor de R$ 11.215,07 (onze mil duzentos e quinze reais com sete centavos) (fl. 1491) entregue ao proprietário via carta com aviso de recebimento no dia 31 de agosto de 2009 (fl. 1492), assinado por uma funcionária da Imobiliária Casa Branca.

3ª Notificação:

Novamente, no dia 13 de agosto de 2009, foi feita nova vistoria também pelo fiscal Ricardo Garcia, o qual mais uma vez atestou que a Boate não estava cumprindo o embargo (fl. 1490v), não existindo nos autos do presente procedimento apuratório qualquer informação sobre a expedição de nova Notificação de Auto de Infração.

Quanto ao procedimento, após as notificações e Embargos, Ricardo Garcia e Maristela Aparecida Milan Martini declararam que os procedimentos foram entregues a **Luciane**, que **determinou o arquivamento da denúncia**, conforme despacho de fl. 1488, porém não foi encaminhado pela Prefeitura o referido despacho contendo a motivação do ato, se é que existe. Referiram que a notificação e o embargo foram lançados no sistema informatizado pela servidora Viviane Santiago, no dia 15 de julho de 2009, gerando o número de notificação preliminar NP nº. 1315/2009 referente a NAI 12738 e NP 1314/2009 referente ao embargo. Em vistoria que Ricardo fez no dia 20/07/2009, constatando que o embargo não fora atendido, foi procedido ao enquadramento para a emissão de multa e devolvido à gerência para efetuar o Lançamento do Auto de Infração no sistema informatizado da PMSM. Posteriormente, em 13/08/2009 atestou novamente que o embargo não fora atendido, tendo comunicado a gerente de tributos sobre patrimônio, Viviane Santiago. Quanto à necessidade de comunicação a Procuradoria Jurídica informando o descumprimento do embargo, Ricardo e Maristela informaram que seria atribuição de Luciane Prestes, gerente do setor, e da superior da mesma, Marilene Pereira da Cruz.

Luciane Prestes negou ter despachado ou analisado quaisquer documentos relativos a Kiss.

Portanto, após o embargo da Boate houve duas vistorias que constataram que ela seguia com sua obra-reforma, mesmo tendo sofrido um embargo que a mandou parar, porém em nenhum momento houve a ação judicial referida no corpo do próprio embargo.

Inobstante estas restrições, os proprietários simplesmente abandonaram o processo de regularização do imóvel, objeto do embargo; não foram mais cobrados pelo Município, e mesmo diante do embargo vigente, procederam a diversas reformas e obras.

Ainda lembrou o funcionário municipal Tiago Vicente Candaten que a lei prevê que o embargo deve ser imediato a verificação de ausência de licenças e que há previsão legal de uma única multa (citou os artigos 14, 18 e 19 da LC nº. 71/2009):

> *Art. 14. As obras em andamento, sejam elas de reforma, reconstrução, ampliação, construção ou demolição deverão ser embargadas, sem prejuízo da **imposição da multa**, quando:*
> *I. Estiverem sendo executadas **sem o licenciamento** da Municipalidade, nos casos em que o mesmo for necessário;*
> *II. For desrespeitado o projeto aprovado ou o licenciamento concedido;*
> *III. Não forem observados o alinhamento e o nivelamento informados pelo órgão competente;*
> *IV. Estiverem sendo executadas, sem a responsabilidade de profissional habilitado, quando houver necessidade desta;*
> *V. O profissional responsável sofrer suspensão ou cassação da carteira pelo CREA da região;*
> *VI. **Estiverem causando danos a pessoas, ao meio ambiente** ou a bem público, tendo sido previamente notificados;*
> *VII. Estiver em risco a estabilidade da obra ou do(s) terreno(s), com perigo para pessoas, os próprios operários ou as propriedades vizinhas.*

Enfim, o Embargo de Obra nº. 253, o qual impediria que a Boate tivesse feito as reformas e aberto ao público, existiu durante todo o período em que a Kiss funcionou, com a anuência e ciência do município que nada fez para impedir que a Boate inaugurasse e, ainda, mesmo diante da existência deste embargo datado de 2009, o município concedeu as licenças chancelando a irregularidade. Inclusive o Secretário de Mobilidade Urbana da época, Sérgio Renato Medeiros, confirmou que o embargo de obra deveria impedir o funcionamento da Kiss e a execução de reformas.

Portanto, dois grandes e graves erros se verificam nesta situação:

1. Conforme artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 71/2009, em caso de descumprimentos de interdições, cabe aos fiscais e seus auxiliares zelar pelo cumprimento, encaminhando o caso a Procuradoria do Município, a qual caberá tomar as medidas judiciais cabíveis:

> *Art. 18 (...) § 2º Não atendida a ordem administrativa de interdição, alem de multa cabível, a fiscalização deverá encaminhar elementos à Procuradoria-Geral do Município para obtenção de ordem Judicial.*
> *Art. 19. O fiscal e seus auxiliares deverão zelar pela observância e manutenção do embargo ou interdição, podendo solicitar o auxilio da força policial, quando necessário.*

2. O fato de existir este embargo deveria ter sido impedimento para a concessão das licenças municipais.

EMBARGO Nº 2: FALTA DE LICENÇAS MUNICIPAIS

1ª Notificação:

Por questões de sossego público, diante de reclamações de vizinhos da Boate Kiss, que protocolaram na Prefeitura Municipal de Santa Maria um abaixo-assinado reclamando do barulho oriundo do estabelecimento, bem como pela existência de ligações telefônicas para o Setor de Posturas, realizadas por moradores do entorno da Kiss, algumas anônimas e outras não, além do aporte de denúncias escritas, motivaram, em 2009, a que fossem procedidas fiscalizações coordenadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana na Boate Kiss. Três fiscais participaram deste processo: Alexandre Pinzon Vargas, Denilson Dornelles Righi e Sinara Sarassua Dietrich. Segundo os fiscais, era preenchido um formulário pelo funcionário da secretaria com os dados da denúncia, registradas em fichas numeradas e depois arquivadas, por ano, em pastas que recebiam o nome "DENÚNCIAS", que ficavam guardadas em armários existentes no Setor de Posturas. **O responsável pelo Setor na época era o fiscal Julian Lameira, e o Secretário era o Sérgio Medeiros, e todos tinham pleno conhecimento das reclamações feitas pelos vizinhos da Kiss.** Contudo, segundo Julian Lameira (agente de fiscalização II da MOB) não havia uma pessoa fixa para fazer atendimento ao público quanto a denúncias, cabendo esta tarefa ao funcionário que estava no momento.

.

No dia 01 de agosto de 2009, Idianes Flores Da Silva, fiscal da Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana, realizou a primeira vistoria na Boate (fl. 36), Rua dos Andradas, 1925, conforme Notificação nº. 102, ocasião em que constatou que estava funcionando sem as licenças exigidas por lei. Segundo consta no próprio corpo do documento, o proprietário da época, Alexandre Costa, foi cientificado que deveria ***"apresentar Alvará de Localização, cessar as atividades até total regularização (imediatamente)".***

Idianes esclareceu que depois que a multa é lançada no sistema, passa a constar sempre no CNPJ da empresa cadastrada na PMSM, sendo que toda vez que acessado, aparecerão as multas existentes. Explicou que na notificação referida o número do Cadastro está em branco porque a Boate não estava registrada no Município. Uma vez registrada a empresa na Prefeitura, digitando o número do CNPJ do sistema informatizado, aparece todos os dados do Cadastro Mobiliário; e se digitar o número do cadastro mobiliário da empresa, vai aparecer o CNPJ, bem como todo o histórico da empresa na Prefeitura.

2ª Notificação:

No final do mesmo mês, dia 30 de agosto, houve uma nova vistoria feita pelos fiscais Vargas e Sinara, na qual foi constatado que a Boate não havia cumprido as exigências anteriores e que ainda estava em funcionamento. (fl. 37).

Em razão desta vistoria feita em 30 de agosto, no dia 08 de setembro de 2009 foi lavrado pelos fiscais Denilson Dornelles Righi e Sinara Sarassua Dietrich o Auto de Infração nº 03816803 (fl. 41) com imposição de multa no valor de R$ 97,62 (noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) assinado por Idianes Flores da Silva. Essa multa foi quitada pelos proprietários da Kiss, conforme documento de fl. 54.

Quanto à NAI 3887803 (fl. 61), Afirmou que pode ter sido substituída por uma segunda multa; desconhece previsão legal para este tipo de procedimento; porém se isso ocorreu, pode ter sido por erro na emissão do auto de infração ou por outro fato que torne o auto de infração nulo.

As multas referentes às notificações 04231703 e 04322603 não foram pagas sendo lançadas em dívida corrente e em dívida ativa.

3ª Notificação:

No dia 03 de outubro de 2009, foi feita uma nova vistoria na Boate Kiss (fl. 37), constatando novamente que a Boate segue funcionando sem o alvará. Em decorrência desta vistoria foi expedido o Auto de infração nº 03829403 (fl. 42), com a imposição de uma nova multa no valor de R$ 390,48 (trezentos e noventa reais e quarenta e oito centavos) assinado por Denilson Dorneles Righi e recebida por Alexandre Costa em 05 de dezembro de 2009. A referida multa foi paga em 07 de dezembro de 2009, consoante Memorando nº. 411/2013, acostado a fl. 53.

Embargo:

Em decorrência destas duas notificações (NAI nº 03816803 e NAI nº 03829403) e de seu consequente descumprimento no dia 15 de novembro de 2009, o proprietário da Boate Kiss Alexandre Costa foi notificado do Embargo de Atividade (fls. 38 a 40) pelos fiscais Alexandre Pinzon Vargas e Denilson Dorneles Righi, no dia 15/11/2009 foi assinado pelo então Secretario de Mobilidade Urbana Sérgio Renato de Medeiros.

No próprio corpo do embargo há clara explicação do seu amparo legal, das suas consequências e dos motivos fáticos: proibição das atividades, falta das licenças municipais e questões de sossego público. Ainda, importante destacar que no próprio embargo constava que a Boate "não estava inscrita no cadastro de contribuintes do município"; que "o descumprimento desta notificação acarretará multa, além do ajuizamento de Ação Judicial" e que o embargo de atividade só poderia ser extinto "mediante a apresentação do Alvará de Localização junto ao setor de Fiscalização de Posturas do Município".

Contudo, **a boate Kiss funcionou até abril de 2010 sem apresentar o Alvará de Localização**, com a ciência do Município que não tomou qualquer atitude para fazer cumprir o referido embargo.

Conforme relataram Marcos Vinicius Ramos de Moraes, Tiago Vicente Candaten e Miguel Caetano Passini (foi Secretario Adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana) em caso de um estabelecimento embargado não cumprir o embargo, ou seja, quando ocorrer o descumprimento da medida adotada em decorrência do poder de polícia do município, caberia ao Fiscal comunicar **o Secretário da pasta**, o qual por sua vez **deveria comunicar a procuradoria jurídica para fins das medidas judiciais cabíveis**.

Questionado, Sérgio Renato Medeiros, então Secretario de Mobilidade Urbana, apesar de ter conhecimento do descumprimento do embargo, pois o assinou, **alegou que não procurou a Procuradoria Jurídica do Município para comunicar a desobediência da Boate Kiss ao Embargo, a fim de ingressar com uma ação judicial para que o estabelecimento mantivesse as portas fechadas até a sua regularização, pois optou pela tomada de decisão para resolver de forma administrativa**, aplicando a penalidade de multa, que foram em um total de sete até a emissão do Alvará de Localização em 14 de abril de 2010. Ainda acrescentou que a legislação vigente à época (Código de Posturas) não previa o termo de lacre para fixação na porta do estabelecimento e que, por isso, a Boate Kiss continuou funcionando embargada e sem Alvará de Localização.

Contudo, além dele ter descumprido o procedimento que era de conhecimento até de seus subordinados (Marcos e Tiago), descumpriu a Lei Complementar nº 71/2009, que determina que a Procuradoria Jurídica seja acionada nestes casos para propor as medidas judiciais cabíveis:

> *Art. 18 (...) § 2º Não atendida a ordem administrativa de interdição, alem de multa cabível, a fiscalização deverá encaminhar elementos à Procuradoria-Geral do Município para obtenção de ordem Judicial.*
>
> *Art. 19. O fiscal e seus auxiliares deverão zelar pela observância e manutenção do embargo ou interdição, podendo solicitar o auxilio da força policial, quando necessário.*

Ademais, além de Sérgio Renato Medeiros não ter cumprido a lei, desconsiderou a própria notificação dos embargos que assinara que reza que em caso de descumprimento do embargo seriam tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Assim, **o Secretario de Mobilidade Urbana da época, Sérgio Renato Medeiros, foi um dos responsáveis pela Boate ter funcionado cerca de 10 meses na clandestinidade**, pois, conforme dito, **após o embargo não surtir efeito, o próximo é a ação judicial e não infinitas multas e notificações, que já não surtiram o efeito necessário, já que foram desconsideradas e descumpridas pelos proprietários do empreendimento.**

4ª Notificação:

No dia 05 de dezembro de 2009 é feita nova vistoria na Boate Kiss pelo fiscal Alexandre Pinzon Vargas o qual constatou que o estabelecimento encontrava-se em atividade sem a licença do poder público (fl. 37). Desta vistoria foi gerada a notificação de Auto de infração num. 0404003 com uma multa no valor de R$ 1.952,40 (mil novecentos e cinqüenta e dois reais com quarenta centavos) assinado pelo Fiscal Alexandre Pinzon Vargas (fl. 43). O proprietário foi notificado da mesma em 12 de dezembro de 2009. A multa foi enviada para dívida e depois paga, consoante Memorando nº. 411/2013, acostado a fl. 53.

5º Notificação:

No dia 13 de dezembro de 2009 foi feita nova vistoria pelo fiscal Alexandre Pinzon Vargas, o qual constatou que a Boate ainda seguia em atividade (fl. 37). Esta vistoria gerou a notificação de Auto de Infração nº. 04231703 no valor de R$ 3.904,80 (três mil novecentos e quatro reais com oitenta centavos) assinada pelo próprio Fiscal Alexandre (fl. 44). A Boate Kiss foi notificada em 19 de dezembro de 2009.

Essa NAI foi impugnada pela pessoa de Elton Cristiano Uroda no dia 08 de janeiro de 2010, sob o pretexto que a Boate já havia encaminhado os documentos pertinentes para fins de regularização. Contudo, conforme Parecer nº 03 (fl. 68), de 09 de dezembro de 2011, elaborado pela Auditora Fiscal Silvana Baldissera, o recurso foi indeferido, pois o fato de ter solicitado o licenciamento da Boate não autoriza a mesma a funcionar sem os

respectivos alvarás. A proprietária Ângela Callegaro foi notificada em 10 de abril de 2012.

Ora, uma simples notificação feita em dezembro de 2009 demorou 2 (dois) anos para ter seu recurso analisado e mais 4 meses para a notificação do interessado. Questionada, Silvana declarou que não estava no setor quando entrou o processo, e o auditor responsável estava de laudo por algum tempo, fato que acarretou na referida demora.

Inobstante, esta multa nunca foi paga, acarretando a inscrição da Boate Kiss em dívida corrente no dia 21/12/2009 e em dívida ativa em 18 de abril de 2012 (fls. 65 a 67).

6ª Notificação:

Em decorrência de vistoria realizada em 19 de dezembro de 2009 pelo Fiscal Alexandre Pinzon Vargas, que constatou que a Boate Kiss seguia com as mesmas irregularidades anteriores (fl. 37), foi emitida a Notificação de Auto de Infração nº 04322603 no valor de R$ 3.904,80 (três mil novecentos e quatro reais com oitenta centavos) assinado por Idianes Flores da Silva (fl. 45), tendo o empreendimento sido notificada no dia 26 de dezembro de 2009.

No dia 08 de janeiro de 2010, Elton Cristiano Uroda recorreu desta NAI, contudo teve seu recurso indeferido, conforme Parecer nº. 4, pela Auditora fiscal Silvana Baldissera em 09 de dezembro de 2011. A Boate Kiss foi notificada do indeferimento em 10 de abril de 2012, ou seja, da interposição do recurso e da notificação da Boate decorreram 2 (dois) anos e três meses. (fls. 73-74). Questionada quanto à demora na tramitação, Silvana alegou que na época não estava lotada neste setor, e que o responsável estava de licença.

A Boate Kiss não pagou a multa sendo inscrita em dívida corrente em 28 de dezembro de 2009 (fl. 70) e, em dívida ativa em 18 de abril de 2012 (fl. 72).

7ª Notificação:

No dia 10 de janeiro de 2010 nova vistoria feita por Alexandre Pinzon Vargas constatou que a Boate Kiss seguia funcionando normalmente sem as licenças (fl. 37). Essa vistoria gerou a Notificação de Auto de Infração nº. 04868303 com uma multa no valor de R$ 3.904,80 (três mil novecentos e quatro reais com oitenta centavos) assinado por Denilson Dorneles Righi (fl. 46). Contudo, a Boate Kiss não foi notificada, por consequência a dívida não foi paga e nem foi lançada em Dívida Ativa, o que pode ser verificado às fls. 53 e 60.

Questionado acerca do motivo pelo qual os proprietários não foram notificados, Denilson referiu que foram inúmeras vezes ao local e não localizaram ninguém apto a receber a notificação. Tal alegação causa estranheza, visto que os funcionários e proprietários da Kiss declararam em seus depoimentos que a Boate era aberta inclusive pela tarde. Por outro lado, afirmou que não há qualquer documento que comprove as tentativas de notificação. Também sustentou que não mandou a notificação por correio, pois a Boate somente funcionava à noite, o que não é verdade, conforme já esclarecido. Por outro lado, Sinara Sarassua Dietrich, Fiscal Municipal II, relatou que o fato de não ser localizado o infrator não pode ser impeditivo para a aplicação de penalidade e que no seu setor costumavam encaminhar notificações por "AR". Ainda, acrescentou Silvana Raquel Baldissera, que as formas de cientificação do interessado estão previstas em lei, sendo elas, pessoal, por AR e por edital.

Curiosamente, após questionamentos da Polícia Civil quanto a notificação e pagamento desta infração ao Prefeito Municipal, Tiago Vicente Candaten relatou que, em setembro de 2013, assumiu como Superintendente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e assim que tomou conhecimento quanto a este fato, determinou ao fiscal Denilson, em 29/11/2013, que desse prosseguimento ao procedimento, o que foi feito, sendo notificado um dos proprietários.

CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS EMBARGOS E NOTIFICAÇÕES

Desde o dia 01 de agosto de 2009 até 10 de janeiro de 2010 houve 7 **(sete)** vistorias e notificações na Boate Kiss, 6 **(seis)** Notificações de Auto de Infração com aplicação de multas e **dois embargos**, um de obra e outro de atividade, porém, em nenhum momento a Boate encerrou suas atividades. O alvará de funcionamento somente foi concedido em abril de 2010.

Muito embora Sérgio Renato Medeiros tenha praticado diversas ações tendentes a paralisar as atividades da Boate Kiss, deveria ter comunicado o fato a Procuradoria do Município, o que não fez ao arrepio da lei, violando dispositivo legal.

OBRAS NA BOATE KISS

Restrições dos projetos arquitetônicos da Boate Kiss

Expediente nº. 21399/09 (fls. 854 a 856)

No dia 27/07/2009 foi protocolado um requerimento de aprovação de projeto de reforma sem ampliação de área, por Alexandre Silva da Costa, em nome da Santo Entretenimento Ltda., direcionado ao Escritório da Cidade, constando o endereço Rua dos Andradas 1935, sendo a responsável técnica Cristina Trevisan. O protocolo deste requerimento é o 2790, cx 255, expediente 21399/09. Acompanha o requerimento um documento com anotações "a punho", composto por duas folhas (fl 855 e 856), conforme a seguir.

Importante destacar que, neste momento a Boate Kiss já estava funcionando e provavelmente já havia feito diversas reformas no seu interior, ou seja, primeiro a Boate fez reformas e recebeu o público, para somente após aprovar o projeto arquitetônico, o qual tratava inclusive de sérias normas de segurança.

A primeira folha contém 29 exigências ao projeto apresentado no referido expediente, datado de 04 de agosto de 2009 feito pelo Arquiteto e funcionário público do setor de Análise de Projetos da Secretaria de Mobilidade Urbana, Rafael Escobar (fl. 855):

1. **"Anexar contrato de locação em via original ou autenticada".**

Segundo Rafael Escobar esta exigência foi suprida no Expediente 27562/09, ocasião em que foi juntada a cópia original do contrato de locação, bem como a assinatura constante no requerimento foi do proprietário do imóvel (fl. xx).

2. "**Anexar às autorizações mencionadas na cláusula décima do contrato de locação**."

A cláusula décima do contrato de locação entre a Eccon Empreendimentos e a empresa a ser constituída por Tiago Mutti e Alexandre Costa exige que qualquer benfeitoria ou alterações que se pretenda fazer no imóvel, tenha consentimento por escrito do locador (fl. 841-844). Contudo, no Expediente posterior de nº 27562/09, supriu esta exigência, pois o requerimento foi feito em nome do locador (fl. 867).

3. "**Anexar a matrícula do CRI, do imóvel em questão, atualizada".**

A matrícula atualizada foi apresentada na primeira análise do expediente 27562/09 (fl. xx).

4. **"O processo deverá tramitar com o nome do proprietário constante na matricula do CRI".**

O expediente seguinte, nº 27562/09, foi protocolado em nome da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria.

5. "**Atender o art. 14 – III do COE"**.

Segundo Rafael Escobar esta exigência foi suprida no Expediente 27562/09. O referido artigo da Lei Complementar nº 32/2005 - Código de Obras e Edificações, refere:

> *III - Planta de localização da edificação, que pode ser unificada com a planta de situação, devendo ser apresentado em separado dos demais elementos e contendo:*
> *a) Indicação do posicionamento da edificação em relação às divisas do lote, com as cotas e níveis dos vértices;*
> *b) Apresentação da área total do lote, da área ocupada pela edificação, da área livre do lote, da área total edificada, da área a construir e da área existente, se caso houver;*
> *c) Resumo das informações urbanísticas quanto à área, índices e recuos utilizados, áreas "non aedificandi" e, ainda, indicar os rebaixos no meio fio;*

6. **"Atender o art. 44 do COE".**

O referido artigo refere:

> *Art. 44 Nas obras de reformas, reconstrução ou ampliação devem ser efetuados os mesmos procedimentos de aprovação de projetos novos, indicando-se, nas plantas, as áreas a conservar, demolir ou construir, nas cores azul, amarelo e vermelho, respectivamente.*
> *§ 1º É considerado reforma, reconstrução ou ampliação à execução de obra que implique em modificações na estrutura, nas fachadas, no número de andares, na cobertura, podendo ou não haver alteração da área total da edificação.*
> *§ 2º Não são enquadradas como reforma a substituição de reboco, a substituição de aberturas sem alteração da área e local das mesmas, substituição de cobertura desde que o material a ser utilizado seja do mesmo tipo do existente, serviços de pintura e demais acabamentos internos.*

Segundo Rafael Escobar o projeto protocolado no Expediente nº 21399/09 era todo em preto e branco o que contrariava o referido artigo. Houve a correção desta questão no Expediente nº. 27562/09. Contudo, segundo Rafael, teria percebidos outras irregularidades o que foi apontada no Expediente nº. 27562/09 itens "2" e "5" (serão analisados em itens próprios).

7. **“Anexar a certidão de conclusão de reforma do Alvará de licença nº 1497”**.

Nunca foi apresentado esta Certidão de Conclusão de Obra como se verá em tópico próprio.

8. **“Projeto apresentado não confere com arquivado. Rever”.**

Segundo Rafael Escobar, percebeu uma discrepância entre o último projeto arquivado na Prefeitura (do Cursinho G10) com o apresentado pela Arquiteta Cristina Trevisan.

9. **“Indicar níveis junto ao passeio público”.**

Essa questão era referente a critérios de acessibilidade que, segundo o Arquiteto Rafael Escobar foi sanado no Expediente 27562/09.

10. **“Atender o art. 14 – XI do COE e respectiva ART”**

Art. 14 - O pedido de aprovação de projeto para edificação deve ser feito ao órgão competente, através de requerimento padrão, acompanhado dos documentos, abaixo especificado, em uma via, todos assinados pelo proprietário ou possuidor e pelo responsável técnico:
XI - Levantamento plani-altimétrico, indicando também cursos de água, mananciais, sangas, vegetação nativa e outros acidentes naturais, sendo que para as edificações unifamiliares e bifamiliares, com área construída até 200,00 m², e para as demais edificações, com área construída até 100,00 m2 este levantamento é dispensado, exceção feita aos serviços automotivos e uso industrial de alto risco, que, independente de área, devem apresentar este levantamento;

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

11. “**Atender o item 6.7.1.1 da NBR 9050**”.

6.7.1 Corrimãos
6.7.1.1 Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi reiterado do Expediente 27562/09, na forma da exigência “8”, porém foi atendida na segunda análise do Expediente 27562/09.

12. **“Atender o item 6.7.1.4 da NBR 9050”**:

6.7.1.4 Os corrimãos laterais devem prolongar-se pelo menos 30 cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. Em edificações existentes,

onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminhamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente, conforme figura 86.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

13. **"Atender o item 6.7.1.6 da NBR 9050".**

6.7.1.6 Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos deve ser de 0,92 m do piso, medidos de sua geratriz superior. Para rampas e opcionalmente para escadas, os corrimãos laterais devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

14. **"Atender o item 4.5.4.6 da NBR 9077"**

4.5.4.6 Em salas com capacidade acima de 200 pessoas e nas rotas de saída de locais de reunião com capacidade acima de 200 pessoas, as portas de comunicação com os acessos, escadas e descarga devem ser dotadas de ferragem do tipo antipânico, conforme NBR 11785.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

"15. Atender o art. 22 do Decreto Federal 5296/04"

Art. 22. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
§ 1o Nas edificações de uso público a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
§ 2o Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
§ 3o Nas edificações de uso coletivo a serem construídas, ampliadas ou reformadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência deverão ter entrada independente dos demais e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
§ 4o Nas edificações de uso coletivo já existentes, onde haja banheiros destinados ao uso público, os sanitários preparados para o uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida deverão estar localizados nos pavimentos acessíveis, ter entrada independente

dos demais sanitários, se houver, e obedecer as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida na segunda analise do Expediente 27562/09.

16. "**Atender o item 6.9.2.4 da NBR 9050"**:

6.9.2.4 As portas de sanitários, vestiários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde devem ter um puxador horizontal, conforme a figura 94, associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça e com comprimento igual à metade da largura da porta. Em reformas sua utilização é recomendada quando não houver o espaço exigido nas figuras 92 e 93.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

17. "**Projeto contraria o item 7.3.2 da NBR 9050"**

7.3.2 Boxe para bacia sanitária comum Os sanitários e vestiários de uso público devem permitir a uma pessoa utilizar todas as peças sanitárias atendendo às medidas das figuras 123 e 124.

Foi atendida na 3ª analise do Expediente 27562/09.

18. "**Projeto contraria o item 4.6.1.a da NBR 9077**"

4.6.1 Obrigatoriedade
O uso de rampas é obrigatório nos seguintes casos:
a) para unir dois pavimentos de diferentes níveis em acessos a áreas de refúgio em edificações com ocupações dos grupos H-2 e H-3;

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

19. "**Rever o dimensionamento das rampas, pois conforme os níveis indicados a i>=8,33%, contrariando a NBR 9050. Rever"**

Refere-se a rampas para portadores de necessidades especiais. Foi atendida na segunda análise do Expediente 27562/09.

20. "**Dimensionar escadas**"

O arquiteto Rafael Escobar declarou que acredita que esta exigência tenha sido atendida, visto que não foi mencionada no expediente seguinte.

21. **“Atender o item 6.9.2.1 da NBR 9050”**

6.9.2.1 As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

22. **“Projeto contraria o art. 18 do Dec. Federal 5296/04”**

Art. 18. A construção de edificações de uso privado multifamiliar e a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso coletivo devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

23. “**Atender o item 8.2.1.4 da NBR 9050”**

8.2.1.4 Palco e bastidores
Uma rota acessível deve interligar os espaços para P.C.R. ao palco e aos bastidores.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida no Expediente 27562/09.

24. “**O projeto contraria o art. 45 do COE”**

Art. 45 As construções que estiverem atingidas pelo recuo viário, existente ou previsto, ou recuo obrigatório para ajardinamento devem atender:
I - Na parte atingida, somente são permitidos os serviços de conserto e manutenção;
II - Na parte do prédio não atingida pelo recuo de alinhamento ou ajardinamento são permitidas obras de reformas, reconstrução, reparos e manutenção para atender as condições de higiene ou quando, comprovadamente, tiver sido construído antes da legislação vigente;
III - A parte não atingida pode ser acrescida, desde que sua estrutura seja totalmente independente da existente, e deve

atender a toda legislação, inclusive os recuos regulamentares.

Segundo o Arquiteto Rafael Escobar a fachada do imóvel avançava pelo passeio público (limites superiores do que atualmente permite a lei). Assim, se a fachada fosse alterada, deveria recuar para atender a legislação.

25. **"Atender o art. 158-III do COE"**

Art. 158 As edificações destinadas a boates, clubes noturnos em geral, salões de baile, clubes sociais e congêneres, cinemas, teatros, auditórios e assemelhados, além do disposto neste Código, devem atender o que segue:
III - Níveis de ruídos aceitáveis, conforme a atividade (comprovação através de laudo técnico com a respectiva ART);

Segundo Rafael Escobar esta anotação referia ao Laudo Acústico. Sustentou que a exigência determinada pelo Artigo 6º do Decreto Executivo 32/2006, quanto a necessidade do laudo ser confeccionado por empresa ou órgão público de reconhecida capacidade técnica não se aplica para esta exigência que trata apenas de licença de obras.

26. "**O projeto contraria o item 4.5.3.1 da NBR 9077**"

4.5.3.1 O número mínimo de saídas exigido para os diversos tipos de ocupação, em função da altura, dimensões em planta e características construtivas de cada edificação, acha-se na tabela 7 do Anexo.

Segundo Rafael Escobar, esta análise foi atendida na terceira análise do expediente 27562/09.

27. **O projeto contraria o item 4.5.2 da NBR 9077**

4.5.2 Distâncias máximas a serem percorridas
4.5.2.1 As distâncias máximas a serem percorridas para atingir um local seguro (espaço livre exterior, área de refúgio, escada protegida ou à prova de fumaça), tendo em vista o risco à vida humana decorrente do fogo e da fumaça, devem considerar:
a) o acréscimo de risco quando a fuga é possível em apenas um sentido;
b) o acréscimo de risco em função das características construtivas da edificação;

c) a redução de risco em caso de proteção por chuveiros automáticos;
d) a redução de risco pela facilidade de saídas em edificações térreas.
4.5.2.2 As distâncias máximas a serem percorridas constam da Tabela 6 do Anexo.
4.5.2.3 Para uso da Tabela 6 do Anexo devem ser consideradas as características construtivas da edificação, constantes na Tabela 4 do Anexo, edificações classes X, Y e Z.
4.5.2.4 Um prédio é classificado como de classe X – edificações em que a propagação do fogo é fácil - quando tiver qualquer peça estrutural ou entrepiso combustível ou não resistente ao fogo e desprotegido.
4.5.2.5 Qualquer edificação dotada de estrutura resistente ao fogo é classificada como de classe Y - mediana resistência ao fogo - se, em qualquer ponto da edificação, houver qualquer uma das seguintes condições de risco:
a) aberturas entre pavimentos, que permitam a fácil propagação vertical do incêndio, tais como escadas, vazios ornamentais ou não, dutos desprotegidos, e outros;
b) inexistência de distância satisfatória entre aberturas de pavimentos consecutivos, tais como prédios com paredes-cortina, "pele de vidro", peitoris muito baixos e outros;
c) existência, em edifícios de escritórios (grupo D), de grandes salões - dependências com mais de 125 m2 - sem divisões ou utilizando divisórias leves, não-resistentes ao fogo;
d) vãos de iluminação e ventilação, dando para patios internos que não atendam às condições de espaço livre exterior (ver 3.27).
4.5.2.6 Para que um prédio seja classificado em Z – edificações em que a propagação do fogo é difícil - e, portanto, a distância máxima a ser percorrida possa ser maior, é necessário que:
a) sua estrutura seja de concreto armado ou protendido, calculado e executado conforme NBR 5627;
b) tenha paredes externas com resistência ao fogo igual ou superior à da estrutura, resistindo, pelo menos, a 2 h de fogo;
c) tenha isolamento entre pavimentos, o qual é obtido por afastamentos mínimos de 1,20 m entre vergas e peitoris de aberturas situadas em pavimentos consecutivos, com parede ou viga com resistência ao fogo igual à exigida para a laje de entrepiso e nunca inferior a 2 h; esta distância entre aberturas pode ser substituída por aba horizontal que

avance 0,90 m da face da edificação, solidária com o entrepiso e com a mesma resistência ao fogo deste;
d) tenha isolamento entre unidades autônomas, conforme 4.5.2.7.
4.5.2.7 Para que as unidades autônomas sejam consideradas isoladas entre si, devem:
a) ser separadas entre si e das áreas de uso comum por paredes resistentes a 2 h de fogo; 4 h de fogo se em edifício alto (tipo 0);
b) ser dotadas de portas resistentes ao fogo quando em comunicação com os acessos;
c) ter as aberturas situadas em lados opostos de paredes divisórias entre unidades autônomas e afastamentos de 1,00 m entre si; esta distância pode ser substituída por moldura vertical, perpendicular ao plano das aberturas, com 0,50 m de saliência sobre ele e ultrapassando 0,30 m a verga da abertura mais alta;
d) ter as aberturas situadas em paredes paralelas, perpendiculares ou oblíquas entre si, que pertençam a unidades autônomas distintas; afastamento mínimo de 1,50 m.
Notas: a) Para efeito da aplicação desta seção, são equiparados a unidades autônomas os apartamentos de hotéis, as
salas de aulas, as enfermarias e quartos de hospitais, e outros.
b) Para efeito da aplicação da alínea a, enquanto não houver norma brasileira específica, devem ser adotadas como padrões as paredes de tijolos maciços de meio-tijolo (15 cm) em um tijolo (25 cm) como resistentes a 2 h e 4 h de fogo, respectivamente.
4.5.2.8 Em edificações térreas, pode ser considerada como saída, para efeito da distância máxima a ser percorrida, qualquer abertura, sem grades fixas, com peitoril, tanto interna como externamente, com altura máxima de 1,20 m, vão livre com área mínima de 1,20 m2 e nenhuma dimensão inferior a 1,00 m.
4.5.2.9 A existência de chaminés ou dutos de ventilação natural ou mecânica não prejudica o isolamento exigido em 4.5.2.6-c), desde que com área máxima de 1,50 m2, com suas aberturas com vergas a, no máximo, 15 cm do forro e peitoris com altura mínima de 1,80 m.
4.5.2.10 As tubulações de lixo e similares, quando existirem, devem ter portas estanques à fumaça e aberturas no alto da edificação com secção no mínimo igual à sua, para permitir eventual exaustão de fumaça.

Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida na segunda análise do Expediente 27562/09.

28. "**Fachada não confere com a planta baixa**"
Será visto em tópico próprio.

29. **"Projeto contraria o Art. 107 do COE"**

Art. 107 - Não são permitidas saliências, balanços e corpos avançados sobre o passeio público, exceto marquises nos casos previstos.
Parágrafo único. Fica permitida a instalação de condicionadores de ar a partir do segundo pavimento, desde que coletado e canalizado os resíduos líquidos.

Exigência atendida no Expediente 27562/09.

Terminada as exigências feitas pelo Município para que a Boate Kiss ajustasse seu projeto às normas legais, seguiu o procedimento com alguns encaminhamentos (fl. 856):

1. O Arquiteto Rafael Escobar encaminha o procedimento para o Escritório da Cidade (não há data): "***Solicita-se análise e parecer quanto ao requerido considerando que o imóvel está situado na Zona 2".***

2. Em 21 de agosto de 2009 há um despacho do Escritório da Cidade, contudo, não é possível verificar quem assinou: "***Conforme reunião do FT, em 10/08/09, anexar EIV, considerando principalmente a questão do isolamento acústico, trânsito e estacionamento".***

3. No dia 24 de agosto de 2009 Rafael Escobar emite um novo despacho: "Informar os requerentes as exigências 1 a 29 e o parecer emitido pela Diretoria de Planejamento do EC.

4. No dia 17 de setembro de 2009 o projeto é retirado por Santiago Mutti.

Conforme memorando nº 180/SAPV/SMU/13 de 18/07/2013, da Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana (fl. xx), não houve retorno das exigências constantes neste expediente no prazo de 60 (sessenta) dias. Assim, nos termos do art. 18 da lei Complementar nº 32/2005, ficou caracterizado como abandono do projeto, tendo sido o mesmo arquivado. Porém, a Boate estava funcionamento e estava em obras, visto que em 07 de julho de 2009 a Boate sofreu o Embargo de obra nº 253 (fl 1490), justamente por ausência de licenças de reforma.

Expediente nº. 27562/2009 (p. 1403 a 1448) – Segunda Tentativa de Aprovação de Projeto de reforma sem ampliação

No dia 30 de setembro de 2009 a Eccon Empreendimento de Turismo e Hotelaria, através do administrador do imóvel Adauto Luis Firpo Mello (sócio proprietário da Imobiliária Casa Branca) protocolou o Expediente nº. 27562/2009 (protocolo 2790, cx 255) solicitando, pela segunda vez, a aprovação de projeto para reforma sem ampliação do imóvel situado na Rua dos Andradas 1935, tendo como responsável técnica a Arquiteta Cristina Trevisan. Esse procedimento atendeu o item 4 do expediente anterior (expediente nº 21399/09) que determinava que o procedimento tramitasse com o nome do proprietário do imóvel.

O procedimento é composto de quatro folhas com alguns despachos e exigências quanto ao projeto.

Na fl. 1407 foi realizada referência ao Protocolo nº. 21399/09, reiteradas as restrições anteriormente apontadas e acrescidas novas restrições, que vão a seguir abordadas:

1. **"Cortes não conferem".**

Foi uma exigência nova, não constante no Expediente anterior. Referia-se a problemas com o desenho do projeto. Porém, segundo Rafael Escobar, esta exigência foi corrigida na última análise deste expediente.

2. **"Atender o art. 45 do COE**"

Esta exigência se refere a fachada do imóvel que já constava no expediente 21399/09, item 24. Não foi atendida.

3. **"Anexar a certidão de conclusão de reforma do Alvará de licença nº 1497."**

Esta exigência já constava no expediente 21399/09, item 7. Nunca foi atendida.

4. **"Conforme demonstrado em planta Baixa, apresentar matrícula do CRI com as medidas retificadas, inclusive a área construída e do lote. Com isso, a Planta de Situação e localização não confere. Rever, também".**

Segundo o arquiteto Rafael Escobar esta exigência foi atendida na segunda análise do projeto

5. **"O projeto apresentado não confere com o arquivado (planta baixa/corte/fachada)".**

Trata-se da mesma exigência 8 do expediente 21399/09 a qual foi atendida.

6. <u>"Atender o item 6.7.1.5 da NBR 9050"</u>

6.7.1.5 As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias, conforme figuras 87 a 89.

Foi uma exigência nova, contudo, segundo o Arquiteto Rafael Escobar foi atendida na segunda análise deste expediente.

7. <u>"O projeto contraria o item 6.6.3.b da NBR 9050"</u>

6.6.3 Dimensionamento de escadas fixas
As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada, atendendo às seguintes condições:
b) espelhos (e) 0,16 m < e < 0,18 m;

Foi uma nova exigência, porém foi atendida na segunda análise deste expediente.

8. <u>Atender o item 6.7.1.1 da NBR 9050</u>: trata-se do mesmo item 11 do expediente 21399/09 o qual tratava de corrimões nas escadas. Contudo, conforme Rafael Escobar esta exigência foi atendida na segunda análise deste expediente.

9. <u>"Atender o art. 22 do Decreto Federal 5296/04</u>": trata-se do mesmo item 15 do expediente 21399/09, que se referia a sanitários para portadores de deficiência. Porém, conforme Rafael Escobar foi atendida na segunda análise deste expediente

10. <u>"Projeto contraria o item 7.3.2 da NBR 9050</u>": refere-se aos sanitários e se trata do mesmo item 17 do expediente 21399/09, contudo conforme Rafael Escobar esta exigência foi atendida na segunda análise deste expediente.

11. <u>"O projeto contraria o item 6.5.1.2 da NBR 9050 e art. 11-III da lei federal 10.098/00"</u>

Refere-se ao item 19 do expediente anterior, o qual se referia a rampas para portadores de necessidades especiais. Inobstante, segundo Rafael Escobar foi atendido na segunda análise deste expediente.

12. <u>O projeto contraria o item 4.5.3.1 da NBR 9077:</u> trata-se do mesmo item 26 do expediente 21399/09, referente ao número

mínimo de saídas de emergência. Contudo, conforme Rafael Escobar foi atendida na segunda análise deste expediente.

13. **O projeto contraria o item 4.5.2 da NBR 9077**: trata-se do mesmo item 27 do expediente 21399/09, referente as distâncias máximas a ser percorridas pelo usuário para sair do imóvel. Contudo, conforme Rafael Escobar foi atendida na segunda análise deste expediente

Despacho feito pelo Arquiteto Rafael Escobar: "Solicita-se análise e parecer do EIV anexado ao processo, considerando que o imóvel está situado na zona 2" (fl. 1407).

Despacho feito por pessoa não identificada datado de 21 de outubro de 2009: "P/ DP[3] Solicito análise dos documentos intitulados Declaração e Laudo Técnico e verificação se atendem o prescrito no Ofício 705/EC/SC..

Despacho datado de 23/10/09 feito por Luziane Colusso Barnewitz: "Da DP do EC Para Arq. Sheila. Favor analisar e dar parecer conforme solicitado".

Despacho datado em 12/11/2009 assinado por Scheila Comiran: "A DP do EC. Conforme reunião do FT em 09/11/2009 foi emitido parecer quanto ao uso e ao EIV apresentado, de acordo com o Ofício 705/09 em anexo".

O ofício do EC que analisou o EIV datado de 11/11/2009, determinava a apresentação do contrato de locação com os estacionamentos na proporção exigida por lei e laudo de isolamento acústico. Este contrato de locação não foi apresentado pelos proprietários da Boate no período de 2009 até a data do incêndio. (fl 1407)

Despacho assinado por pessoa não identificada em 11/11/09: "*Da DP do EC Para Presidente do EC". "Anexo Ofício a ser encaminhado à SAP com parecer do FT."*

Despacho assinado por Juliane Tatsch em 17/11/2009: "Para S.A.P[4]. Segue processo conforme parecer em anexo".

Despacho proferido em 17/11/2009 assinado por Rafael Escobar: *"Ao Expediente: Informe aos requerentes as exigências 1 a 13 e disponibilizar uma via do oficio nº 705/EC/09/SC aos requerentes*."

O projeto foi retirado em 28/12/2009 e retornou em 07/01/2010, devolvido por Cristina Trevisan.

[3] Diretoria de Planejamento do Escritório da Cidade.
[4] Setor Administrativo do Escritório da Cidade

Anotação fazendo referência ao expediente 27562/09 (licenciamento de obra).

Nova análise do projeto feita pelo Arquiteto Rafael Escobar, após entrega feita pela Cristina Trevisan (terceira análise).

Há uma observação: “Não foi anexada a via anteriormente analisada”.

“**14. A exigência 1 permanece**”: referente aos cortes do projetos que não conferem com o arquivado.

“15. A exigência 2 permanece”: referente ao art. 45 do COE que trata sobre recuos. Esta é a terceira vez que esta exigência é citada.

“16. A exigência 3 permanece”: referente a certidão de conclusão de reforma do Alvará de licença nº 1497. Foi a terceira vez que esta exigência foi citada, contudo nunca fora apresentada.

“17. A exigência 5 não foi atendida satisfatoriamente”: referente a discrepância do projeto apresentado pelos proprietários com o projeto arquivado na Prefeitura. Foi a terceira vez que esta exigência foi mencionada.

“18. A exigência 10 permanece”: referente a banheiro . Terceira vez que esta exigência é apontada, pois já havia sido citada no item 17 do expediente 21399/09 e novamente questionado na primeira análise do expediente 27562/09.

“19. Conforme fachada apresentada, o projeto não contempla, não possibilita condições de acessibilidade, contrariando o decreto federal 5296/04. Rever: referente a falta de acessibilidade. Tópicos já citados no expediente 21399/09, itens 15 e 22, bem como, na primeira analise do expediente 27562/09 nos itens 9 e 11. Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida na segunda analise do Expediente 27562/09.

“20. O projeto arquitetônico não contempla as 7 (sete) unidades de passagem necessárias, conforme calculo demonstrativo, em anexo. Rever”: foi a terceira vez que este tópico foi citado, Primeiro, no Expediente 21399/09, item 26, e no item 12 na primeira analise do expediente 27562/09. Segundo Rafael Escobar, esta exigência foi atendida na segunda analise do Expediente 27562/09.

“21. As exigências contidas no Ofício nº 705/EC/09/SC permanecem”.

Referindo-se ao contrato de locação de estacionamento.

A Arquiteta Cristina Trevisan retirou os documentos, tomando ciência das novas exigências no dia 09/02/2010, aproximadamente dois meses antes da obtenção do alvará de localização.

O projeto retornou a Prefeitura em 02/03/2010, não sendo identificada que o entregou.

Segue a quarta análise feita por Rafael Escobar em 16 de março de 2013:

Há uma observação referindo que "as vias anteriores não foram apresentadas (retornadas)"

"22. Rever área de selo/carimbar, pois existe interferência de graficação".

"23. Rampa sobre passeio público. Rever".

"24. A exigência 15 permanece": referente ao recuo. Foi a quarta vez que esta exigência foi referida: primeiro no tem 24 no protocolo 21399/09, e nos itens 2 e 15 do Expediente 27562/09.

"25. A exigência 16 permanece": referente à certidão de conclusão de reforma do Alvará de licença nº 1497. Foi a quarta vez que esta exigência é citada. Primeiro no item 7 do Expediente 21399/09 e posteriormente nos itens 3 e 16 do Expediente 27562/09.

"26. A exigência 17 permanece": referente à análise que o projeto apresentado pelos proprietários não conferiam com o projeto arquivado na Prefeitura. Esta exigência já havia sido citada por três vezes no item 8 do expediente 21399/09, e nos itens 5 e 17 do expediente 27562/09.

"27. A exigência 19 permanece": referente à falta de acessibilidade. Trata-se das mesmas exigências de acessibilidade constantes nos itens 15, 22 e 28, do expediente 21399/09 e dos itens 9 e 11 da primeira análise do expediente 27562/09, assim como o item 19 da segunda análise do expediente 27562/09.

Despacho assinado por Rafael Escobar, sem data: "A DP[5] do EC. Solicito análise dos documentos intitulados Declaração e Laudo técnico e verificação se atendem ao prescrito no oficio nº 705/EC/09/SC."

Despacho datado de 18 de março de 2010, assinado por Fabio Muller: "A Diretoria de Planejamento. Solicito análise dos documentos,

[5] Diretoria de Planejamento

criteriosamente, conferindo números e indicativos diretamente nas normas relativas (para o laudo acústico). A respeito de estacionamento conferir se a "Declaração" está de acordo com o definido pelo F.T.M – em minha interpretação, não atende a exigência de apresentar Contrato Específico de Locação de Vagas na proporção necessária ao empreendimento".

Despacho datado de 06/04/2010 assinado por Sheila Comiran, Arquiteta do Escritório da Cidade: "Ao VP do EC. Conforme EIV apresentado os níveis de ruído estão de acordo. Quanto aos estacionamentos deverá ser apresentado assinado por ambas as partes de locação das vagas obrigatórias, conforme Ofício 705/EC/09/SC".

Despacho da Nivea Beatriz da Costa datado de 07 de abril de 2010:

"Cont. Expediente 27562/09. Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria. Voto em 07/04/2010. Ao Expediente. Informar ao requerente das exigências 22 a 26 e informar que conforme análise do Escritório da Cidade deverá ser apresentado contrato assinado por ambas as partes referente a locação das vagas obrigatórias, conforme Ofício 705/EC/09/SC".

Conforme Mem. Nº 181/SAP/SMU/13, foi esclarecido pelo Município que o processo referente ao Expediente 27562/2009 foi disponibilizado para os proprietários em 07 de abril de 2010, contudo o processo nunca foi retirado pelos proprietários e, assim, acabou sendo arquivado.

CONSIDERAÇÕES QUANTOS AOS EXPEDIENTES QUE TRATARAM SOBRE A TENTATIVA DE APROVAÇÃO DO PROJETO SEM ACRÉSCIMO DE ÁREA DA BOATE KISS

Segundo o Arquiteto Rafael Escobar, há duas fases no procedimento referente à análise de projetos de reformas: primeiro é aprovado o projeto no Setor de Análise de Projetos por um técnico, sendo concedida a licença para reformas; segundo, após a obra pronta, o proprietário solicita a Certidão de Conclusão de Reforma. Neste momento a equipe de Fiscalização se dirige ao local para verificar se o projeto executado foi fiel ao aprovado. Contudo, quanto a Boate Kiss, não houve a fase dois, pois o processo foi abandonado na primeira fase.

Acrescentou Rafael que estes procedimentos não são vinculantes a qualquer outro procedimento de liberação de alvarás e, que por isso, nenhum outro setor do município têm conhecimento deste trâmite. Somente após a conclusão da obra é que o projeto sai deste setor para conferência da fiscalização. Enfim, para o Município as reformas da Kiss não

existiram juridicamente, salvo as reformas constatadas no Embargo de Obra 253.

Verifica-se que os proprietários da Boate, por uma ânsia em ganhar dinheiro, não se preocuparam em aguardar o trâmite do procedimento, que se deu já depois do início das atividades da Boate, ou seja, **a Boate iniciou a atividade, em meio a reformas sem autorização.**

Também se verificou que houve exigências importantíssimas referentes à segurança dos frequentadores da Boate Kiss, que somente foram satisfeitas nos documentos, pois nunca foram executadas na prática. Ou seja, **os proprietários da Boate sabiam das exigências referentes a questões de segurança, mas nada fizeram a respeito.**

QUANTO A ALTERAÇÃO DE FACHADA

Para alteração da fachada de um imóvel é necessário uma licença de obras, conforme preceitua a Lei Complementar nº. 032/2005:

> *Art. 44. Nas obras de reformas, reconstrução ou ampliação devem ser efetuados os mesmos procedimentos de aprovação de projetos novos, indicando-se, nas plantas, as áreas a conservar, demolir ou construir, nas cores azul, amarelo e vermelho, respectivamente.*
> *§ 1º* ***É considerado reforma, reconstrução ou ampliação a execução de obra que implique em modificações na estrutura, nas fachadas****, no número de andares, na cobertura, podendo ou não haver alteração da área total da edificação.*
> *§ 2º Não são enquadradas como reforma a substituição de reboco, a substituição de aberturas sem alteração da área e local das mesmas, substituição de cobertura desde que o material a ser utilizado seja do mesmo tipo do existente, serviços de pintura e demais acabamentos internos.*

Desde 2009, na ocasião da primeira solicitação de licença para Reforma feita pela Boate Kiss, Expediente nº. 21399/09 foi identificado pelo corpo técnico da Prefeitura uma divergência da fachada existente com a fachada constante na planta baixa.

Contudo, é de conhecimento notório que houve alteração da fachada da Boate Kiss, com o lacre de janelas e colocação de madeirame em toda sua extensão, conforme o próprio projeto da Arquiteta Cristina Trevisan. Para isto, deveria existir uma licença prévia, conforme já citado. Questionado o Município sobre as alterações da fachada da Boate, foi respondido pela Procuradora Jurídica, Anny Gundel Desconzi, que não constava nos arquivos da Prefeitura projeto protocolado referente a troca de revestimento de fachada (fl. 2749, of. nº 12/PGM/2014).

Inobstante, em depoimento, Fabio Muller que foi vice-presidente do Escritório da Cidade, informou que quando percebeu a mudança da fachada do prédio da Kiss (revestimento em madeira) encaminhou ofício à Secretaria de Mobilidade Urbana solicitando informações e providências a respeito da constatação do fato, pois, estando o imóvel localizado em Zona 02 (área de interesse patrimonial, zona histórica segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo), deveria ter sido encaminhado projeto ao Escritório da Cidade.

O Ofício que Fabio se referiu é o Oficio nº. 148/EC/11/DT dirigido ao Secretário de Mobilidade Urbana, Marcelo Bisogno, e recebido na então Secretaria de Mobilidade Urbana no dia 25 de fevereiro de 2011, informando e exigindo fiscalização, diante da alteração irregular da fachada da Boate Kiss (fl. 2752).

Diante deste Ofício, foi requisitado ao município para que informasse o procedimento adotado em relação ao mesmo (Ofício nº. 467/2013, fl. 2582). Através do Ofício nº. 012/PGM/2014 (fl. 2749) foi informado por Tiago Vicente Candaten que o Ofício encaminhado por Fabio Muller havia sido destinado à fiscal Elsa Maria Prola, em 02 de março de 2011.

Junto do expediente veio um documento escrito “a mão” pela Fiscal Elza Prola, referindo que a denúncia não procedia, visto que, de acordo com vistoria feita no local: havia apenas um revestimento da fachada que não se enquadraria na LC nº. 070/2009; que não necessita de licença simples, pois não se enquadraria em nenhuma situação da LC nº. 070/09; e que não havia material de construção no passeio público. Contudo, **o documento foi datado de 26 de dezembro de 2013.**

Este documento gerou questionamentos, pois uma fiscal que, em princípio não é técnica, formalizou um documento contrariando o que os técnicos afirmavam (engenheiro e arquiteto), isto é, Elza contrariou a informação que houve alterações da fachada da Boate Kiss, e ainda datou tal documento com data recente, muito depois do incêndio da boate.

Diante deste fato, a Fiscal Elsa Maria Prola foi intimada e declarou que havia realizado a vistoria na ocasião em que foi informada do fato, mas que não havia documentado o ato, e que, por isso, formalizou o documento de fl. 2751, com data de dezembro do último ano, mas com as informações que recordava de sua vistoria em 2011. Foram apresentadas as fotografias da fachada da Boate Kiss (fls. 2796 a 2798), sendo que Elza confirmou que fora aquela fachada que havia sofrido a vistoria e que em sua opinião, não houve alteração de fachada.

Portanto, Elza fiscal da Secretaria de Mobilidade Urbana, ciente das leis que regem sua função, e ciente do ofício feito por um engenheiro (técnico no assunto) deliberadamente permitiu que a Boate Kiss

fizesse a alteração da fachada contrariamente ao apregoado na legislação, não exigindo a Licença Simples de Obra, não multando e não embargando e sequer verificando o alinhamento, por consequência, também permitiu que a Boate não recolhesse os tributos respectivos a esta reforma. Ademais, importante destacar que esta alteração da fachada (fechamento de janelas) contribuiu decisivamente para o elevado número de óbitos na Boate Kiss, pois impediu que a fumaça se dissipasse e saísse de dentro do ambiente.

Ficou evidenciado que a certidão firmada por Elza contém falsa informação, que não tinha outro desiderato se não induzir ao erro a investigação realizada pela Polícia Civil, incorrendo, desta forma, no crime de fraude processual, disposto no art. 347 do Código Penal Brasileiro.

EXPEDIENTE Nº. 4025/2010: CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A Certidão de Conclusão de Obra é um documento que todo proprietário de imóvel deve requerer após finalizar uma reforma de obra, ou seja, pressupõe que o imóvel não seja novo. A finalidade é verificar se o Projeto Aprovado condiz com a realidade. Não se confunde com o "Habite-se", que é a liberação do imóvel novo pelo município para que possam habitá-lo, seja comercial ou residencial. No município de Santa Maria, a competência para a emissão da Certidão de Conclusão de Obra é da Superintendência de Análise de Projetos.

A grande maioria dos técnicos ouvidos neste procedimento, afirmaram que esta certidão não estaria prevista em lei, mas que há alguns anos é exigida pelo município (conforme diversos depoimentos, inclusive Marcos Vinicius Ramos Moraes). Contudo, no depoimento do Arquiteto e funcionário público Rafael Escobar (fls. 2868-2873, Volume XV) o mesmo esclareceu que tal certidão é decorrência do artigo 44 da Lei nº. 32/2005:

> *Art. 44. Nas obras de reformas, reconstrução ou ampliação devem ser efetuados os mesmos procedimentos de aprovação de projetos novos, indicando-se, nas plantas, as áreas a conservar, demolir ou construir, nas cores azul, amarelo e vermelho, respectivamente.*
> *§ 1º* ***É considerado reforma, reconstrução ou ampliação a execução de obra que implique em modificações na estrutura, nas fachadas****, no número de andares, na cobertura, podendo ou não haver alteração da área total da edificação.*

Ora, conforme o caput do referido artigo, nos casos de reformas deve-se atender aos mesmos procedimentos de aprovação de projetos novos. Para não criar nova carta de habite-se e duplicar o imóvel, em casos de reformas foi criada a Certidão de Conclusão de Obra, que permite que o imóvel reformado possa ser habitado.

Segundo Luziany Coluso Barnewitz (funcionário pública, engenheira civil) para a emissão de certidão de conclusão de reforma é necessário o mesmo procedimento do "Habite-se", ou seja, deve-se preencher um requerimento, pagar a taxa, juntar o alvará de prevenção de incêndio, pagar ISSQN, e, por fim, pagar CND (Carta ou Certidão Nacional de Débitos).

No primeiro protocolo de pedido de licença de reforma feito pelo Arquiteta Cristina Trevisan (fls. 854), se apontou a necessidade da referida Certidão de Conclusão de Obra relativa a uma obra autorizada pelo Alvará de Licença nº 1497 (fl. 911), direcionado ao imóvel 1935, referente a um empreendimento anterior a Boate Kiss (Cursinho G10), pendência, esta, também necessária para a aprovação dos projetos de obra da Boate Kiss.

No dia 10 de fevereiro de 2010 foi protocolado o Expediente nº. 4025/2010 pela Eccon Empreendimento, assinado pela Engenheira Civil Sirlei Beviláqua, como responsável técnica, solicitando a Certidão de Conclusão de Reforma (fl. 910), contudo tal requerimento foi indeferido (fl. 910v) pelo funcionário Municipal Julio Cezar Rebelato, conforme se observa no verso da mesma folha, pois no local já estava instalada a boate, ou seja, não existia mais o colégio. Ainda, segundo Julio Cezar: *"sem a Certidão de Conclusão de Reforma, o imóvel não pode ser legalmente utilizado para a habitação e nem para o comércio".*

Destaca-se que, neste momento, a Boate já estava embargada, o que por si só impediria qualquer tramitação de documentos ou obras, enfim, a Boate não poderia efetuar qualquer procedimento antes de sanar as irregularidades pelas quais fora embargada. Questionado, Julio Cezar Rebelato sustentou que não tinha conhecimento da notificação nº. 12738, de 07/07/2009 (fl. 489), e do embargo nº. 253, de 07/07/2009 (fl. 1490), pois em 2009 quem fiscalizava era a Secretaria de Finanças. Porém, concluiu que quando uma obra é embargada, deve parar as atividades imediatamente.

Segundo os Engenheiros Civis e servidores da Secretaria de Mobilidade Urbana, Carlos Fernando Moura Flores, Marcos Vinicios Ramos de Moraes e Luzyane Colusso Barnewitz, em razão da ausência da certidão de obra do G10, **a Kiss não poderia ter se instalado no local e realizado obras, pois tinha um processo em aberto.** Estes processos foram considerados abandonados, pois não foi dada continuidade.

Inobstante a tudo isso, a Boate Kiss funcionou durante todo o tempo sem ter a referida Certidão de Conclusão de reforma de obra e com conhecimento da administração municipal, conforme comprova a análise documental, bem como diversos depoimentos de servidores do Município.

Posteriormente, como se verá a seguir, a pasta do imóvel nº. 1935 foi descartada, criando-se uma nova pasta para a Boate Kiss com o nº.

1925, contexto no qual a ausência de Certidão de Conclusão de Obra foi esquecida.

Mudança de Numeração do prédio da Kiss e a criação de um novo arquivo- Expediente nº. 18978/09 – Solicitação de Certidão de Numeração Oficial e Abertura de Vala

Em 24 de junho de 2009, a Eccon Empreendimentos, através de Adauto Luis Firpo Mello, sócio-proprietário da Imobiliária Casa Branca, empresa que administra a locação do prédio da Kiss, protocolou o Expediente nº. 18978/09 (protocolo 2790, cx 255) solicitando uma Certidão de Numeração Oficial (fl. 834). O pedido foi instruído com a cópia do registro do imóvel (fl. 1380) e uma procuração datada de 01/01/2003, em que o proprietário do imóvel (Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria) concedeu poderes a Imobiliária Casa Branca para administrar o imóvel situado na Rua dos Andradas, nº 1925 (fl. 1382).

O pedido foi deferido, sendo expedida a Certidão nº 2070/09, de 01/07/2009 (fl. 839), a qual atribuiu oficialmente o número 1935 ao imóvel de propriedade da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria (matrícula 90.082, IPTU 09930600). Também foi deferida a Licença de Abertura de Vala nº 0843/09, cujo prazo era 01/07/2009 a 31/08/2009. O requerimento foi analisado e deferido pelo Engenheiro Civil e funcionário público Carlos Fernando Moura Flores e pelo Secretário da época Sérgio Renato de Medeiros.

Segundo Carlos, o pedido foi concedido, pois ao analisar o número do lote lindeiro, ao leste, verificou que o mesmo possuía o número predial 1945. Logo, considerando uma testada mínima de dez metros, pela lógica e com base legal, atribuiu o número 1935 ao imóvel. Acrescentou que o lote da Kiss possuía mais de dez metros, porém por ser imediato ao lote 1945, atribuiu o número 1935. Salientou que a matrícula 90.082 (fl. 836) cita o lote "A" com uma metragem de 639,71 metros quadrados, imóvel ao qual atribuiu o número 1935, assim como cita o imóvel com prédio residencial número 1945 ao leste e a oeste com o lote B, que contém um pavimento térreo de alvenaria de 638,25 metros quadrados.

Carlos Fernando foi questionado quanto ao fato de ter emitido a Certidão de Numeração Oficial e abertura de vala, mesmo diante da vigência de um embargo para aquele empreendimento (fl.1490), mas sustentou que a Certidão é apenas uma informação e que por isto, não teria qualquer impedimento. Porém, **defendeu que no caso de pedido de troca de numeração,** que na realidade é um processo, **não poderia ter sido emitida na vigência de um embargo, pois neste caso, todo procedimento referente ao imóvel deve parar**. Acrescentou Carlos, que pode ocorrer de um embargo não chegar ao conhecimento de seu setor, mas que **no caso da Boate Kiss, era de conhecimento notório.**

Destaca-se, que tanto para expedição de Licença para Abertura de Vala quanto para a expedição de Certidão de Numeração Oficial, o Código Tributário Municipal exige o pagamento de taxas prévias. Assim, através do Ofício nº. 702/2013 (fl. 825) foi requisitado a Prefeitura que comprovasse o recolhimento das referidas taxas, contudo o Município permaneceu silente. Diante disso, a requisição foi reiterada através do Ofício nº. 1787/2013 (fl. 1788), porém, mais uma vez não se obteve resposta, o que leva a concluir que não houve recolhimento das referidas taxas:

> *Art. 79. As taxas para execução de obras são devidas pelo contribuinte, cujo imóvel receba benfeitoria que dependa de licenciamento.*
> *§1º - A taxa incide, ainda, sobre qualquer ato administrativo ou serviço prestado pelo Município, relacionados com a execução de obras.*
> *§2º - A taxa incide sobre:*
> *II - a numeração de prédios;*

No dia 23 de fevereiro de 2010, através do expediente nº. 4756/10, a Boate Kiss, por meio de Jacsom Heitor Panzer, protocolou um requerimento pedindo o uso do numeral 1925, sob os argumentos de ser o número exposto na fachada do prédio, já constar esse número do contrato de aluguel, já constar no alvará Sanitário, já constar no Alvará de Prevenção contra Incêndio, já constar nas inscrições da CEFAZ e SRF, além de "*não termos conseguido ainda protocolar o Alvará de Localização por haver esta divergência entre os números"* (fl. 917).

Segundo Alan Carlos Soares da Silva, Técnico em Obras desde 1993, quanto ao procedimento de troca de numeração oficial, após o pedido é realizada uma vistoria no local, que consiste em fazer o levantamento de todos os números que existem nas fachadas dos imóveis situados na quadra onde está sendo realizada a vistoria, para fins de evitar duplicidade na numeração. Após o levantamento da numeração, é encaminhado até o setor de cadastro de IPTU para verificação da numeração que consta no cadastro, confrontando com o levantamento que é realizado no local. Posteriormente, é encaminhado o mapa cadastral (documento que demonstra o local vistoriado e os lotes vizinhos deste) para os engenheiros com o objetivo de análise da documentação e definição da numeração. Existe uma integração, via sistema informatizado da Prefeitura, entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, antiga Mobilidade Urbana, e a Secretaria de Finanças (IPTU). Isso porque, através da numeração do IPTU, é possível verificar no sistema se existe projeto de edificação regularizado ou não (com ou sem habite-se).

Consoante Elizabeth Trindade Moreira (Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Habitação) não existe previsão legal para a necessidade de vistoria no caso de troca de numeral, mas é uma praxe da

PMSM há muitos anos, desde o tempo que a PMSM fornecia e pregava o número dos imóveis, isto na década de 1960.

Os funcionários públicos Julio Cesar Rebelato e Marcos Vinicius Moraes (engenheiros) autorizaram a troca de numeral através da Certidão de nº. 501/2010 (fls. 916 a 922). Contudo, **a vistoria necessária para a referida troca não foi feita**. Segundo depoimento de Alan Carlos, ao analisar a pasta da Boate Kiss que fica guardada na sala da Procurada do Município, Drª Anny, não localizou a vistoria para troca de numeração oficial. Diante da ausência de vistoria, foi até os dois engenheiros (Fernando Flores e Rebelato) e disse-lhes: "*como é que é isso aqui, eu não estou vendo nenhum levantamento feito por mim*", ao que o Rebelato disse "*eu acho que tu não foi lá*".

Além de ter feito a troca da numeração sem a vistoria prévia, permitiram que o procedimento se concluísse na vigência de um embargo, cuja consequência seria a paralização total do trâmite de todo e qualquer procedimento referente à Kiss. Por outro lado, o Engenheiro Marcos Vinicios Ramos de Moraes afirmou que a troca da numeração nesta situação foi correta, porque é um trâmite possível, desde que o número solicitado esteja dentro do intervalo que prevê a legislação.

Portanto, a troca foi feita sem vistoria prévia e na vigência de um embargo. Não bastando, foi aberta uma nova caixa arquivo para a Boate Kiss, como se fosse um imóvel novo, e descartando toda a documentação existente até então, isto é, fora descartado toda a vida do imóvel e seus inúmeros problemas: dois embargos (um de obra e outro de atividade), ausência de certidão de conclusão de obra, etc.

Julio Rebelato e Luziany Barnewitz, ambos engenheiros civis, **sustentaram que quando ocorre a mudança de numeração oficial de uma edificação, ela deve permanecer dentro do mesmo arquivo** porque é toda a história do imóvel, continua com o mesmo número do IPTU e mesmo proprietário, ou seja, não se deve criar um novo arquivo, o qual somente poderia ser criado com um novo imóvel.

A responsável pela criação de um novo arquivo para a Boate Kiss, foi Michele Guimarães da Silva (agente de obras), conforme documento de fl. 2377. Explicou Michele que a criação, no sistema informatizado de uma nova pasta, se deu a partir do expediente 4756/2010 (fl. 916), que solicitava a troca de numeração oficial. Disse que era a responsável apenas pela inserção do procedimento no sistema informatizado, pois a vistoria e o parecer sobre o assunto são feitos por técnicos na área, no caso, Alan Soares e Julio Rebelato. Informou que quando chegava um expediente para cadastro, fazia uma consulta no sistema, pesquisando o número do cadastro de IPTU, nome do proprietário, rua e número do imóvel. Alegou que assim procedeu no caso da Boate Kiss. Ao pesquisar no sistema, não localizou qualquer registro para esse

imóvel, pois conforme os documentos de fls. 1539 e 1542, os dados são divergentes.

Contudo, questionada Michele quanto ao fato de haver no expediente nº. 4756/2010 o número do IPTU 09930600-9 (fl. 916), confirmado pela juntada de uma guia de IPTU, na qual consta claramente o referido número em nome da Eccon Empreendimentos de Turismo e Hotelaria, como proprietário do imóvel, **confessou Michele seu erro**, pois deveria ter verificado toda a documentação anexa ao expediente nº. 4756/2010, inclusive os documentos citados, a fim de não abrir novo arquivo com o referido expediente.

Muito embora Michele tenha confessado ter cometido uma falha, ao criar uma nova pasta para a Kiss, ainda restou inexplicada a autorização, concedida no dia 25 de fevereiro de 2010, para troca de número, na vigência de um embargo de atividade e de um embargo de obra, fato que causa estranheza, pois a prova testemunhal é sobeja em apontar que não poderia ter sido realizada a troca do número nestas condições.

EXPEDIENTE nº. 19474/2009 – PEDIDO DE ALINHAMENTO PARA FINS DE REFORMA

No dia 01 de junho de 2009, Adauto Firpo Mello, administrador do imóvel protocolou um pedido para fins de alinhamento do imóvel situado na Rua Andradas, 1935 (protocolo nº. 2790, caixa 255), tendo como responsável técnica a arquiteta Cristina Trevisan (fl. 1386).

O artigo 2º, a, I, do Código Tributário Municipal, exige o pagamento de taxa para este caso. Assim, foi solicitado ao município o comprovante de seu pagamento através do Ofício nº. 702/2013 (fl. 825), contudo não foi informado se houve o pagamento. Devido a isto, novamente foi questionado o município quanto ao pagamento desta taxa através do Ofício nº. 1137/2013 (fls. 1787-1788), porém, as resposta enviada através do Ofício nº. 1543/PGM/2013 (fl. 1801) silenciou sobre a realização ou não do alinhamento e foi informado (fl. 1924) que não existe cópia física de pagamento da respectiva e necessária taxa.

VII - ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

Conforme já esclarecido, o Alvará de Localização é o último alvará a ser liberado, sendo o documento que efetivamente permite uma empresa a funcionar. Conforme Decreto nº. 32/2006 para sua emissão são necessários 6 requisitos prévios: Consulta Popular, Laudo Acústico, Estudo de

Impacto de Vizinhança, Alvará Sanitário, Alvará Ambiental e Alvará de Proteção e Prevenção Contra Incêndio.

O Alvará de Localização é único, mas sua validade é condicionada ao pagamento de uma taxa anual que é fiscalizada mediante vistoria, bem como é condicionada a validade dos demais alvarás: sanitário, ambiental e de incêndio.

No município de Santa Maria, no período em que a Boate Kiss funcionou o dever legal de analisar a documentação, emitir o Alvará de Localização e assiná-lo, era da Secretaria de Finanças, conforme esclarece Sérgio Renato Medeiros, o qual foi Secretário Municipal de Mobilidade Urbana de 2009 a 2010, e Alexandre Pinzon Vargas, fiscal da mesma Secretaria. Contudo, **o dever de fiscalização dos referidos alvarás era da Secretaria de Mobilidade Urbana.**

1. Alvará de Localização 2009

No ano de 2009, não houve expedição do Alvará de Localização, embora a Boate Kiss tivesse inaugurado em junho de 2009. No dia em que a Boate abriu para o público não possuía **NENHUM** dos documentos exigidos pela legislação. Posteriormente, apenas legalizou quanto a um deles, o Alvará de Prevenção Contra Incêndio, expedido em agosto de 2009, com validade de um ano, não apresentando, portanto, Alvará Sanitário, Alvará Ambiental, Laudo Acústico e Estudo de Impacto de Vizinhança.

Também, neste ano foi embargada duas vezes, primeiro devido a obras irregulares e, segundo, devido a ausência de licenças.

Destaca-se que a Boate funcionou durante 6 meses sem o alvará e embargada, tudo com o conhecimento do Município e com seu aval, posto que a Prefeitura Municipal não tomou nenhuma medida judicial para que a Boate parasse de funcionar.

Ademais, neste ano notificou e aplicou multas inúmeras vezes, inobstante, ao invés do Município fechar a Boate, conforme preceitua a Lei Complementar nº 03/2002 (Código de Posturas do Município).

> *Art. 190. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviço ou entidades associativas poderá funcionar no Município sem as prévias e devidas licenças do Poder Público, concedida mediante requerimento dos interessados e pagamento dos tributos pertinentes junto aos devidos órgãos do governo, devendo o requerimento especificar: [...]*

> *Art. 197.* ***Será fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este Código****.*

Enfim, o Município permitiu e chancelou o funcionamento irregular da Boate Kiss durante todo o período de junho a dezembro de 2009, expondo a vida dos frequentadores a risco, tudo em decorrrência da omissão de comunicar a Procuradoria do Município, o que, *in casu,* seria dever do então Secretário Sérgio Renato de Medeiros.

2. Alvará de Localização 2010:

Em 23 de março de 2010, foi protocolado sob o número 007583/10 o primeiro requerimento da Boate Kiss solicitando o Alvará de Localização por Volmir Astor Panzer, constando como proprietário Alexandre da Silva Costa (fl. 49). Neste mesmo dia, a Secretaria de Finanças fez uma observação na própria Ficha de Inscrição (FID), informando que a Boate Kiss não possuía dívida ativa, por meio da inscrição "*nada deve*".

Dois dias após, 25 de março de 2010, foi realizada a primeira vistoria pela fiscal Isabel Medina. Entretanto, os campos do Boletim de Vistoria que contêm os critérios para a liberação do Alvará de Localização, previstos no Decreto nº. 32/2006, quadro II, não foram preenchidos, (fls. 2063), sendo que **a fiscal deixou injustificadamente sem preenchimento os campos relativos** ao "Alvará de Localização", "ISSQN Fixo", "Cert. Vist. Bombeiros" e "Alvará Sanitário".

Na ocasião da vistoria, a Kiss possuía Alvará Ambiental, Alvará dos Bombeiros, Estudo de Impacto de Vizinhança, Laudo Acústico, Consulta Popular, mas **não apresentava** Alvará Sanitário, conforme esclarecido no tópico próprio, o que **impediria a concessão do Alvará de Localização**. Também, ainda não possuía cadastro do município quanto ao ISSQN, o que ocorreu somente em 14 de abril de 2010 (fl. 298), ou seja, somente providenciou o cadastro cerca de 20 dias após a vistoria.

Inobstante todas essas considerações, Isabel Medina não faz qualquer anotação no seu Boletim de Vistoria quanto à ausência destes requisitos, e, estranhamente o fato foi ignorado pelo Município de Santa Maria, que liberou o alvará contra disposição de lei.

Isabel Cristina Alfaro Medina declarou que fez a primeira vistoria para fins de liberação do Alvará de Localização. Sustentou que na ocasião conferiu apenas a metragem, a atividade e o endereço, ou seja, não olhou a validade dos alvarás que ficavam expostos na parede; se fizesse, perceberia que a Boate não possuía Alvará Sanitário válido e nem inscrição municipal para fins do ISSQN. Contudo, alegou que não caberia a sua pessoa

tal análise, mas, sim, aos funcionários do Castro Mobiliário, e no caso concreto, a apreciação caberia a Sandra Portella, pois a ela competia a análise documental. **Defendeu que faltando um dos pré-requisitos o Alvará de Localização não poderia ser emitido**.

Ora, Isabel como fiscal do município, possuía em mãos um Boletim de vistoria absolutamente simples, que demandava apenas marcar um "X" em alguns tópicos e algumas anotações de datas, porém a mesma simplesmente deixou em branco o documento e ainda declarou nestes autos que não possuía competência para verificar estas questões.

O fato é que mesmo assim o Alvará de Localização foi concedido em abril de 2010, ou seja, dez meses após a inauguração da Boate, constando no documento como data de início das atividades 14 de abril de 2010.

A vistoria realizada em 25 de março de 2010 gerou uma taxa de R$ 650,82 (seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos), com vencimento em 14 de maio de 2010. No documento de fl. 2064, há uma anotação que o valor desta vistoria havia ido para dívida em 14 de abril de 2010, contudo não há outras informações se a dívida foi paga ou inscrita em dívida ativa.

Sandra Portella esclareceu que analisou a documentação referente ao Alvará de Localização, juntamente com Marcus Vinicius Bittencourt Biermann. Esclareceu que caberia a ambos verificar a validade de todos os documentos necessários para fins deste alvará. Questionada quanto a validade do Alvará Sanitário, convenientemente relatou que não recordava, mas que se o alvará foi expedido, é porque estava correto. Inobstante, conforme amplamente discutido, não existiu alvará sanitário no ano de 2010.

Este alvará foi liberado de forma totalmente ilegal e irregular, contrariando o Dec. nº. 32/2006 que dispõe de seus requisitos legais:

1. A Boate Kiss não possuía Alvará Sanitário;
2. A Consulta Popular apresentada na prefeitura havia sido fraudada e não correspondia as exigências legais;
3. O laudo acústico apresentado não possuía validade, pois não atendeu as exigências legais e normativas;
4. O Estudo de Impacto de Vizinhança não era válido, pois não atendia a legislação e não fora completo;
5.A Licença de Operação também estava irregular, pois não atendia a legislação;
6. A Boate possuía dois embargos: um embargo de atividade e um embargo de obra, sendo que este último nunca foi solucionado, portanto, o Município liberou Alvará de Localização na vigência de um embargo, o que seria suficiente para trancar todo e qualquer procedimento da Kiss;

7. A Boate não possuía inscrição cadastral no Município para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços.

Marcus Vinicius Bittencourt Biermann, responsável pela análise documental quanto a Boate Kiss, foi intimado, contudo o mesmo está em licença saúde.

Portanto, verificou-se que Sandra Portela e Marcus Vinicius Bittencourt Biermann, estranhamente emitiram documento de forma irregular. Conforme depoimentos sabiam que o Alvará Sanitário era um pré-requisito para concessão do Alvará de Localização, e mesmo com o documento "em mãos" apresentando uma data vencida, ignoraram tal fato e licenciaram indevidamente a Boate, legalizando seu funcionamento.

3. Alvará de Localização 2011:

Em 11 de fevereiro de 2011, foi emitido um novo boletim de vistoria para renovação do Alvará de Localização, feito pela Fiscal José Alcindo Bitencourt e pela coordenadora Betriz Lima Uminski. Esta vistoria possuía uma taxa no valor de R$ 684,67 (seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) (fls. 2064 e seguintes).

Nesta ocasião, a Boate Kiss não possuía Alvará Sanitário, o qual somente foi expedido em 30 de agosto de 2011, bem como não possuía Alvará de Prevenção de Incêndio, que foi emitido em 11 de agosto de 2011. Ainda, a Licença de Operação estava prestes a vencer, o que efetivamente ocorreu em 04 de março de 2011, não sendo renovada pela Boate Kiss naquele ano, fato de conhecimento do Município de Santa Maria, visto que, em 22 de setembro de 2011, o Município encaminhou Ofício ao Ministério Público informando que a Boate Kiss não possuía alvará ambiental.

Contudo, curiosamente no "corpo" da vistoria consta a seguinte anotação: "*CONTRIBUINTE COM CADASTRO NORMAL, APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO*" e escrito à caneta "*EM ATIVIDADE*". Porém, conforme já esclarecido tal afirmação é falsa, pois, a Boate não possuía Alvará Sanitário e Alvará dos Bombeiros.

Pois bem, mais uma vez o Boletim de Vistoria de nada serviu, pois o Alvará de Localização foi emitido mesmo diante da ausência de seus requisitos legais:

1. Não possuía Alvará Sanitário;
2. Não possuía alvará de prevenção e proteção de incêndio;
3. O laudo acústico apresentado era inválido, pois não observou a legislação e normas que o regulamentam;

4. A Boate ainda estava com um embargo de obra;
5. A Boate não havia satisfeito a taxa de vistoria de localização do ano anterior.

4. Alvará de Localização 2012

Em 19 de abril de 2012, foi emitido um boletim de vistoria (fl. 2065) feito por Juliano Marcello Jardim Cabral e Izidoro Quevedo Parodi, com sua respectiva taxa, porém sem informar o valor.

O fiscal Izidoro no campo "Vistoria" anotou as seguintes informações: "Alvará de Prevenção Contra Incêndio validade 10 de agosto de 2012 (...)"; "Alvará Sanitário – Val. 31/03/2012 – OK".

Porém, uma clara contradição, a vistoria foi feita em abril e foi dado um "ok" para um Alvará Sanitário com validade de março de 2012. Também, convenientemente, não houve qualquer anotação quanto aos demais requisitos, alvará ambiental e laudo acústico, que não existiam no momento da vistoria.

A Licença de Operação para a Boate Kiss foi somente expedida em 28 de abril deste ano, ou seja, após a vistoria, e o Laudo Acústico deste ano nunca foi apresentado.

Questionado, o fiscal Juliano Marcello Jardim Cabral, esclareceu que em razão de uma denúncia recebida por Beatriz Uminski, que a Boate Kiss estaria funcionando sem licenças, procedeu, juntamente com sua colega Izidora, a vistoria. Questionado do motivo pelo qual no seu relatório de vistoria consta que o Alvará Sanitário estava "ok", mesmo estando vencido, referiu que a anotação era somente para constar a existência do alvará, mas que quanto a validade do mesmo caberia aos fiscais sanitários analisarem. Afirmação esta que não merece prosperar, pois estando o alvará fora do prazo de validade, não existe alvará, ou seja, não havia o requisito para a manutenção do Alvará de Localização. Ademais, quanto a sustentação de que caberia apenas a Secretaria sanitária verificar a validade do Alvará Sanitário, não merece prosperar tal alegação, pois sendo fiscal tinham o dever legal de informar a secretaria respectiva.

Portanto, o Alvará de Localização de 2012 deveria ter sido cassado, pois:

1. A Boate não possuía Alvará Sanitário;
2. A Boate não possuía Alvará Ambiental;
3. Não havia laudo acústico confeccionado neste ano;
4. A Boate ainda estava embargada (embargo de obras);

5. A Boate não havia pagado as taxas de vistoria dos anos anteriores.

Considerações quanto ao Alvará de Localização:

Conforme demonstrado, o Alvará de Localização não deveria ter sido concedido, mas como o foi, de forma indevida, deveria ter sido cassado depois das vistorias, pois os requisitos legais necessários não estavam sendo atendidos, notadamente pela ausência das demais licenças e pela falsidade de documentos (Laudo Acústico, EIV). Isso implica deduzir que a Boate Kiss **NUNCA** poderia ter sido liberada pelo Município para funcionamento, pois a falta de licenciamento, e o licenciamento irregular, expuseram seus frequentadores a riscos, o que culminou em tragédia em 2013.

Além do município ter concedido as licenças irregulares, tinha o **DEVER LEGAL,** já que aberta a Boate, de ter determinado o encerramento de suas atividades, diga-se dever legal, pois era obrigação determinada por lei e não poder discricionário do município:

> ***Lei Orgânica do Município de Santa Maria***
>
> *Art. 9º - Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, dentre outras, as seguintes atribuições:*
> *XVIII - **Conceder e cassar os alvarás de licença** dos estabelecimentos que, por suas atividades, se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança, ao meio ambiente, ao bem-estar público ou aos bons costumes;*
> *XXXIX - Licenciar para funcionamento os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e similares, mediante a expedição de Alvará de Localização;*
>
> ***LEI COMPLEMENTAR Nº 003/02 DE 22-01-2002 – Código de Posturas***
>
> *Art. 52. Os infratores dos dispositivos desta legislação estão sujeitos às seguintes penalidades:*
> *II - **fechamento administrativo com a lacração de todas as entradas do estabelecimento, na segunda autuação, por reincidência específica**.*
> *Parágrafo Único - Desrespeitado o fechamento administrativo, será solicitado auxílio policial para exigir o cumprimento da penalidade administrativa sem prejuízo de outras medidas.*
>
> *Art. 190. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviço ou entidades associativas poderá funcionar no Município sem as prévias e devidas licenças do Poder Público, concedida mediante requerimento dos interessados e pagamento dos tributos pertinentes junto aos devidos órgãos do governo, devendo o requerimento especificar:*

*Art. 197. Será fechado todo o estabelecimento que exercer **atividades sem a necessária licença** expedida em conformidade com o que preceitua este Código.*

Decreto Executivo nº 32/2006

*Art. 16. **Poderá ser fechado** todo o estabelecimento que exercer atividades **sem as necessárias licenças**, expedidas em conformidade com o que preceitua a legislação.*

*Art. 17. **O Alvará de Localização deverá ser cassado** nos seguintes casos:*
II.Caso haja informação restritiva da Secretaria de Município de Saúde – Diretoria de Vigilância Sanitária, ao estabelecimento ou atividade licenciada pelo Poder Público Municipal, com solicitação do Secretário de Município de Saúde, para que as atividades sejam suspensas;
IV.Pela Fiscalização Municipal, no regular exercício do Poder de Polícia, como medida preventiva, a bem da higiene, do sossego e da segurança pública;
VII.Por solicitação da autoridade competente, com fundamentação legal e prova dos motivos da solicitação.
*§ 1º. **Cassado O Alvará de Localização** do estabelecimento, as demais licenças municipais automaticamente terão seus efeitos suspensos, em virtude da vinculação delas em relação ao mesmo.*
§ 2º. Cassado O Alvará de Localização do estabelecimento, imediatamente será comunicado ao Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, exceto no caso previsto no inciso I deste artigo, a fim de que o referido órgão, se for o caso, proceda à cassação da respectiva licença por ele emitida.
§ 3º. A cassação do Alvará de Localização do estabelecimento, implica em imediata suspensão das atividades desenvolvidas, até o momento em que cessem os motivos que deram causa a medida cautelar e tenha sido liberada novamente sua licença.
§ 4º. O órgão que cassou o Alvará de Localização, obrigatoriamente, oferecerá denuncia ao Ministério Público, caso haja desrespeito a medida cautelar administrativa por parte do estabelecimento e este persista no prosseguimento das atividades.
§ 5º. Levantada a cassação do Alvará de Localização, obrigatoriamente, serão feitas as comunicações devidas, aos demais órgãos que anteriormente haviam sido notificados do fato da cassação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2001 DE 28-12-2001 – Código Tributário
***Art. 85.** Fica proibida a instalação de qualquer estabelecimento, bem como o exercício de atividade ambulante sem prévia licença do município.*

Se as vistorias tivessem sido feitas corretamente, certamente o licenciamento para a Boate Kiss não teria ido adiante. A alegação mais utilizada pelos responsáveis pela liberação das licenças irregulares, foi de que não tinham competência para fiscalizar os documentos de outras secretarias. Ora, conforme já dito inúmeras vezes, em primeiro lugar, antes de ser funcionários de uma determinada secretaria, são funcionários do município, sendo obrigados a seguir a lei devido ao Princípio da Legalidade, o qual, na esfera administrativa, obriga o servidor a fazer somente aquilo que é previsto em lei.

Ademais, consoante a Lei Municipal nº 5189/2009, que estabelece a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal, há determinação de integração entre os setores da Administração, a qualificação de servidores, a responsabilidade para cada Secretaria em fiscalizar suas atribuições respectivas, a obrigação de todos os níveis da administração obedecerem aos princípios:

> *Art. 9º A ação administrativa em todos os níveis da administração pública municipal obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aos demais princípios constantes na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município.*
>
> *Art. 57. Cada Secretaria de Município ou órgão equiparado constitui um subsistema organizacional especializado, integrante da estrutura orgânica da Administração Municipal Direta, e, como tal, processa suas ações por meio de relações funcionais, dependentes ou interdependentes, com outras Secretarias ou órgãos do Município.*

Ainda, no que tange as vistorias, deve-se salientar o que fora referido pelo Prefeito Municipal no Ofício nº 132/PGM/2013 (fl. 2345):

"O Boletim de vistoria serve para verificar se as condições apresentadas quando da instalação do estabelecimento mantém-se inalteradas ***ou as licenças anuais foram renovadas****".*

Importante ressaltar, em um primeiro momento, que Prefeitura Municipal de Santa Maria não poderia negar desconhecimento ao fato de que a Boate Kiss funcionava na ilegalidade, pois houve grande divulgação na mídia; notificações de fiscais da Prefeitura no período em que a Boate funcionava clandestinamente; requerimentos protocolados na Prefeitura por vizinhos da Boate Kiss, que pediam providências quanto à poluição sonora. Não bastasse, a Boate Kiss distava cerca de 400 metros da sede do governo municipal.

Enfim, conclui-se que a Prefeitura Municipal da Santa Maria, através de suas secretarias, permitiu que a Boate Kiss funcionasse de forma indevida por mais de 3 anos, devida a falhas evidentes praticadas por diversos servidores, muitas delas sem qualquer justificativa plausível, infringindo a lei.

DAS SITUAÇÕES ANÁLOGAS QUE GERARAM PROVIDÊNCIAS DIVERSAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

I**) 1º Caso:**

A Boate DCE foi interditada pelo Fiscal da Secretaria da Saúde Jeferson Eduardo Muller (fls. 2022-2024), em razão de reclamações de vizinhos devido a perturbação do sossego e ao descarte irregular de lixo, devido ao Ministério Público Federal ter solicitado providências do Município. Em vistoria, o fiscal percebeu que não existia nenhuma autorização ou concessão da UFSM para que fosse utilizado o espaço para boate e comércio de bebidas, bem como inexistia legalidade e legitimidade para o presidente do DCE requerer alvará para atividades estranhas à Casa do Estudante. Também percebeu devido à situação constatada na vistoria, que havia risco à vida dos frequentadores do local.

2º Caso:

Giovani Carter Manica declarou que na época que foi Secretário de Indústria e Comércio, no período de 1993 a 1996, participou pessoalmente de diligências para fechar estabelecimentos comerciais, inclusive na colocação de lacres para que estes não funcionassem. No entendimento do então ex-secretario da Secretaria de Indústria e Comércio, que na época possuía atribuição para a realização de fiscalização de estabelecimentos comerciais e fornecimento de alvarás de funcionamento e localização, considerando a legislação da época, a Prefeitura podia exercer o poder de polícia administrativa, em casos considerados graves e relevantes, hipóteses em que procediam ao fechamento dos estabelecimentos infratores.

Se fosse Secretário, com base na legislação do período em que trabalhou de 1993 a 1996, afirmou não ter a menor dúvida que fecharia a boate, pois ela foi notificada, multada e sofreu embargos, devido à falta de documentação e as reclamações de vizinhos.

3º Caso:

No dia 29/01/2013, a Polícia Civil solicitou à Prefeitura Municipal, através do Ofício nº. 126/2013 (fl. 484) que analisasse a possibilidade de fiscalizar todos os estabelecimentos de entretenimento e congêneres de Santa Maria, seguido da imediata suspensão de atividades em caso de constatação de irregularidades. Através do Memorando 105/SMU/GP/2013, datado de 28/02/2013 (fls. 486 - 490), a Administração Municipal informou que vistoriaram 34 estabelecimentos, sendo que destes 20 tiveram suas atividades cessadas por problemas relacionados a licenças, ou seja, quase 60% dos estabelecimentos vistoriados foram fechados. Isto é, não houve notificação, não houve multas, não houve embargos, o município utilizou-se de seu poder de polícia e no momento em que constatou as irregularidades nos estabelecimentos, interditou-os, com base na mesma legislação que existia anteriormente.

4º Caso:

Conforme depoimentos de Idianes Flores da Silva após a tragédia da Boate Kiss, a Prefeitura Municipal passou a adotar o procedimento mais lógico, econômico e eficaz, pois um Fiscal passou a ser responsável pela fiscalização e cobrança de todos os documentos e licenças da empresa que fiscalizasse.

Na realidade o Município apenas orientou seus fiscais a proceder de forma correta, pois como já referido antes, os fiscais são funcionários públicos do município e não de uma Secretaria específica, portanto, diante de qualquer irregularidade **devem tomar** as medidas cabíveis, dentro do que determinam as normas municipais, e jamais se abster de cumprir suas obrigações sob a infundada alegação de que não seria sua função.

5º Caso:

Recentemente, foi veiculado na imprensa local que a Prefeitura Municipal suspendeu os lavarás de localização de três casas noturnas da cidade, Bar do Pingo, Mariachis e Muzeo Pub devido a ausência de Certidão de Conclusão de Reforma e ausência de Habite-se, o que evidencia claramente que o problema anterior não era legislação, mas, sim, o não cumprimento da mesma, por interesses de natureza diversa, que não o interesse público.

DA RENÚNCIA/OMISSÃO DO RECOLHIMENTO DE RECEITAS MUNICIPAIS

ISSQN

O Imposto sobre serviços de qualquer natureza é um dos impostos que devem ser cobrados pelo município, portanto, de sua competência, conforme preceitua o art. 156, III, da Constituição Federal. Seu fato gerador são serviços de qualquer natureza desde que previstos na Lei Complementar nº. 116/2003. No caso de Boates, há previsão legal no item 12.06 da referida Lei.

A lei federal foi ratificada pela Lei Complementar nº. 02/2001 (Código Tributário Municipal), que trouxe a previsão de incidência deste imposto em casas noturnas no item 60 do artigo 22. Ademais, o CTM dispõe:

> *Art. 37. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer uma das atividades relacionadas no artigo 22, ainda que imunes ou isentas do*

> *pagamento do imposto, ficam sujeitas a inscrição obrigatória antes do inicio de suas atividades no Cadastro do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.*
> *Parágrafo único - No caso de Pessoa Jurídica, a inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal até sessenta (60) dias após o registro no órgão competente, civil ou comercial, prazo considerado como inicio da atividade para efeito da tributação do ISSQN homologado.*

Porém, a Boate Kiss somente efetuou seu cadastro de contribuinte em 14 de abril de 2010 (fl. 298), ou seja, a Kiss funcionou de junho de 2009 a abril de 2010, quase 1 ano, sem recolher nenhum valor quanto ao ISS e com o PLENO consentimento do município o qual tinha conhecimento que a Boate funcionava desde junho de 2009, devido as notificações, embargos e multas que aplicaram a mesma.

Inclusive, chama atenção o fato de que no dia 19/01/2010 foi emitido o Alvará Sanitário com validade até 31/01/2010, referente ao exercício de 2009, tendo em vista que a data de solicitação e pagamento de vistoria foi o dia 22/12/2009. Consta que na data de expedição do Alvará Sanitário, a Boate Kiss não estava inscrita no cadastro de contribuintes, logo, a Administração Municipal não esclarece o motivo pelo qual foi expedido o Alvará Sanitário sem que a empresa constasse no cadastro de contribuintes, requisito para o lançamento dos tributos, conforme regra o Código Tributário Municipal, assim como não restou comprovado que o tributo devido pelo funcionamento em 2009 foi recolhido mesmo que a posterior.

DAS TAXAS

Este aspecto foi tratado no decorrer das análises das licenças.

CONSIDERAÇÕES QUANTO A RENUNCIA/OMISSÃO RECEITAS:

Como visto, a Boate Kiss deixou de recolher diversos tributos municipais, com a omissão do município que embora ciente das atividades da Boate, em muitos momentos, não desenvolveu atividade fiscalizatória alguma para cobrar os referidos tributos.

Com intuito de esclarecer o motivo de tanta inadimplência, foi questionada Ivonete Foleto Pedrozo, que desde 2009 é Diretora de Controle Interno, a qual esclareceu que somente agem mediante denúncia e que não houve nenhuma referente a Kiss, mas que se soubessem das irregularidades

deveriam ser utilizados os mecanismos de controle interno para apurar tais fatos.

Já Marilda Manfio, contadora do município desde 2002, foi questionada sobre o MEMO nº 1291/SMF/SGOF/2013, emitido no dia 20/06/2013, (fl. 1017), no qual se evidencia déficits de arrecadação da Taxa de Vigilância Sanitária dos anos de 2009 a 2012. Esclareceu que é responsável por criar as peças orçamentárias e por montar o orçamento, o qual é elaborado a partir do valor arrecadado no ano anterior, acrescido da estimativa de inflação. **Imputou os sucessivos déficits à falta de fiscalização**, pois é este que motiva a arrecadação.

Quanto ao ISS, Claudio Luis da Rosa sustentou que uma empresa, por lei, não pode funcionar sem estar inscrita no ISS do Cadastro Mobiliário, e se estiver funcionando de forma irregular, deve sofrer fiscalização por parte dos agentes do setor de fiscalização do cadastro mobiliário.

Portanto, ficaram plenamente evidenciadas as razões que deram azo a renúncia de receita.

DAS ALEGAÇÕES DE VANESSA GISELE VASCONCELLOS

Vanessa foi funcionária da Boate Kiss por um determinado período e, posteriormente, perdeu sua irmã, também funcionária da Boate, no incêndio.

No seu depoimento, levantou suspeitas quanto a dois procedimentos que alegou terem ocorrido envolvendo a Boate e a Prefeitura.

A primeira alegação diz respeito à suposta entrega de cadeiras a Prefeitura*: "Em 2011, não recorda a data, mas estava na Boate com Igor, quando chegou um caminhão da Prefeitura e lhe apresentaram um papel e pediram para levar 20 cadeiras altas de ferro. Ligou para Kiko, que disse que era para permitir que levassem as cadeiras, pois Alexandre Costa tinha uma dívida com a Prefeitura em nome da Kiss e que já estava tudo acertado".*

Inobstante a alegação, não obtivemos êxito em apurar a veracidade desta afirmação, pois o Município não encaminhou nenhum documento referente a este fato, bem como Elissandro Spohr, que poderia esclarecer, se negou a prestar depoimento.

A segunda alegação se referia a uma troca de valores referentes a multa aplicadas pelo município, por impressão de cartazes, realizada com a impressora da Boate: "*A declarante digitou um documento cujo teor referia que a Kiss se comprometia a imprimir na impressora da Boate*

cartazes para a Prefeitura em folha A4 no valor de R$ 5,00 (cinco reais) cada, até ser sanado o valor da multa, inclusive assinou como testemunha".

Esse procedimento efetivamente ocorreu, mas não houve qualquer ilegalidade, pois se tratou de um Termo de Compromisso Ambiental, gerado de uma multa aplicada à Boate, conforme Notificação de Auto de Infração nº 452/2012, pelo descarte irregular de lixo em frente a boate, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) (fls. 1908 a 1921).

No TCA nº 006/2012, a Boate Kiss se comprometeu ao *"pagamento de material impresso, tais como folderes e outros a serem usados em educação ambiental. O valor total do presente Termo é de R$ 1.800,00"*.

Como de praxe, a Boate não arcou com seu compromisso, o que acarretaria na sua inscrição em dívida corrente e ativa. Porém, estranhamente isso somente foi feito após a Polícia questionar sobre o procedimento, tendo em vista que a Boate foi inscrita em dívida ativa apenas em 18 de outubro de 2013.

QUANTO À FALSIDADE DA CONFECÇÃO DA CONSULTA POPULAR

Em decorrência de denúncia anônima recebida dia 03 de abril de 2013, que relatava uma possível fraude na confecção da consulta popular da Boate Kiss, foi iniciada investigação preliminar com o intuito de verificar se havia verossimilhança nas informações. Conforme relatório de investigação de fls. 188 a 190, efetivamente foram encontrados indícios de fraude no referido documento, assim, no dia 29 de maio de 2014 foi instaurado Inquérito Policial para elucidar os fatos.

Em um primeiro momento, foi verificado que existiam dois documentos diversos intitulados Consulta Popular, entregues ao Município em momentos distintos, sendo que ambos estavam eivados de falsidades.

A Consulta Popular é um abaixo-assinado colhido pelos interessados para verificar se a instalação e permanência de um determinado empreendimento é de aceitação dos vizinhos.

Na Consulta Popular apresentada na Secretaria do Meio Ambiente, constam apenas **25 assinaturas**, sendo **oito** de **pessoas com endereços comerciais**, isto é, que **não residiam no local** e, portanto, **não** eram **afetadas** pelo empreendimento, que era de funcionamento noturno. E, outras **12** assinaturas eram de **indivíduos que residiam a mais de 100** (cem) **metros** da Boate Kiss, o que **contraria o conceito de vizinhança** já referido; ou seja, foram colhidas assinaturas de pessoas não diretamente interessadas.

Portanto, desta Consulta Popular, **apenas 05 assinaturas foram colhidas de acordo com a lei**, o que corresponde a apenas **20% das assinaturas**.

Já a Consulta Popular apresentada na Secretaria de Mobilidade Urbana possui dez fl.s com **60 assinaturas** (fls. 621 e seguintes), contudo apenas **21 residiam dentro do raio de 100 metros e18 assinaturas foram colhidas em endereços comerciais**. Portanto, deste abaixo-assinado **apenas 35% das assinaturas foram colhidas de acordo com a lei**.

Há que se destacar ainda a existência de **quatro assinaturas em duplicidade**: Dirce Terezinha Beltrame (fl. 90), Flavio Correa dos Santos (fl. 92), Nelson Correa dos Santos (fl. 93), e Giordano Rafael Tronco Alves (fl. 162). Questionadas estas pessoas do motivo pelo qual teriam assinado duas vezes, declararam que julgavam se tratar de um outro documento.

Ademais, a primeira assinatura da fl. 06, possui o nome e telefone ilegíveis, mas o endereço e CPF foram possíveis de identificar. Contudo, o número do apartamento constante, "201", não existe no prédio de número 1945, conforme depoimento do morador do mesmo prédio Alexandre Pigatto Dornelles e, o CPF, apesar de consultado em diversos programas, não consta como existente, ou seja, **há sérios indícios de falsidade nesta assinatura.**

Outro fator de destaque é que grande parte das assinaturas, segundo as próprias pessoas que as emitiram, se motivaram por questões de amizade com proprietários da Boate ou parentes destes.

Quanto à confecção fraudulenta, constatamos o envolvimento de, pelo menos, **quatro pessoas**: Santiago Mutti[6], que colheu dezenas de assinaturas e é pai do, na época, sócio-proprietário de fato da Boate Kiss, Tiago Mutti; bem como dos proprietários da Boate, Tiago Mutti[7], Elissandro Sphor[8] e Alexandre Costa[9], os quais também arrecadaram algumas assinaturas para a Consulta Popular.

---

[6] Foi apurado nos depoimentos que, Santiago Mutti foi responsável pelo colhimento das seguintes assinaturas: Alexandre Pigatto Dornelles, Dirce Terezinha Beltrame, Flávio Correa dos Santos, Nelson Dias Dos Santos, Valmir Rodrigues Cezar, Maria Rebeca Brites Acosta, Samir Almeida Hajar, Realino Antonio Spanevello, Jose Carlos Santos de Oliveira, Itamaraju Soares Xavier, Diego Guerreiro Fontella, Thyrso Andrade Machado, Mario Cesar Da Silva Dutra, Enoilso Cocco, Antonio Fernandes Frescura.

[7] Foi apurado nos depoimentos que Tiago Mutti foi responsável pelo colhimento da seguinte assinatura: Adão José Figueira.

[8] Foi apurado nos depoimentos que Elissandro Sphor foi responsável pelo colhimento das seguintes assinaturas: Ricardo Pirotti Walter, Giordano Rafael Tronco Alves, Dianele Vidal Dos Santos e Macarena Trindade.

[9] Foi apurado nos depoimentos que Elissandro Sphor foi responsável pelo colhimento das seguintes assinaturas Dianele Vidal Dos Santos e Macarena Trindade.

Sem dúvida, **Santiago Mutti** foi responsável pela obtenção da maioria das assinaturas que fizeram parte da Consulta Popular. Contudo, Santiago usou de má-fé, pois se utilizou das suas relações de amizades para obtê-las, conforme relatado por numerosas testemunhas que se declararam amigas de Santiago Mutti[10]. Além disso, também foi responsável pelo colhimento de dezenas de assinaturas em locais comerciais[11], ou seja, assinaturas de pessoas que não foram afetadas pela instalação da Boate Kiss no local, destacando-se o relatado por Valmir Rodrigues Cezar, que sustentou que avisou Santiago que não residia nas imediações da Kiss. Não bastasse, Santiago colheu assinaturas, em duplicidade[12], de alguns amigos, que confiaram na sua boa fé, mas a maioria deles foi induzida a pensar que se tratava da segunda via. Outros moradores declararam que assinaram o abaixo-assinado para Santiago, pois residiam longe[13] da Boate e o barulho dela provindo não lhes importunava. Santiago é pai do proprietário Tiago e trabalhava para este. Portanto, cometeu todas essas irregularidades para o proveito de seu filho.

Quanto a Elissandro Sphor, vulgo “Kiko”, apesar do mesmo não ter colhido pessoalmente muitas assinaturas, houve pessoas que declararam que assinaram, pois eram amigas[14] dele. Elissandro ainda colheu duas vezes a assinatura de Giordano Rafael Tronco Alves. As testemunhas Dianele Vidal Dos Santos e Macarena Trindade, que residiam em um mesmo apartamento vizinho da Boate Kiss, referiram que Elissandro e Alexandre Costa foram até o apartamento onde residiam e pediram que ambas não assinassem o abaixo-assinado feito pelos vizinhos, pois os prejudicariam, mas que assinassem o abaixo-assinado que eles estavam fazendo a favor do funcionamento da Boate, o que foi feito. Em troca, receberam cortesias para entrar na Boate Kiss sem pagar os ingressos. Ou seja, Elissandro também se utilizou de suas relações de amizades, para, dolosamente, alcançar o resultado

[10] Testemunhas que se declararam amigas de Santiago Mutti: Alexandre Pigatto Dornelles, Adão José Figueira, Dirce Terezinha Beltrame, Nelson Dias Dos Santos, Valmir Rodrigues Cezar, Realino Antonio Spanevello, Jose Carlos Santos De Oliveira, Itamaraju Soares Xavier, Diego Guerreiro Fontella, Thyrso Andrade Machado, Tania Elizabete Basso Dos Santos.

[11] Testemunhas que declararam que nunca residiram no local, mas que possuíam pontos comerciais próximo à Boate Kiss: Lenir Maciel Flores Mossate, Jose Eliseu Campos, Rodrigo De Moraes Capa, Katia Daniane Martins Cabreira, Erick Albertani Pampuch, Lothar Heinz Stoever Junior, Luiza Passoello, Luis Felipe Ribas Niederauer, Cristian Weber, Gladis Das Chagas Guimarães, Marco Aurelio Ribas Guimarães, Christian Rafael Das Chagas Guimarães, Valmir Rodrigues Cezar, Jose Gilmar Chagas, Jose Carlos Santos De Oliveira, Itamaraju Soares Xavier, Diego Guerreiro Fontella, Ana Carla Soares Bueno, Mario Cesar Da Silva Dutra.

[12] Pessoas da relação de amizade de Santiago Mutti que assinaram em duplicidade a Consulta Popular: Dirce Terezinha Beltrame, Flávio Correa Dos Santos, Nelson Dias Dos Santos,Tania Elizabete Basso Dos Santos.

[13] Pessoas que declararam que residiam longe da Boate Kiss e, por isso, assinaram o abaixo-assinado encaminhado por Santiago Mutti: Samir Almeida Hajar, Enoilso Cocco, Antonio Fernandes Frescura.

[14] Pessoas que se declararam amigas de Elissandro Sphor: Tiago Bottan, Lucas Escher Sperotto, Dianele Vidal Dos Santos, Macarena Trindade.

almejado, que era a obtenção das assinaturas necessárias para a Consulta Popular.

Alexandre Costa, por sua vez, esteve, juntamente com Elissandro Sphor, no apartamento de Dianele Vidal dos Santos e Macarena da Silva Trindade, ocasião em que pediram para não assinarem o abaixo-assinado contra o funcionamento da Kiss, e sim o que estava sendo feito favoravelmente ao funcionamento da Boate. **Em troca**, **ofereceram cortesias para que entrassem na Boate Kiss sem pagamento da entrada**. Portanto, Alexandre também se envolveu na confecção da Consulta Popular.

Necessário ressaltar, também, os depoimentos de Sérgio de Souza, que declarou que assinou favoravelmente o abaixo-assinado, mas trabalhou na Boate como Bar Man e, o de Jessica Torres Grasel, a qual sequer morava próximo à Kiss, mas assinou porque era amiga de uma funcionária da Boate, que pediu para que assinasse o documento.

Não foi possível identificar quem foi o responsável pela possível falsificação da assinatura mencionada na folha 06, e uma eventual perícia restou prejudicada, pois os documentos não são originais.

Enfim, ficou plenamente evidenciado que foram apostas falsas informações nos documentos elaborados por Santiago Mutti, Tiago Mutti, Elissandro Sphor e Alexandre Costa, condutas claramente dolosas – dolo direto –, pois precisavam desta consulta popular positiva para poder obter o Alvará de Localização e permitir o funcionamento regular da Kiss, ou seja, havia um especial fim de agir, alterando a verdade sobre fatos juridicamente relevantes.

Portanto, incorreram os apontados no crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, até porque na **fl. 06 dos autos consta expressamente que a inserção de falsa informação em documento caracteriza o crime** em tela, ou seja, havia advertência expressa no documento elaborado e mesmo assim influenciaram, das mais variadas formas, pessoas a assinarem tal documento, como se residissem num raio de 100m, os quais não se sentiam incomodados ou perturbados pela boate, fato que inequivocamente viabilizou a regularização da Kiss frente ao Poder Público Municipal, que aceitou todas as informações e documentos que foram apresentados.

RESUMO:

FALSIFICAÇÕES DA CONSULTA POPULAR:
1. A maioria das assinaturas foram colhidas de pessoas não diretamente afetadas pelo empreendimento, pois não residiam em um raio máximo de 100 metros, muitas foram colhidas por razões de amizade com os proprietários da Boate Kiss;

2. Foram colhidas assinaturas em duplicidade;
3. Constatou-se a existência de uma assinatura com indícios de falsificação;
4. Havia expressa observação quanto ao cometimento do crime de falsidade ideológica no cabeçalho da Consulta Popular.

PESSOAS RESPONSÁVEIS: Santiago Mutti, Tiago Mutti, Elissandro Sphor e Alexandre Costa

CONSEQUENCIA: este documento falsificado serviu para a Boate Kiss obter o parecer favorável do Estudo de Impacto de Vizinhança e por fim preenchimento de um dos requisitos para liberação do Alvará de Localização o qual permitiu que a Boate funcionasse desde 2009 de forma irregular.

DA FALSIDADE DOS CONTRATOS SOCIAIS DA BOATE KISS

A questão societária da Boate Kiss, desde a data do incêndio foi bastante nebulosa, pois se sabia que o contrato social não correspondia a realidade e que havia alguns sócios ocultos, que assim gostariam de permanecer. Contudo, diante do manancial de documentos adjungidos aos autos, bem como depoimentos colhidos foi possível verificar o real quadro societário do estabelecimento.

A constituição da pessoa jurídica Santo Entretenimento Ltda., ocorreu através do contrato social firmado em 20 de abril de 2009, possuindo os seguintes sócios (fl. 2666):

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL SOCIAL
Alexandre Silva da Costa	25	R$ 25.000,00
Cintia Flores Mutti	25	R$ 25.000,00
Elton Cristiano Uroda	25	R$ 25.000,00
TOTAL	75	R$ 75.000,00

Contudo, conforme declaração do sócio Alexandre Silva da Costa, ainda no IP N.º 94/2013, que apurou as causas e consequências do incêndio ocorrido na Boate Kiss (fls. 2787-2789), os outros dois sócios eram fictícios, pois na realidade em lugar de Cíntia Flores Mutti, o verdadeiro sócio era seu irmão Tiago Flores Mutti, e no lugar de Elton Cristiano Uroda, o sócio real era Eliseu Jorge Spohr. Tiago Flores Mutti, por sua vez, confirmou também naquele IP e posteriormente ratificou neste procedimento apuratório (fls. 1192) que era sócio da Boate Kiss, juntamente com Eliseo Spohr, até março de 2010, quando vendeu sua quota para Elissandro Spohr, filho de Eliseo, por cerca de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Em 09 de junho de 2010 houve a primeira alteração contratual (fls. 2671), na qual Cíntia Flores Mutti e Elton Cristiano Uroda transferiram todas as suas quotas para Ângela Aurélia Calegaro, ou seja, Ângela passou a ser sócia majoritária, com 50 quotas do total de 75 quotas. Todavia, Ângela era sócia aparente, pois o sócio de fato era Elissandro, conforme esclarecido pela própria Ângela no IP N.º 94/2013 (fls. 2784-2786). Alexandre da Silva Costa permaneceu na sociedade com 25 quotas.

SÓCIO CEDENTE	CESSIONÁRIO	QUOTAS	VALOR
Cintia Flores Mutti	Ângela Aurélia Callegaro	25	R$ 25.000,00
Elton Cristiano Uroda	Ângela Aurélia Callegaro	25	R$ 25.000,00

Em 19 de outubro de 2010, ocorreu a segunda alteração contratual, na qual Alexandre Silva da Costa deixou de fazer parte da empresa, cedendo suas cotas para Ângela Aurélia Callegaro e Marlene Terezinha Callegaro (fl. 2673). Contudo, ambas sócias aparentes, pois o sócio real é Elissandro Spohr:

SÓCIO CEDENTE	CESSIONÁRIO	QUOTAS	VALOR
Alexandre Silva da Costa	Ângela Aurélia Callegaro	22	R$ 22.000,00
Alexandre Silva da Costa	Marlene Terezinha Callegaro	3	R$ 3.000,00

No dia 16 de dezembro de 2011, através de um Contrato Particular de Cessão de Quotas de Sociedade Limitada, Marlene Terezinha Callegaro deixou de fazer parte da sociedade, quando alienou todas as suas quotas para Mauro Londero Hoffman (3 quotas). Ângela Aurélia Callegaro vendeu 34,5 quotas para Mauro Londero Hoffman. Neste momento, a sociedade passou a pertencer metade a Mauro e metade a Elissandro, mas na pessoa de Ângela (fl. 2676):

SÓCIO CEDENTE	CESSIONÁRIO	QUOTAS	VALOR
Ângela Aurélia Callegaro	Mauro Londero Hoffman	34,5	Não consta
Marlene Terezinha Callegaro	Mauro Londero Hoffman	3	Não consta
TOTAL			R$ 500.000,00

Diante do exposto, além das questões fiscais e tributárias possivelmente existentes, mas já encaminhadas à Polícia Federal para averiguação, verifica-se claros indícios de autoria e materialidade delitiva do crime de falsidade ideológica (artigo 299 do Código Penal) cometido por alguns dos sócios da Boate Kiss, tanto reais como fictícios, no caso laranjas. Neste sentido:

> *APELAÇÃO-CRIME. FALSIDADE IDEOLÓGICA. TRÊS FATOS. CONDENAÇÃO. APELO DEFENSIVO. PLEITOS DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA E DE IRRELEVÂNCIA JURÍDICA DAS CONDUTAS. AFASTAMENTO. Restou demonstrado, especialmente pelas declarações extrajudiciais das testemunhas e do próprio recorrente, as quais restaram corroboradas pelo depoimento judicial de uma testemunha, a única que não visou desdizer seus dizeres policiais, que o recorrente utilizou-se de "laranjas" para assumir a posição de sócios da empresa que era proprietário de fato, firmando contrato de trabalho como se dela empregado fosse. Ademais, quanto à relevância jurídica dos fatos, como bem apontado pela sentenciante: "A fé pública resta infringida por tamanho jogo contratual empreendido pelo réu e seus "laranjas", o que culmina em mascaramento da situação real da pessoa jurídica e, acima de tudo, pode fraudar as expectativas de eventuais credores do empreendimento, aí incluído o Fisco, que já não encontrariam patrimônio para garantir o crédito. Lembrando que não há necessidade de efetivo prejuízo a outrem para a configuração do delito de falsidade ideológica, bastando a potencial lesividade". Também não é relevante o fato de o contrato de trabalho descrito no segundo evento delitivo não ter sido apresentado a terceiros, pois como também observou a julgadora monocrática, caso se tratasse de mera idéia de execução, conforme argumentado, houve tempo suficiente para que fosse inutilizado, visto que firmado em 01/08/2007 e apreendido somente em 05/09/2008. Sobremais, não se pode olvidar do cenário arquitetado pelo recorrente para que não aparecesse formalmente como proprietário da empresa, o que demonstra ser o contrato de trabalho mais uma medida para dissimular sua verdadeira situação. (...). (Apelação Crime Nº 70048337471, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 19/07/2012)*

Visualiza-se, no caso em tela, que alguns investigados inseriram seus nomes em empresa da qual nunca foram efetivamente sócios e outros permitiram ou colaboraram para tal inclusão, demonstrando o vínculo subjetivo que motivou as condutas, que ocorreram em momentos diversos, pois várias foram as alterações do contrato social, e em todas elas houve inserção de falsas informações, ou seja, a pessoa jurídica era constituída de “laranjas”, criando possibilidade de lesão, não só ao fisco, mas, também, a credores, que poderiam ser tanto o poder público quanto credores privados.

Desta forma, verifica-se que enquanto uns (laranjas) emprestaram seus nomes para inserção no contrato social, outros se valeram de nomes de parentes ou testas de ferro para assim procederem, viabilizando a existência da pessoa jurídica.

Assim, restou cabalmente confirmada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva quanto ao crime de falsidade ideológica, tipificado no artigo 299 do Código Penal, praticado pelos seguintes "sócios" da Boate Kiss:

I) Sócios meramente formais (laranjas): Cintia Flores Mutti, Elton Cristiano Uroda, Angela Aurelia Callegaro e Marlene Terezinha Callegaro.

II) Sócios reais: Alexandre Silva da Costa, Eliseu Jorge Spohr, Tiago Mutti, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffman.

Restou plenamente evidenciado, pelo cotejo entre a prova testemunhal com a prova documental, que foram perpetrados vários comportamentos que encontram adequação típica no delito de falsidade ideológica, que assim ocorreram:

1º Fato: No dia 20 de abril de 2009, Cíntia Flores Mutti (sócia fictícia), Tiago Flores Mutti, Elton Cristiano Uroda (sócio fictício), Eliseu Jorge Spohr e Alexandre Silva da Costa, elaboraram o contrato social da Santo Entretenimento, em acordo de vontades, unidade desígnios e atuando conjuntamente, oportunidade em que inseriram falsamente informações de que Cíntia e Elton eram sócios do empreendimento, quando na verdade os sócios verdadeiros eram, respectivamente, Tiago e Eliseu, sendo que Alexandre, sócio real, ciente das inverdades, concordou e colaborou com a falsa informação aposta no contrato social;

2º Fato: No dia 09 de junho de 2010, quando houve a primeira alteração contratual, Ângela Aurélia Callegaro (sócia fictícia), Elissandro Callegaro Spohr e Alexandre da Silva Costa, em acordo de vontades, unidade desígnios e atuando conjuntamente, inseriram falsamente informações de que Ângela era sócia da Kiss, quando na verdade o sócio real era seu irmão Elissandro, tendo Alexandre, sócio real, com consciência da falsidade, colaborado na inserção da falsa informação aposta no contrato social, desta maneira, também concorrendo para o crime;

3º Fato: No dia 19 de outubro de 2010, quando ocorreu a segunda alteração contratual, Ângela Aurélia Callegaro (sócia fictícia), Elissandro Callegaro Spohr e Marlene Terezinha Callegaro (sócia fictícia) em acordo de vontades, unidade desígnios e atuando conjuntamente, inseriram falsamente informações de que Marlene ingressou como sócia, no entanto tanto ela quanto Ângela Aurélia Callegaro eram sócias aparentes, pois o verdadeiro sócio era Elissandro Callegaro Spohr;

4º Fato: No dia 16 de dezembro de 2011, quando ocorreu a terceira alteração contratual, Ângela Aurélia Callegaro (sócia fictícia),

Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffman, em acordo de vontades, unidade desígnios e atuando conjuntamente, inseriram falsamente informação de que Ângela Aurélia Callegaro permaneceu ficticiamente na sociedade, quando o sócio real era Elissandro Callegaro Spohr.

DO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO

Foram realizadas a VOLMIR ASTOR PANZER (fl. 1963) 255 perguntas referentes a Boate Kiss, depois de compromissado das penas referentes ao crime de falso testemunho, tendo o mesmo, injustificadamente, optado por não respondê-las, ou seja, Volmir permaneceu em silêncio, mesmo sendo testemunha, portanto, calando a verdade no curso do Inquérito Policial.

Ao ser inquirido, JACKSON HEITOR PANZER (testemunha – fls. 1975-1989) declarou que trabalhou na GP Pneus por 10 anos, empresa esta de propriedade de Eliseo Sphor e onde seu filho Elissandro Callegaro também trabalhou por algum tempo. Inobstante, referiu não saber quanto a questão societária de Eliseo e quanto as funções administrativas de Elissandro o que certamente, não é verdade, pois convivia e trabalhava com estas pessoas. Além disso, não explicou convincentemente **porque razão encaminhou documentos da empresa Santo Entretenimento na Prefeitura Municipal de Santa Maria**, pois alegou que o fazia porque estava na rua, a pedido de Tiago Flores Mutti (fls. 1192-1198), que em depoimento disse que as questões referentes a documentos e autorizações eram de responsabilidade de Alexandre Costa e Cristina Trevisan.

Tal comportamento de JACKSON HEITOR PANZER evidencia que prestou falsa afirmação, com o escopo de proteger Eliseo Sphor, evitando revelar que ele era sócio-proprietário de fato enquanto Elton Cristiano Uroda era apenas uma “laranja”, um sócio fictício, o que também fez em relação à Elissandro Callegaro Sphor, sócio real, enquanto ficticiamente eram sócias meramente formais Angela Aurelia Callegaro e Marlene Terezinha Callegaro. Destaca-se ainda, que também tinha conhecimento de Cintia Mutti, da mesma forma, era sócia documental, enquanto o verdadeiro sócio era o irmão Cintia Flores Mutti. Desta forma, além de prestar falsas afirmações, calou a verdade, omitindo informações de que tinha conhecimento.

Ricardo Garcia e Maristela Aparecida Milan Martini declararam que os procedimentos foram entregues a LUCIANE FLORES PRESTES, que determinou o arquivamento da denúncia, a qual negou ter despachado ou analisado quaisquer documentos relativos a Kiss.

Apenas para corroborar o entendimento, colaciona-se decisão do egrégio Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto:

É pacífico o entendimento dessa Corte no sentido de que o crime de falso testemunho é de natureza formal, consumando-se no momento da afirmação falsa a respeito de fato juridicamente relevante. Mesmo que o testemunho não houvesse influído no resultado do julgamento restaria configurada a prática do crime do artigo 342 do CP, pois a ação que viola a lei é o próprio depoimento prestado com o fim de subverter a verdade dos fatos, causando dano à Justiça (STJ, HC 238395/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., Dje 1º/8/2012).

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Ficou evidenciado que a Licença de Operação emitida em 2010 não cumpriu os requisitos legais, tendo em vista que foi baseada no Laudo Acústico e no Estudo de Impacto de Vizinhança, que foram irregularmente elaborados pelos proprietários TIAGO FLORES MUTTI e ALEXANDRE SILVA DA COSTA, os quais contaram, para isso, com a colaboração da arquiteta Cristina Gorski Trevisan, que foi a responsável técnica pelo Estudo de Impacto de Vizinhança.

Tiago e Alexandre elaboraram e apresentaram, com o auxílio de Cristina, para fins de licenciamento ambiental, estudo e laudo enganosos, gerando uma falsa noção de uma realidade, desta forma amoldando-se a figura típica prevista no art. 69-A, da Lei Ambiental.

Mesmo não tendo cumprido com as exigências legais, Marcos Vinícius Ramos Moraes inexplicavelmente viabilizou a concessão da Licença de Operação em 04 de março de 2010, quando já não estava mais na Secretaria do Meio Ambiente, não tendo mais atribuição legal para tanto. Além disso, a emissão foi realizada sem vistoria prévia e sem análise dos documentos irregulares acima mencionados. Tal fato subsume-se ao que tipifica o art. 67 da Lei Ambiental, pois a licença foi concedida em desacordo com as normas ambientais.

DA FRAUDE PROCESSUAL

A Fiscal Elsa Maria Prola formalizou uma informação acostada a fl. 2751 dos autos, relatando que teria realizado vistoria para verificar possível alteração de fachada da Boate Kiss, sendo que o documento foi elaborado no dia 26 de dezembro de 2013, tão somente para atender uma requisição da Polícia Civil, pois a informação referia-se a vistoria, em tese, realizada em 2011, em data que sequer consta do documento.

Necessário destacar que, em depoimento, Elsa faltou com a verdade, relatando fatos que não ocorreram, no entanto, depois de advertida

de sua condição, apresentou outra versão, suscitando sérias dúvidas sobre a veracidade dos fatos certificados.

Elsa confirmou que a fachada que teria vistoriado é a mesma que consta nas fotografias de fls. 2796 a 2798, todavia insiste em afirmar que não houve alteração, quando, na verdade, tal fato é notório, retratado, inclusive, nos depoimentos dos próprios servidores da Prefeitura, evidenciando que o documento contendo uma falsa informação foi elaborado com o desiderato de induzir a Polícia Civil ao erro, pois Elza somente o criou depois do mesmo ter sido solicitado a Prefeitura.

Além disso, Elza, com o documento, tentou justificar porque não realizou a vistoria adequadamente, se é que a realizou, pois não impediu que ocorresse a alteração de fachada, não verificou se havia Licença Simples de Obra, não multou e não embargou. Portanto, a falsidade ideológica consubstanciada na falsa informação, é crime meio para a prática do crime de fraude processual, que para sua consumação não exige que o agente obtenha ou produza o fim almejado.

DO DELITO DE PREVARICAÇÃO

Verifica-se no cenário probatório amealhado aos autos, que diversos servidores incorreram no delito de prevaricação, alguns porque se omitiram na prática de atos atinentes ao desempenho de sua função, já outros porque perpetraram condutas contrárias a lei sem qualquer justificativa plausível para isso, conforme devidamente explicitado no presente relatório.

Ficou evidenciado que os servidores **Marcus Vinicius Bittencourt Biermann e Sandra Portela** viabilizaram a expedição do Alvará de Localização da Boate Kiss, mesmo tendo plena ciência de que os requisitos necessários não foram atendidos, portanto cometeram o crime de prevaricação. O fato é que tal comportamento ocorreu em 14 de abril de 2010, quando foi expedido o alvará de localização, razão pela qual se encontra **prescrito** consoante dispõe o art. 107, inciso IV, c/c art. 109, inciso V, do Código Penal Brasileiro.

Da mesma forma, também incorreu em prevaricação **Isabel Cristina Alfaro Medina**, que procedeu a primeira vistoria para fins de liberação do Alvará de Localização, pois simplesmente referiu que não verificou a validade dos alvarás que deveriam estar expostos na parede, alegando que não era sua atribuição, contrariando flagrantemente a legislação, o que viabilizou a indevida concessão do alvará de localização. Ainda, afirmou em seu depoimento que a falta de um dos pré-requisitos impede a concessão do Alvará de Localização. Como tal fato ocorreu em 25 de março de 2010, se

encontra o mesmo **prescrito**, de acordo com o preceituado no art. 107, inciso IV, c/c art. 109, inciso V, do Código Penal Brasileiro.

Outro fato que se amolda ao que preceitua o artigo 319 do Diploma Material Repressivo, foi perpetrado por **Luiz Alberto Carvalho Junior**, que no dia 22 de setembro de 2011, informou ao Ministério Público que a Licença de Operação da Boate Kiss estava vencida, não obstante o conhecimento da situação, não adotou qualquer providência, omitindo-se injustificadamente no exercício de seu dever legal.

DOS INDICIAMENTOS

A análise dos elementos probatórios coligidos aos autos, denota clarividentemente a existência de práticas delitivas, em relação as quais há indícios suficientes de autoria e materialidade, razão pela qual se procedeu aos seguintes **indiciamentos,** com fundamento no que preceitua o art. 2º, §6º, da Lei nº. 12.830/2013:

a) TIAGO FLORES MUTTI como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, duas vezes (consulta popular e contrato social) do Código Penal Brasileiro, e, também, nas sanções do art. 69-A, “caput”, da Lei nº. 9605/98, tudo na forma do art. 69, do Código Penal Brasileiro;

b) SANTIAGO MUGICA MUTTI como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, (consulta popular), do Código Penal Brasileiro;

c) CINTIA FLORES MUTTI como incursa nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, do Código Penal Brasileiro;

d) ALEXANDRE SILVA DA COSTA como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, duas vezes (contrato social e uma alteração), do Código Penal Brasileiro, e, ainda, nas sanções do art. 69-A, “caput”, da Lei nº. 9605/98, tudo na forma do art. 69, do Código Penal Brasileiro;

e) ELISEU JORGE SPOHR como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, (contrato social), do Código Penal Brasileiro;

f) ELTON CRISTIANO URODA como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, (contrato social), do Código Penal Brasileiro;

g) ELISSANDRO CALLEGARO SPOHR como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, três vezes (três alterações do contrato social), na forma do art. 69, todos do Código Penal Brasileiro;

h) MARLENE TEREZINHA CALLEGARO como incursa nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput” (contrato social), do Código Penal Brasileiro;

i) ANGELA AURELIA CALLEGARO como incursa nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, três vezes (três alterações do contrato social), na forma do art. 69, todos do Código Penal Brasileiro;

j) MAURO LONDERO HOFFMAN como incurso nas sanções do art. 299, “caput”, c/c art. 29, “caput”, (última alteração do contrato social), do Código Penal Brasileiro;

k) CRISTINA GORSKI TREVISAN como incursa nas sanções do art. 69-A, “caput”, da Lei nº. 9605/98, na forma do art. 29, “caput”, do Código Penal Brasileiro;

l) VOLMIR ASTOR PANZER como incurso nas sanções do art. 342, §1º, do Código Penal Brasileiro;

m) JACKSON HEITOR PANZER como incurso nas sanções do art. 342, §1º, do Código Penal Brasileiro;

n) LUCIANE FLORES PRESTES como incursa nas sanções do art. 342, §1º, do Código Penal Brasileiro (eis que negou ter examinado documentos, fato desmentido completamente pelos fiscais);

o) ELZA MARIA PROLA como incursa nas sanções dos arts. 299 e 347, Parágrafo Único, na forma do art. 70, todos do Código Penal Brasileiro;

p) MARCOS VINÍCIOS RAMOS MORAES como incurso nas sanções do art. 67, “caput”, da Lei nº. 9605/98, devido ao fato de que viabilizou a concessão da Licença de Operação n.º 74/2010;

q) CARLOS ALBERTO SOUZA BUZATTI como incurso nas sanções do art. 67, Parágrafo Único, da Lei nº. 9605/98;

r) LUIZ ALBERTO CARVALHO JUNIOR como incurso nas sanções do art. 67, Parágrafo Único, da Lei nº. 9605/98 e art. 319 do Código Penal Brasileiro, na forma do art. 69 do Código Penal.

A análise de todas as evidências coligidas aos autos, fica clarividente a existência, ainda, de indícios da prática de diversos ilícitos administrativos, perpetrados por servidores públicos da Prefeitura Municipal de Santa Maria no exercício de suas atribuições, que necessitam de apuração por parte do Poder Público Municipal, razão pela qual remetemos, via ofício, cópia do presente procedimento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para adoção das providências do seu âmbito de atribuição.

Ainda, considerando que os ilícitos acima apontados evidenciam a infringência aos preceitos da Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), circunstância que refoge à atribuição da Polícia Judiciária, remetemos, via ofício, ao órgão do Ministério Público com atribuição para tomada de providências.

É o relatório.

Santa Maria, 17 de julho de 2014.

Sandro Luís Meinerz,
Delegado de Polícia.

Luiza Santos Souza,
Delegada de Polícia.